

JOÃO SOARES PALMEIRO NOVO

**EQUIDADE NOS MUSEUS PARA PESSOAS CEGAS E
NORMOVISUAIS**

**Novas Etapas Infoinclusivas ao Nível Tiflocientífico /Iº Museu
Tiflológico em Portugal – Castelo de Vide**

Orientador: Prof. Doutor Augusto Deodato Guerreiro

**Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Departamento de Museologia**

**Lisboa
2023**

JOÃO SOARES PALMEIRO NOVO

EQUIDADE NOS MUSEUS PARA PESSOAS CEGAS E NORMOVISUAIS

**Novas Etapas Infoinclusivas ao Nível Tiflocientífico /Iº Museu
Tiflológico em Portugal – Castelo de Vide**

Tese defendida em provas públicas para obtenção do Grau de Doutor em Museologia no curso de Doutoramento em Museologia conferido pela Universidade Lusófona - Centro Universitário de Lisboa, no dia 06 de Dezembro de 2023, com o Despacho Reitoral nº 263/2023 de 30 de Outubro de 2023, com a seguinte composição de júri:

Presidente: Prof. Doutor Adel Igor Pausini, Universidade Lusófona (ULusófona);

Arguentes: Prof.^a Doutora Patrícia Roque Martins, Universidade Nova de Lisboa (NOVA)

Prof. Doutor Manuel de Azevedo Antunes, Universidade Lusófona (ULusófona);

Vogais: Prof. Doutor Armando Malheiro da Silva, Universidade do Porto

Prof.^a Doutora Maria Romeiras Amado, Universidade Nova de Lisboa

Prof.^a Doutora Mariana Von Hartenthal, Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)

Prof. Doutor Manuel da Costa Leite, Universidade Lusófona (ULusófona);

Orientador: Prof. Doutor Augusto Deodato Guerreiro, Universidade Lusófona (ULusófona).

Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Departamento de Museologia

Lisboa

2023

EPÍGRAFE

O conceito de Museologia Social, traduz
uma parte considerável do esforço de
adequação das estruturas museológicas aos
condicionalismos da sociedade
contemporânea.

(Mário Caneva Moutinho)

Há uma luz que os olhos não veem, mas que o coração sente.

João Palmeiro

Porventura será ousado, demasiado pretensioso, e até sem dor,
falar de cultura, projetando a luz do pensamento, pelo ritmo de cada linha:
Mas como a vida é um risco, que às vezes toma forma de letra incolor,
O homem cria sem pensar, o desfecho de cada esquina.
Destemido e ávido pelo desejo, que o julgador encontre no esplendor,
deste mar de tolerância que o outro nunca adivinha.

João Palmeiro

DEDICATÓRIA

Este trabalho de investigação foi sobretudo inspirado pelo pensamento científico de tiflólogos (portugueses e estrangeiros, mas principalmente portugueses pelo facto do conceito de tiflologia ter começado a ser refletido e aplicado desde o início da década de 30 do século XX entre nós), muito em especial daqueles que têm vindo a abrir caminhos equitativos conducentes à tiflociência, o neologismo conceitual e científico em que o universo tiflológico, com o contributo de outras ciências, começa a definir-se como uma justa aspiração a ciência, embora ainda numa senda humana e social iniciática.

Lembro também nesta circunstância os meus pais, que infelizmente já não testemunham esta etapa da minha vida, mas que foram a essência do meu ser.

Evoco os meus filhos Gonçalo, Laura e Amélia com muito carinho. Sei o orgulho que sentem, e que um dia será dos meus netos.

A espiral da minha vida permite-me o arrojo de evocar aqui a companhia, o estímulo e a dedicação da Clara e da Alexandra, Mães dos meus filhos.

AGRADECIMENTOS

Esta tese de doutoramento foi alicerçada e estruturada no pensamento científico de ilustres Professores que tenho o prazer de privar. Inevitavelmente o Professor Augusto Deodato Guerreiro, meu Orientador, académico que, entre nós, mais tem produzido reflexão sobre ciência e tiflologia, principalmente numa perspetiva tiflocientífica. O seu trabalho é extenso, e está publicado em diversas obras, representa por si só um marco de investigação, que permitirá às próximas gerações, um eloquente estudo sobre uma temática científica tão interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, que bem sugere e exige uma cada vez mais aprofundada pesquisa, investigação, desenvolvimento e aplicação. O estudo da Tiflologia implicará sempre uma revisitação sobre os seus conceitos. Este pensador tem ampliado desmedidamente a conceptualidade e o léxico associado à tiflologia, inovando este caminho tiflocientífico com novos conceitos e vocábulos.

Um agradecimento especial ao ilustre Professor Mário Caneva de Magalhães Moutinho. À excelência do seu pensamento científico, e singularidade como sempre olhou a História das pessoas, determinou a existência de uma escola de pensamento, da qual me orgulho de pertencer. A Sociomuseologia contempla premissas de cariz social, que de forma muito impactante me foram transmitidas pelo Professor Mário Moutinho. Aliás, a forma singela (porque naturalmente sabedor e pragmático) e precisa (porque igualmente dotado de uma profunda utensilagem mental e rigor científico) como encara a vida, também me ajudou de forma decisiva na fundamentação e construção do meu estudo.

Sei que o Professor Mário Moutinho dispensa grandes adjetivações, isso demonstra a nobreza do seu carácter, que tentarei aqui respeitar.

Neste caminho que tenho percorrido, cruzei-me ainda com outros ilustres pensadores, e curiosamente todos com um máximo denominador comum, eventualmente inspirados no Professor Mário Moutinho, ou especialmente firmados na personalidade de cada um, a sua simplicidade, disponibilidade, grande competência científica e intelectual. Essas são características, que marcam a personalidade do Professor Manuel da Costa Leite, Professor Manuel Antunes, Professora Judite Primo, e Professora Maristela Simão, que refiro aqui porque também foram influentes e decisivos nesta investigação.

RESUMO

A equidade nos museus para as pessoas cegas e normovisuais é a expressão sociomuseológica equitativa, ou questão de partida em pesquisa, investigação e desenvolvimento, que sustenta a conceitualidade e a metodologia organizacional e científica desta Tese de Doutoramento, sendo, nesta dimensão e perspetiva, que nos decidimos realizá-la.

Esta trajetória dimensional e de incidência, de acordo com a saturabilidade de pesquisa que conseguimos efetuar, não nos parece ter precedentes análogos, essencialmente ao nível da experiência viva e confirmada, validada e aplicada à Sociomuseologia, pensada para todos e com especial enfoque na acessibilidade e usabilidade cognitivas nos museus, cujas políticas funcionais e operacionais assentam nos princípios básicos e dinamizadores da equidade alargada ao público-alvo em referência, pessoas cegas e pessoas sem essas limitações sensoriais, permitindo-lhes usufruírem, nas visitas aos museus, de um plano de igualdade em direitos e oportunidades, qualidade no prazer observacional e de inteligência.

Os passos formais, no plano prático, e de conteúdo intelectual, em termos sistemático normativos e cognitivos, os seis Capítulos, que fundamentam e estruturam esta Tese, são, em nossa opinião, fundamentos estruturantes bem elucidativos e demonstrativos da nossa constatação e convicção da realidade anómala e excludente que tem vindo a ser oferecida pela generalidade dos museus aos cidadãos que, sob o ponto de vista anatómico, **não veem** e os que **veem**, nesta aceção procurando espelhar o nosso propósito metodológico e científico no encaminhamento e afunilamento do nosso alicerçado e comprovado pensamento para uma síntese integradora em reflexões e considerações finais, salientando e justificando a inequívoca importância, a nosso ver, desta investigação, que profundamente nos atraiu e envolveu, a qual muito desejamos que venha a ser profícua em posteriores etapas equitativas a prosseguir.

Palavras-Chave: Sociomuseologia equitativa, Equidade, Inclusão, Tifloinclusão, Tiflologia/Tiflociência

ABSTRACT

Equity in museums for blind and visually impaired people is the equitable sociomuseological expression, or starting point in research, investigation and development, which supports the conceptuality and organizational and scientific methodology of this Doctoral Thesis, being, in this dimension and perspective, that we decided to do it.

This dimensional and incidence trajectory, according to the saturability of the research that we were able to carry out, does not seem to us to have analogous precedents, essentially at the level of live and confirmed experience, validated and applied to sociomuseology, designed for everyone and with a special focus on accessibility and cognitive usability in museums, whose functional and operational policies are based on the basic and driving principles of equity extended to the target audience in question, blind people and people without these sensory limitations, allowing them to enjoy, in museum visits, an equality plan in rights and opportunities, quality in observational and intellectual pleasure.

The formal steps, on a practical level, and of intellectual content, in normative and cognitive systematic terms, the six Chapters, which support and structure this Thesis, are structuring foundations that are very elucidative and demonstrative of our observation and conviction of the anomalous and excluding reality that has been offered by most museums to citizens who, from an anatomical point of view, do not see and those who do, in this sense seeking to mirror our methodological and scientific purpose in directing and funneling our grounded and proven thinking towards an integrative synthesis in reflections and final considerations, emphasizing and justifying the unequivocal importance, in our view, of this investigation, which deeply attracted and involved us, which we very much hope will be fruitful in subsequent equitable stages to proceed.

Keywords: Equitable sociomuseology, Equity, Inclusion, Typhloinclusion, Typhlology.

SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACAPO - Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal.

ACPTEI - Associação Centro Português de Tiflogia, Equidade e Inclusão.

APA – American Psychological Association.

APEC – Associação Promotora do Ensino dos Cegos.

APEDV – Associação Promotora de Emprego de Deficientes Visuais.

CEVMT - Centro de Experiência Viva - Museu de Tiflogia da FNSE.

CICANT - Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias da
ECATI da ULusófona.

CPTEI - Centro Português de Tiflogia, o mesmo que ACPTEI.

DM - Departamento de Museologia da ULusófona.

ECATI - Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação da
ULusófona.

FNSE - Fundação Nossa Senhora da Esperança.

IOT- Internet of Things.

JSMCL - Jardim Sensorial Manuel da Costa Leite da FNSE.

S.A. – Sem Autor.

ULusófona - Universidade Lusófona.

UMC - União Mundial de Cegos.

ÍNDICE

ÍNDICE	8
ÍNDICE DE FIGURAS	9
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – A EQUIDADE, UM DIREITO UNIVERSAL	16
1.1 Conceitos de Equidade e Inclusão.....	17
1.2 Direitos humanos e inclusão à luz do estipulado pela UNESCO, desenvolvimento, direitos humanos, genealogia	24
1.3 Direitos Humanos em Portugal.....	27
CAPÍTULO 2 – MUSEUS E SOCIOMUSEOLOGIA	35
2.1 Estrutura Investigacional e Metodológica	38
CAPÍTULO 3 - PIONEIROS E ARTÍFICES DA TIFLOGRAFIA.....	63
3.1 Tiflografia de Valentin Haüy	64
3.2 Tiflografia de Barbier de la Serre.....	66
3.3 Tiflografia de Louis Braille	73
3.4 Alfabeto tiflográfico Moon	77
3.5 Alfabeto tiflográfico Mascaró	80
CAPÍTULO 4 - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E CULTURAL DA FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA NO CONTEXTO DA TIFLOINCLUSÃO.....	85
CAPÍTULO 5 - A QUESTÃO DOS SENTIDOS E DA MULTISSENSORIALIDADE DAS PESSOAS CEGAS NO USUFRUTO DOS MUSEUS EM EQUIDADE E ANALOGIA COM AS PESSOAS NORMOVISUAIS.....	105
5.1 O Háptico Percetivo e Multissensorial na Definição e Precisão Ecolocalizacional, Somatossensorial e Cinestésica das Pessoas Cegas nos Museus.....	107
5.2. A Questão dos Sistemas Sensoriais no Relacionamento e Interação Social das Pessoas Cegas, em Geral e nos Museus	114
5.3 Percecionar e Entender com Clareza e Objetividade	122
5.4 A Perceptibilidade dos Sistemas Sensoriais como Garante da Sociocomunicabilidade, Orientação e Mobilidade, Autonomia e Independência, Relacionamento e Interação das Pessoas Cegas: Mais Alguns Elementos Adicionais	142
CAPÍTULO 6 - DISCUSSÃO DE RESULTADOS E HIPOTISAÇÃO DE MELHORIAS PESQUISACIONAIS E INVESTIGACIONAIS PARA UM DESENVOLVIMENTO UNIVERSAL DO MUSEU PARA TODOS	166
REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	178
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, WEB-GRÁFICAS E ESPAÇOS BIOBIBLIOGRÁFICOS (ACESSÍVEIS ON-LINE) DE PERSONALIDADES NA ÁREA DA TIFLOGRAFIA EM PORTUGAL.....	187
Espaços Biobibliográficos (Acessíveis On-Line) de Personalidades na Área da Tiflografia em Portugal:	212
BREVE GLOSSÁRIO TIFLOCIENTÍFICO	214

ÍNDICE DE FIGURAS

figura 1: 1º Quadro Tiflográfico	67
figura 2: 2º Quadro Tiflográfico	68
figura 3: 3º Quadro Tiflográfico	70
figura 4: 4º Quadro Tiflográfico	75
figura 5: 5º Quadro Tiflográfico	78
figura 6: 6º Quadro Tiflográfico	81
figura 7: Fotografia de Inauguração do Museu com Secretária de Estado Ana Sofia Antunes, Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide António Pita e Presidente da FNSE João Palmeiro.	96
figura 8: Fotografia da exposição «Aromas que nos guiam», com a presença de várias pessoas. Fonte: Joaquim Iria	96
figura 9: Fotografia do Professor Augusto Deodato Guerreiro e a Secretária de Estado Ana Sofia Antunes, a descerrar a placa de Inauguração do Centro de Investigação em Tiflologia Augusto Deodato Guerreiro. Fonte: Joaquim Iria	97
figura 10: Visita de grupo - Cegos oriundos da Alemanha	97
figura 11: Fotografia da fachada do Museu de Tiflologia. Fonte: Ana Junceiro	98
figura 12: Fotografia do interior do Museu de Tiflologia. Fonte Ana Junceiro	98
figura 13: A versão digital contempla um vídeo da FNSE elaborado em 2021.	99
figura 14: Estatutos da Fundação, Artigo 3º fins e Artigo 4º atividades tiflológicas.	101
figura 15: Fotografia da 1ª ata dos corpos sociais da Fundação.	102
figura 16: Fotografias de lombadas dos livros de atas.	103
figura 17: Fotografias de lombadas dos livros de atas.	104
figura 18: Fotografia do regulamento para atribuição do prémio de mérito científico FNSE.	104
figura 19: Fotografia de crianças em idade escolar numa visita ao Museu de Tiflologia.	168
figura 20: Fotografia de uma turma de crianças a visitar o Centro de Arte e Cultura.	169
figura 21: Fotografia de crianças a observar uma peça no Museu de Tiflologia.	169
figura 22: Fotografia de uma turma de crianças em visita ao Centro de Arte e Cultura.	170
figura 23: Fotografia de crianças a interagir com peças do Museu de Tiflologia.	170
figura 24: Reportagem da RTP, dia 17 de Junho de 2021, sobre o projeto das «Oliveiras Dialogantes».	171

INTRODUÇÃO

De acordo com a nossa pesquisa efetuada (para além de certos casos pontuais observados, mas muito aquém do que temos vindo a refletir e a promover numa dimensão e perspetiva de alcance em equidade desejável), a presente Tese de Doutoramento não parece ter precedentes análogos nesta perspetiva e amplitude de investigação e desenvolvimento, experiência viva e confirmação, validação e aplicação ao nível da Sociomuseologia pensada para todos, com particular enfoque na equidade e acessibilidade especiais para que as pessoas cegas possam começar a visitar museus num plano de igualdade em qualidade e oportunidades equitativas com as pessoas normovisuais.

Assim, procurando espelhar o nosso propósito nesta abertura sucinta, dimensionando a estruturação metodológica e científica da Tese e o seu encaminhamento para a respetiva síntese integradora, que são as reflexões e considerações finais, julgamos ser conveniente salientar as seguintes justificações (nelas implicitando a nossa motivação) da Tese em referência:

a) Justificamos o tema desta Tese porque:

- Desde sempre nos anima um grande interesse e motivação para tornar o que é visível ao tato e/ou à audição, assim levando ao acesso de todos tudo o que é possível, nessa medida sentindo-nos com a vocação precisa para o desempenho de funções equitativas ao nível da investigação (desenvolvimento e aplicação) e docência nos planos profissional, académico e científico, razão por que nos decidimos matricular no Doutoramento em Sociomuseologia no Departamento de Museologia da Universidade Lusófona, no sentido de também podermos contribuir para o encontro e a exploração das melhores hipóteses, numa lógica investigacional e académica, para continuarmos a promissora atividade da Fundação Nossa Senhora da Esperança na valorização e inclusão em equidade das pessoas cegas nas mais variadas áreas do conhecimento, incluindo a investigação e o desenvolvimento das suas reais potencialidades e competências, deste modo pretendendo abrir-lhes mais caminhos, com a necessária solidez num processo igualitário com as pessoas normovisuais, em que predomine a qualidade de vida e a igualdade nos direitos, nos acessos e oportunidades em analogia com os demais cidadãos sem aquelas limitações sensoriais. Neste sentido, e de acordo com o nosso objeto de estudo, já esta Fundação criou o Centro de Experiência Viva – Museu de Tiflogia, sendo o primeiro Museu do género em Portugal e que já começou a granjear incentivador interesse a nível internacional, tendo já sido premiado no âmbito do Ibermuseus e estando, em 2023, a corresponder em ciência através da realização de cinco Workshop's com enfoque na acessibilidade e usabilidade dos

Museus ibero-americanos por parte de visitantes cegos e normovisuais em igualdade de oportunidades exploratórias e de prazer nessas visitas.

A iniciativa tem como objetivo geral, promover a acessibilidade cultural e a tiflogia em museus ibero-americanos por meio de projeto piloto de elaboração de materiais educativos no Museu de Tiflogia de Castelo de Vide, e tem como objetivos específicos, Realizar 5 workshops para a elaboração de forma participativa do material educativo associado à exposição de longa duração do Museu de Tiflogia. Elaborar materiais educativos específicos em braile e para normovisuais. Elaborar um marco metodológico a ser replicado em outras instituições museológicas na Ibero-América. Fortalecer as redes de educação museal e tiflogia na Ibero-América, culminando com o objetivo específico, de criação do Observatório Lusófono e Ibero-Americano de Tiflogia e Ciência em Equidade e Cidadania (OLITCEC), o qual poderá integrar o Observatório do IberoMuseus ou funcionar em afinidade com o mesmo.

- Integramos o Conselho de Administração da Fundação Nossa Senhora da Esperança, ao qual presidimos há já um bom par de anos, estamos bem cientes da relevante importância desta Fundação na emancipação social dos cidadãos cegos em Portugal, sobretudo a partir da sua preparação sociolaboral nos domínios da música e fabril, pretendemos agora continuar os trabalhos de pesquisa e investigação e, bem assim, do desenvolvimento das capacidades e competências das pessoas cegas, procurando as mais adequadas e/ou ajustadas soluções tifloinclusivas nas diversas áreas do conhecimento, com particular incidência na socio Museologia para todos.

b) Os pressupostos básicos e a questão de partida (Inclusão em Equidade das Pessoas Cegas e Normovisuais nos Museus) radicam-se na sugestividade do próprio título desta Tese e na substância e alcance do conteúdo da alínea anterior, em conformidade com a estruturação metodológica e científica (descritiva/qualitativa e com demorados e aprofundados diálogos com investigadores cegos, sobretudo com o que, entre nós, mais tem produzido nos planos tátil, háptico-percetivo e multissensorial, abrangendo o ecolocalizacional e o ecoacústico na orientação e mobilidade) a que nos subordinamos na linearidade da matéria dos Capítulos por que optámos para a elaboração desta Tese. Cabe aqui salientar que, no que respeita a certas referências bibliográficas, apenas disponíveis em braile (cujo enorme volume mereceria um aprofundado levantamento e análise), porque ainda não dominamos a fluente leitura em braile,

toda a bibliografia em braille mencionada nesta Tese foi-nos lida com entusiasmo e de viva voz pelo investigador Deodato Guerreiro.

c) Quanto aos Objetivos Gerais e Objetivos Específicos:

- Os Objetivos Gerais prendem-se com o facto de pensarmos a conceção do Museu para todos os cidadãos, sem exclusões da mais diversa natureza, trabalho de investigação que ficará para desenvolver em etapas posteriores à defesa desta Tese.

- Os Objetivos Específicos, os que mais restritamente enunciamos nesta Tese, prendem-se com a necessidade de refletirmos o Museu em equidade na sua acessibilidade e usabilidade, simultaneamente para pessoas cegas e normovisuais, baseando-se a fundamentação científica em referências bibliográficas na área da tiflogia publicadas dos autores mais credibilizados na matéria em Portugal. São todas as metas a alcançar neste propósito e processo equitativo, no fundo, as etapas que o Museu tem a obrigação e o dever de criar ou adotar e de implementar no seu funcionamento para receber e servir em igualdade os visitantes em referência, com limitações sensoriais e sem essas limitações, tendo em conta também as diferentes potencialidades e competências dos visitantes, o nível de cognição, de autonomia e independência e o tipo de orientação e mobilidade, incluindo condicionantes de ordem física, neuromotora e de outra índole limitativa.

d) Em relação à estruturação metodológica e científica desta Tese, para além dos elementos Pré-Textuais e Pós-Textuais, Introdução e Reflexões e Considerações Finais, dividimo-la em seis Capítulos, sendo redundantes ao referir Introdução e Reflexões e Considerações Finais por uma questão de enquadramento preliminar e justificando o processo metodológico qualitativo e descritivo que decidimos seguir nesta investigação:

- Introdução - Breve espelho preambular e justificativo desta Tese de Doutoramento em Sociomuseologia.

CAPÍTULO 1 – A EQUIDADE, UM DIREITO UNIVERSAL

Equidade e Inclusão, Direitos humanos e inclusão à luz do estipulado pela UNESCO, desenvolvimento, direitos humanos, genealogia. Direitos Humanos em Portugal, e Direitos Humanos na atualidade.

CAPÍTULO 2 – MUSEUS E SOCIOMUSEOLOGIA

Estrutura Investigacional e Metodológica, com uma bordagem circunstanciada da escola da Sociomuseologia e dos seus pensadores.

CAPITULO 3 - PIONEIROS E ARTÍFICES DA TIFLOGRAFIA

Tiflografia de Valentin Haüy

Tiflografia de Barbier de la Serre

Tiflografia de Louis Braille

Alfabeto tiflográfico Moon.

Alfabeto tiflográfico Mascaró

CAPITULO 4 - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E CULTURAL DA FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA NO CONTEXTO DA TIFLOINCLUSÃO

CAPÍTULO 5 - A QUESTÃO DOS SENTIDOS E DA MULTISSENSORIALIDADE DAS PESSOAS CEGAS NO USUFRUTO DOS MUSEUS EM EQUIDADE E ANALOGIA COM AS PESSOAS NORMOVISUAIS

O Háptico Perceptivo e Multissensorial na Definição e Precisão Ecolocalizacional, Somatossensorial e Cinestésica das Pessoas Cegas nos Museus, a Questão dos Sistemas Sensoriais no Relacionamento e Interação Social das Pessoas Cegas, em Geral e nos Museus, e Percecionar e Entender com Clareza e Objetividade

A Perceptibilidade dos Sistemas Sensoriais como Garante da Sociocomunicabilidade, Orientação e Mobilidade, Autonomia e Independência, Relacionamento e Interação das Pessoas Cegas

CAPÍTULO 6 - DISCUSSÃO DE RESULTADOS E HIPOTISAÇÃO DE MELHORIAS PESQUISACIONAIS E INVESTIGACIONAIS PARA UM DESENVOLVIMENTO UNIVERSAL DO MUSEU PARA TODOS

REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que respeita a alguns mais especializados conceitos e léxico, siglas e acrónimos, redação científica e referenciação bibliográfica no corpo do texto e no final da Tese, cumpre-nos indicar o seguinte:

- Elaborámos (mediante uma esforçada mas gratificante pesquisa aprofundada) e apresentamos nesta Tese um breve Glossário Tiflocientífico, salientando o mais complexo sob

o ponto de vista conceitual, lexical e científico sobre conceitos e vocábulos menos comuns no “mundo da vida”, recorrendo à expressão fenomenológica de Edmund Husserl (1859-1938), de modo a facilitar a desejável intercompreensão cognitiva e científica entre o Ex.mo e Douto Júri (cuja possível generosidade intelectual esperamos poder merecer) e o candidato, numa matéria tão cativante, inovadora e promissora, neste caso muito em especial ao nível da cultura e prática da equidade sociocognitiva e sociomuseológica, colocando-se em natural paridade pessoas cegas e normovisuais nas frutíferas visitas e utilização dos museus.

- Utilizamos siglas e acrónimos para facilitar a fluência na leitura da Tese.

- A redação científica, quanto à sua escrita, circunstancia-se ao Acordo Ortográfico em Vigor e o Sistema de Referência Bibliográfica seguido está de acordo com o compósito Regulamentado pela Universidade Lusófona, havendo algumas anotações em Referências Bibliográficas, elucidativas de especificidades do documento consultado, que achamos ser útil fazer, verificando-se por vezes a omissão do número de página em referências bibliográficas no corpo do texto, sobretudo quando se trata de monografias ou de material de investigação impresso em braille e transcrito sem essa indicação (por não ser mencionada a partir do original consultado), a qual integra a Antologia Tiflológica em Portugal e se espera ver concluída em finais de 2023, também acessível em caracteres comuns.

As Referências Bibliográficas e Web-Gráficas integram a bibliografia e a web-grafia, respetivamente citada e, em afinidade, consultada. Será aplicada a Norma APA, 6.ª Edição.

CAPÍTULO 1 – A EQUIDADE, UM DIREITO UNIVERSAL

1.1 Conceitos de Equidade e Inclusão

Têm vindo a merecer, ultimamente, razoável e frutífera discussão os conceitos de Inclusão e Equidade, quer em relação ao seu significado e aplicação quer em relação à sua precisa referenciação e utilização terminológica, no sentido de, com a máxima naturalidade, a sociedade ir evitando o uso de palavras que, de algum modo, possam comprometer o processo de trabalho conducente à aceitação mútua entre os cidadãos, independentemente das diferenças da mais diversa ordem que os caracterizem, para que todos passem a ter lugar na sociedade de todos, sem rótulos de marginalização social e, nessa medida, a sentirem-se na sociedade em perfeita participação social em igualdade com os demais cidadãos.

Sem pretendermos ser redundantes em relação aos investigadores que mais têm subsidiado intelectualmente a nossa Tese – Anna Feitosa (2018, pp. 333-334), Deodato Guerreiro (2018, pp. 332-333, 335), Domingos Rasteiro (2018, pp. 98-102, 336), Jorge Serrano (2018, pp. 226-228, 236-240) e Vítor da Fonseca (2018, pp. 206-213) -, importa, contudo, dissertar sobre estes dois conceitos fundamentais.

Inclusão e equidade são designações conceituais e expressivas semelhantes, embora sendo o conceito de inclusão mais restrito e excludente do que o de equidade, não devendo, por isso, confundirem-se sob o ponto de vista conceitual e de aplicação, num progressivo itinerário natural no relacionamento e convívio de todos os cidadãos, mitigando uma certa relevância excludente no chamado convívio inclusivo.

A equidade nasceu no âmbito do direito. A equidade tem a sua origem na Grécia Antiga, com uma força jurídico educativa e histórico intercultural tão construtiva, que já assume hoje a dimensão empreendedora e holista alargada e surpreendente. Falar de equidade ('epieikeia'. em grego e 'aequitate' em latim), implica associar-lhe o termo Isonomia, que é a garantia de direitos iguais a todos os cidadãos perante a lei, só tendo de ser entendida, neste contexto, como a adaptação da lei à justiça, da forma mais humana e justa possível. Nesta aceção, a Equidade, desde a sua génese, tem vindo a ampliar-se e a aprofundar-se consoante as necessidades e a imaginação têm conseguido sugerir, criar, validar e implementar.

Num périplo muito resumido pela história da equidade e pela sua conceção e aplicação no mundo atual, e, nesta atualidade, com particular enfoque na diversidade e na disfunção visual, a equidade tem a sua génese na Grécia, conforme o já referido, no contexto das Cidades-Estado gregas, sobretudo Atenas, e que nos conduziu ao desenvolvimento da filosofia, sendo a fonte da equidade, que chegou aos nossos dias, principalmente à luz do direito, com bastante

peso histórico e institucional no Direito Romano.

Em analogia com o pretender-se garantir direitos iguais a todos os cidadãos perante a lei, a isonomia, e a pretensão em adaptar-se a lei à justiça social da maneira mais humanamente justa, é a essência da razão da nossa reflexão, sendo nessa configuração de intenções que entendemos todo o trabalho conjunto que deve ser realizado para adaptar a sociedade às diferentes dificuldades ou desvantagens incapacitantes dos cidadãos que, com todos aqueles que não têm essas dificuldades, constituem as diferentes civilizações, desde o fundo dos tempos e ao longo da história humana. Somos todos, naturalmente, cidadãos deste mundo, independentemente das dificuldades que cada um de nós carrega consigo.

Não há ninguém que venha de outro mundo para ser integrado, inserido, incluído neste mundo de todos e que todos constituímos.

O conceito de equidade, nascido ligado ao direito, porque continha em si a ideia de adaptação do direito ao caso, não pretendendo dissolver o direito escrito, mas apenas pretendia torná-lo mais democrático.

Mas devemos adiantar que o conceito de equidade é a característica de algo ou de alguém que revela senso de justiça, imparcialidade, isenção e neutralidade.

A nossa correção no modo de agir ou de emitir uma opinião; em que há lisura, honestidade; igualdade ou tratar alguém com equidade.

O estarmos dispostos para reconhecer a imparcialidade do direito de cada indivíduo, podendo reconhecer o nosso grupo a equidade dos membros do mesmo.

Para Kant, o conceito de equidade não estava ligado ao direito, mas, sim, ao tribunal da consciência, como refere Deodato Guerreiro (2021b):

A equidade está no tribunal cívico da sensatez e dignidade da nossa consciência, sendo uma efetiva e indómita conquista, mediante o exercício desse propósito desde o berço e/ou associando-lhe experimentadas e inerentes estratégias metodológicas para a intersocialização de todos os cidadãos. (p. 14)

Mais recentemente, integração, inserção e inclusão, a evolução do conceito de inclusão, parece que nos comprime numa espécie de implosão entre inclusão e exclusão, não nos deixando margem para respirar equidade na mais efetiva e natural aceção e consumação. Quanto mais falamos no conceito de inclusão, parece que mais promovemos a exclusão, deixando sobressair na reciprocidade entre ambos os conceitos um sentimento de excludência (Guerreiro, 2021b, p. 14).

Para, com ponderação e prudência, intentarmos ir saindo desta espécie de imprecisão e insuficiência conceitual e aplicacional da inclusão↔exclusão, temos vindo a utilizar o conceito de equidade, pela emergência do alcance conceitual em que, também entretanto, nos temos encontrado e envolvido em investigação, desenvolvimento e conscientização do sucesso possível na perspetiva de uma teoria da equidade em pedagogia, educomunicação (educação↔comunicação), ciência, tecnologia e cultura, cada vez mais empenhados em conferir o devido valor à riqueza da diversidade e nela colher mais vigorosos resultados para nos enfocarmos no conceito de igualdade para todos e podermos concebê-la e legitimá-la em favor dos justos direitos e oportunidades e, nessa medida, da qualidade de vida para todos, no caso, restringindo-nos aos cidadãos cegos e normovisuais.

Temos vindo a adotar o conceito de equidade, pela emergência do alcance conceitual em que, também entretanto, temos vindo a encontrar-nos e a envolver-nos em investigação, desenvolvimento e conscientização do sucesso possível na perspetiva de uma teoria da equidade em pedagogia, educomunicação, ciência, tecnologia e cultura, embora mais centrados na valorização da diversidade e na promoção da igualdade em direitos, oportunidades e qualidade de vida dos cidadãos cegos com os normovisuais, seguindo em sintonia com o investigador em referência.

Há autores/pensadores já há muito incorporados na nossa cultura, cujos pensamentos abaixo, para além dos livros dos mesmos também pesquisáveis nos sites respetivamente indicados, nos tem influenciado no aprofundamento do nosso sentir e interpretar a problemática que investigamos e é objeto desta Tese.

Marcel Proust (1871-1922) dizia que “a verdadeira viagem de descoberta não consiste em buscar novas paisagens, mas em ter um novo olhar” (Proust,) [www. Pensador.com](http://www.Pensador.com) acedido em Março de 2023). Estamos nesse novo olhar, com esse novo olhar, a partilhar e a fazer generalizar esse novo olhar, juntando para esse efeito pessoas com e sem limitações, de modo a irmos vencendo imperfeições humanas, mesmo com os inerentes condicionalismos que nos possam afetar.

Aliás, sustentava a propósito Stephen Hawking (1942-2018) que “sem imperfeição, você e eu não existiríamos” (Hawking, www.pensador.com/frases_stephen_hawking/ acedido em Março de 2023), admitindo nós, o que é discutível, o facto de existirem pessoas escuras e pessoas profundamente limitadas, como ele próprio, essencialmente no plano neuromotor, no uso das suas capacidades e competências na sociedade de todos. Só poderemos chegar a 'bom porto', desde que juntos num permanente diálogo de dúvidas e esclarecimentos entre todos e

com todos, também na aceção do afirmado pelo filósofo e matemático Pascal (1623-1662): “Ninguém é tão ignorante que não tenha nada para ensinar. Ninguém é tão sábio que não tenha nada para aprender” (Pascal, <https://www.pensador.com/frase/NTgxODQw/>, acedido em Março de 2023). É nesta viagem árdua, mas já com uma ténue luz ao fundo do túnel, que só devemos prosseguir, numa missão preventiva e interventiva igualmente dura, nesse sentido parafraseando Mahatma Ghandi (1869-1948), sendo nós próprios a mudança que queremos ver realizada no mundo.

A equidade está no coração e na lógica altruísta da razão de cada um de nós, que está no sentimento ético deontológico, moral e cívico de cada um de nós, devendo-nos ser incutida desde o nascimento e desde que, com a máxima naturalidade, a olhemos, a sintamos, a vivamos e a enriqueçamos com a valorização da diversidade e, nessa medida, com a promoção dessa mesma equidade, assim humanizando a vida em cidadania e, como Deodato Guerreiro tem escrito, *no prazer solidário de existir*, sendo, inclusive, integrante do subtítulo do Dicionário de Conceitos, Nomes e Fontes para a Inclusão: Humanizar a Vida em Cidadania e no Prazer Solidário de Existir.

Como temos vindo a escrever e a sustentar, citando Deodato Guerreiro (2018):

A inclusão é uma doutrina, uma filosofia ou postulado sociocomunicacional e cultural, socioeducativo e sociocognitivo, que se anseia e tem de se cultivar sobretudo num olhar, num empenho e desempenho pedagógico socializador e universalizador sobre todo o ser humano (no seu relacionar-se e interagir), promovendo, sem reservas, a aceitação mútua numa dimensão antropológico social, domínio e generalização do conhecimento das diferenças próprias de cada indivíduo com problemas e o saber interagir com elas (sejam essas diferenças de natureza social, étnica e cultural, ou resultantes de características físicas, sensoriais, cognitivas, motoras, psíquicas, intelectuais e outras), numa perspetiva que vise o natural bem-estar da pessoa com problemas na sua participação social na família e na escola, na sociedade e na vida em geral, sendo compensada, consoante as suas necessidades, com os adequados apoios educativos e formativos, ajustados imperativos institucionais estes que, sempre que necessário, também a têm de acompanhar na sua atividade profissional e no viver com qualidade de vida, sendo esta a forma de vencer em si mesma e na consciência de certos cidadãos escorregados os efeitos por vezes infundados e negacionistas das mais diversas valências e competências, no caso tiflocientíficas e tifloinclusivas. (pp. 332-333)

Nem sempre o conceito de inclusão tem sido entendido e praticado em consonância com a pretensão para que aponta a intenção e a sua utilização, significando o conceito a vontade e ação expressas no sentido de todas as pessoas, independentemente de terem limitações ou não, devendo traduzir-se na naturalidade convivencial em reciprocidade de capacidades e

competências num processo de mútua aceitação sem reservas nem espetacularização de consecuições pontuais, como o continua a atestar Deodato Guerreiro (2018d, pp. 202, 2018, pp. 332-335, e 2021b, p. 10), mas contextualizado na citação seguinte (Guerreiro, ano):

O conceito de inclusão é, infelizmente muitas vezes ainda, um fantasma de rosto incrédulo e um vendaval de ideias que determinadas circunstâncias e oportunismos soltam, provocando autênticos e momentâneos *tsunamis* de confusão social, mas que depressa se esbatem na prudência emocional inteligente, investigacional e desenvolvimental, no prazer de sobreviver às intempéries sociais e no amar os adequados resultados inclusivos que essa prudência acautela, prossegue e promove.

A Inclusão é o empenho e desempenho, no propósito de se ir criando as adequadas condições para o desenvolvimento consolidado do caminho conducente a esse objetivo, uma caminhada que deverá ser feita de mãos dadas, no caso entre os cidadãos cegos e normovisuais, o que significa entre as pessoas com e sem deficiência, sociedade civil e sociedade sociopolítica, Estado e sociedade, nos mais variados domínios do conhecimento, inclusive da publicidade, mesmo na sua forma infocomunicacional confusional, não numa aceção de confusão, mas na conciliação misturada da comunicação expressiva com a comunicação representativa. (p. 202)

É neste âmbito que também se reconhece a premente necessidade de, no final do primeiro quartel deste século XXI, se encontrarem as adequadas soluções plurais que possam garantir às pessoas limitadas ou condicionadas, aos mais diversificados níveis, a necessária acessibilidade e usabilidade em relação a tudo, em analogia com as pessoas sem esses condicionalismos, da diversidade de conteúdos nas áreas de intervenção publicitária ou da publicidade, usufruindo da universalidade e da pluralidade de informação, bens e serviços a disponibilizar cada vez mais para todos os cidadãos, numa justa e sistematizada solidariedade inclusiva em cidadania e equidade.

Mas a inclusão só acontecerá quando, naturalmente, se deixar de utilizar esse conceito com o peso significacional, restritivo, rotulativo e marginalizante, em que o conhecemos e o deixamos aplicar.

A equidade tem de residir no tribunal kantiano, que deverá ser o de todos nós, no plano cívico da nossa sensatez e consciência humanizadora da vida, todavia, tem sido uma espécie de difícil estudo, um pouco à semelhança do polir a pedra (Confúcio) e, nessa medida, é sentirmos prazer e gratidão na descoberta de caminhos complexos e conducentes à Sabedoria, que é a parte suprema da felicidade (Sócrates), assim nos desenvolvendo e socializando cognitiva e sociocognitivamente em fecundos e interligados itinerários, como o educativo e comunicacional, o relacional e interativo, o biopsicossocial e humano, na vida prática e teórico/empírica e numa permanente defesa e sustentabilidade da harmonia intelectossocial e

intercompreensiva nos grandes valores e direitos humanos, agarrando e multiplicando as oportunidades, em sintonia com Sun Tzu (que viveu entre cerca de 500 a cerca de 320 a.C.), promotoras da equidade, da solidariedade e da partilha, de forma que essas indissociáveis variáveis assumam, na valorização das diversidades, a necessária abundância em empreendedorismo, empregabilidade, sonhos a alcançar em qualidade de vida.

Citando Deodato Guerreiro (2022):

O conceito de equidade também nos parece ser mais global e preciso, com um caráter mais académico científico do que o conceito de inclusão. De resto, a equidade tem uma força visível que atravessa a nossa investigação, que preparamos para ser defendida em Tese de Doutoramento. É que, neste contexto, e conforme os aprofundados diálogos que temos vindo a realizar sobre este assunto, mais sentimos a convicção de que: Quanto mais se fala no conceito de inclusão, parece que mais se promove, ao mesmo tempo, a exclusão, implodindo, no processo de reciprocidade entre ambos os conceitos, uma camuflada excludência. Quando pensamos em inclusão, estamos a ter uma sensação e conceção de algo de estranho e restritivo, sob o ponto de vista societal e humanitário, como que esquecendo o básico e aglutinador em antropologia social e cultural, que é a interculturalidade no pluricultural e multiétnico, que deveríamos observar em todos os povos do mundo, onde determinadas questões, que nos podem remeter para a inclusão social só deveriam ser pensadas e sentidas, de forma positivamente saudável e construtiva, numa universalização de práticas equitativas, de modo a encontrarmos as mais sólidas hipóteses para o fomento dessa intercultural ética deontológica e moral da aceitação mútua em consumação progressiva. (Pensamento nº 206. Acessível no Blog deodatoguerreiro.blogspot.pt)

É que a palavra inclusão, só por si, induz-nos, devolve-nos ou implica-nos num sentimento de excludência. O conceito de inclusão ganhou absorção aos níveis oficiais e particulares, porque o uso do vocábulo generalizou-se de forma abrangente, nos diferentes contextos, sobretudo pela imediata inculcação nas diferentes esferas de pensamento sociais e pela simplicidade signficacional que o termo acaba por oferecer no seu uso comum.

O processo de intersocialização é uma caminhada equitativa, tão natural quanto possível, em que se deve cultivar e implementar a já tão aludida aceitação mútua entre as pessoas, independentemente de etnias, credos e as mais variadas diferenças de natureza sensorial, neuromotora, cognitiva, etc., dando à sociedade e a todas as pessoas que a constituem todos os meios que possam ser catalisadores da indispensável reciprocidade socialmente unificadora das pessoas na sociedade, que é de todos no mundo para todos.

Isto não é simples utopia, a utopia até nos impulsiona para a concretização de sonhos aparentemente impossíveis, mas é uma capacidade e uma competência que toda a gente tem

dentro de si e que pode pôr a render em favor de todos os cidadãos, desde que a dignidade seja o suporte intencional e de ação.

De resto, conforme o atesta Guerreiro (2020b):

Somos o que nos ensinam e aprendemos desde o berço, somos o que observamos e incorporamos na nossa cultura e nas nossas ações, o que sonhamos e despertamos, o que lemos, o que conhecemos e sabemos, o que pensamos e fazemos, o que a nossa permanente e insaciável inquietude pela equidade nos faz ser, num generoso e holístico alcance humano. (Pensamento n.º 225, p. 99)

Persistimos na defesa e na promoção das sinergias de carácter social, educativa e comunicativa, numa interação fomentadora de paz e justiça, generosidade e harmonia, resiliência e entusiasmo, competência em solidariedade e partilha, para que esta inspiração sinérgica nos possa fazer invictos no empenho e desempenho na clarificação e objetivação de realidades problemáticas, como as que abordamos nesta Tese, as quais só se vão resolvendo com imperativos impostos pela sensibilidade e vocação, pela capacidade e competência humana social e cognitiva (em que a competência do amor se possa impor como a mais relevante e decisiva), assim alimentando a esperança na equidade e respetiva exponenciação prática em dignidade na defesa e promoção dos valores e dos direitos humanos, procurando encontrarem-se e valorizarem-se comportamentos e ações que possam ajudar a desbravar caminhos que sejam conducentes à tão desejada mútua aceitação uns dos outros, para isso sendo imprescindível estabelecer a necessária consensualidade através de etapas intercompreensivas de investigação e desenvolvimento, de teste, validação e aplicação, futurizando desenvolvimento humano e progresso planetário, desta forma se podendo ir espalhando, com naturalidade, princípios e boas práticas equitativas no mundo de e para todos.

1.2 Direitos humanos e inclusão à luz do estipulado pela UNESCO, desenvolvimento, direitos humanos, genealogia

Associa-se normalmente a primeira geração de Direitos Humanos à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que emergiu da Revolução Francesa de 1789 e da Constituição dos Estados Unidos da América de 1787. Contudo, historicamente, os Direitos Humanos são precedidos pelo Código de Hamurabi (+/-1700 a.C., Mesopotâmia) onde se inclui o direito à remuneração básica por dia ou a proteção aos mais fracos, aos órfãos, e às viúvas. Pela Lei das 12 Tábuas (450 a.C. Roma), conjunto de regras de vida do povo romano, que estabelece de alguma forma o princípio da igualdade, a definição de procedimentos judiciais e do Direito da Família e Sucessório.

Pela Magna Carta (1215, Inglaterra), que define alguns deveres do Rei para com o povo, confere o direito à justiça e julgamentos segundo a lei e não de acordo com a vontade do monarca.

Pela Petição do Direito (1628, Inglaterra), em que nenhum tributo pode ser imposto sem o consentimento do Parlamento, bem como nenhum súbdito pode ser encarcerado sem motivo demonstrado e a Lei Marcial não pode ser usada em tempo de paz. Especialmente relacionado com a primeira geração de direitos humanos, está a carta Bill of Rights (ou Declaração dos Direitos dos Cidadãos dos Estados Unidos), texto que pretende elencar os direitos das pessoas. Entre eles, garante-se o direito à vida, à liberdade, à igualdade e à propriedade.

Na Europa, o movimento político pela defesa dos Direitos Humanos surge associada à Revolução Francesa, após um processo histórico de monarcas, que governaram sob a tónica do absolutismo.

A Segunda Geração de Direitos Humanos destaca o conceito de IGUALDADE. Não basta somente ter liberdade e conseguir limitar o poder abusivo dos governantes, é necessário que os Estados ofereçam saúde, educação, habitação, transporte, trabalho, lazer, por meio de políticas públicas inclusivas.

Em 1789, foi redigida a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. De cunho liberal e baseada nos ideais iluministas, que pregavam a igualdade, a liberdade e a fraternidade, essa declaração tinha por objetivo assegurar que nenhum homem deveria ter mais poder ou direitos que outro, numa lógica do ideal republicano.

Tanto a declaração americana quanto a francesa não asseguravam direitos amplos a todos os membros da raça humana, pois, nessa altura, as mulheres ainda não possuíam todos os seus direitos civis garantidos e ainda havia escravidão.

A procura pela igualdade, de condições materiais e de educação, surge com a Revolução Russa de 1917 e com o Estado de Bem-Estar Social, logo após a Primeira Guerra Mundial, principalmente nos países europeus. Somente em 1948 foi publicada a carta oficial, contendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual asseguraria, para todos e todas, os seus direitos básicos.

A história desse documento acompanha a história do início da Organização das Nações Unidas (ONU), que iniciou as suas atividades em fevereiro de 1945. O que se queria naquela altura era evitar novas tragédias, como as ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial. Era essencial não existirem atos políticos ou governativos, como os que tinham precedido, designadamente, a chamada «solução final» do governo nazista contra o povo judeu, bem como a escravização de povos, e outros genocídios.

Com o fim da Segunda Grande Guerra, o cenário continha milhões de mortos, milhões em situação de miséria e fome, e milhões de civis que tiveram algum direito violado por ataques, ações ou crimes de guerra.

Para elaborar estratégias que evitassem novas tragédias, representantes de 50 países reuniram-se para elaborar um organismo mundial que visava garantir a paz e o respeito entre os povos. A primeira ação elaborada foi a formação de uma Comissão de Direitos Humanos da ONU, que ficaria responsável pela redação de um documento prescritivo para elencar todos os direitos fundamentais dos seres humanos.

Os Direitos Humanos, na definição das Nações Unidas (1948, p. 1) "são direitos inatos de todos os seres humanos, independentemente da sua nacionalidade, local de residência, sexo, nação ou origem étnica, cor, religião, linguagem, ou qualquer outro estatuto. Todos são portadores dos mesmos direitos, em igualdade sem qualquer discriminação".¹

Estes direitos são interrelacionados, interdependentes e indivisíveis. Os Direitos Humanos Universais são garantidos pela lei, expressos em tratados internacionais em normas internacionais consuetudinárias, princípios gerais e outras fontes de direito internacional. Os

¹ A declaração foi concluída em 18 de junho de 1948 e aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 10 de dezembro de 1948.

Direitos Humanos Internacionais estabelecem obrigações para os Estados e os governos para agirem, de forma a promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais dos indivíduos ou grupos. Os direitos Humanos são universais e inalienáveis. A sua universalidade decorre da Convenção Universal dos Direitos Humanos, proclamada pelas Nações Unidas em 1948.

A terceira geração de Direitos Humanos identifica a FRATERNIDADE como fator de coesão social. Esta geração de direitos foi consagrada após a década de 1960 e procura garantir a proteção de grupos sociais vulneráveis e também a preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Tendo em vista as Gerações de Direitos Humanos e a discussão contemporânea sobre a importância da sustentabilidade, desde o final do século XX, é fundamental perceber a sua importância para garantir que as gerações futuras possam desfrutar de todos esses confortos sociais, políticos e económicos.

1.3 Direitos Humanos em Portugal

Normalmente, associa-se os direitos humanos em Portugal aos conceitos plasmados na Constituição de 1976. No entanto, falar de Direitos Humanos em Portugal implica ter a noção da importância da abolição da pena de morte em Portugal, no contexto normativo. Portugal assumiu uma posição de vanguarda com a reforma penal de 1867, na sequência de influências das doutrinas humanitaristas de Beccaria.

Em Portugal, durante o regime autoritário, a Declaração dos Direitos do Homem da ONU foi na prática ignorada. Só após o 25 de Abril de 1974 ela seria referida logo no programa do primeiro Governo provisório e viria a constar de dois dos projetos de Constituição submetidos à Assembleia. Por isso, a Assembleia Constituinte viria a aprovar, sem grande dificuldade e após os trabalhos da sua comissão de redação, o que seria o Art.º 16.º, n.º 2, da Constituição, de 1976: "Os preceitos constitucionais e legais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem".

Os direitos fundamentais são, contudo, entendidos num contexto mais vasto e mais sólido que o próprio texto constitucional, e ficaram contagiados pelos princípios e valores da Declaração, influenciando simultaneamente todas as normas constitucionais e, por conseguinte, toda a ordem jurídica portuguesa.

Não se trata de mero alcance externo. Trata-se de um alcance normativo imediato, com incidência no conteúdo dos direitos formalmente constitucionais. A Constituição de 1976, consagrou um Estado constitucional baseado na liberdade, na democracia e na proteção dos direitos fundamentais. A Constituição da República Portuguesa identifica Portugal como um Estado de Direito Democrático, baseado no princípio da dignidade da pessoa humana, uma caracterização que nos dá as bases para a análise da situação dos direitos humanos em Portugal. A dignidade humana, constitui o principal princípio constitucional após 1976. Daqui decorrem os direitos fundamentais e os limites ao poder do Estado. É este princípio que confere unidade de sentido e valor ao sistema de direitos fundamentais.

Os Direitos Humanos decorrem da própria natureza do Homem enquanto Homem, o que lhes confere uma dimensão universal e intemporal, independentemente de consagração pelo Direito. A doutrina portuguesa dominante (como referem, designadamente, Jorge Miranda,

Vital Moreira e Gomes Canotilho) estabelece a distinção entre os direitos, liberdades e garantias, e os direitos sociais, com base, essencialmente, na estrutura dos Direitos Humanos.

Segundo Jorge Miranda (1999, pp. 473-485) "... a Constituição pretende, e confere, uma unidade de sentido, de valor e de concordância prática ao sistema de direitos fundamentais", que "... repousa na dignidade da pessoa humana”.

1.4 Direitos Humanos na atualidade

Hoje, cerca de 190 países são signatários da ONU. Isso significa que, entre outras coisas, eles devem garantir nos seus territórios o respeito aos direitos básicos dos cidadãos. Não há uma maneira expressa e objetiva da organização fiscalizar e regular o cumprimento dos Direitos Humanos, mas as legislações da maioria dos países ocidentais democráticos, bem como os seus sistemas judiciários, recorrem aos artigos expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos para formularem os seus textos legais e aplicarem as decisões e medidas jurídicas.

Os Direitos Humanos Fundamentais implicam direitos e obrigações e apresentam diversas características, situando-se, assim, num patamar superior em relação aos demais direitos, o que lhes garante força normativa em grau máximo. Entre estas características, destacam-se a imprescritibilidade, a irrenunciabilidade, a inviolabilidade, a universalidade, a efetividade, a interdependência e a complementaridade.

A universalidade assegura a abrangência a todos os indivíduos, sem problemas de raça, credo, cor, opção sexual ou convicção política. Os direitos económicos, sociais e culturais, designadamente o direito ao trabalho, segurança social e educação, ou os direitos coletivos, como os direitos ao desenvolvimento e à autodeterminação, são indivisíveis, interrelacionados e interdependentes.

A melhoria de um direito facilita o avanço dos outros. Da mesma forma, a privação de um direito afeta negativamente os outros direitos. A não discriminação é um princípio transversal em direito internacional dos Direitos Humanos.

Em suma, este alinhamento de reflexões levam ao estabelecimento do que se pode considerar os quatro pilares dos Direitos Humanos, na sua matriz eurocêntrica:

- a)** O princípio da universalidade da proteção - Todos têm de ser protegidos na sua dignidade;
- b)** O princípio da igualdade - Os Direitos Humanos têm de ser para todos de igual forma;
- c)** O princípio do controlo - Os poderes têm de ser definidos quanto aos seus limites;
- d)** O princípio da paz e segurança - Sem liberdade e sem segurança não há possibilidade de progresso.

Segundo Pereira Leite (2017, p. 40) "Direitos Humanos é uma ferramenta que pode ser eficiente para trabalhar sobre a redução das desigualdades e na criação dum mundo mais justo".

Os Direitos Culturais em Portugal também estão profundamente ligados à Constituição da República Portuguesa de 1976 e à sua matriz normativa, que determina os modelos de política e gestão cultural. Tendo a cultura uma matriz universal, tanto a política, como as normas e as organizações que as corporizam, estão necessariamente influenciadas pelos modelos e heranças culturais.

A Constituição da República Portuguesa de 1976 contém esta herança, ao mesmo tempo que procura inovar no campo das políticas culturais. Reafirma-se que, segundo Leite (2017):

(...) a cultura deve ser vista como um conjunto de características espirituais, materiais, intelectuais e emocionais diferenciadoras de uma sociedade ou de um grupo social, e que compreende, para além da arte e da literatura, os estilos de vida, as formas de viver em conjunto, os sistemas de valores, as tradições e as convicções. (p. 40)

A Declaração de Friburgo, assinada em 2007, enuncia a ligação entre Direitos Culturais e Desenvolvimento, numa ótica dos Direitos Humanos. Os direitos culturais têm o objetivo de garantir a cada um a liberdade de viver a sua identidade cultural, entendida, segundo Pereira Leite (2017, p. 15), como "o conjunto de referências culturais através das quais uma pessoa, individual ou coletiva, se define, se constitui, comunica e se sente reconhecida na sua dignidade".

Podemos definir Direitos Culturais como:

1. A identidade e o património cultural;
2. A referência às comunidades culturais;
3. O acesso à participação na vida cultural;
4. A educação e a formação cultural;
5. A informação e a comunicação sobre questões culturais;
6. A cooperação cultural.

Ainda segundo Pedro Pereira Leite (2017):

... procurar fixar um quadro para o exercício destes Direitos Culturais através de:

1. Princípios de governação;
2. Inserção na economia;
3. Responsabilidade dos atores públicos;

4. Responsabilidade das organizações internacionais. (p. 15)

Os direitos culturais têm vindo a ser reivindicados nos contextos das minorias e dos povos indígenas pelo que se estatui que estes direitos devem ser assegurados de forma universal, sobretudo às pessoas mais vulneráveis. É necessário assegurar o acesso ao Direito por parte dos diferentes grupos. Como refere Pereira Leite (2017):

Não basta que o Direito exista. É necessário garantir o seu acesso às minorias, que, em muitos casos, até os desconhecem. Se a cultura é um direito humano, é no campo dos direitos Humanos que a cultura se tem de afirmar, em particular na construção da agenda 2030. (p. 15)

Sendo o conhecimento um bem público, conforme o já anteriormente expresso na UNESCO, logo, o objeto de estudo e investigacional desenvolvido nesta Tese de Doutoramento tem aqui o seu enquadramento legal e teórico/empírico no plano da conceção de Museus para todos, num contexto inclusivo e de equidade na qualidade de serviços e de oportunidades oferecidas pelos Museus a todos os cidadãos visitantes, independentemente de capacidades e desvantagens, potencialidades e limitações, e com particular enfoque nas questões da acessibilidade e da usabilidade criteriosamente acauteladas para as pessoas cegas na máxima analogia com as pessoas normovisuais.

Os tempos difíceis que vivemos, por causa da Pandemia do *Covid*, catapultou para as relações sociais, novas dinâmicas, assentes em valores que vinham sendo negligenciados.

Essa transformação radical da comunicação entre as pessoas, contaminou de forma positiva a valoração dos nossos afetos, aprofundando mesmo que fisicamente distantes, os comportamentos e a necessidade do ser humano viver em relação e cooperação com o outro, aproveitando cada minuto como se fosse o último.

Tornou-se significativo, e mesmo determinante, a inclusão de todos, para o bem comum.

Verificou-se nesta fase pandémica, que os grupos mais vulneráveis e as minorias, foram mais afetadas pelos efeitos nefastos do vírus, mas simultaneamente essa constatação, implicou que a sociedade desse maior visibilidade, a tratamento desfavoráveis de determinados grupos.

Mesmo em Países onde os líderes pretendem agravar a segregação de minorias ou grupos, que por razões históricas se encontrem mais vulneráveis, ainda assim, “o tiro parece sair pela culatra”, porque esses líderes, a prazo, vão perder legitimidade democrática.

Existem outros líderes, conscientes desses efeitos perniciosos em termos de sua legitimidade eleitoral, que inverterem rapidamente os propósitos de segregar mais as suas populações.

Por isso pode afirmar-se, que a pandemia de forma geral, veio acicatar o interesse pela defesa dos mais fracos, e sobretudo veio permitir um enfoque profundo nas famílias e no papel que as relações sociais determinaram no desenvolvimento sustentado das populações.

A ciência inevitavelmente também irá sofrer uma mudança radical, e não só no domínio das Ciências Sociais. Será fácil encontrar exemplos da exponencial evolução no domínio das ciências químicas ou económicas, mas também no domínio das ciências museológicas.

Os museus tiveram que se adaptar rapidamente as novas exigências sociais, num processo que já não tem retorno.

No nosso entender, a Sociomuseologia, ganhou muito espaço de afirmação, na sequência desta revolução social.

Mesmo os museus mais institucionais, permitiram acessos virtuais diferenciados e assentes em postulados, antes considerados de difícil ultrapassagem.

Uma viagem virtual, a esses espaços mais anquilosados sociologicamente, nestes novos tempos, permite uma relação de compromisso e de interpenetração com gerações ou sectores da sociedade, que tradicionalmente não acediam aquela informação histórica e de memória, até por razões financeiras.

Abriu-se uma nova luz sobre os museus, assente especialmente nos princípios que norteiam a Sociomuseologia.

Nas guerras bélicas ou biológicas existe muito sofrimento, mas também um forte salto no desenvolvimento.

Daí que faça sentido perceber que o potencial dos museus de criar experiências significativas para povos de todas as origens é central para seu valor social. Como agentes de mudança e instituições confiáveis, não há tempo como o presente para os museus demonstrarem a sua relevância, ligando-se construtivamente às realidades políticas, sociais e culturais da sociedade moderna.

Os desafios da inclusão e diversidade e a dificuldade de lidar com questões sociais complexas em ambientes cada vez mais polarizados, embora não sejam exclusivos de museus

e instituições culturais, são importantes, devido à alta reputação dos museus no seio da sociedade em que vivemos.

Uma expectativa crescente do público por mudanças sociais catalisou uma conversa sobre o potencial dos museus para o bem social na forma de exposições, conferências, apresentações, programas educacionais e outras iniciativas. No entanto, há ainda muito a fazer para superar a dinâmica de poder que pode criar disparidades dentro dos museus e entre museus e seus visitantes.

Essas disparidades podem estar relacionadas a muitos tópicos, incluindo etnia, género, orientação e identidade sexual, formação socioeconómica, nível de educação, capacidade física, afiliação política e crenças religiosas.

Com o tema “Museus para a Igualdade: Diversidade e Inclusão”, o Dia Internacional dos Museus 2020 tem como objetivo, conforme se pode ler no documento do ICOM, *Comemoração do dia Internacional dos Museus 2020*, “...tornar-se um ponto de encontro para celebrar a diversidade de perspetivas que compõem as comunidades e o pessoal dos museus, além de promover ferramentas para identificar e superar preconceitos através do que expõem e das histórias que contam”.

1.5 - Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Mais recentemente, tornou-se muito relevante a estratégia jurídica seguida no plano nacional e plano internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência.

Na UNESCO, em 2009, surge a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que reconhece a dignidade e o valor inerentes e os direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana como o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

Assembleia da República. 2021. Estratégia Nacional de Promoção da Acessibilidade e Inclusão dos Museus, Monumentos e Palácios 2021-2025. O Despacho, publicado em Diário da República e assinado pela Secretária de Estado Adjunta e do Património Cultural, Ângela Ferreira, integra os contributos remetidos pelas diversas entidades consultadas desde 2021 e traduz a importância de o património da responsabilidade da Administração Pública dispor de um instrumento estruturador para uma maior promoção da acessibilidade e inclusão de todas as pessoas.

CAPÍTULO 2 – MUSEUS E SOCIOMUSEOLOGIA

Reiterando a apresentação da questão de partida e contextualização do problema, e subordinando-nos ao título desta Tese de Doutoramento em Sociomuseologia, a premissa ou questão de partida desta Tese centra-se na "Inclusão em Equidade das Pessoas Cegas na Acessibilidade e Usabilidade nos Museus". Trata-se de um projeto que tem particular enfoque numa tipologia especial de investigação. Esta investigação é complexa pela especificidade de estudo que envolve e exige na teoria e na prática da sua interpretação, compreensão e aplicação, bem como no desenvolvimento, igualmente complexo pelas sucessivas etapas a percorrer, a testar e a validar, processo investigativo e desenvolvimental este que concebemos e abraçamos em concretização na FNSE, com a criação e contributo do Centro de Experiência Viva - Museu de Tiflogia, em Castelo de Vide, de mãos dadas com o Centro de Investigação em Tiflogia (a Associação Científica Centro Português de Tiflogia, Equidade e Inclusão - CPTEI) e o Departamento de Museologia, singularmente inovador em Sociomuseologia, da Universidade Lusófona.

Quanto aos objetivos gerais e específicos desta investigação, pretende-se clarificar que:

- Os Objetivos Gerais são todos aqueles que o Museu tem a obrigação e o dever de inventar ou adotar e implementar no seu funcionamento para receber e servir em equidade e acessibilidade todos os visitantes, tendo em conta as suas diferentes potencialidades, competências e incapacidades, cujo processo investigativo e de desenvolvimento pretendemos, de futuro, levar a cabo.

- Os Objetivos Específicos são todos aqueles que o Museu tem a obrigação e o dever de inventar ou adotar e implementar no seu funcionamento para receber e servir visitantes cegos em equidade e acessibilidade com todos os visitantes normovisuais, tendo em conta as suas diferentes potencialidades e competências, inclusive o seu nível de autonomia e independência e o seu tipo de orientação e mobilidade de acordo com as suas condições neuro motoras e de mobilidade/locomoção, em cujo específico espírito de investigação e desenvolvimento nos encontramos vivamente, com particular incidência e aplicação no jovem Centro de Experiência Viva – Museu de Tiflogia da Fundação Nossa Senhora da Esperança, singular e inovadora iniciativa de cariz socio museológico em Portugal.

No que respeita à metodologia de análise utilizada na estruturação científica desta investigação, optámos por um processo metodológico qualitativo e descritivo, por acharmos ser esta a metodologia mais adequada ao tipo de estudo exploratório por que nos decidimos para a elaboração desta Tese de Doutoramento. Aliás, segundo Quivy e Campenhoudt (2005), o

desenvolvimento de qualquer trabalho de investigação segue um procedimento científico que é composto pelas três fases apontadas, as quais estão divididas nas sete etapas, também definidas. O método de recolha de informações qualitativas surge a partir do campo da antropologia e, assim, se estende à sociologia e a psicologia, sendo, nos dias de hoje, aplicado aos mais diversos campos da ciência. A metodologia qualitativa releva as particularidades das situações, o universo complexo das interpretações, possibilitando uma análise profunda e interdisciplinar, tendo em conta que se utilizam significados, crenças, valores e atitudes, apresentando estreitas relações com os fundamentos teórico-conceituais e teórico-empíricos, provenientes do paradigma cognitivo e sociocognitivo da área científica infocomunicativa, educativa e cultural, abrangendo a dimensão entrecruzada dos horizontes da pedagogia equitativa na perspetiva de socialização, educação e comunicação em que nos envolvemos nesta investigação.

2.1 Estrutura Investigacional e Metodológica

O direito e segurança sociomuseológica em equidade é um caminho novo e promissor, a consolidar num enquadramento legislativo nacional e internacional, legalizado em princípios básicos de organização e sistematização das adequadas condições concretas e abstratas em que se procuram objetivar e realizar, com as ajustadas e específicas sinergias materiais e humanas, criatividade e inovação em ergonomia espacial e arquitetónica, visando a sustentabilidade de um projeto em que a recíproca compatibilização entre as necessidades cognitivas e sociocognitivas (no horizonte museológico e museográfico) de todos os cidadãos e o correspondente e necessário processo legal e em segurança possam acontecer efetivamente em qualidade e oportunidades equitativas.

Por mais puro que seja o raciocínio expositivo sobre esta realidade teórico-empírica e inequívoca constatação, o suporte das novas tecnologias e da influência infotecnológica determina sempre o equacionar de hipóteses, a descoberta de grandes desafios e a viabilização de frutíferas soluções.

Nos dias de hoje, neste contexto, importa compreender onde começa a representação e acaba a realidade, para que se perceba em que medida a tecnologia e a abstração se confundem no real, mas podendo encontrar-se o convencional real na sua efetiva representação aos vários níveis sensoriais, no caso, explorando e usufruindo do maravilhoso mundo do saber através da Sociomuseologia, mediante as variáveis acessibilidade e usabilidade.

Centrando-nos na Sociomuseologia, apraz-nos registar, logo em primeiro plano, que os conceitos sociais, culturais e museológicos demonstram, de forma pura, que a área dominante do pensamento científico teoriza linhas de raciocínio inalienáveis numa ideia predominante na sustentabilidade social e cultural, com denominador comum à inclusão, à equidade e à igualdade de géneros, sempre em sintonia com as linhas orientadoras da UNESCO para a socialização dos museus.

A sociodiversidade impõe que a Museologia não se possa alhear da realidade social, em contraposição com uma estrutura museológica de coleção e arte contemplativa, dissociadas dos problemas da sociedade. Nesta linha de pensamento, alguns museus que têm uma forte preocupação educativa, alicerçam as suas exposições em torno de uma comunidade, ouvindo em primeiro lugar essa diáspora, produzindo contextos de amargo histórico, mas que fazem parte da realidade da vivência comunitária.

Recorde-se, a este propósito, uma das peças do Museu do Trabalho expostas em Setúbal, designadamente um par de sapatos de uma criança de tenra idade, que trabalhou na indústria conserveira, e que é elucidativa do tipo do trabalho infantil existente e da crítica social. A diferença de poder uma vez montar uma exposição no museu, que não seja de mera contemplação, mas de interrogação, escuta ou necessita de esclarecimento sobre o passado humano, por menos orgulhoso que signifique esse poder, demonstra que os museus podem cumprir uma missão determinante de educação e contribuir para o equilíbrio social.

Ainda no âmbito do citado museu, evocamos a participação da comunidade na estrutura do próprio espaço expositivo, com influência direta no contexto e, em alguns casos, no conteúdo das mensagens que compõe o acervo daquele espaço, e que se demonstra, estrategicamente, ser importante na compreensão académica do caso e revelador de uma nova filosofia da conceção de museus.

A discussão sobre educação popular e cultura popular realizada por Paulo Freire (educador, político e filósofo da educação mundial), entre outras dissertações, constitui, sem dúvida, um marco de referência para a educação em geral, mas também para a nova Museologia e, por isso, a abordamos aqui em primeiro lugar. Ninguém educa ninguém, desconhecendo metodologias estratégicas adequadas à pedagogia educacional eficiente e com os objetivos de eficácia desejável. Ninguém se educa a si mesmo, estando só no desenvolvimento da necessidade inata do ser humano, que é o relacionar-se e o interagir. As pessoas socializam-se e educam-se entre si, comunicando em convívio social, em interlocução e interação uns com os outros na discussão e justificação crítica dos seus discursos e ações, mediatizadas pela fenomenologia husserliana, o mundo da vida, e todo o envolvimento intercultural e multiétnico, onde as diferenças de género e multissensoriais nos ligam na diversidade e nos promovem em equidade.

Segundo Freire (2000):

a educação faz sentido porque mulheres e homens aprendem que através da aprendizagem podem fazer-se e refazer-se, porque mulheres e homens são capazes de assumir a responsabilidade sobre si mesmos como seres capazes de conhecer. (p. 15)

Ainda ao nível da primazia de referência, especialmente na área da mudança de conceitos museológicos, resulta, em primeiro lugar, a Declaração de Santiago do Chile, de 1972, onde se adotaram os princípios básicos para um museu integral.

Embora este vanguardismo do pensamento tivesse também acontecido nalguns seminários da UNESCO, que a precederam, foi, contudo, na MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE que se definiu (ICOM, 1972):

Que os problemas da sociedade contemporânea são devidos a injustiças, e que não é possível pensar em soluções para estes problemas enquanto estas injustiças não forem corrigidas. (p. 1)

Que o museu é uma instituição ao serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respetivas realidades nacionais. (p.51)

Que é necessário abrir o museu às disciplinas que não estão incluídas no seu âmbito de competência tradicional, a fim de conscientizá-lo do desenvolvimento antropológico, socio económico e tecnológico.

Que os museus devem intensificar seus esforços na recuperação do património cultural, para fazê-lo desempenhar um papel social. (p. 1)

Continuando nesta citação, sublinhamos ainda que (ICOM, 1972, p. 1): "Um serviço educativo deverá ser organizado nos museus que ainda não o possuem, a fim de que eles possam cumprir sua função de ensino".

Em Santiago do Chile, Mário Vasquez propôs a criação de museu integrado no âmbito do Museu Nacional de Antropologia/México. Na *Casa Del Museo* aplicava o conceito de património do homem, gerido pelo homem em seu interesse, em detrimento do tradicional coleta-expõe. Propõe o espaço onde a contribuição cultural daquele grupo deveria ser compreendida, democratizando os museus, com seus problemas quotidianos. O resultado foi um processo de conscientização da população acerca de seu património.

Importa perceber que, em Portugal, a Nova Museologia, apoiada em conceitos que hoje dominam a Sociomuseologia, teve como precursor Mário Moutinho, que coordenou um movimento intelectual com esse foco e teve, como matriz, a Declaração de Santiago do Chile.

Cabe aqui salientar, a propósito, que, em relação ao conceito de "museu integrado" supra enunciado, facilmente nos sentimos conduzidos a um conceito de museu que possa receber e servir todos os cidadãos visitantes, independentemente das suas capacidades ou limitações sensoriais ou físicas, sobretudo tendo em conta que o conhecimento é um bem público, conforme o também referido pela UNESCO, pelo que, nessa medida, não poderão ser negligenciadas as suas ajustadas condições de acessibilidade e usabilidade a ninguém.

Neste contexto, e seguindo o sustentado por Augusto Deodato Guerreiro, na sua comunicação, *A arte nos Museus e Centros de Ciência Viva: Ao alcance das mãos - utopia e realidade*, proferida no Seminário Internacional, Ao Alcance das Mãos: Informação Táctil nos Museus [organizado pelo Centro de Ciência Viva/Parque das Nações em parceria com a Universidade Lusófona, no âmbito do Mestrado em Comunicação Alternativa e Tecnologias de Apoio da Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação (ECATI), Associação Promotora de Emprego de Deficientes Visuais (APEDV) e Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito do Gabinete de Referência Cultural - Pólo Interativo de Recursos Especiais (GRC) e realizado no Pavilhão do Conhecimento no dia 29 de setembro de 2008], também achamos ser útil citá-lo aqui: "O conhecimento é um bem público, seja em que domínio for, que deve ser partilhado por todos os cidadãos, independentemente dos seus «desafios» físicos, sensoriais, cognitivos, motores..."

O acesso das pessoas cegas aos Museus tem sido inadmissivelmente ignorado, inclusive por agentes sociopolíticos do poder estabelecido, negligentes ou omissos nesta matéria.

Bem sabemos que, os museus são espaços permanentes de conservação, estudo, e investigação, de valorização pelos mais diversos modos, exposição de coleções de interesse artístico, histórico e técnico, de cultura, cada vez mais presentes na nossa sociedade, sobretudo para deleite e educação do público, como arautos patrimoniais que perpetuam e vivificam múltiplas formas de arte, valores, conhecimento, a história.

Citando João dos Santos (1913-1987), no seu livro *Ensaio sobre a Educação: - A Criança Quem é?*, publicado em 1982:

O horizonte próximo que nos limita aprende-se a ver com a ponta dos dedos.
'O horizonte longínquo' que nos liberta é o que se 'toca com o uso da palavra' que nos permite vê-lo e ultrapassá-lo e com o falar que nos permite perceber o que ouvimos. (p.87)

O que falta nos nossos Museus para que a pessoa cega sinta que vale a pena visitá-los e revisitá-los?

Falta provavelmente imaginação, vontade e ação para que se acessibilizem em relevo, imagens e esquemas, réplicas e maquetes, informação em braille conciliada com diferentes processos de áudio-descrição, associados a uma adequada sinalética essencialmente tátil e audível, incluindo a colocação de pontos em relevo no pavimento, delimitadores e referências

facilitadores da orientação e mobilidade, independência e autonomia da pessoa cega nas visitas aos Museus.

São elementos básicos indispensáveis para que o visitante cego ou com deficiência visual possa viver, compreender e fruir toda a riqueza oferecida pelo Museu, seja qual for a sua especificidade.

Existem várias formas para se comunicar toda esta informação, mesmo de carácter lúdico-intelectual, como ver (melhor que tocar), tocar (melhor que ver...), tocar... e ver...

Pensar, suportando-nos no conceito de «cultura inclusiva», é redutor, estigmatizante, marginalizante. A expressão é segregacionista porque, ao pensarmos em «cultura inclusiva», estamos a procurar «incluir» e, por inerência do processo, «excluindo». O que seria mais ajustado e generosamente mais generalista (sem «incluir» nem «excluir» e que abrange simplesmente todos) será, em vez de «cultura inclusiva», cultura da partilha ou cultura da equidade.

Isto porque, em cultura social, é pensarmos nos outros e agirmos em favor dos outros, aceitando os outros, reconhecendo-os e respeitando-os na diversidade humana, tendo sempre presente a partilha do conhecimento entre todos, criando-se as condições para esse efeito, abolindo palavras, conceitos e atitudes humilhantes de particularismos da sociedade humana que impedem ou condicionam a aceitação uns dos outros, na necessária aceção da mútua aceitação.

É termos imaginação, vontade e ação para transformar e acessibilizar tudo a todos.

Os Museus, como Bibliotecas e Arquivos Históricos, são laboratórios de cultura e de ciência viva, que devem ser alargados a todos os cidadãos, sem excepções e sem rótulos. Os rótulos e categorizações é que impõem os estigmas sociais, as diferenças por incapacidades, a «exclusão» pelos fantasmas marginalizantes das desvantagens sensoriais, cognitivas, motoras e outras.

O espelho de um país ou de um povo é o conjunto das suas sensibilidades, o seu universo de valores na diversidade humana, o que se avalia pelo número e qualidade das suas Bibliotecas, dos seus Arquivos Históricos, dos seus Museus, entendidos como recurso básico do sistema educativo e da cidadania. A isso se referiu Augusto Deodato Guerreiro na Conferência proferida em Lisboa, no Pavilhão do Conhecimento, em 29.09.2008:

Este sentimento, devidamente refletido e fundamentado, com a força da vontade e da ação na relação na diversidade, ajudará a promover e a dinamizar a mudança de mentalidades e a natural cultura da partilha, numa dimensão humana globalizante e em equidade. (p. 4)

É, pois, nesta aceção que entendemos o conceito de inclusão em qualidade e oportunidades equitativas.

Aliás, e tendo em conta o facto de estarmos a refletir os museus numa dimensão de equidade para pessoas cegas e normovisuais, o próprio Museu Louis Braille, em Coupvray/Paris, não obstante a sua relevância no plano da Tiflologia, também tem passado por vicissitudes complexas no horizonte integrativo, como pode observar-se em bibliografia diversa publicada, designadamente em *O Mundo em Socorro do Museu Luís Braille* (S.A., 1988, pp. 61-64). De resto, este Museu é bem representativo da vida e obra de Louis Braille, como muito bem nos podemos inteirar através de, entre outras obras publicadas, em *A Vida e Obra de Louis Braille*, de Pierre Henri (traduzida em português por F. P. Oliva, em 2009).

Mas continuando o alargamento e aprofundamento da nossa abordagem, mais enfocados nas metodologias de exposição de ordem museográfica, para Mário Moutinho (1994):

Expor é ou deveria ser trabalhar contra a ignorância, especialmente contra a forma mais refratária da ignorância: a ideia pré-concebida, o preconceito, o estereótipo cultural.

Expor é tomar e calcular o risco de desorientar - no sentido etimológico: perder a orientação, perturbar a harmonia, o evidente, e o consenso, constitutivo do lugar-comum (do banal). (p.1)

Esta Museologia aparece assim, como fator de desenvolvimento humano, percebendo o que é que a própria Museologia pode fazer, pelos problemas do mundo, no domínio das ciências sociais.

Dez anos após Santiago do Chile, em Caracas, estabeleceu-se como meta, segundo a Declaração de Caracas, de 1992:

Abrir caminhos de relação entre o museu e os dirigentes políticos para sua compreensão e compromisso com a acção do museu...

Refletir as diferentes linguagens culturais com base em códigos comuns, acessíveis e reconhecíveis pela maioria. (p.4,5)

Tal como conclui Pierre Mayrand (1992), no Quebeque, o Teorema ‘Um Património/Território/População’ permanece válido, assim como a afirmação de que o valor da ação ecomuseu reside em sua maior ou menor relação entre os três termos, dando assim o processo de triangulação do ecomuseu (modelo primário) que foi aplicado em Haute - Beauce

(Quebec), o princípio da avaliação do curso ecomuseu PLUS ou LESS. Interpretation Feedback
Conscientização Ecomuseum Creation Territory.

No MINOM/ICOM Rio, que teve lugar em Janeiro de 2013, destaca-se das conclusões a necessidade de compreender os museus comunitários como processos políticos, poéticos e pedagógicos, dando especial relevo à atuação dos museus sociais, dos museus comunitários, dos ecomuseus, pondo ênfase nas suas memórias, sentimentos, ideias, sonhos, ansiedade, tensões, medos, e, sem pedir permissão às autoridades estabelecidas, colocando em destaque a compreensão de que a Museologia social consiste num exercício político que pode ser assumido por qualquer museu, independentemente da sua tipologia.

Para Varine, o "novo museu" é diferente do "museu" tradicional em três vértices. Uma vertente é o realce dado ao território, seja meio ambiente ou local, em vez de se realçar o prédio institucional (Varine, Hugues M., *Cadernos de Sociomuseologia*, 5 -2015, p. 2).

Outro ponto está na ênfase colocada no património, em vez de ser dada à coleção e por fim, a importância dada à comunidade em oposição ao enfoque dado aos visitantes nos museus tradicionais. Varine, em 1974, sintetizou estas ideias, neste quadro: Museu tradicional Ecomuseu Coleção Património Público Comunidade Edifício Território. Para a UNESCO a proteção e promoção da diversidade cultural está entre os principais desafios do século XXI.

Nesse aspeto, os museus e as coleções constituem os principais meios através dos quais testemunhos tangíveis e intangíveis da natureza e das culturas humanas são salvaguardados.

Os museus desempenham uma função chave na sociedade e constituem um fator de integração e coesão social. Nesse sentido, eles podem ajudar as comunidades a enfrentar as profundas mudanças na sociedade.

Os museus são espaços públicos vitais que deveriam dedicar-se a toda a sociedade e podem, portanto, desempenhar uma função importante no desenvolvimento de laços sociais e coesão na construção da cidadania e na reflexão sobre as identidades coletivas.

Os museus deveriam ser lugares abertos a todos e comprometidos com a acessibilidade física e cultural para todos, inclusive grupos desfavorecidos. Eles podem constituir-se como espaços para a reflexão e o debate sobre temas históricos, sociais, culturais e científicos.

Os museus devem também promover o respeito aos direitos humanos e à igualdade de género. Baseada nos altos valores que emergem da UNESCO, Judite Primo lidera o processo que conduziu à concretização de uma CÁTEDRA da UNESCO atribuída à UHLT, na área da

Educação, Cidadania e Diversidade Cultural, que promove programas de formação e procura soluções para a construção dum mundo com base em economias de bem-estar, em sociedade, justas e inclusivas, com respeito pela sustentabilidade ambiental.

A CÁTEDRA propõe-se trabalhar sobre as questões da Igualdade de Género, do Trabalho Digno; das cidades sustentáveis inclusivas e da Governação transparente. Inserida nos princípios afirmados pela UNESCO, do museu como espaço de reflexão.

Graça Teixeira (2021, conforme apontamentos tomados em aula), destaca os museus como espaços de conflito e poder:

São lugares de encontro, reencontro e descobertas, além de espaços de construção e reconstrução de conhecimentos. O mapeamento e a escuta são as principais ferramentas para a estruturação do acervo, pois um museu de porte nacional precisa contemplar as realidades das mais longínquas comunidades às mais centralizadas, respeitando os seus aspetos. Precisa atender o modo como cada uma delas quer ser representada.

Muitas vezes as pessoas com deficiência sentem-se marginalizadas e impossibilitadas de exercer plenamente os seus direitos e deveres.

Existem várias causas para que sejam ainda hoje das mais excluídas na nossa sociedade. Esta exclusão não será certamente intencional: resulta da falta de conhecimento ou do esquecimento por parte de quem concebe espaços, equipamentos ou dinamiza serviços. Ou então do receio de não se saber lidar com a diferença. Outras vezes o trabalho com pessoas com necessidades especiais é evitado por ser considerado mais desgastante do que com outro público-alvo.

As pessoas com deficiência, querem ser ouvidas e contribuir utilmente para a sociedade em que todos vivemos, querem exercer os seus direitos plenamente e não de forma parcial. As associações que as representam integram movimentos dos direitos humanos que promovem a igualdade de oportunidades, uma vez que essas pessoas enfrentam muitas das barreiras com que se depara quem luta contra a discriminação com base na raça, no sexo ou nas opções sexuais.

Infelizmente, para alguns as pessoas com deficiência são tão diferentes que não têm direito a emoções e opiniões. Não são chamadas a participar nas decisões que afetam as suas vidas nem as suas opiniões são solicitadas quando um evento é concebido para o público em geral. Mas não se pode assumir que alguém porque tem dificuldades motoras, de expressão ou de compreensão da linguagem oral ou escrita não pode participar plenamente.

Torna-se essencial delimitar cientificamente as ideias e os conceitos, que permitam objetivar o pensamento da Sociomuseologia enquanto ciência. Fomos encontrando, ao longo das diversas dissertações e teses dos Professores, contributos que nos levam a identificar a Sociomuseologia como uma verdadeira escola de pensamento, especialmente pelos diálogos mantidos com os Professores Mário Moutinho, Judite Primo e Maristela Simão.

A alocução proferida pela Professora Cristina Bruno permitiu, contudo, ampliar essa leitura e sistematizar os conceitos. A escola de pensamento da Sociomuseologia será consolidada com os tempos e com as interpretações que se forem democraticamente alvitando.

Para se tentar objetivar o conceito de Sociomuseologia e a sua autonomização enquanto campo e pensamento científico, devemos deambular por diversos conceitos e outras ciências. Qualquer tentativa que pretenda ser mais objetiva, necessita estabelecer paralelos com outros conceitos científicos, importando de cada um deles as premissas que sustentam olhares diferentes sobre a mesma realidade.

Esta linha de raciocínio apontará certamente caminhos decisivos para melhor delimitar o conceito, mas nunca pode ser entendido como uma definição sem reservas.

O caminho da delimitação de fronteiras com outras ciências interfere, desde logo, com a própria génese da Sociomuseologia, que, por natureza, só faz sentido se reverberar uma amplitude de raciocínio, transversal a diversas ciências, nesse contexto podendo-se afirmar que a Sociomuseologia não sobrevive sem a estrutura científica da sociologia, da história do ser, ou estudo dos museus. Ainda assim, e apesar dessa salutar dependência, a Sociomuseologia afirma-se como ciência autónoma, se se conseguir demonstrar que nenhum outro campo científico estuda e analisa as matérias, numa perspetiva de abordagem e conclusão, que lhe são próprias e diferenciadoras.

É necessário um equilíbrio entre o que a academia produz e a verdade que a sociedade produz. Esse equilíbrio é que gera a Sociomuseologia. Será difícil definir o objeto de estudo, que distinga a Museologia da Sociomuseologia, contudo, existem alguns aspetos autónomos a cada um dos pensamentos.

É necessário saber como é que a Sociomuseologia se distancia de outros estudos. Para Cristina Bruno (2021 conforme apontamentos tomados no seu seminário):

(...) a Construção do Olhar, que definiu como um debulhar de investigação, é um processo científico que pode conduzir a uma estrutura de raciocínio.

Essa construção do olhar, se vista no pensamento do filósofo Sérgio Ramonet, tem de se revestir como atitude principal.

A Lucidez e o Reflexo, na lógica da Professora Cristina Bruno, são uma atitude de olhar, que vê a realidade e não que esconda a verdade.

Preservar a história pelo estudo dos objetos é uma ação inerente ao próprio estudo da Museologia. Existem muitas formas de olhar a realidade e, por isso, a interpretação que fazemos está subjetivamente dependente de quem a avalia, mas mais sintomático será aferir a diferença de capacidade de cada um, de devolver cientificamente o que olha.

Não existem limites à lucidez nem à representatividade. Aliás, esta forma de olhar e devolver à realidade tem sido moldada, ao longo dos tempos, com influências políticas normativas e sociológicas.

Pensemos apenas por exemplo nos perigos que advêm de um olhar influenciado por regimes ditatoriais. A Professora Cristina Bruno (2006) define a Museologia:

(...) como a trajetória de estudos entre os processos de enquadramento da memória e os processos de socialização dos bens patrimoniais Problematicar as coleções é perceber que tanto o colecionismo como as ações museológicas, que abdicam das coleções, ambas trabalham os indicadores da memória. (p.2)

Entende-se por indicador de memória o elemento que identifica e pode representar o conjunto. Para a Professora Cristina Bruno, negociação cultural significa diálogo constante com comunidade, em ação museológica. Dessa negociação resulta, em comum, um acordo da exposição. Esse diálogo é concreto e real, e vai à génese da comunidade para atingir um bom resultado, aceite por todos, pelo que é necessário um diálogo e olhar atento para toda a realidade.

A Sociomuseologia não é só aplicada em museus comunitários, mas também nos museus tradicionais. Os sistemas de administração de memória sustentam-se nos museus, mas também em outras áreas de conhecimento. Para a professora Cristina Bruno (2006):

(...) Museologia é a disciplina aplicada que estuda a relação entre objeto e o cenário, num processo de representação do real. A Museologia analisa as relações que as sociedades estabelecem com os seus bens culturais e ao mesmo tempo elabora novas relações, ampliando o repertório patrimonial. A pedagogia museológica assenta na cadeia operatória das ações de salvaguarda e comunicação. Em contexto de premissas culturais ...a memória é uma construção no presente a partir de indicadores e culturas relativas a experiência que os indivíduos e os grupos sociais estabelecem com os seus semelhantes (cidadãos) com os lugares e com as coisas em suas formas de subsistência, sociabilidade, celebração e representação. (p.3)

A Interlocução interna motiva a interdisciplinar dentro dos museus Território de memória e memória de território, ou seja, reciprocidade entre Museologia e cidadania (Conforme o recolhido em aula, na impossibilidade da entrevista/confirmação).

Na Sociomuseologia há um alargamento do objeto museal. Os museus são um mundo de tradições e ruturas.

Ações museológicas curatoriais e a curadoria museológica. A curadoria museológica é muito específica e não se confunde com outras curatorias. A rede permite ações transversais, e permite trabalhar a ação educativa através de diversos museus.

A Interlocução interna, motiva a estrutura interdisciplinar dentro dos museus “território de memória e memória de território”, ou seja, reciprocidade entre Museologia e cidadania.

Processo curatorial dentro dos museus, desde a coleta passando por todas as etapas, exposição ensino organização dos museus. Ações museológicas curatoriais e a curadoria museológica. A curadoria museológica é muito específica e não se confunde com outras curatorias.

Depois de Santiago, os patrimónios museais foram alargados à Museologia, não é algo estático, antes pelo contrário, e existe uma dinâmica de cada objeto, em que o museu integral funcionará como paradigma museológico. Museu integral que tem abertura para o património sem limites.

Para a Professora Cristina Bruno (2006, p.2) "(...) Tanto o museu é integral como integrada são as utopias, mas apesar de estarmos no caminho, ainda não estamos lá".

O campo da Museologia na lusofonia tem um passado, tem um pensamento no Departamento, com premissas e resultados já aferidos. Escola de pensamento pode ser compreendida, como a trajetória de estudos entre os processos de enquadramento dos indicadores na memória e processo de socialização. Para a Professora Cristina Bruno (2006, p. 2), existe um "(...) Equilíbrio das trincheiras e de procedimentos vinculadas ao colecionismo e às ausências de coleção”.

Nos sistemas de administração da memória e nos processos de representação do real, as "trincheiras" demonstram que desde o Séc. XX temos um grande espaço de especialização dos museus e dos campos de investigação. Com a globalização e a transversalidade das ideias, temos cada vez mais outros a problematizar as trincheiras entre campos. Esse cruzamento de

matérias tem-se revelado essencial para perceber o real, donde decorre muita assimetria dos campos de estudo. Na perspetiva do informante, ou seja, a pessoa que passa a informação cultural tem havido grande transformação. A Sociomuseologia é uma escalada de pensamento dentro da Museologia e a escola de pensamento tem-se alimentado dessas variáveis.

Para Paulo Freire (2000, p.123) “(...) *O mundo social deseja a memória e tem um desejo de memória (...)*”. Temos também movimentos de preparação, em que a Museologia é mais crítica, o que confere um direito à memória com carácter mais político, e envolve temas que estavam excluídos. Existem também, movimentos revisionistas, expressados na Museologia normativa, baseados no dever de memória. Constituem desafios, na Museologia normativa, fundamentalmente ampliar o conceito, prática, experimentar todos os modelos de gestão alternativa, e atrair práticas de sócio Museologia para processos curatoriais.

Afirmar que a Sociomuseologia é uma escola de pensamento, consolida-se, não só pelo que já foi teorizado, mas sobretudo pelo que foi experimentado e é possível provar. O pensamento toma mais destaque enquanto ciência, quando tomamos consciência das limitações que decorrem da autonomização de qualquer escola de pensamento. Ter presente a importância de outras disciplinas de pensamento, como a história, a Museologia, a sociologia e outras ciências, para reforçar o sentido crítico do nosso pensamento, permite cada um desses campos de estudo ajude a alicerçar o pensamento sócio museológico. Uma ciência nunca está fechada, e por isso torna-se vital para descobrir o que é próprio da Sociomuseologia e do que a distingue enquanto ciência das demais, que se continue a pensar de forma participativa investigando nessa direção. Segundo Santos e Chagas (2007):

(...) Podemos pensar na evolução dos museus ao longo dos tempos, e facilmente se perceberá que existiu e existe uma preocupação da gestão museal que tem tentado aproximar o museu da escola e do pensamento educativo. As narrativas atuais dos museus contemporâneos estão a ser construídas a partir de um público múltiplo e diferenciado, e não apenas com o objetivo de educar e formar determinado público, visto de forma una e indiferenciada. (p.16)

Hoje alguns museus, ainda estão nos antípodas duma relação sociomuseal, demonstrando uma atitude e relação eminentemente contemplativa, especialmente dirigida para algumas elites, o que nos leva a concluir que existe um longo percurso a desenvolver, para estreitar o cidadão com a mensagem museal.

O esforço já desenvolvido pelos museus de aproximação ao cidadão, não impede que ainda hoje na nossa opinião, grande parte dos museus estabeleça por autismo interno, um percurso e uma narrativa, que vai preferencialmente ao encontro das elites pensantes.

Por outro lado, sabemos que a escola tem executado e planeado visitas dos seus discentes aos museus, com o objetivo de transmitir conhecimentos de conteúdo educativo a esse público, mas infelizmente, raramente essa mensagem passa com a eficácia desejada. Acontece normalmente nas visitas supostamente educativas, uma de duas coisas. Na maior parte das visitas escolares, ou é um professor iluminado e consciente da missão educativa no seu todo, e determinado da importância da visita para o aproveitamento escolar, que investe pessoalmente no processo, com resultados muito direcionados, ou a visita não passa de uma ocasião, para os alunos saírem do espaço tradicional, e confraternizarem entre si, mas mensagem museal, é apenas uma miragem.

O fundamento para este desiderato advém do processo anquilosado, com que alguns museus não se conseguem livrar, mas também, porque não emerge na sociedade em sentido geral e universal, um sentimento de bem-estar e normalidade e até de vulgaridade sem ser vulgar no interior do museu. O hábito de se visitar o museu em tenra idade não se enraíza. E quantos de nós visitaram o mesmo museu diversas vezes para voltar a ler um parágrafo, que tinha ficado despercebido noutra visita? É vital que o museu mude a sua História, ainda que não possa mudar o acervo, para que possa atrair o mesmo público além de novo público.

Defendemos uma interação dos museus com a sociedade, mas muitas vezes não temos consciência, que a sociedade não está preparada para essa estreita relação, que exige um esforço recíproco. Este sentido biunívoco determina simultaneamente perceber como os museus podem servir para melhorar a sociedade, mas também como a sociedade pode participar na memória do museu. Para isso, o museu tem de abrir as portas e deixar uma sociedade que nem sempre está preparada para influenciar a História que vai ser contada, assumindo que pode ser de forma diferente e naturalmente subjetivada pelo comunicador.

Os museus mais normativos, muito raramente investem numa dinâmica expositiva, que possa ser em si mesma ser contagiante, para quem em idade escolar não tem essa apetência. Mas esta crítica estende-se a outros públicos, que não só os escolares. O problema muitas vezes está associado ao público interno. Não só será possível contagiar o público estudante, como igualmente será possível iluminar outros públicos, para uma mensagem que se pretende de fácil

percepção, tomando consciência que se esse esforço não for assumido, a mensagem pode tornar-se tão densa, que não tem leitura possível.

Se queremos museus mais interventivos socialmente, é absolutamente necessário ter uma abordagem crítica, mas facilitadora da aprendizagem. Queremos museus acessíveis nos diversos planos, para atrair todo o tipo de público. O museu deve ser aberto a todos. Não faz sentido o museu ter uma mensagem participativa e reconhecidamente abrangente, se não conseguir atrair público menos letrado. É preciso atrair todo o público, para ver naturalmente o contexto e o enredo do museu, mas, também porque *a priori* todo o público deverá ter a expectativa de perceber a mensagem e entusiasmar-se com ela, ainda que dela discorde.

Nesse sentido, quando se organizarem visitas escolares a museus, o entusiasmo dos estudantes deve resultar sobretudo duma relação interativa e participativa com a memória. Seria ótimo se o público se sentisse protagonista daquele filme. Tal como em qualquer arte, o museu deve dar prazer a quem constrói a sua narrativa, mas igualmente deve ser estimulante para o público. Tal como um livro, a visita ao museu deve levar o público na direção do final do livro para perceber a história. Os museus têm ainda um discurso demasiado elitista, que não atrai o público menos informado. Não se propõe a banalização da memória, mas que a sua eloquência possa resultar de um discurso aberto, a pensar em todos. Apesar do papel educativo, que quase todos os museus têm, a educação não se confunde com o museu. O caráter educativo da mensagem que se transmite no museu, não se substitui ao trabalho importante que a escola sempre fará, por isso há que descomplexar essa relação de medo.

O museu não tem um único destinatário alvo, o seu público é diversificado e com diferentes níveis de escolaridade e de cognição, então a mensagem tem naturalmente de ser abrangente e atrativa. Como conclui Gabriela Figurelli (2014):

(...) a existência de diversos tipos de relações entre o público e a instituição, podendo um indivíduo assumir o papel de: visitante usuário, investigador, beneficiário, e colaborador. (pp. 146-163)

Se a mensagem do museu for hermética, apesar de eloquente, fica perdida algures, provavelmente nos primeiros segundos da sua leitura. O público visitante do museu tem de se sentir Preso naquela história de tal forma entusiasta, que empolgue o visitante até acabar de ler e “ver” a história daquele museu. Esta tensão entre público e museu será necessariamente o reflexo da própria sociedade.

Um museu mais urbano tende a atrair público com características diferentes do que se situado nos confins do mundo. Nunca será fácil para o museu idealizar um plano de comunicação, que de forma transversal penetre indistintamente em qualquer cidadão independente do género, credo ou religião. Não sendo possível esta sintonia total, será, contudo, desejável que não seja pelo discurso hermético e fechado que o funil se estreita. A lógica da abertura ao mundo e à sua diversidade tem de dominar o discurso, e conscientemente estar presente nos detalhes.

Como diz a Professora Gabriela Cavaco (2006, p.2) "...se passe a olhar o Museu de uma outra perspetiva - a partir das pessoas, dos cidadãos e do mundo que os rodeia".

Este panorama, no entanto, só se pode compreender num modelo de aquisição de competências e investimento em adequada formação que promova, em termos de gestão das instituições culturais, um estilo democrático a olhar para fora (*outward looking*), participativo e transdisciplinar. Este diálogo permanente, que se pretende entre público e museu, só é possível se o movimento vier de dentro do museu, abrindo as "hostilidades" e ganhando a confiança de um público ainda desconhecido, mas que se quer participativo.

A questão ganha especial enfoque, se pensarmos que muitas vezes a gestão do museu até pode ter essa preocupação, mas não dispõe das ferramentas institucionais e humanas, que permitam conduzir o processo nesse sentido. Esta dinâmica tem de ser interna no museu, com aposta decisiva em recursos qualificados, que estimulem pelo seu discurso contagiante, uma mensagem dita, escrita ou filmada, que deve ser especialmente atrativa. Fazendo esta leitura dos públicos, mas no plano da Sociomuseologia, importa ter presente o que nos ensinou Mário Moutinho (2014):

(...) A Sociomuseologia constitui-se numa abordagem multidisciplinar que visa consolidar o reconhecimento da Museologia como recurso para o desenvolvimento dos indivíduos, a partir do património cultural e natural (...). (pp. 5-38)

Se considerarmos os museus como um espetáculo de memória, o público não só tem de aplaudir de pé altamente contagiado pela narrativa, como deverá ter a hipótese de subir ao palco como protagonista dessa memória. Os museus contam a História sem fim, que todos querem ver o epílogo. Não se imagina o museu sem público, isso foi passado, então o público na conhecida lógica do ternário, é vértice essencial.

O público é tão essencial nesta relação museal, que vai influenciar necessariamente o desfecho do próprio museu. O Público constitui um pilar decisivo para harmonia museal. Qualquer mensagem tem de ter um destinatário, e é admissível e necessário que o recetor responda à mensagem museal. O público tem de ter espaço para intervir, e o museu tem de estar preparado para isso. Não basta reconhecer a importância do público se o museu não lhe der sequer a possibilidade de contar a sua verdade.

Este diálogo de memória, entre público e museu, permitirá desenvolver uma imagem mais condizente com a diversidade cultural. O museu é muitas vezes uma História mal contada, mas absolutamente vital e decisiva para a humanidade.

Se para muitos não suscita dúvidas, a importância do público nos museus, nem todos os museus permitem, que o público ajude a contar a sua História. Serão necessárias reformas estruturais na gestão museal e no público interno dos museus, dando ao público a dimensão sociológica e participativa própria da democratização museal, para que se possa construir uma narrativa de proximidade e contagiante. Faz sentido perceber, que ainda hoje muitos museus se encerraram em si mesmos, com discursos focados nos acervos e assumidamente destinados a elites. Pelo que a tarefa de mudar mentalidades presas a acervos, é uma missão ainda difícil, mas que se revela decisiva, para tornar o espaço museal, como lugar de participação social e desconstrução de uma memória sempre viva, que objetivamente vai mudar com os protagonistas. A verdade da memória sempre prevalece, mas será influenciada por quem a constrói, então se essa memória puder contar com a ajuda dos públicos, e ser mais participativa, tende a ser mais abrangente e próxima do aplauso.

A variedade dos seres humanos é enorme. A sua estatura, cor de pele, dos olhos e do cabelo, as suas capacidades e a maneira como utilizam os seus sentidos são tantas quantos cada um de nós. As pessoas com necessidades especiais são simplesmente mais um exemplo desta diversidade.

Muitas pessoas com deficiência têm dela uma perspetiva positiva: não é uma doença que precisa de ser tratada, é algo que faz parte da sua identidade. Querem que o seu direito de ser “diferente” seja respeitado. O seu drama não é a deficiência em si própria, mas a falta de compreensão por parte dos outros, que centram a sua atenção sobre a deficiência e não sobre a pessoa, o que os leva a atitudes de discriminação. É importante ajudar a construir uma imagem positiva das pessoas com deficiência. São indivíduos que, nos seus sentimentos e necessidades, têm mais pontos em comum com os demais do que diferenças e que podem desenvolver

competências e participar na vida da comunidade desde que beneficiem dos apoios necessários. Antes de tudo, cada um de nós é pessoa, independentemente das desvantagens limitativas, aos mais variados níveis, ou vantagens capacitantes e sem condicionantes de ordem física, sensorial, cognitiva ou de outra natureza qualquer.

É claro que não se pretende negar a existência de incapacidades, que afetam tanto as pessoas com deficiência como todas as outras, num momento ou noutro das suas vidas. A questão é que o problema deve ser focalizado não nas necessidades especiais que a pessoa tem, mas sim no meio físico ou social em que ela vive. Por exemplo, se uma pessoa numa cadeira de rodas não consegue entrar num edifício, o problema não está na deficiência que levou a pessoa à cadeira, mas sim na largura da porta ou nos degraus no átrio.

É preciso, portanto, adaptar o meio em que vivemos para dar as mesmas oportunidades a todos. Nessa perspetiva, os espaços e equipamentos para uso público devem estar sempre disponíveis, independentemente dos dias da semana ou da presença de um determinado funcionário. No caso específico dos museus, as pessoas com deficiência devem poder efetuar a sua visita sozinhas sem necessidade de marcação prévia e não depender de grupos especialmente organizados. O visitante deve-se sentir bem-vindo em qualquer altura, e não estar sujeito a um serviço que lhe é disponibilizado extraordinariamente. Se é normal fornecer o guia do museu em línguas estrangeiras, uma versão em Braille ou em “linguagem fácil” deve ser encarada da mesma maneira.

Uma abordagem multissensorial do museu evita a exclusão. Usando informação escrita e oral com diversos níveis de complexidade e empregando meios de comunicação visuais, orais, tácteis e interativos, o museu cumprirá melhor a sua missão, comunicando mais eficazmente com mais pessoas.

Esta abordagem não implica a banalização nem a perda de qualidade da informação. Pelo contrário, permite refletir sobre os objetivos estabelecidos, avaliar a eficácia do trabalho realizado, atingir um público mais vasto, enriquecer as exposições e descobrir mais-valias no seu acervo. O Museu Britânico, por exemplo, descobriu um novo elemento num friso do Parténon quando estava a elaborar umas reproduções tácteis para invisuais.

Todos os funcionários do museu devem ser sensibilizados para a diversidade e para a diferença dentro da sociedade em geral e, em particular, dentro da comunidade das pessoas com deficiência. Os decisores, os que dirigem e programam, os que concebem e planeiam as exposições, os guardas e os rececionistas, toda a equipa do museu, enfim, deve receber formação sobre a maneira de encarar a acessibilidade. E quem desempenha funções junto do

público deve conhecer bem as condições de acessibilidade do espaço, do equipamento, dos serviços e de cada nova exposição.

Para assegurar que as iniciativas do museu vão de facto ao encontro das necessidades e interesses dos diferentes grupos alvo e estão adequadas às suas capacidades, é essencial que as pessoas com necessidades especiais participem ativamente na sua estruturação. Esta é a única maneira de assegurar que a iniciativa vai corresponder às suas necessidades e capacidades.

Por isso, parcerias formais e informais com as pessoas com deficiência e os seus representantes são úteis para identificar necessidades e ouvir sugestões. Estas pessoas terão de aceitar que algumas situações são complexas e difíceis de resolver, mas por outro lado a equipa do museu vai perceber que algumas dificuldades não são difíceis de contornar. Se os pedidos das pessoas com deficiência parecerem contraditórios, o museu pode sugerir que sejam elas a propor a forma de resolver as contradições.

Em todos os casos o fator tempo é essencial: deve ser sempre facultado o tempo suficiente para que as propostas sejam efetivamente compreendidas antes de se discutirem os assuntos de modo a assegurar que as pessoas com deficiência e os técnicos especializados e mediadores no processo de consulta e discussão compreenderam o seu conteúdo, para esclarecer alguns aspetos mais confusos, levantar questões adicionais e recolher outras informações necessárias que tenham a ver com o assunto.

O diagnóstico das necessidades deve ser planeado sistematicamente e pode ser implementado de várias maneiras.

A realização de atividades em parceria com os diferentes agentes sociais gera uma participação ativa da comunidade, nomeadamente através da realização de iniciativas conjuntas com, por exemplo, os Conselhos Municipais de Educação onde estão representados todos os organismos da comunidade educativa (escolas, instituições particulares de solidariedade social, associações de pais).

É útil convidar pessoas com deficiência a visitar previamente uma exposição. Antes da abertura ao público, as atividades propostas e os materiais elaborados devem ser testadas com a sua colaboração, o que permitirá adequar melhor alguns aspetos.

Importa em primeiro lugar discutir e perceber, se a coleção vincula a perceção de uma exposição.

Claro, que qualquer acervo, determina inevitavelmente linhas da memória, mas jamais podemos considerar que o nosso espírito de investigação, fica estrangulado pelo objeto. Não é

por se ter exposto um objeto muito simbólico do iluminismo, que a questão do obscurantismo não possa ser discutida.

Devemos olhar para o objeto, como algo que tem toda uma história que o sustenta.

Por isso o "Compromisso" de gestão de determinada coleção, não deve ofuscar o livre arbítrio, de discutir interna e externamente a finalidade da exposição.

A Museologia não tem que ficar presa à coleção. A título de exemplo, pense-se que quem costurou um fato da "Dior", foram os operários costureiros, que nalguns casos optaram por esse trabalho, porque não tiveram sucesso como *design* de moda, e o resultado estético tem toda uma história por detrás.

Há que dar voz aos sujeitos, mesmo aos sujeitos que não a têm.

E mesmo quando uma coleção já existe, e até muito normativa, há que estabelecer o "Compromisso" com o acervo, de molde a repensar essa relação que vai para além dos próprios objetos.

Tal como disse Mário Moutinho (2006, p.2), é preciso "*(...) Discutir o porquê da exposição...*".

Segundo M. Graça Teixeira, (2021, p.4) "*(...) uma exposição caracteriza-se pela missão, filosofia, acervo, o público, mas sobretudo pelo compromisso que se estabelece com o fim da própria exposição*".

Quem trabalha com património, tem de ter consciência que trabalha com a memória do outro, e nesse sentido tem que ter a humildade de saber escutar as memórias de quem sabe mais.

A "*Escuta Sensível*" é determinante segundo M. Graça Teixeira (2019, p.6), no desenvolvimento dos processos curatoriais participativos.

Nesse sentido, há que ter em conta o "Lastro Teórico" de Barbier e Paulo Freire (1978, p.15), percebendo que essa escuta passa pelo diálogo.

Perceber igualmente que para Milton Santos (2008, p.176), o território museológico é um espaço dos sujeitos dos agentes e de interpretação, que não se deve dissociar dessa realidade de escuta sensível, e por isso a filosofia de enquadramento de contexto expositivo, deve ter em linha de conta estes princípios.

Segundo Homi Bhabha, *The Location of culture*, (1994, p.19) “(...) Para se alcançar a memória do outro, temos de deslocar de contexto, temos de conhecer a identidade do outro, temos de ir ao encontro do lugar da cultura”.

Para auscultar os detentores da memória, os mais velhos, as coletividades, os sujeitos, os públicos, devemos deslocar a nossa atenção ao lugar da convivência, ou seja, o território, mas no seu local de referência.

Na escuta sensível há que ter uma relação vetorial que vai e volta e que não tem um padrão predefinido. Temos de lá ir e perceber o contexto do outro, percebendo a interpretação que o outro dá, devendo, pois, utilizar outras lentes que nos permitam não interpretar segundo os nossos valores, mas tendo especialmente em consideração a realidade de quem estamos a escutar.

A escuta sensível busca o protagonismo do próprio museu, que se fortalece como espaço de diálogo e de tensão e de debate.

Na Modernidade, pós-revolução burguesa na Europa, os Museus surgem como espaços de formação, muitas vezes na sequência de reorganização de antigas coleções, ainda que mantendo uma lógica de absolutismo. Os "modernos" criaram um modelo de exposição numa lógica de hino ao poder, colando a memória a esse poder.

Tal como o Império Romano já tinha feito, para transmitir a "sua verdade", definindo modelos hierárquicos, na modernidade, passam a existir espaços educativos que recentram a História, designadamente porque o poder tem plena consciência da importância desses espaços expositivos, face à manutenção do próprio poder.

O estado compreende que a memória se afigura decisiva para permanecer no poder.

As coleções deixam de ter um contexto privado, para se afirmarem no contexto público, com espaços de preservação de uma memória seletiva, que salvaguarde o exercício do próprio poder.

Apesar da distância que nos separa no tempo, ainda nos dias de hoje existem alguns projetos museológicos, em que a lógica da identidade do museu e do projeto educativo, está consciente da memória que evoca, e do poder de informar, e por isso se submetem, em primeira linha a essa lógica.

Depois da segunda metade do Século XVIII, a exposição no espaço público exerce-se com consciência do poder que têm como espaço Nação, numa perspetiva absolutamente normativa.

Após a Segunda Guerra Mundial, e depois da destruição massiva dos museus, alguns com alguma consciência do valor histórico dos acervos, tentaram salvaguardar algum desse património, recolocando-o em novos espaços. Contudo, durante esse período, inadvertidamente, existiu também desvio ou roubo de algumas peças.

Nessa altura existiu um "Movimento Internacional", para tentar salvaguardar o espólio que restava dos destroços da Guerra.

Esse movimento foi criado com o objetivo de salvaguardar e proteger os objetos, por isso a reorganização dos espaços museológicos esteve até finais dos anos 60 na ordem do dia de diversos países europeus.

Esta realidade não teve o mesmo enfoque no Continente Americano, levando a uma evolução diferente.

Começaram a nascer os museus comunitários no México, enquanto a Europa, ainda só se preocupava em preservar o espólio museológico existente.

O "Maio de 68" foi sem dúvida uma época de grande transformação política e cultural na Europa. O movimento estudantil arrastou os pensadores de diversas áreas, para novos conceitos e novas estruturas de raciocínio.

Sobressai deste movimento o redescobrimento dos direitos inalienáveis do povo, cuja máxima determina, que os vencidos passem também a ter voz.

Esta corrente influenciou também os museus e a forma de os conceber. Apesar dos Museus Imperiais se manterem, (ex. Louvre, etc.), as sociedades implementaram novos museus para dar voz a essas novas realidades conceptuais. Aparece então o Museu do "Homem" e outros que espelham uma realidade não em torno de uma coleção, mas de uma ideia dominante.

Para além disso, nessa altura em diversos países europeus discute-se a descolonização e a libertação de vários países africanos.

Em Portugal teve particular ênfase o 25 de Abril de 74, o movimento pela liberdade política, que determinou uma alteração profunda no surgimento de novos museus associados a liberdade de exposição e expressão.

A população tomou consciência dos seus direitos e dos seus valores, muitas vezes com uma dimensão de proximidade, dando origem ao aparecimento espontâneo e massivo de museus de base comunitária, e ecomuseus.

Realce-se que, nesta altura, passou assim a existir uma temática transversal a várias áreas, tanto na Museologia como na história, criando ruturas nas matérias disciplinares.

Alguns museus nascem como museus disciplinares, mas depois reconfiguram-se, ainda que com os mesmos objetos.

O Objeto permite discutir não só a disciplina, mas também a perspetiva do conhecimento.

Se recentramos o nosso pensamento, entendemos que ainda hoje percebemos que poder e memória sempre estão conectados. O museu nunca será um espaço apático, ou neutro.

Nos anos 80, várias doutrinas, na área da nova Museologia, apontam para um modelo participativo e colaborativo. Essa forma de conceção museológica tem especial relevo e Portugal através de pensadores como Mário Moutinho.

A UNESCO sempre manteve um carácter promontório e de reflexão por antecipação, e, por isso, os seus seminários de 1952 a 1992, na área da Museologia, formam o objeto de uma reflexão profunda, que culminou com a linha de pensamento que hoje se designa por Nova Museologia.

Ganha especial relevo o "Homem Semióforo" por contraposição ao conceito de "Pessoa Recurso". Em toda a sociedade há um ser que se destaca, mesmo que não seja o detentor do poder. O Homem como símbolo que marca a memória. Este conceito de Homem Semióforo, este intimamente associado a uma hierarquização de valores.

O conceito de Pessoa Recurso, tal como Varine a concebeu, trata-se de um ser que tem a memória, que se reconhece como detentor da memória, mas que permite a discussão dessa memória junto da comunidade.

O ser está dotado de recursos, que lhe permitem descodificar a memória, mas que ainda a pretende partilhar com outras realidades.

Nos anos 90, surge na UNESCO o conceito de "Tesouros Humanos" uma noção que teve origem no Japão.

Em toda a sociedade, especialmente na menos marcada pela escrita, coabitam connosco "Tesouros Humanos". Nesse sentido, surge uma Recomendação da UNESCO, para que a memória desses tesouros não seja esquecida, e os seus testemunhos possam ser transmitidos a novas gerações.

Depois de algumas lutas internas, com o divórcio entre as teorias práticas e teóricas, espelhadas entre os agentes do MINOM e do ICOFOM, é produzida uma reflexão que culmina em 1984 no Quebeque, com o reconhecimento de práticas museológicas inovadoras e revolucionárias.

Nos anos 80 cresce o movimento associativo em Portugal, e localmente surgem associações em defesa do património, fomentando o aparecimento de diversos museus.

A generalidade desses museus, nasce com a ideia de os locais, poderem fazer a sua própria memória, seleccionando objetos que fazem parte da sua coleção.

Espaços de guarda (orgulho local) antes ameaçada por uma vivência antidemocrática.

Surge a democratização dos museus em Portugal, sem grande preocupação de erudição, mas essencialmente em resultado da vontade popular, e só posteriormente intelectualizados, com a colaboração de figuras como Alfredo Tinoco, Mário Moutinho e Cláudio Torres. Esta teorização e intelectualização dos museus de base popular, só surge nos anos 90. O movimento "Insurgente" tem uma base diferente relativamente ao que aconteceu no Brasil.

Em Portugal, a teorização dos museus só aparece depois do surgimento dos museus de base popular, poder-se-ia dizer um movimento ascendente, enquanto esse "insurgimento" tem um movimento hierárquico, que parte da academia para os museus, protagonizado por Mário Chagas (2014, pp. 9-22).

A ação museológica vai muito para além da exposição numa perspetiva de "insurgimento". Uma ação museológica é Cocriadora e não se resigna a uma exposição, mas vai muito para além disso atuando.

A questão central dos museus hoje prende-se com a própria definição do conceito de Museu.

Importa, pois, refletir sobre o papel da ação educativa na relação estabelecida entre os patrimónios os museus as escolas e a sociedade, tendo como referencial, a construção do conhecimento na área da pedagogia.

Devemos discutir sobre a dimensão pedagógica do museu e as estratégias em seu torno.

A relação dos museus com a computação abordada pelo Professor Manuel Costa Leite torna-se muito relevante face à clarividência e objetividade dos seus exemplos. Muitas vezes torna-se mais difícil explicar os conceitos com que lidamos diariamente, por não nos apercebermos do seu simples significado perante a sociedade.

Temos presente, que a representação do acervo dos museus, tem merecido diferentes abordagens ao longo dos tempos, sendo que essa forma de ver e expor a História, foi sempre condicionada pela tecnologia que rodeava a sociedade e naturalmente o Museu.

Cada vez mais a tecnologia influencia os nossos comportamentos, ainda que a sociedade não tenha plena consciência, da influência que as novas formas de comunicação introduzem nos relacionamentos e nos comportamentos. Estamos certos que nessa dicotomia Mundo Tecnologia, é o primeiro que é relevante, o resto são representações do real. Mas esta visão, está a deixar de ser a matriz, e muitas vezes confunde-se a representação com o real. Ser a matriz, e muitas vezes confunde-se a representação com o real. “(...) O que é multissensorial é o mundo não é o museu.” (Manuel da Costa Leite, conforme o recolhido em aula).

A tecnologia é muito importante, se ajudar a modificar as representações do mundo real, mas com o pressuposto, que em momento algum se podem confundir estas duas realidades.

Estes últimos quinhentos anos, em que Gutenberg influenciou maioritariamente o raciocínio lógico de leitura, somos levados a pensar que esse passo tecnológico, faz parte da nossa única vivência, mas tal constituiu apenas um pequeno/grande passo na História. Facilmente entendemos, que se os conceitos de escrita tivessem sido impulsionados de forma diferente, poderíamos ter um raciocínio lógico como decorre da estrutura escrita do Oriente. Neste contexto, a tecnologia foi decisiva na lógica de muitas gerações, ao ponto de aparentemente se confundir nalguns segmentos sociais, com a única forma do mundo real.

A realidade é a realidade em tudo diferente da representação. Contudo, quão diferente seria a lógica de raciocínio se a leitura deste texto, fosse operacionalizada da direita para esquerda e de baixo para cima. Transpondo esta leitura, para o domínio das acessibilidades, perceberemos que uma abordagem sistematizada a esse conceito, encontra no percurso da História, formas diferenciadas de análise.

O conceito de acessibilidade é em si mesmo, um conceito difuso e de difícil contorno. A acessibilidade no contexto do passado século, em matéria de tecnologia de informação,

encontra pressupostos formalmente destintos dos de hoje e certamente muito mais afastados do próximo futuro. As redes sociais transformaram o mundo. A informação na *Internet of People* circula a uma velocidade feroz por cada casa, influenciando o dia-a-dia de pessoas galacticamente conhecidas nas redes sociais, mas física e espiritualmente muito distantes. As relações sociais são muitas vezes comandadas pela velocidade do "post" que circula na rede do amigo tão distante e tão próximo. As lógicas de relacionamento, confundem a realidade com a representação e muitas vezes existe na sociedade, quem pretenda valorizar a ficção da representação, em relação à dureza da realidade. No futuro a "*Internet of Things*" permitirá ampliar a relação autómata dos "smart devices" num relacionamento descontrolado, que pode sem o cuidado devido, comandar o ser Humano. Claro que será impossível travar esse caminho, e tendo em conta os inúmeros benefícios que virão dessa IoT, designadamente em termos de acessibilidade e equidade das coisas, então mergulhemos fundo nesse desafio, desonerando sempre que possível, os riscos associados. No contexto museal, será possível identificar de imediato, as vantagens que podem advir da IoT, permitindo uma interação do público com o museu, numa logica participativa e de equidade, que inevitavelmente vai atingir níveis tão profundos, que tornará ainda mais difícil, distinguir a realidade representativa do mundo real.

Vamos assim permitir, por se tornar inevitável, que o recurso tecnológico, torne acessíveis conhecimentos de forma descomplexada, e seguramente mais próximo de todo o cidadão, independente da sua (in)capacidade cognitiva, lógica, física ou motora. A IoT vai sem dúvida estabelecer essa relação desejável, entre o cidadão e o museu, numa interação de constante atualização. A IoT vai também influenciar nesse campo, o relacionamento do museu com o mundo exterior. Essa relação, tendencialmente agressiva, porque sem limites, permitirá simultaneamente ser surpreendente e atrativa, colocando sob crítica, a questão de como é que a relatividade temporal das coisas, pode ajudar na acessibilidade.

CAPÍTULO 3 - PIONEIROS E ARTÍFICES DA TIFLOGRAFIA

3.1 Tiflografia de Valentin Haüy

O cidadão francês (normovisual) Valentin Haüy foi o primeiro dos precursores de Louis Braille e o pai da institucionalização da educação das pessoas cegas no mundo inteiro, nasceu a 13 de novembro de 1745, em Saint-Juste-en-Chaussée (Oise) e faleceu a 19 de março de 1822.

Para além de múltiplas ocupações de que dependia para viver, foi poliglota, paleógrafo e perito na decifração de escritas e códigos secretos, professor de línguas, trabalhando o grego, o latim, o hebraico e mais dez línguas vivas, tendo sido durante mais de trinta anos tradutor e intérprete em entidades privadas e públicas francesas. Era dotado de uma aguda sensibilidade aos infortúnios humanos. Impulsionado por uma invencível vontade, determinação e uma extrema generosidade, Valentin Haüy surgiu em França como a pessoa certa para responder, no plano prático segundo (Sizeranne, 1916; Fernandes, 1936, p. 18-19; Sem autor [S.A.], 1939, p. 11-22; Oliva, 1984, p. 85-103; Guerreiro, 2018i) "á preocupação social pelo estado psico-social, socioeconómico e cultural das pessoas cegas" (pp. 456-457), tendo sido também motivado por grotescas situações destes cidadãos, e tendo vindo a fazer livros em relevo linear para serem lidos através do tato.

Guerreiro (2000, p.117) "Teve e concretizou a ideia da impressão em relevo, fundindo caracteres adequados e concebendo um dispositivo especial para tintagem dos relevos, o que tornava os livros facilmente utilizáveis por pessoas normovisuais e cegas”.

Pretendia, assim, dar aos seus alunos cegos, como refere Guerreiro (2000):

(...) a possibilidade de constituírem a sua própria biblioteca e, por outro lado, esperava também que os mesmos pudessem dedicar-se ao ensino de crianças normovisuais, visto os caracteres serem acessíveis ao tato e à visão, provando, assim, que o problema essencial na educação das pessoas cegas consistia em transformar o visível em tangível. (p.117)

Tendo sido esta a razão por que inventara este processo de leitura e escrita em relevo linear.

Terá sido nesta aceção que veio a fundar, em 1784, a primeira escola para alunos cegos no mundo, a qual, no seu princípio, funcionou na sua própria residência, tendo sido mais tarde, em 1786, transferida para instalações alugadas, reunindo-se escola e oficinas no mesmo estabelecimento e sendo Haüy encarregado, pela Sociedade Filantrópica, da educação das pessoas cegas, nascendo assim a “Institution des Enfants Aveugles” (mais tarde “Institution Nationale des Jeunes Aveugles”), mas cuja oficialização só veio a consumir-se em 1791.

A atividade educativa de Haüy conheceu em pouco tempo um crescimento notável,

passando a ter várias dezenas de alunos e transferindo as suas lições da sua casa para instalações alugadas. (Guerreiro, 2000, p.117) “oferecendo-lhe o benefício da sua influência a Academia das Ciências (de que o irmão de Haüy era membro) e o Gabinete Académico das Escritas (de que era membro o próprio Haüy), encarregando a Sociedade Filantrópica Haüy da educação dos seus alunos”.

No Natal de 1786, segundo Augusto Deodato Guerreiro (2018):

(...) na continuação de uma extensa série de demonstrações com a dupla finalidade de impressionar a opinião pública e de angariar auxílios financeiros, 24 alunos da escola de Haüy apresentavam-se perante a Família Real e a Corte, no palácio de Versalhes, pondo aí à prova a sua capacidade na leitura, realização de operações matemáticas, utilização de mapas geográficos, interpretação musical, composição e revisão tipográfica, execução de outras tarefas oficinais, para além de outras demonstrações de saber. (pp. 456-457)

Foi também neste ano de 1786 editado o primeiro ensaio sobre a educação das pessoas cegas. Dois anos depois, editava-se uma notícia histórica sobre a "Institution des Enfants Aveugles", tendo sido todas estas manifestações que promoveram, em 1789, a admissão de alunos da instituição como músicos da capela real.

Valentin Haüy veio a ser consagrado pela História, nesta perspetiva tiflopedagógica, como afirma Augusto Deodato Guerreiro (2018):

(...) como o fundador da primeira escola para pessoas cegas no mundo, como o responsável pelos primeiros materiais em relevo e utilizados nessa escola (nomeadamente letras, algarismos, mapas), como o adaptador da tipografia à impressão em relevo, como o criador das primeiras oficinas para estes cidadãos, em suma, como o pioneiro que desbravou o caminho para o histórico feito de Barbier de la Serre e para a monumental descoberta e invenção de Louis Braille. (pp. 456-457)

Ainda segundo o mesmo autor (2018),

Valentin Haüy abriu o caminho para a formação de um novo conceito social em relação às pessoas cegas e de uma inspiradora e digna abordagem conducente a uma nova ciência, a Tiflogia, pugnando pela promoção das pessoas cegas, através da educação e da habilitação para o trabalho, dando à sociedade a prova demonstrada das suas potencialidades, capacidades e competências pessoais e sociais, numa época em que estas se encontravam numa situação de verdadeira sub-humanidade. (pp. 456-457)

Não se usando há muito os métodos e os instrumentos que utilizou, mas tendo sido fonte significativa e inspiradora dos muitos que hoje possuímos.

3.2 Tiflografia de Barbier de la Serre

Nicolas Marie Charles Barbier de la Serre, o seu nome completo, mas vulgarmente conhecido como Barbier de la Serre, nasceu em 1767, em Valenciennes (norte de França), e faleceu em 1841, em Paris.

No domínio da tiflografia, cabe-lhe a especial referência de ter sido o mais genial precursor de Louis Braille, tendo sido um tiflófilo notável, admitindo-se que só o tenha sido por acaso. Segundo Augusto Deodato Guerreiro (2018), veio a revelar-se na história da tiflografia como o fundamental

detonador de barreiras psico-sociais e culturais que enclausuravam intelectualmente as pessoas cegas, constituindo o seu evento o princípio-base da emancipação destas pessoas na leitura e na escrita (e consequente acesso à informação e à cultura), incomparavelmente de forma mais acessível do que o sistema criado pelo seu antecessor Valentin Haüy. (pp. 456-457)

O seu contributo tiflográfico baseia-se no facto de, como capitão de artilharia nas conturbadas conquistas napoleónicas, "em que os oficiais em campanha necessitavam de sigilosamente transmitir e de receber mensagens durante a noite, inventou um sistema de escrita por meio de pontos que podia ser lido às escuras" (Guerreiro, pp. 456-457), sendo, pois, neste período napoleónico, que Barbier de la Serre concebeu um sistema de leitura tátil para se poderem ler mensagens à noite, em pleno campo de batalha, sem a luz de um archote, assim se evitando denunciar às tropas opositoras a posição dos que recebiam essas mensagens.

A princípio, o sistema tinha a designação de "escrita noturna", tendo, depois, recebido a denominação de "Sonografia Barbier", pelo facto de cada símbolo corresponder a um determinado som da língua francesa, tendo Barbier de la Serre considerado, na conceção do seu sistema, os principais trinta e seis sons na língua francesa e distribuindo-os por uma tabela de dupla entrada, com seis linhas e seis colunas, tal como se evidencia a seguir, segundo Guerreiro (2011, p. 22), e (2018, p. 123) :

1º Quadro Tiflográfico

A	I	O	U	É	È
AN	IN	ON	UN	EU	OU
B	D	G	J	V	Z
P	T	Q	CN	F	S
L	M	N	R	GN	LL
OI	OIN	IAN	IEN	ION	IEU

figura 1: 1º Quadro Tiflográfico

Para identificar cada símbolo, Barbier de la Serre concebeu uma matriz de doze pontos, distribuídos por seis linhas e duas colunas, de tal modo, que o número de pontos em relevo na primeira coluna indicava o número da linha da tabela em que se encontrava o símbolo a referenciar, enquanto o número de pontos em relevo, na segunda coluna, referenciava o número da coluna da tabela em que o símbolo em questão se posicionava. Assim, por exemplo, o símbolo "R", tal como a tabela anterior o salienta, por se encontrar na interseção da quinta linha com a quarta coluna tem uma codificação que contempla cinco pontos em relevo na primeira coluna e quatro pontos em relevo na segunda coluna, tal como se apresenta a seguir, de acordo com Guerreiro (2011, p. 22), e (2018, p. 123) :

:

2º Quadro Tiflográfico

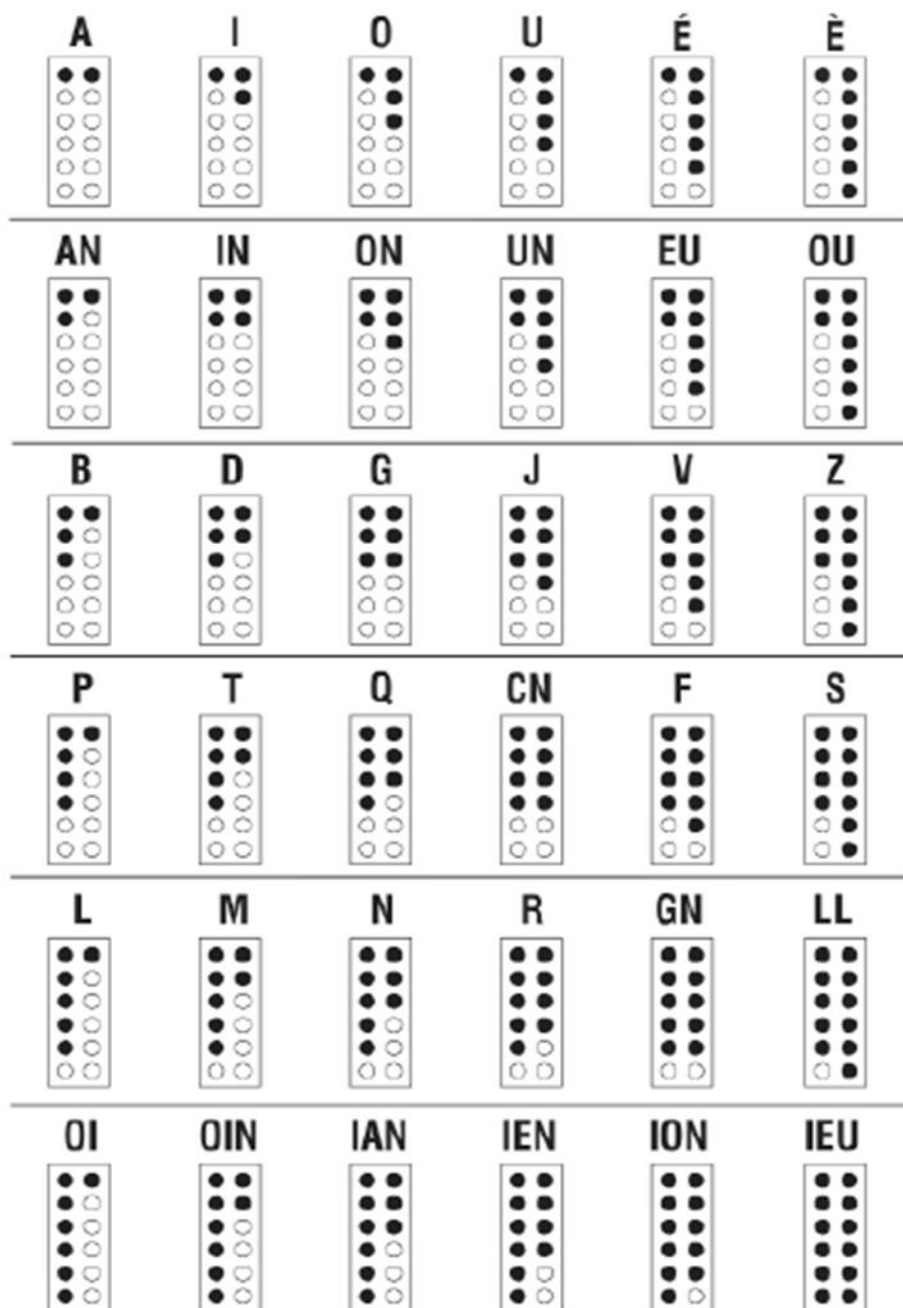


figura 2: 2º Quadro Tiflográfico

Este sistema sonográfico, historicamente, tem um grande significado, pois foi a partir dele que Louis Braille se inspirou para conceber o seu sistema tátil e natural de leitura e escrita, que veio permitir às pessoas cegas de todo o mundo dispor de um adequado instrumento para o acesso à informação escrita e à cultura. De seguida, através das seis figuras seguintes, evidenciam-se as codificações de todos os símbolos, integrando o Sistema de Barbier,

reportando-se cada figura a uma dada linha da tabela. Foi desta forma que idealizou o método de escrita por meio de pontos supra referido, que veio a ser designado por "escrita noturna", por oferecer a possibilidade de poder ser lida pelos combatentes às escuras. Este processo evoluiu até se tornar num verdadeiro código cifrado, criptográfico, próprio para guardar o segredo militar.

Ao que parece, fora já numa fase muito adiantada do seu método que lhe ocorrera pô-lo ao serviço das pessoas cegas e fazer sentir aos educadores as enormes vantagens nele contidas, visto que vinha substituir, no plano funcional da sua utilização (mais fluência na escrita e na leitura), o processo de escrita e de leitura das letras do alfabeto latino em relevo linear, propositadamente de grandes dimensões, para melhor se identificarem através do tato, o que, paradoxalmente, diminuía a velocidade de leitura.

Sustenta Albuquerque e Castro (1936) que Barbier se baseou

em princípios fonéticos e não ortográficos, o que dava à estrutura dos caracteres grande complexidade e dificultava a determinação exata do significado de cada um. Por outro lado, perdia-se muito espaço, em virtude das grandes dimensões dos caracteres, ao passo que o dedo se via forçado a ziguezaguear sobre o papel em vez de percorrê-lo horizontalmente. Estes inconvenientes, acrescidos da impossibilidade de se ler com rapidez, tornara o sistema pouco prático e condená-lo-iam como os outros se Luiz Braille o não modificasse, baseando-o em princípios ortográficos e reduzindo a metade o número de pontos de cada fila. (pp. 2-11)

Este sistema veio a consagrar-se na História como "Sonographie Barbier", formada por sinais representativos dos aludidos trinta e seis sons principais da língua francesa, distribuídos por seis linhas, contendo cada um seis sinais e formando igual número de colunas, conforme a evolução sonográfica no quadro seguinte, como refere Guerreiro (2011, p. 25), e (2018, p. 126):

3º Quadro Tiflográfico

A • ••	I •• •••	O ••• ••••	U ••• ••••	É •••• •••••	È •••• •••••
AN ••• ••••	IN •••• •••••	ON •••• •••••	UN •••• •••••	EU •••• •••••	OU •••• •••••
B ••• ••••	D •••• •••••	G •••• •••••	J •••• •••••	V •••• •••••	Z •••• •••••
P •••• •••••	T •••• •••••	Q •••• •••••	CH ••••• ••••••	F •••• •••••	S •••• •••••
L •••• •••••	M •••• •••••	N •••• •••••	R •••• •••••	GN ••••• ••••••	LL ••••• ••••••
OI ••••• ••••••	OIN •••••• •••••••	IAN •••••• •••••••	IEN •••••• •••••••	ION •••••• •••••••	IEU •••••• •••••••

figura 3: 3º Quadro Tiflográfico

Barbier de la Serre, parafraseando Castro (1936, p.2-11), teve uma intuição daquelas que estão na base de muitas das mais significativas e importantes descobertas ou invenções da humanidade. A de Barbier teria consistido em designar as coordenadas dos seus símbolos sonográficos por um certo número de pontos indicativos da "abscissa e da ordenada", isto é, da linha e da coluna a que o símbolo pertencia. Cada símbolo resultava da simples combinação de doze pontos (dois no mínimo e doze no máximo), colocados em duas filas verticais e paralelas, contendo cada uma no máximo seis pontos. Por exemplo: o sinal que se encontrasse no

cruzamento da quinta linha e da terceira coluna seria representado por cinco pontos na fila vertical esquerda e por três pontos na fila vertical direita, correspondendo ao símbolo "N". O sinal que estivesse na última posição, na sexta linha, indicar-se-ia por seis pontos na fila vertical esquerda e por seis pontos na fila vertical direita, correspondendo ao som "IEU", e assim sucessivamente.

Este sistema sonográfico, que é formado por pontos em relevo justapostos, veio permitir às pessoas cegas a leitura tátil de modo incomparavelmente mais rápido do que pelos processos anteriores, dando-lhes ainda a possibilidade de escreverem com mais facilidade. Barbier inventou mesmo um autêntico arquétipo da atual régua braille, instrumento através do qual, com o auxílio de um estilete (a que hoje chamamos punção), era possível gravarem-se no papel todos os símbolos do seu sistema.

Barbier de la Serre afirmava que, com estes trinta e seis sinais, poderiam as pessoas cegas, (Castro, 1936) e (Guerreiro, 2018):

dar conta dos seus negócios, consignar no papel as suas ideias, recolher as dos outros, ler a sua própria escrita, sem que se seja obrigado a ensinar-lhes a forma das letras, o uso da pena e as regras da ortografia, nem as dificuldades de soletrar. (p.2-11)

Interessando-se pela escrita para cegos, ao que consta desde 1819, Barbier de la Serre, começando a interessar-se e a questionar-se em relação à importância que poderia representar a sua sonografia para as pessoas cegas, visto que, na verdade, já se tratava de um passo tiflográfico bastante avançado e em nada semelhante aos anteriores, pois a descoberta do ponto para o tato é incomparavelmente superior ao traço, teria, em 1819, apresentado o seu sistema à Academia das Ciências, que vivamente se congratulou e o felicitou, depois fez idêntica apresentação na Universidade de Paris, cujo desinteressado acolhimento o desgostou muito, mas não desistindo da divulgação do seu método e chegando a levá-lo ao conhecimento da Institution Royale des Jeunes Aveugles, aí encontrando um enorme entusiasmo pela sua invenção, passando o seu método sonográfico tátil a ser testado e usado pelos alunos cegos desta Escola, sobretudo entre 1821 e 1826, e continuando a ser utilizado até 1882, apenas como processo tiflográfico de abreviaturas, dado que este sistema não era alfabético, mas só fonético e não representando mais do que os 36 principais sons da língua francesa.

No entanto, este sistema tiflográfico era apenas fonético e não alfabético, razão por que não satisfazia ainda as necessidades de alunos e de professores. Tinha a inédita e prodigiosa vantagem de poder ser utilizado pelas pessoas cegas, mas as circunstâncias impunham adequá-lo às exigências da ortografia. Era difícil às pessoas cegas ler este sistema com a

fluência desejável (embora com mais rapidez do que os sistemas anteriores), em virtude do excessivo número de pontos e do necessário grande tamanho dos símbolos por eles formados.

Por isso, este processo de escrever, devido à quantidade de pontos que era necessário combinar para se formar um sinal fonético, também era demasiado lento. Mas Barbier tinha feito uma grande e inigualável descoberta até então: descobriu que o ponto em relevo, e não o traço, era o elemento ajustado à polpa do dedo, adequado à percepção tátil no processo de leitura.

Barbier, com razão, achava que era difícil às pessoas cegas traçarem letras que os seus dedos pudessem identificar fluentemente, tendo assim a feliz inspiração de que o dedo, ao contrário dos olhos, analisa melhor os pontos do que as linhas.

Não obstante, e erradamente, acreditava que este seu processo, apenas fonético, seria o suficiente como meio de comunicação escrita para as pessoas cegas poderem ler e escrever, sendo-lhes inútil a ortografia, embora tendo descoberto a base da grande revolução tiflográfica, o ponto, que estava finalmente encontrado, sendo o elemento tangível que mais se ajusta à modalidade percetiva do tato (Fonseca, 1936, pp. 2-8). Como escreve Guerreiro (2018i):

Louis Braille tinha a primeira pedra lançada para poder basear-se e erigir o seu fabuloso, imponente, inexpugnável e insubstituível monumento tiflográfico e tiflológico universal, que é o alfabeto braille, a grafia braille para todas as línguas e áreas do conhecimento. (pp. 456-457)

Já Castro (1959) referia que:

Sem Carlos Barbier, não teria talvez existido para Luís Braille a imortalidade. Mas, sem ele, o sistema de escrita em relevo, inventado por Barbier, não teria talvez ultrapassado o seu autor, porque nenhum outro, senão Luís Braille, saberia transformá-lo e fazer dele o modelo de lógica, de simplicidade e de polivalência que todos conhecemos. (p. 42)

3.3 Tiflografia de Louis Braille

Louis Braille nasceu a quatro de janeiro de 1809, na aldeia de Coupvray, situada a cerca de quarenta quilómetros a leste de Paris, e faleceu a seis de janeiro de 1852, em Paris.

O seu pai era seleiro/correeiro, o pequeno Louis costumava ir brincar para a sua oficina e, num certo dia (já com três anos), ao tentar cortar uma correia com a faca que o pai costumava usar (há quem refira a sovel, a *serpette*, em vez da faca), teria ferido um dos olhos, que infetou, propagando-se a infeção rapidamente ao outro olho, acabando por ficar cego rapidamente.

Em 1819, com dez anos de idade, foi internado na Institution Royale des Jeunes Aveugles, fundada em Paris por Valentin Haüy, tendo sido naquele ano que Barbier de la Serre se começou a interessar pela escrita das pessoas cegas, baseando-se no seu sistema sonográfico.

Na altura, o ensino aí ministrado abrangia muitas matérias, ainda que de forma superficial, e os livros utilizados pelos professores e alunos eram muito volumosos e impressos em relevo linear, processo inventado por Valentin Haüy, reproduzindo em tamanho ampliado as letras a tinta, para mais facilmente poderem ser identificadas pelo tato, o que se traduzia numa leitura morosa e cansativa para as crianças cegas e para os próprios adultos.

No que se referia à possibilidade das pessoas cegas escreverem, essa dificuldade era bem mais acentuada e quase que se podiam contar pelos dedos as que conseguiam escrever com a pena, embora, a partir de 1821, se começasse a abandonar a pena em favor do estilete (punção) com o qual se escrevia por meio de pontos a "Sonographie Barbier", que veio a ser utilizada na escola e pelas pessoas cegas até 1882.

Foi nesta Escola para jovens cegos que Louis Braille veio a aprender música, piano, a estudar e a ler os quarenta livros da biblioteca desta Instituição, que estavam impressos em relevo linear, tendo o entusiasmo e paciência de identificar cada letra muito demoradamente e ficando exausto no final de cada frase lida e, às vezes, já não se lembrando do seu início, sendo uma situação que o levou a construir o legado graficofonético e humano, o Sistema Braille, que deixou às pessoas cegas de todo o mundo (S.A., 1933, pp. 5-7; Castro, 1959, p. 42; Kugelmass, 1975; Robalo, 1977, pp. 10-20; S.A., 1988, pp. 61-64).

Para chegar a este tão fecundo resultado intelectossocial para as pessoas no mundo, no dizer de Deodato Guerreiro (que secundamos), um dia foi Louis Braille surpreendido pela sorte, numa visita que o Capitão de Artilharia Barbier de La Serre fez à Instituição, aí apresentando e demonstrando o seu código, porque lhe ocorrera pô-lo ao serviço das pessoas cegas, tendo-o Louis Braille experimentado com algumas dificuldades e morosidade na imediata identificação

dos sinais, devido ao tamanho dos mesmos e, em março/abril de 1821, o código Barbier, incomparavelmente mais eficaz dos que até então se conheciam, Louis Braille começou rapidamente o seu trabalho de investigação e desenvolvimento do seu sistema, "sabendo-se que, por volta de 1830, se começou a usar o Sistema Braille nas aulas para a escrita de exercícios, experiência que pôs logo de lado as letras em relevo linear”.

Coube então a Louis Braille, no seguimento dos sinais em relevo ponteados já estarem inventados e o instrumento para os produzir o estava também, a tarefa de:

Em primeiro lugar, transformou a "Sonographie Barbier", como refere Guerreiro (2000):

dividindo ao meio, no sentido da altura, o retângulo formado pelos doze pontos, seis em cada uma das duas filas verticais e paralelas - como podemos observar na convergência da sexta coluna com a sexta linha do Quadro sonográfico adaptado à escrita das pessoas cegas atrás apresentado -, concebido por Barbier, ficando cada sinal (a célula braille) a ocupar um retângulo formado apenas por seis pontos (três em cada fila vertical, enumerados de um a seis, de cima para baixo e da esquerda para a direita, sendo a fila esquerda representada pelos pontos "123" e a fila direita pelos pontos "456") - como podemos observar no quadro signográfico e Alfabeto Braille a seguir apresentado, clarificando a diferença entre a "Sonographie Barbier" e o alfabeto Braille, bem como as potencialidades signográficas deste sistema. Isto porque Louis Braille reconheceu, desde logo, que os símbolos com mais de três pontos em cada fila eram inabrangíveis num só contacto pela parte mais sensível do dedo e, por consequência, a percepção imediata de um sinal representativo de um determinado carácter era impossível. Estava finalmente inventada a dimensão ideal do carácter representado por pontos ajustados à percepção tátil. Louis Braille concebeu este sistema em 1825 e veio a divulgá-lo em 1829, na sua grande obra humana. (p.126)

Continuando a seguir Guerreiro (2000) nesta questão:

Pierre Villey (1879-1933) - cego, outra referência de grande envergadura, professor universitário, historiador e crítico, cujos ensaios sobre Montaigne e sobre a psicologia e a pedagogia dos cegos não parecem ter sido ainda alterados - classifica de «prodígio do alfabeto Braille o facto de o seu símbolo genético se compor apenas de seis pontos, que não excedem o campo da tactilidade e no entanto satisfazem todas as necessidades da sua utilização. (Villey, Pierre. (1946). *El Mundo de los Ciegos*. Buenos Aires: Editorial Claridad). (p.126)

O Sistema Braille, como verdadeiro código fonético e alfabético, só foi oficialmente aprovado em França em 1854, dois anos depois da morte do seu genial inventor, celebrizado na História dos Homens com maiúscula.

4º Quadro Tiflográfico
 Guerreiro (2011, p. 38), e (2018, p. 133)

a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m	n
o	p	q	r	s	t	u	v	w	x	y	z	ç	
			á	é	í	ó	ú						
			à										
			â	ê				ô					
			ã				õ						
						ï				ü			

figura 4: 4º Quadro Tiflográfico

Seguindo Guerreiro (2000, 2011 e 2018), houve outros alfabetos tiflográficos. Com a evolução da braillografia (parte da braillogia que se ocupa do material signográfico e correspondentes normas de aplicação utilizados nas diversas escritas em braille) e da braillogia (o conjunto dos conhecimentos que consubstanciam e enquadram as matérias das várias vertentes da problemática do braille), outras iniciativas foram tomadas, umas mais efémeras e outras mais resistentes, das quais, por as acharmos bastante curiosas, destacamos os alfabetos Moon (Oliva, 1984, pp. 27-35) e Mascaró (Oliva, 1982, pp. 3-16), investigador que, em primeiro lugar, analisou com profundidade, entre nós, estes alfabetos em relevo tátil, os quais têm vindo a merecer significativo interesse de Guerreiro (1999 e 2000), como passamos a indicar.

3.4 Alfabeto tiflográfico Moon

Para facilitar uma melhor precisão e compreensão deste alfabeto, ordenamos algumas citações de Guerreiro (2000, 2011 e 2018), começando Guerreiro (2018i) por afirmar que o

alfabeto Moon foi inventado por William Moon (1818-1894), de Brighton, em 1847, processo de leitura e escrita para pessoas cegas que ficou conhecido pelo seu próprio apelido. Moon, que mantinha um resíduo visual desde a infância, acabou por ficar cego aos vinte e um anos de idade e bem depressa dominou todos os outros sistemas de leitura em relevo que, na altura, eram conhecidos. Rapidamente percebeu que eram muito poucas as pessoas cegas que conseguiam usar esses sistemas com eficácia, o que o levou a inventar o seu próprio alfabeto.

Este sistema conserva, numa forma simplificada, letras do alfabeto latino, compondo-se com nove caracteres, cujo significado se determina pela posição em que são utilizados, conforme o que nos mostra o quadro a seguir, sendo as letras colocadas entre parêntesis, para facilitar a leitura, e os sinais estenográficos são reduzidos ao mínimo. (pp. 456-457)

5º Quadro Tiflográfico

Guerreiro (2011, p. 47) e (2018, p. 136)

A	B	C	D	E	F
^	l	C	>	Γ	∩
G	H	I	J	K	L
γ	o	l	J	<	L
M	N	O	P	Q	R
γ	N	O	ε	u	\
S	T	U	V	W	X
/	-	u	V	∩	>
Y	Z	and	the	!	?
└	2	S	÷	!	γ
:	,	.	'	()	
⋮	⋅	⋯	⋅	⋮	⋮

figura 5: 5º Quadro Tiflográfico

Concluindo, anotamos aqui ainda a seguinte curiosidade, como importante resultado da utilização do Alfabeto Moon, segundo Oliva (1984):

Este processo de leitura e de escrita é recomendado para as pessoas cegas tardias praticarem a leitura tátil, visto que a maior parte dos adultos que perdem a visão para além da meia idade se revela incapaz de dominar o braille, cujos pontos se lhe afiguram demasiado pequenos (nas dimensões preferíveis aconselhadas), embora, na generalidade, muitos deles, depois de aprenderem o moon, acabem por vir a dominar também o braille (começando pelo chamado braille jumbo, com pontos e espaçamento maiores), que é um sistema de longe mais elaborado e o que mais recursos, sobretudo literários, oferece às pessoas cegas. Mas o moon chegou a ser utilizado também por missionários, os quais, em 1880, já o usavam em 194 línguas. De 1847 a 1880, estereotiparam-se em moon 13 000 matrizes e imprimiram-se cerca de 125 000 volumes. Por volta de 1955, as estatísticas indicavam que cerca de 450 línguas utilizariam o alfabeto moon, conquanto, atualmente, a sua utilização se encontre quase exclusivamente confinada à Inglaterra. (p.27-35)

3.5 Alfabeto tiflográfico Mascaró

Também para facilitar uma melhor precisão e compreensão deste alfabeto, ordenamos algumas citações de Guerreiro (2000, 2011 e 2018), indicando aqui outro sistema tiflográfico que veio a ser criado, desta vez em Portugal, por Aniceto Mascaró (1842-1906), médico oftalmologista espanhol que chegou a Lisboa em 1870, onde fundou, em 1889, uma clínica de oftalmologia, o Instituto Médico-Pedagógico para Cegos, que funcionou até 1906.

Foi neste seu Instituto que Mascaró, simultaneamente com o pleno exercício da oftalmologia, que segundo Oliva (1982) elaborou o seu

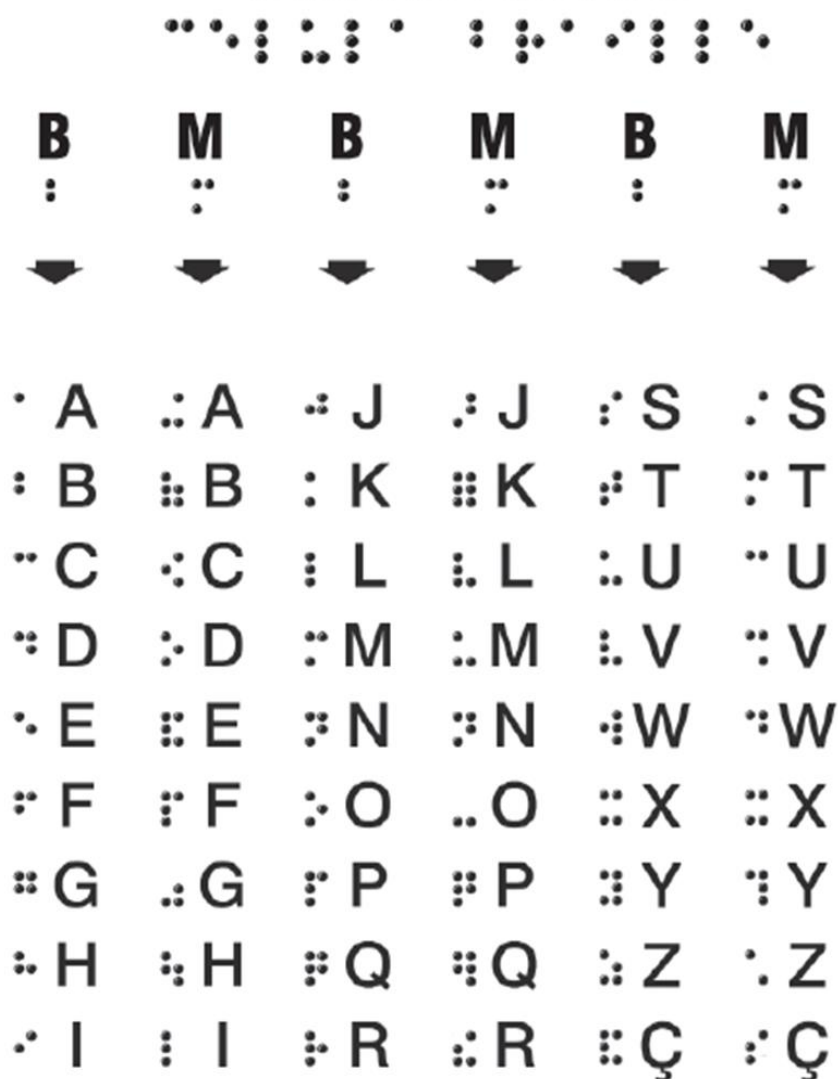
método de leitura e de escrita para pessoas cegas e normovisuais, dedicando-se também à habilitação de professores para ensinarem o seu método, o qual, para poder ser lido com o tato e com os olhos, foi gizado com duas componentes: uma componente visual, que consiste na acomodação das formas das letras maiúsculas ao espaço do retângulo braille (como sabemos, de seis pontos); e a componente tátil, que é constituída por conjuntos de pontos do Sistema Braille, os quais têm uma relação de tipo figurativo mais ou menos estreita com as letras a tinta que representam. (p.3-16)

Conforme podemos observar no quadro seguinte, no qual está expressa a diferença entre o alfabeto Braille (encimado por B) e o alfabeto Mascaró (encimado por M).

6º Quadro Tiflográfico

Guerreiro (2011, p. 50) e (2018, p. 138)

Célula Braille



B (Braille) M (Mascaró)

figura 6: 6º Quadro Tiflográfico

Como todos os inventores anteriores a Mascaró sempre tiveram, erradamente, a ideia de levar as pessoas cegas a ler e a escrever as letras que as pessoas que veem usam, também ele inventou um método tátil, baseado na combinação de pontos utilizados no Sistema Braille para fazer as pessoas cegas encontrarem a configuração dos caracteres comuns a partir do posicionamento dos pontos em relevo no papel, cuja forma de cada uma das letras normais poderia facilmente ser deduzida através do tato. Isto porque, no método de Mascaró, há uma singular e intuitiva sugestão de forma, conseguida por intermédio da combinação de um conjunto de pontos em relevo, basicamente a contornarem os caracteres latinos, marcando o princípio e o fim dos mesmos, as extremidades das linhas definidoras dessas letras ou selecionando e assinalando pontos convencionais das mesmas, como pode observar-se no Quadro Tiflográfico Mascaró. Na realidade, Mascaró conseguiu, neste seu processo tiflográfico, representar o alfabeto latino, pontuações e sinais acessórios, algarismos, notação científica e musicográfica. Curiosamente, até algumas pessoas cegas terão aprendido música em documentos mascaró, consta, embora não existam nos nossos dias, por enquanto, exemplares de textos musicais escritos em mascaró. O Sistema Mascaró também era escrito com punções (ponto a ponto e da direita para a esquerda para que, ao virar o papel ao contrário, se possa ler da esquerda para a direita) em pautas e régua braille, bem assim em máquinas mecânicas e eletrônicas braille, como o próprio braille, confinando-se o número de pontos a uma célula de seis pontos, apenas sendo maior o número de pontos (ultrapassando essa quantidade mais de 22%), do que em braille, para a representação de cada caracter em mascaró, bastando observar os respetivos Quadros Tiflográficos.

Filipe Oliva (1982, pp. 3-16) salienta duas desvantagens do alfabeto mascaró em relação ao alfabeto braille:

- Menos rapidez ao escrever nas pautas e régua (que eram os instrumentos manuais de escrita por meio de pontos mais usados na altura);
- Diminuição da velocidade de leitura tátil (porque há um mais elevado número de caracteres formados por quatro ou mais pontos, o que baixa a imediata rapidez no reconhecer e identificar os sinais gráficos em mascaró).

Isto significa que a descoberta da importância do ponto em relevo para o tato, por Barbier de la Serre, e a genialidade de Louis Braille em conferir valor fonético e alfabético à Sonografia Barbier, criando o Sistema Braille com a polivalência signográfica que se conhece e em permanente atualização na ergonomia tátil e representação tiflográfica da diversidade de

sinais que vão surgindo nas diferentes literacias.

Convém ainda, em relação ao Sistema Mascaró (Oliva, 1982), referir que:

Este processo de leitura e escrita chegou a merecer favorável acolhimento em congressos internacionais, embora não tivesse passado de mais uma curiosa tentativa para possibilitar às pessoas cegas e normovisuais a leitura de textos, podendo aqueles utilizar o tato e estes os olhos para esse efeito. De resto, este tipo de preocupações tem vindo a evidenciar-se desde há séculos, subordinando-se quase sempre à dominante pretensão de se adotar um sistema utilizável tanto por pessoas cegas como por normovisuais. O certo é que este sistema teve, afinal, também uma curta e efémera duração. Com a morte de Mascaró, condecorado pelo governo francês com o grau de "Oficial da Ordem da Instrução Pública", finou-se também o seu Instituto Médico-Pedagógico para Cegos e o seu método de leitura e escrita para as pessoas cegas e normovisuais. (pp. 3-16)

Continuando a seguir esta análise (Oliva, 1982):

Aos poucos se constatou a insubstituibilidade do Sistema Braille, que começou a ser difundido e reconhecido no mundo a partir de 1844 (em França só foi reconhecido oficialmente em 1854, dois anos depois do falecimento do seu inventor), é uma conquista das pessoas cegas, com o apoio das pessoas normovisuais que reconheciam o seu direito à emancipação tutelar; que só o Sistema Braille permite ao educando cego entender e apropriar-se dos conceitos de letra, sílaba, palavra e frase, através do contacto direto com a escrita e a leitura; que, depois do aparecimento do Sistema Braille, as pessoas cegas alargaram a sua escolaridade e alcançaram a universidade, a investigação avançada e o mundo do trabalho; que, mercê do Sistema Braille, as pessoas cegas conseguiram conquistar a sua identidade de grupo social, com deveres a cumprir e direitos de cidadania; que o ensino da escrita cursiva na escola fundada por Haüy, com a criação do rafigrafo, instrumento ideado por Louis Braille, com o auxílio de François-Pierre Foucault, para escrever letras em relevo, e a consequente simplificação por Victor Ballu (os três cegos), acessibilizava a escrita e a leitura às modalidades sensoriais tátil e da visão. Victor Ballu (1829-1907), que também materializou o seu desejo de não se afastarem da escrita dos normovisuais, inventou um processo de leitura e escrita para o tato e para os olhos, baseado na rafigrafia, mediante o qual se escreve a letra de imprensa através de pontos, utilizando régua e punções próprios, em analogia com a escrita do braille em régua e pauta, ficando conhecido pela designação "Ballu", o apelido do seu inventor. Este processo de escrita pontuada foi imediatamente adotado pelas pessoas cegas, como meio de comunicação gráfica com as pessoas normovisuais, havendo mesmo quem o tenha utilizado até à década de 60-70 do século XX, em vários países, incluindo Portugal. (pp. 3-16)

Mas não há dúvida de que foi o sistema braille que veio revolucionar, positivamente, o paradigma comunicacional e o desenvolvimento sociocomunicacional e da interação das pessoas cegas, sendo esse sistema signográfico e tiflográfico (graficofonético em braille) que deverá ser usado pelas pessoas cegas em todos os procedimentos e dimensões infocomunicacionais, inclusive nos Museus, adicionando complementarmente audiodescrição e os mais adequados e justificados guias/meios suplementares audiotáteis e outros que, pontualmente e consoante as circunstâncias, puderem ser testados e comprovados na máxima dimensão de equidade entre pessoas cegas e normovisuais.

Conforme o recolhido em *Jornal dos Cegos*, no Instituto onde Louis Braille estudou, também ele próprio deixou composições e foi um excelente organista. Gauthier Raussel e Lebel,

também professores daquele Instituto, deixaram composições musicais sacras e profanas de grande valor.

No fundo, a genial invenção do Sistema Braille é tão imprescindível às pessoas cegas, para o desenvolvimento da sua motricidade fina, intelecto social e cultural, como a escrita comum o é para as pessoas normovisuais.

CAPÍTULO 4 - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E CULTURAL DA FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA NO CONTEXTO DA TIFLOINCLUSÃO

Só em dezembro de 1894, o Ministro e Conselheiro João Franco, decretou a lei que estabeleceu o ensino oficial de cegos em Portugal. Nessa altura, Portugal era, segundo relata o *Jornal de Cegos*, provavelmente a única nação na Europa onde não existia oficialmente o ensino de cegos.

Em 1863, um benemérito natural de Castelo de Vide, descendente de uma família abastada, decide instituir em Castelo de Vide um Asilo de Cegos, com o intuito de acolher pessoas cegas que não tinham meios de subsistência.

Neste sentido, João Diogo Juzarte Sequeira e Sameiro criou uma instituição que tinha como principal objetivo o assistencialismo à pessoa cega e consequente melhoramento das suas condições de vida baseado num princípio extremamente inovador, dado que na sua génese estimulava o ensino sociolaboral, permitido assim aos alunos, angariarem recursos financeiros e de conhecimento, que lhes iria possibilitar no futuro das suas vidas, autonomia social e a autosustentabilidade profissional.

Assim, a 20 de Julho de 1863 foi inaugurado o Asilo de Cegos de Castelo de Vide. Esta obra de grande prestígio tanto para a vila de Castelo de Vide, situada na recôndita fronteira com Espanha, bem no interior de Portugal.

Com o passar do tempo, a instituição consolidou-se em torno de uma escola para invisuais desde criança até à idade adulta. O responsável pelo desenvolvimento deste ensino, foi o reverendo Severino Diniz Porto, membro da administração do asilo que se empenhou no ensino dos cegos nesta Instituição, que era o único professor com vista que ensinava no asilo e sem receber qualquer lucro do seu trabalho, formou a primeira escola para o ensino dos cegos em Portugal.

Branco Rodrigues esteve desde a primeira hora associado a esta iniciativa, na sequência de diversas visitas privadas que fez ao estrangeiro, designadamente a França, que em 1890, era o país com ensino de cegos mais avançado.

Branco Rodrigues estabeleceu uma parceria com diversas instituições, que lhe permitiram importar as melhores práticas e técnicas de ensino para cegos.

Uma das escolas de referência em França foi a Institution Nationale des Jeunes Aveugles de Paris, fundada pelo ilustre Valentin Haüy.

Tal como descrito no *Jornal de Cegos* da altura, naquele Instituto, na parte destinada aos alunos do sexo masculino, havia uma oficina de torneiro de madeira, outra de fabricantes de redes, outra de cesteiros e palheiroiro, e uma oficina de afinador de pianos. Na parte destinada às alunas, existia uma oficina de redes e de trabalhos de ‘Fantasia’ (tricot, crochet, etc.).

O edifício do INJA tinha uma tipografia especial, onde se editavam literatura ou música para cegos.

A duração do curso era de oito anos, para os alunos músicos e de cinco anos, “para os alunos que não podiam aprender senão uma profissão normal” (*Jornal dos Cegos*, 1863, p. 4).

O Instituto, que era simultaneamente uma escola secundária e profissional, e ministrava aos seus alunos com cuidados especiais de educação que necessitem, os conhecimentos que os educavam no pensamento e na razão de um ofício ou de uma profissão, que os podia tornar independentes (*Jornal dos Cegos*, 1895, p. 5). O Instituto foi ainda uma escola normal para a formação dos seus professores, a quem conferia os respetivos graus de formação.

Neste contexto, cujo importante contributo começa com Valentin Haüy, desenvolve-se com Barbier de la Serre e culmina com Louis Braille, sentimos necessidade de precisar alguns pormenores de ordem logográfica, em que a signografia braille e outros alfabetos táteis tiveram particular relevância, como indicamos a seguir, e que entendemos poderem enquadrar-se também na comunicação museal, sobretudo o Sistema Braille.

Mais contributos, embora de ordem logográfica, para a emancipação social das pessoas cegas, que as ajudam com mais segurança infocomunicacional na acessibilidade e usabilidade dos Museus

Neste contexto, vem a propósito aludir a meios logográficos alternativos de comunicação, atendendo ao facto de, nos Museus, a comunicação e a informação ter de se processar em todas as tipologias e para todos os cidadãos.

Assim, tendo em conta a necessidade de se dotarem os Museus com as condições infocomunicacionais que permitam a possível e adequada equidade na sua acessibilidade e usabilidade por parte de todos os cidadãos (no caso concreto desta Tese mais restrito às pessoas cegas e normovisuais), também há meios de escrita alternativos de comunicação que têm vindo a implicitar-se, por etapas e tentativas na sua melhoria, nos mais diversos contributos para aumentar essa acessibilidade e usabilidade e a inerente emancipação social em equidade das pessoas cegas, tanto quanto possível em igualdade com as pessoas normovisuais, os quais achamos conveniente e oportuno anotar neste contexto, em especial o Sistema Braille e o consequente e profícuo redimensionamento tecnológico, nessa medida se sobrepondo às similitudes em literacia de todos os outros meios de leitura tátil, como passamos a referir nos cinco pontos seguintes, também essencialmente por uma questão tiflográfica histórico-cultural:

A especificidade da matéria logográfica, que aqui inserimos, não passa de uma brevíssima abordagem circunstanciada à questão de enfoque assumida nesta Tese, reflexão

inspirada nos livros: *História Breve dos Meios de Comunicação: da Imanência Pensante à Sociedade em Rede* (2018), *Literacia Braille e Inclusão* (2011) e *Para uma Nova Comunicação dos Sentidos* (2000).

No âmbito dos meios logográficos alternativos em questão, damos aqui particular importância à tiflografia, que se entende por estudo ou tratado da escrita em relevo para uso das pessoas cegas, cuja diversidade de tentativas engenhosas, mas efémeras, só se dissiparam com a genial invenção do Sistema Braille. Sendo a tiflografia escrita para cegos, entendemo-la, em sentido lato, como qualquer sistema semiótico visual e espacial, e também já tangível e audível. Em sentido restrito, é um sistema graficofonético de notação da linguagem.

Os mais variados processos para se representarem caracteres acessíveis ao tato inventados ao longo da História e anteriores a Valentin Haüy, a Barbier de la Serre e a Louis Braille (os três inventores responsáveis pela génese e desenvolvimento deste sistema logográfico para o tato) sempre se revelaram ineficazes, por isso sem êxito.

A verdadeira génese da tiflografia encontra-se nos valiosos e sequenciais contributos daquela tríade francesa, razão por que apresentamos os passos tiflográficos, histórico-culturais e biobibliográficos da tríade em referência, bem como outros alfabetos tiflográficos usados, mas sem retirarem ao braille a sua genialidade graficofonética perfeitamente adequada ao tato.

Os alunos mais inteligentes puderam aprender a afinar pianos ou a fazer os seus estudos musicais, e por isso foram colocados posteriormente como professores de música ou organistas de diversas igrejas e outros locais de culto.

Em Lisboa, resultou como discípulo do citado Instituto, M. Janet, que foi professor de música da escola António Feliciano Castilho.

Segundo testemunho inscrito no *Jornal dos Cegos*, Branco Rodrigues teve oportunidade de ouvir em Pedrouços, M. Janet a dirigir as suas discípulas, que cantavam no coro e por meio de música que liam ao mesmo tempo com os dedos, situação que muito o emocionou.

As alunas cegas músicas, tinham colocação nas comunidades religiosas, nos colégios e escolas de ensino livre.

No entanto, a integração na sociedade e a independência, sobretudo a nível económico, após a saída do asilo, só se poderia verificar com a aprendizagem de um ofício. É então neste sentido, que nascem as oficinas Branco Rodrigues. No dia 13 de dezembro de 1895, Branco Rodrigues visitou o Asilo de Cegos de Castelo de Vide e depois de ter ficado bastante impressionado com a capacidade dos alunos cegos, a nível da música e do ensino, durante um jantar oferecido pela instituição, propôs ao Asilo que se formassem umas oficinas com o

objetivo de profissionalizar os asilados na aprendizagem de um ofício. Esta ideia foi amplamente bem recebida pela direção do asilo e António José Repenicado, abastado negociante e lavrador, foi o responsável pela instituição das oficinas, oferecendo o capital necessário para o seu funcionamento. Ficaram assim as oficinas com o nome de Branco Rodrigues, a pedido do instituidor e unanimemente aprovado pela direção. Esta direção era presidida pelo Sr. dr. Aniceto Xavier e da qual faziam parte o Sr. Vigário Trindade, António Repenicado, Assunção Mimoso correspondente do jornal *O Século* e o secretário da administração Manuel Diogo Coelho, amigo do fundador do asilo e que, desde 1863, contribuiu para o engrandecimento da instituição, foram responsáveis por criar as primeiras oficinas para profissionalização dos cegos em Portugal. A 16 de dezembro de 1895 instituíram-se as oficinas e um mestre começou a ensinar os cegos a fazerem canastras. Os cegos começaram a produzir estes objetos com o intuito de os vender e daí tirarem rendimento para a sua subsistência. Os asilados recebiam assim uma percentagem do lucro do seu trabalho que era depositado e devolvido aos cegos quando saíssem do asilo. Para o desenvolvimento das oficinas, Branco Rodrigues criou uma revista de tiflogia intitulada *Jornal dos Cegos*, com o intuito de relatar as suas viagens aos institutos de cegos no estrangeiro e o que de melhor se fazia para o ensino dos cegos, assim como, o relato dos principais acontecimentos do Asilo de Cegos de Castelo de Vide, cujo rendimento proveniente do jornal, revertia na totalidade para as oficinas Branco Rodrigues e permitiu a criação de um edifício onde passaram a funcionar estas oficinas.

Como em qualquer instituição da época, o Asilo de Cegos estava dividido entre homens e mulheres, sendo que, no piso superior, se encontravam as mulheres e, no rés-do-chão, os homens. O mesmo acontecia em relação às oficinas, os homens fabricavam canastras, escovas, cadeiras, tapetes e as mulheres ocupavam-se da costura, das rendas e do trabalho doméstico. A criação destas oficinas foi fundamental para tornar as pessoas cegas independentes, com um papel ativo na sociedade, assim como o ensino da música que permita a equidade em relação aos normovisuais, no acesso a profissões na música, como músicos ou afinadores de instrumentos, que eram das profissões mais rentáveis para estas pessoas. O asilo detinha também um coro que costumava cantar na igreja junto ao asilo.

Em 1895, mais de 200 antigos alunos cegos do Instituto ganhavam honrosamente a sua vida, afinando pianos, e alguns chegam mesmo a dirigir uma casa de venda e de fabrico de pianos.

Na altura, 17 Igrejas importantes de Paris empregavam como organistas, cegos educados por aquele Instituto.

Os brilhantes resultados do ensino do INJA evidenciados nos exercícios públicos, designadamente, os êxitos obtidos em Conservatórios, onde alguns alunos alcançaram o primeiro prémio, atestam a qualidade daquela escola.

Para alcançar a estreita ligação entre o INJA e a escola de cegos iniciada em Castelo de Vide, designadamente para se perceber a relevância que aquela iniciativa teve, transcreve-se parte do artigo que em 1895, Branco Rodrigues redigiu no *Jornal dos Cegos*:

(...) Eu acabo de visitar oficialmente os principais estabelecimentos de ensino e de proteção que existem na Europa, destinados a cegos, posso, com verdadeiro orgulho pátrio, confessar que vim encontrar no meu país um instituto que me maravilhou, não só pelas condições com que foi fundado, como também pelos assombrosos resultados que tem obtido com a recente introdução do ensino literário e musical”...“ A este benemérito diretor cumpre-me felicita-lo pela sublime ideia que teve de organizar neste asilo uma escola profissional, para que os alunos cegos possam aprender um ofício a fim de poderem adquirir um pecúlio, e com ele um modo de vida, que lhes permitirá desde já tornar menos amargos os seus dias (...). (p.67)

(...) O nome do rev. Padre Severino Diniz Porto, nome que há de ser por todo o sempre me morado na lista gloriosa dos professores benfeitores dos cegos, merece que nesta simples apreciação que faço deste instituto, ocupe um lugar de honra, porque foi ele o iniciador do ensino dos cegos neste asilo consequente o fundador da única escola, que existe no nosso país, fora da capital destinada ao ensino de cegos. Os brilhantes resultados do seu trabalho, no tempo limitadíssimo de menos de dois anos, durante os quais já levou a exame nos liceus dois dos seus alunos, e já preparou mais três, que examinei, são dignos do maior elogio, e de serem relatados na história da instrução em Portugal.

O estudo da música também neste instituto tem um desenvolvimento assombroso.

O extraordinário modo como todos os alunos músicos desempenham o seu vastíssimo repertório, constituído, na maior parte por trechos de operas e de música clássica.

Chega a comover ouvir os alunos e alunas cantar com a mestria de verdadeiros artistas.

É por isto digno de louvor o seu atual maestro D. Vicente Marçal, que tão habilmente tem preparado os seus inteligentes alunos. (p. 67)

(...) Não basta dar-lhes a alimentação do corpo, é preciso mais aos cegos, talvez, do que aos videntes, cultivar-lhes o espírito e dar-lhes um modo de vida, para que eles tenham seguro o seu futuro. (p. 67)

Para a comunicação entre cegos e os videntes, usava-se o sistema Braille. O ensino da aritmética era ministrado com o auxílio do cubarítmo, uma invenção de M. Martin.

A todos os alunos ensinava-se francês, português, aritmética, geometria e história.

Segundo relato da altura, entre os alunos havia, em 1895, um poeta cego, que escreveu umas poesias sublimes, e refere-se que todos os cegos aprendiam música e todos tocavam magistralmente mais do que um instrumento.

Existia no asilo uma fanfarra dirigida pelo já citado D. Vicente Marçal, que fez dos seus alunos excelentes artistas músicos.

Em 1895, a direção do asilo adquiriu novos instrumentos para a orquestra, para que os alunos atuassem em Lisboa.

Com o produto obtido pelo trabalho e música dos alunos, o dinheiro era depositado em ‘monte pio’, onde os cegos o levantariam no momento em que pudessem sair do asilo.

José Cândido Branco Rodrigues era um grande benemérito da causa dos cegos, e, tendo acompanhado o problema de cegueira, que o seu avô enfrentou (foi o médico Aniceto Mascaró quem o tratou), teve sempre consciência das principais dificuldades com que uma pessoa cega convivia, a falta de integração na sociedade, a dificuldade de independência e incapacidade de instrução motivada pela falta de métodos para cultivar o espírito intelectual dessas pessoas, eram os principais problemas com que os invisuais conviviam no seu dia-a-dia.

As capacidades dos alunos cegos do Asilo de Cegos de Castelo de Vide puderam ser admiradas pelo público em duas ocasiões distintas: na Exposição Industrial do Palácio de Cristal no Porto (1897) e na Comemoração 4.º Centenário da Descoberta da Índia (1898).

Durante a exposição no Palácio de Cristal, os asilados tiveram oportunidade de demonstrar as suas capacidades de escrita, leitura de português e francês, operações aritméticas, consulta de mapas geográficos em relevo, manipulação de canastras e responderam com toda a precisão e rapidez a todas as perguntas que lhes foram feitas.

Três dos asilados que foram em representação do asilo, também eram músicos e tocaram em conjunto com a orquestra de São José do Porto, o que despertou o entusiasmo do público que assistiu a estas demonstrações. Os asilados do asilo de Castelo de Vide tiveram, assim, um grande sucesso, sobretudo com as suas obras de cesteiro das oficinas Branco Rodrigues, e, por isso, obtiveram na exposição a medalha de prata como condecoração pela demonstração que fizeram do seu trabalho. O *Jornal dos Cegos* de Branco Rodrigues foi também agraciado com a medalha de prata pelo êxito que obteve perante a população que leu com admiração aquilo que de melhor se fazia nesta instituição alentejana.

Na comemoração do 4.º Centenário da Descoberta da Índia a benemérita instituição de Castelo de Vide fez-se também representar, tendo o *Jornal dos Cegos* obtido um grande número

de vendas, o que lhe possibilitou a condecoração com o diploma de Honra, que era a maior recompensa com que poderiam ser contemplados os expositores.

Também se destaca um valiosíssimo trabalho de Branco Rodrigues na criação do Instituto de Cegos Branco Rodrigues, em São João do Estoril, que começou a funcionar em 1913 num edifício construído de raiz num terreno que lhe fora doado para esse efeito, Instituto que já não existe, mas que foi substituído pelo Lar Branco Rodrigues, na Parede, conforme a aprofundada investigação efetuada por Ana Gomes (2021), no seu livro *Lição de Coisas*.

Foi com base nestes argumentos histórico-culturais e científicos, que emergiu de forma natural, a constituição do Centro Português de Tiflologia com sede na recôndita Vila de Castelo de Vide.

Tal como no século XIX, uma nova esperança tiflológica começa a emergir em Castelo de Vide, especialmente construída com o especial contributo do ilustre Professor Augusto Deodato Guerreiro, que contará para sempre, com o seu nome merecidamente associado, à história do ensino, com destaque científico, nos novos conceitos de tifloperceptibilidade, com fundamental incidência no desenvolvimento dos sistemas sensoriais, da suplência multissensorial, dos processos socio-comunicacionais e sociocognitivos, da orientação e mobilidade, independência e autonomia, interação e qualidade de vida das pessoas cegas e com baixa visão na sociedade e, em geral, na defesa das causas associadas de forma transversal aos cegos.

Esse ato visionário de construir a escola de cegos em Castelo de Vide, desenhou, por antecipação, um conceito que ainda hoje tem tudo de atual, com objeto científico/cultural, que conduzirá uma vez mais, face aos novos desafios, a caminhos que permitam tal como no passado, desenvolver projetos de equidade e sustentabilidade das pessoas cegas.

Para dar corpo a esse desejo, constitui-se o Centro de Investigação em Tiflologia, que terá por objetivo principal investigar, estudar, desenvolver, validar e aplicar teorias e boas práticas reabilitativas em equidade no âmbito da tiflologia, sendo o seu objeto principal, neste sentido, a reabilitação e integração, o desenvolvimento de competências pessoais e sociais e a divulgação da investigação científica, tecnológica e respetiva aplicação, bem como a produção e distribuição de conteúdos científicos, em estreita cooperação com outros Centros de Investigação e Formação congéneres, Estabelecimentos de Ensino Superior, em Portugal e no estrangeiro.

Com este Centro de Investigação em Tiflologia, visa-se aprofundar conhecimentos sobre a fisiologia do tato, pesquisando e investigando a exata medida da amplitude da banda de transmissão através desta modalidade sensorial sobre:

1. Pesquisar e investigar sobre a leitura do braille e a perçetibilidade tátil, fatores biomecânicos influentes na leitura ou no reconhecimento e identificação tátil da maior e possível diversidade material. Investigar e definir um novo conceito da exata dimensão psicofisiológica, perçetivomotora e sensório-intelectual da tatologia;
2. Investigar e aferir as potencialidades comunicacionais no desenvolvimentoda hapticidade e demais perçetibilidade sensorial;
3. Investigar e aprofundar cientificamente a tifloperçetibilidade, com fundamental incidência no desenvolvimento dos sistemas sensoriais, da suplência multissensorial, dos processos socio-comunicacionais e sociocognitivos, da orientação e mobilidade, independência e autonomia, interação e qualidade de vida das pessoas cegas e com baixa visão na sociedade;
4. Investigar e aferir as vantagens da tecnologização da tiflografia e dos modelos comunicacionais de acesso aos diversos discursos e suportes de informação. Investigar e definir métodos e técnicas, metodologias estratégicas, para a implementação e generalização dos conceitos de biblio inclusão, museu inclusivo, arquivo histórico inclusivo, arquitetura e urbanismo inclusivos, turismo e desporto para todos, cidades educadoras// inteligentes inclusivas e acessibilidade das pessoas cegas e/ou com baixa visão à Sociedade da Informação, tecnologias da informação, comunidade e serviços, numa dimensão ecológica de acessibilidade e usabilidade, de equidade em direitos e igualdade de oportunidades. Investigar e promover a investigação científica em domínios novos nas áreas da comunicação linguística, aumentativa e alternativa, linguagens especiais, novas tecnologias e notação científica, integrando a orientação de trabalhos de investigação avançada na área da tiflologia;
5. Fomentar, apoiar, elaborar e participar na validação de trabalhos de investigação e desenvolvimento científico, na área da tiflologia, em colaboração com centros de investigação de estabelecimentos universitários e outros, também no âmbito do estudo de outras problemáticas da deficiência em geral e da gerontologia, que estejam associadas à deficiência visual, bem como das apropriadas tecnologias de compensação;
6. Partilhar e divulgar projetos e resultados científicos, que é incentivar, apoiar e organizar congressos e outros eventos científicos, nacionais e internacionais, em colaboração com outras entidades públicas e privadas, visando a inclusão sociocultural e profissional, sócio

intelectual e pedagógico-didática dos cidadãos cegos e/ou com baixa visão, oferecendo-lhes as necessárias e adequadas condições e apetrechos tecnológicos, nos planos da acessibilidade e usabilidade, no acesso à informação, formação, investigação, cultura, e até desporto e lazer;

7. Contribuir, também num implícito processo de comunicação e mediação cultural para todos, para uma ação cada vez mais inclusiva das cidades educadoras/inteligentes e para o aumento do número dessas mesmas cidades em Portugal, na Europa, no mundo.

Simultaneamente, nasceu em instalações contíguas ao Convento Franciscano da FNSE, o primeiro Museu Tiflológico em Portugal, sob a nossa direção e responsabilidade, enquadrando na prática muitas das teorias que explanamos, pelo que se entende dar aqui um espaço de relevo á museografia que lhe diz respeito bem como o enquadramento em termos de acessibilidade. Assumidamente este é um projeto em constante mudança e melhoramento, sempre em diálogo com a comunidade que nos rodeia. Este projeto foi concebido com a ajuda de muitos investigadores e, por isso, a descrição que se segue tem a coautoria.

Com o intuito de relembrar os diversos contributos, transcrevemos a nossa intervenção no momento da sua inauguração.

Pretende-se assim que o museu seja um espaço sociomuseológico, que permita simultaneamente dispor de uma exposição com tecnologia multissensorial avançada, destinada a invisuais e normovisuais, e simultaneamente, um espaço de debate, de participação e de reflexão científica e cultural, aberto a toda a comunidade, numa lógica museológica por referência ao desenho científico do Professor Mário Moutinho.

O Museu tem em consideração a Tiflografia e Braillografia com os engenhosos e elementares processos de leitura e escrita para pessoas cegas (braille). Instrumentos musicais utilizados por músicos cegos, fotografias da orquestra destes músicos (ensaios e atuações).

Tem equipamentos tecnológicos e processos/meios complementares de leitura e escrita para pessoas cegas, bem como material audiotátil e relevos em diversas perspetivas. Material braillográfico, pautas-braille, réguas-braille, réguas ballu, punções, cubaritmos.

Livros em braille, livros/pautas de musicografia braille, livros de música em braille. Réplicas de objetos diversos, animais embalsamados, e mapas em relevo. Publicações em caracteres comuns de e sobre pessoas cegas em Portugal. Publicações em braille e áudio/sonoras disponíveis em Portugal.

Biobibliografias e fotografias de eméritos tiflófilos e tiflólogos normovisuais e cegos em Portugal. Cartazes inclusivos de Serviços de Produção e Utilização, de Associações de e para Pessoas Cegas, Centros de Reabilitação e Formação Profissional, Escolas de Referência em Portugal.

Tem necessariamente também em consideração, o impacto das novas tecnologias na literacia e processamento informático do braille, bem como nas diferentes literacias inclusivas e tecnologias de apoio.

Para além disso, o Museu tem soluções tecnológicas de ponta, que permitam simultaneamente a cegos e normovisuais, ter uma experiência sensorial participativa.

O Museu será um ponto de encontro e debate, que permita de forma constante, estabelecer o equilíbrio social e dar resposta aos anseios de toda a população visitante.

Hoje em dia não existem cegos residentes no Convento em Castelo de Vide, mas existe uma memória que se tem preservado e tem permitido realizar diversas iniciativas de ensino á distancia, de e para cegos, utilizando as novas tecnologias de comunicação.

Implantado num olival centenário com 1 170m², paredes meias com o Convento de São Francisco, do qual se separa por um pano de muralha medieval, o Jardim Sensorial do Museu será alvo de um processo de reabilitação e refuncionalização muito leve, mantendo as caraterísticas de olival e sendo dotado das infraestruturas que permitem a instalação das experiências previstas e as novas utilizações.

O jardim terá como ponto fundamental uma experiência imersiva da autoria do Professor Manuel da Costa Leite, que, com recurso aos mais recentes avanços na investigação tecnológica da Internet das Coisas e da Inteligência Artificial, propõe transformar oliveiras em árvores falantes, capazes de encetar, aumentar e manter um diálogo com uma pessoa que se lhes acerque. Será a própria árvore a reconhecer a presença do humano e a iniciar este diálogo, que será alimentado das respostas da pessoa e com base nelas construído pela máquina em permanente funcionamento.

Ao mesmo tempo, dotaremos o espaço de mobiliário urbano móvel, que permita a cada utilizador encontrar o espaço de contemplação que mais lhe favorecer, pensando na vista

panorâmica que o espaço dispõe para a Serra de São Paulo. Haverá uma zona de piso normalizado onde poderão acontecer pequenos eventos de fim de tarde, leituras, concertos, apresentações de livros, conferências, e todo o espaço será acessível.

A Construção do Projeto deste jardim é um processo participado entre a arquitetura do imóvel, a arquitetura paisagística e o projeto central das árvores dialogantes.



figura 7: Fotografia de Inauguração do Museu com Secretária de Estado Ana Sofia Antunes, Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide António Pita e Presidente da FNSE João Palmeiro.



figura 8: Fotografia da exposição «Aromas que nos guiam», com a presença de várias pessoas. Fonte: Joaquim Iria



figura 9: Fotografia do Professor Augusto Deodato Guerreiro e a Secretária de Estado Ana Sofia Antunes, a descerrar a placa de Inauguração do Centro de Investigação em Tiflogia Augusto Deodato Guerreiro. Fonte: Joaquim Iria



figura 10: Visita de grupo - Cegos oriundos da Alemanha



figura 11: Fotografia da fachada do Museu de Tiflogia. Fonte: Ana Junceiro



figura 12: Fotografia do interior do Museu de Tiflogia. Fonte Ana Junceiro



figura 13: A versão digital contempla um vídeo da FNSE elaborado em 2021.

https://www.youtube.com/watch?v=nDT6tzzJI_g

A FNSE tem promovido *workshops*, em cooperação com entidades parceiras, que prolongam ainda nos dias de hoje, a nomenclatura do ensino outrora ali diretamente ministrado. Exemplo dessa articulação tem sido os cursos de orientação e mobilidade realizados em cooperação com a (ONGD Causa Maior), com a Universidade Lusófona e com a Universidade de Cabo Verde.

Essa preocupação da FNSE com o ensino motivou mesmo, no passado recente, a celebração de protocolos de cooperação com a ULHT Universidade Lusófona, com a Universidade de Évora e com o Instituto Politécnico de Portalegre.

Rebuscou-se na história da Fundação Nossa Senhora da Esperança em Castelo de Vide todos os elementos da sua formação, que irão permitir reanimar os verdadeiros e nobres princípios instituidores.

Têm assim relevo as questões dominadas pela cultura em sentido mais lato. A FNSE tem sido palco de inúmeras ações culturais, que relembram os primórdios da instituição. No campo musical podiam ser elencadas diversas organizações, que tiveram lugar nos últimos anos, abrangendo tanto a música dita clássica e mais erudita, como interpretes e compositores de vanguarda, da nova música ligeira.

Propositadamente a antiga igreja da FNSE foi transformada em espaço de diversidade cultural, permitindo simultaneamente coexistir alguma iniciativa mais profana com iniciativas totalmente dirigidas ao culto.

Nas manifestações culturais e científicas mais emblemáticas, tiveram lugar exposições de artes plásticas de reconhecidos artistas, representação de peças teatrais de referência, espetáculos de humoristas, espetáculos de dança contemporânea, sessões temáticas de cinema, edição e apresentação de diversos livros, desfiles de moda de autor, coorganização, com a Direção Regional de Cultura do Alentejo, das Jornadas do Património, e seminários com reflexão em diversos domínios científicos, de que se destaca, a Conferência Internacional, denominada ‘Outra Modalidade de Relação com o Mundo’, que teve Lugar em 2021, e que envolveu participantes de todo o mundo da área da Tiflogia.

No domínio dos espetáculos de música, reconhecidamente notáveis.

Muito significativo é o facto de quase na totalidade dos espetáculos ali realizados, sob a égide de diversos contextos, se ter verificado uma elevada afluência de público, esgotando, quase sempre, os lugares disponíveis daquela sala.

Esta incursão cultural e científica, que a FNSE obstinadamente tem tomado, insere-se num modelo assumidamente de abertura á comunidade.

O Mundo mudou e da mesma forma que hoje os cegos inseridos socialmente não necessitam de estar institucionalizados, por que podem livremente usufruir ou participar de qualquer manifestação educativa cultural ou científica, a FNSE entendeu que cumpria o espírito que a fundou, se se abrisse à comunidade, mostrando o espólio edificado e imaterial que detém, designadamente todo o cotejo histórico, demonstrando assim ao mundo a importância que o ensino percussor dos cegos teve naquele espaço, numa lógica de integração social e cultural.

Não se fazem iniciativas para cegos porque esse caminho não faria sentido. Os cegos e os normovisuais serão evocados e relacionados no seu contexto natural atendendo à diversidade e perceptibilidade que os distancia.

No campo musical, importa sobretudo realçar a importância que a música teve e terá para os cegos, dado que, com a sua eloquência audível, sempre permitiu, ao longo dos tempos, que os cegos ganhem lugar de relevo na música, se comparados com outras pessoas que naturalmente privilegiem outras capacidades sensoriais.

Ainda que em vez de pautas picotadas se usem as reproduções audíveis para melhor ensinar quem não está dotado de uma boa visão, a música poderá ser sempre um elemento universal de integração e equidade social.

- Os Estatutos da Fundação;

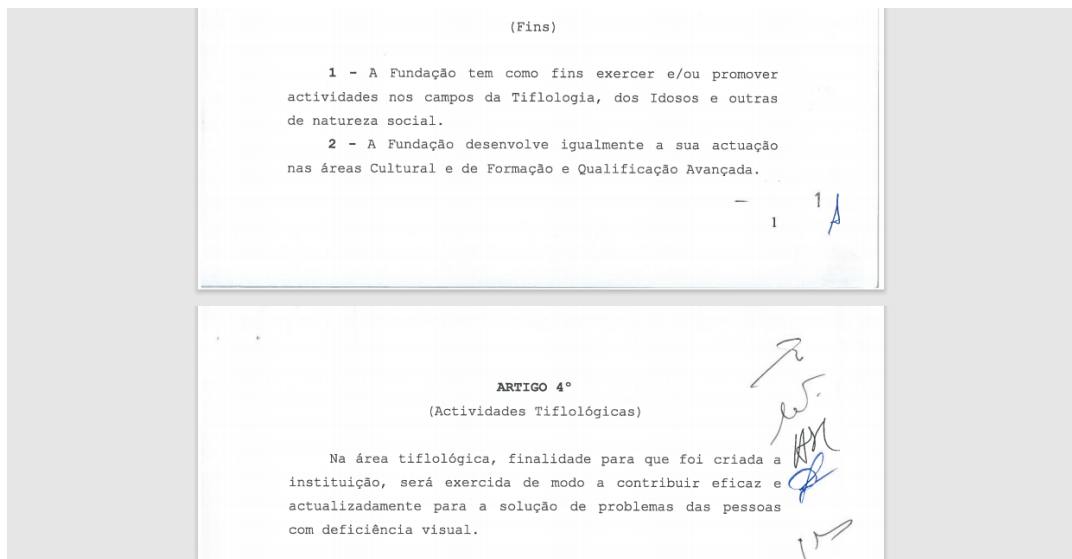


figura 14: Estatutos da Fundação, Artigo 3º fins e Artigo 4º atividades tiflológicas.

- As Atas de reuniões na Fundação aos mais diversos níveis;

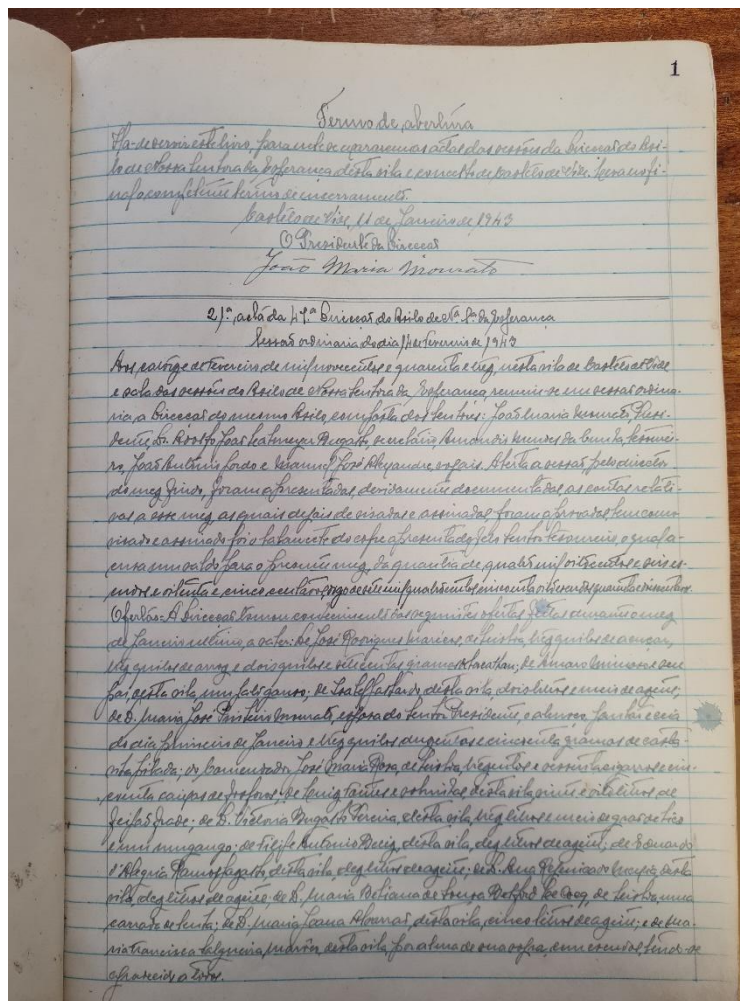


figura 15: Fotografia da 1ª ata dos corpos sociais da Fundação.

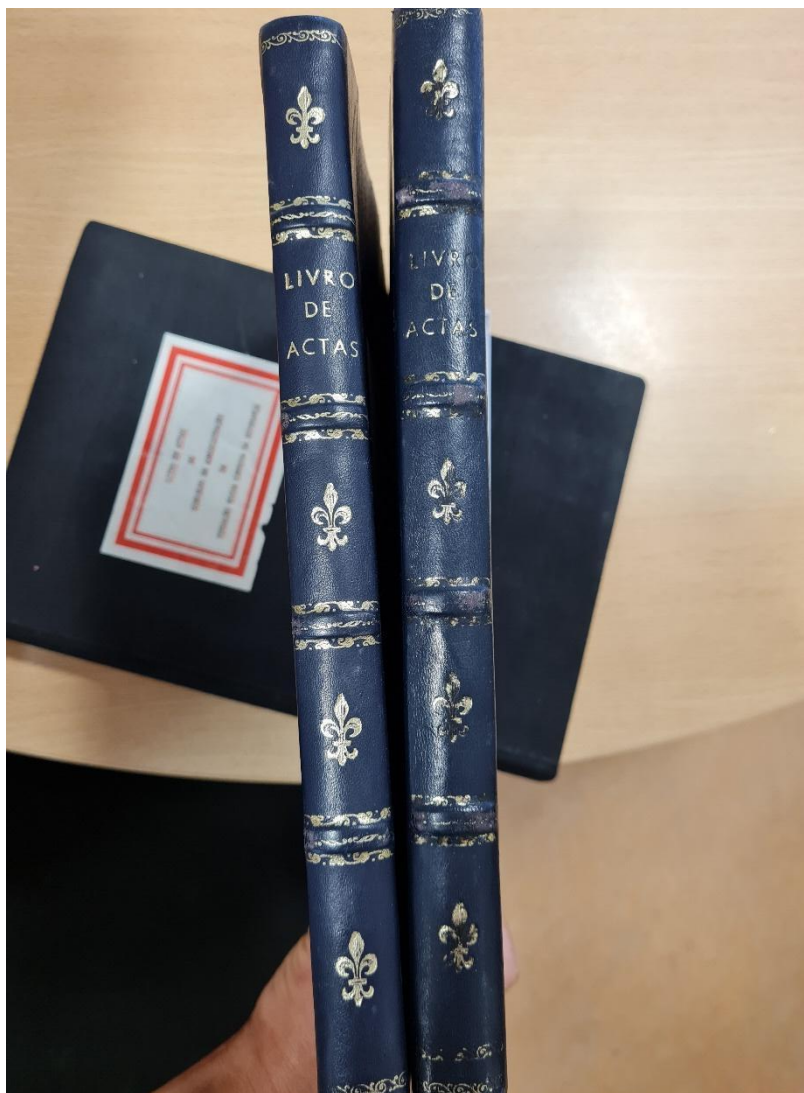


figura 16: Fotografias de lombadas dos livros de atas.

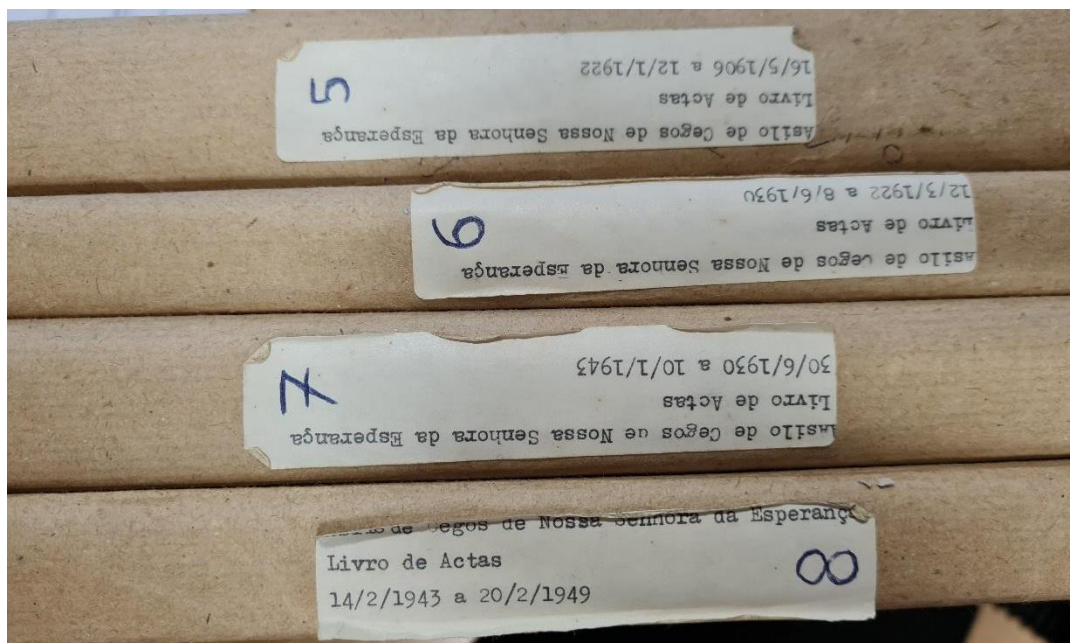


figura 17:Fotografias de lombadas dos livros de atas.

- O Prémio de Mérito Científico FNSE;

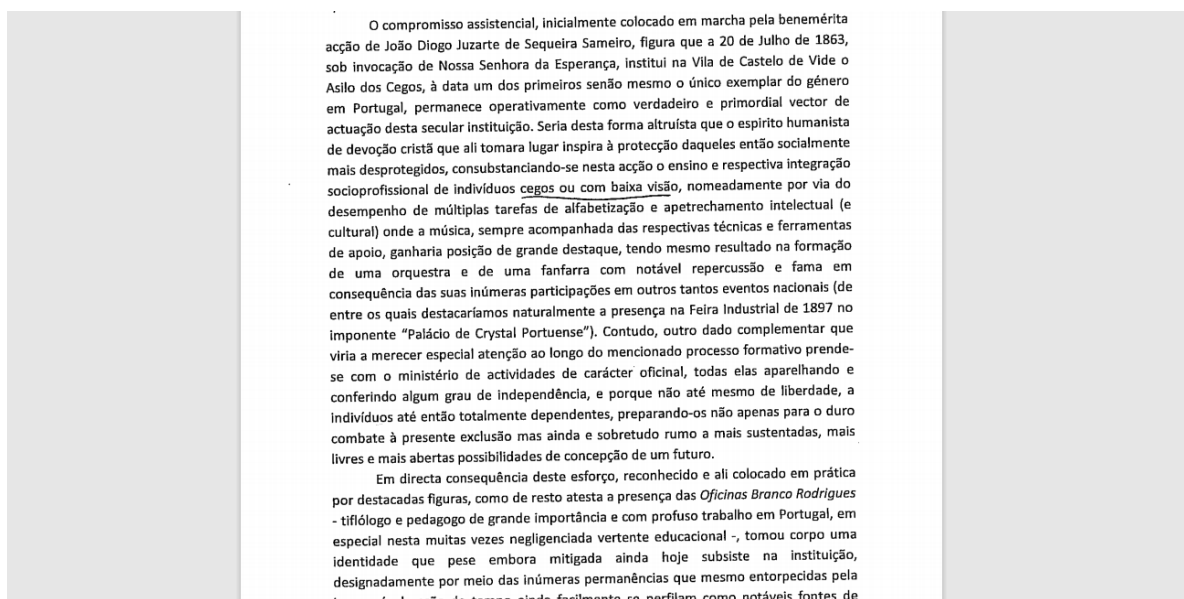


figura 18:Fotografia do regulamento para atribuição do prémio de mérito científico FNSE.

**CAPÍTULO 5 - A QUESTÃO DOS SENTIDOS E DA MULTISSENSORIALIDADE
DAS PESSOAS CEGAS NO USUFRUTO DOS MUSEUS EM EQUIDADE E
ANALOGIA COM AS PESSOAS NORMOVISUAIS**

Conforme temos vindo a pesquisar e a investigar, a experienciar e a confirmar (Fonseca, 1935, pp. 2-10; Brownell, 1942, pp. 26-28; Castro, 1961, pp. 1-9; Mourão, 1982, pp. 1-9; Serres, 1985; Stanke, 1988, pp. 38-44; Nogueira, 1992; Austin, 1993; Nino, 1994; Cyrulnik, 1995;), também mediante demonstrações exemplificadas (Guerreiro, 2020b):

A audibilidade da pessoa cega, devidamente desenvolvida, aprofundada e treinada, entrosada no articulado funcionamento e operacionalidade das suas restantes modalidades háptico-sensoriais, representa os seus ‘olhos’ alternativos (ou olhos anatómicos, tiflopercepcionais e da inteligência) que lhe permitem certificar-se à sua volta e a distância de pormenores, questões, situações (as mais diversas), com uma capacidade e uma competência de extraordinária absorção e precisão, consubstanciando e hipervalorizando a tifloperceptibilidade na ampliação cognitiva, sociocognitiva e da suplência multissensorial. (p. 27)

Em relação ao conteúdo desta citação, atrevemo-nos a admitir que as pessoas cegas têm os olhos nos ouvidos associados aos conhecimentos adquiridos, sistematicamente acumulados, exercitados e credibilizados na absorção e compreensão do que as rodeia, da mesma maneira que as pessoas surdas têm os ouvidos nos olhos, com idêntica precisão de análise que as pessoas cegas, aliás, o que inferimos a partir do defendido por Guerreiro (2020b, p. 37).

5.1 O Háptico Percetivo e Multissensorial na Definição e Precisão Ecolocalizacional, Somatossensorial e Cinestésica das Pessoas Cegas nos Museus

Contextualizando-nos na designação da Tese de Doutoramento em referência e privilegiando as questões aprofundadas da acessibilidade em equidade das pessoas cegas aos museus, há que elencar e sistematizar as valências humanas certas em sensibilidade e capacitação e os adequados recursos materiais e tecnológicos específicos na área disciplinar da tiflogia, essencialmente ao nível do exercício, demonstração e comprovação da multissensorialidade ecolocalizacional na orientação e mobilidade, na percepção e identificação dos mais diversos objetos ou sinais informativos à sua volta, de forma a compreenderem os diferentes contextos e situações em que se encontram, inclusive recorrendo à descoberta e destreza no treino e desenvolvimento de processos sensoriais de inteligência.

Os museus já existentes deverão ser devidamente adaptados às diferentes realidades e naturezas de dificuldades dos mais variados consulentes e visitantes ou passantes, e os futuros deverão ser concebidos numa efetiva dimensão equitativa, em que a igualdade se possa traduzir na diversidade inclusiva, sem alusão a estigmas ou rótulos pessoais marginalizadores, que possam configurar segregacionismo (por exemplo criando serviços só para cada uma das tipologias de deficiência), mas num processo que suscite uma espontaneidade absolutamente natural no plano humano e social em que a reciprocidade adaptativa museus visitantes aconteça sem reservas.

O Jardim Sensorial Manuel da Costa Leite (JSMCL), o Jardim da Esperança, da Fundação Nossa Senhora da Esperança (FNSE) está neste contexto sensorial de diálogo dos visitantes com cada uma das 37 oliveiras deste Jardim, aqui assumindo a inteligência cognitiva, com a inteligência artificial, um revolucionário contributo para a inclusão em equidade. Aliás, e como sustenta Deodato Guerreiro (2021b):

a inteligência biológica já parece às vezes começar a tornar-se perplexa e a colapsar perante o vertiginoso avanço da inteligência artificial, cuja lógica evolucionar mais complexa se deve à experiência e equacionamento de princípios que ela própria fomenta e desenvolve numa espécie de emergente processo extra-humano. (p.69)

As inovações que começam a surgir na FNSE, sobretudo no decurso dos trabalhos de investigação e desenvolvimento em tiflogia, com enfoque na Sociomuseologia inclusiva e nas questões da equidade ligadas à experiência viva e aos diálogos sensoriais, envolvendo o digital,

irão ter, cada vez mais, o relevante impacto dos benefícios e soluções que a inteligência artificial traz e promove.

Não restam dúvidas de que a tecnologia está a contribuir muito na ajuda de processos para se contornarem obstáculos e/ou identificá-los, em conformidade com a ideia de um grupo de investigadores da Caltech que utiliza o sistema HoloLens para desenvolver um assistente cognitivo de realidade aumentada que fala com os utilizadores, processo idêntico ao que está em implementação no Jardim Sensorial/Dialogante da FNSE (Leite, 2021).

O sistema utiliza visão computadorizada para identificar objetos, num determinado lugar, pronunciando o seu nome aos utilizadores, usando o som espacial para projetar as palavras na direção onde se encontram os objetos, elevando as palavras a sua sonoridade à medida da proximidade dos mesmos.

Reside aqui também uma curiosidade interessante, que é o facto da equipa de investigadores ter criado três modos de identificação, para que a informação não se acumule e baralhe os utilizadores, em que o primeiro modo condiciona a vocalização dos objetos apenas quando estão a olhar para os mesmos, o segundo serve para um primeiro contacto com a sala e sentir o que existe em redor e, o terceiro, o chamado modo ‘alvo’, permite o foco só num objeto.

Embora o sistema esteja ainda numa fase inicial, já foram feitos testes com pessoas cegas, que se disponibilizaram para várias experiências, por exemplo para a presença de escadas e necessitando saber onde agarrar o vão da escada ou onde mudar de direção.

Neste sentido, os investigadores estão a implementar novos esquemas que permitem a identificação em tempo real de objetos e pessoas, de modo a que o sistema possa ser utilizado em bancos, mercearias, museus e outras localizações para ajudar as pessoas cegas a circularem em espaços com os quais não estejam familiarizados².

A equidade e acessibilidade nos museus devem ter particular incidência nos acessos às instalações do museu, no pavimento de circulação dos visitantes, dentro do museu e no devidamente assinalado acesso tátil e/ou sonoro a todos os objetos.

No tipo de pavimento que os visitantes pisam, com especial adequação às pessoas cegas, para se poderem orientar e movimentar com autonomia e independência dentro do museu, o

² <https://tek.sapo.pt/noticias/computadores/artigos/podera-a-realidadeaumentada-ser-os-olhos-dos-cegos>

pavimento tem de incluir o necessário relevo tátil facilmente detetável e direcionado para todos os pontos e/ou objetos expostos.

Em tudo o que o museu tiver em exposição visualizável, tudo tem de estar também acessível às pessoas cegas, sobretudo através do tato e da audição, recorrendo-se a réplicas táteis miniaturizadas, audiotáteis e/ou à simples audiodescrição.

Isto porque, e conforme o já atrás referido, o conhecimento é um bem público e, nessa medida, tem de estar acessível a todos os cidadãos, independentemente das dificuldades que apresentarem, porém, no caso, restringimo-nos às pessoas cegas e com baixa visão.

Os museus, no seu conjunto de especificidades e finalidades, deverão ser sempre encarados, sem reservas, como repositórios inclusivos de arte, de cultura, de ciência, do pensamento, do conhecimento, devendo, por isso, comparando a biblioinclusão com a Museologia inclusiva, e de acordo com as novas investigações e enquadramento no contexto museológico, sem nos pretendermos tornar redundantes, e muito em sintonia com o bastante debatido com Deodato Guerreiro, devemos estar apetrechados com os adequados recursos humanos e tecnológicos, de acessibilidade e usabilidade no espaço físico, incluindo o pavimento tátil, para poderem corresponder às necessidades dos visitantes ou utilizadores, mesmo nos planos da pesquisa e investigação museográfica, conforme podemos confirmar no autor em referencia (2018, p.426,427).

É nesta perspetiva que desenvolvemos a nossa reflexão investigativa, com especial enfoque no museu para todos e na sua organização equitativa para com os utilizadores cegos e com baixa visão e normovisuais, visando uma universalização do conhecimento museológico e museográfico, apontando e explicitando a necessidade de implícitas competências sociomuseológicas a desenvolver em equidade para todos os cidadãos visitantes, procurando sensibilizar a administração central e local, os estabelecimentos de ensino profissional, politécnico e universitário, os profissionais da informação, designadamente museólogos e demais técnicos e funcionários em serviços de natureza museográfica, as sociedades sociopolítica e civil.

Esta Tese de Doutoramento em Sociomuseologia também pretende ser um contributo para sensibilizar os responsáveis governativos e dos estabelecimentos profissionais e académicos, e a sociedade em geral, para a investigação e desenvolvimento de competências inclusivas ao nível da Museologia a implementar nos museus em Portugal, sendo o Centro de

Experiência Viva - Museu de Tiflogia e o Jardim Sensorial/Dialogante, da Fundação Nossa Senhora da Esperança, exemplos paradigmáticos a seguir e, seja-nos permitida a fundamentada convicção, com o êxito inclusivo em qualidade e oportunidades equitativas, na universalização do conhecimento, como bem público que indiscutivelmente é.

Mas esta perspetiva assenta também nos recentes estudos, investigação e desenvolvimento da área disciplinar da Tiflogia, a qual se constitui num vasto campo epistemológico, interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, entrosado em afinidades científicas diversas, seguindo Deodato Guerreiro (2021b e 2000), Fonseca (2021a, 2021b, 2018a, 2018b, 2018c, 2018d e 2018e), Pereira (2021 e 1993), Queirós (2021) e Bértolo (2021), visando a constatação comprovada em muitas das suas variáveis tiflocientíficas, nelas estando subjacentes:

(Fonseca, 2018c): A interocepção - Conjunto de modalidades sensoriais proximais, como os órgãos internos que regulam as nossas funções vitais, sendo uma sensorialidade que, no seu conjunto neurofuncional, capta e recebe estímulos dentro do corpo e dá a informação dos órgãos internos ao tronco cerebral que nós necessitamos para integrar e processar atividades sensório-motoras básicas para nos adaptarmos ao mundo exterior ou envolvente. (p. 354)

(Fonseca, 2018c): A exterocepção - Conjunto de modalidades sensoriais aferentes e distais, como a visão, a audição, o olfato, o gosto, o tato e o cinestésico, que é o sentido do movimento, para além da pele e seus derivados, observáveis e auto-controláveis, modalidades sensoriais estas que, no seu conjunto neurofuncional, captam e recebem estímulos fora do corpo e dão a informação ao cérebro que necessitamos para atuar e interagir com o mundo exterior ou envolvente. (p. 254)

(Fonseca, 2018d): A propriocepção - Conjunto de sensações emanadas dos músculos, dos tendões, das articulações e dos recetores cutâneos da própria pessoa, sensações que comunicam ao tronco cerebral, como se deve ativar, inibir e ajustar a motricidade adaptativa ao envolvimento gravitacional permanente, pois, a propriocepção opera nos processos de contratilidade e de extensibilidade tónico-muscular, nos processos de encurtamento e de alongamento tendinoso e na rotação e compressão das articulações que, no seu conjunto harmonioso, produzem e sustentam a resposta motora adaptativa, integrando necessariamente o controlo postural em que participa a regulação vestibular. O conjunto das informações de interface com o mundo provocadas pela pele, pelo corpo e pela sua motricidade, permite ao córtex pré-frontal conhecer onde cada componente do corpo se encontra no espaço e permite planificar e executar a ação de acordo com as exigências da situação onde a pessoa se encontra, ou de acordo com as exigências de manipulação do objeto que a pessoa controla. (p. 538)

Para que possam adaptar-se e/ou conceber-se museus para todos, ou obedecendo a princípios fundamentais que permitam o seu funcionamento em equidade, acessibilidade e

usabilidade por parte de pessoas cegas e com baixa visão, há que ter em conta valências interdisciplinares absolutamente indispensáveis como, continuando a citar Deodato Guerreiro (2021b):

- O háptico perceptivo/multissensorial - A precisão do desenvolvimento da tatologia e de identificação que a pessoa cega tem e pode cultivar, nela tendo corpo e intervindo a interocepção, a exterocepção e a propriocepção.
- O somatossensorial-cinestésico - A capacidade que a pessoa cega tem para entender o ambiente à sua volta, até associar a aromas e a sons referentes de variadíssima natureza, e identificar-se ou não com esse ambiente, com agrado ou desagrado. (p.13)

(Guerreiro, 2018d): O ecolocalizacional-locomocional (orientação e mobilidade) - Exercício e observação da competência que a pessoa cega tem para se orientar e movimentar e para provocar informação e identificação de obstáculos através de estalidos, de sinais acústicos e termomecânicos em espaços ergonomicamente estranhos ou organizados para a sua perfeita orientação e mobilidade, podendo ser também preparada a pessoa cega para a devida identificação de espaços, de sons, os mais variados que possam ocorrer, ou que a nossa imaginação possa conceber. O nosso maravilhoso instrumento psicobiológico (a voz) veicula com precisão as nossas sensações. Neste contexto ecolocalizacional, também a Teoria da Variabilidade Tiflopercepcional em aqui eficaz enquadramento, essencialmente no plano teórico-empírico, prático, prático, desde que tenhamos em mente esses efeitos de socialização e interação da pessoa cega devidamente entendidos e constatados no exercício e aprofundamento em aplicação daquela teoria ecolocalizacional/locomocional/sociocomunicacional. (p. 335)

- O multissensorial-ergoeducacional - Em que se observa e exercita a competência que a pessoa cega tem para se orientar e movimentar, com autonomia e independência, com segurança e confiança, em espaços ergonomicamente organizados para a sua perfeita orientação e mobilidade e num contexto de relacionamento e interação com tudo e com todos nesse horizonte multissensorial, podendo ser também preparada para a devida identificação de espaços, passando por eles e sendo devidamente contextualizada nesses espaços com o necessário treino, usando-se para o efeito a comunicação educacional e a educação comunicacional ajustadas e certas, por vezes até recorrendo-se à meta-educomunicação para sermos capazes de nos certificar da razão por que às vezes o método de relacionamento e interação educacional não é suficientemente elucidativo para a pessoa cega. (p14)

É que, e seguindo o pensamento de Guerreiro (2021b), na sua Conferência de abertura I Congresso Internacional «Ciência e Tiflogia a Cegueira em Contexto Científico», a pessoa cega só pode ter uma «visão» certa das coisas e daquilo que elas representam no universo, assim como no que se refere às questões objetivas e subjetivas, que podem prender-se com a abstração e com os conceitos em geral, sempre que, e convém dizer que obrigatoriamente, as pessoas em

referência estejam inteligentemente contextualizadas em termos sensoriais, cognitivos e sociocomunicativos, compreendendo em pleno essas questões, podendo experienciá-las e integrá-las numa bem desenvolvida e aprofundada ampliação da multiplicidade sensorial, sendo essa capacidade uma competência análoga aos olhos anatómicos, a que podemos chamar olhos alternativos ou tiflopercepcionais, das pessoas cegas. Este tipo de inteção permite à pessoa cega dominar com precisão, como se de um absorvente olhar analítico e alargado se tratasse, em franca analogia com as pessoas normovisuais, assim podendo intervir de forma preventiva na transformação de mentalidades, humanizando mais as pessoas e a sociedade.

Segundo Guerreiro (Ano 2021b)

- O cognitivo-sociocognitivo - A pessoa cega tem de exercitar o benefício da cognição, tem de conhecer e saber o mais possível nas três grandes vertentes de conhecimento geral, história, geografia e literatura, segundo o domínio dessas vertentes se é considerado mais ou menos culto, e poder relacionar-se e interagir numa dimensão sociocognitiva tão ampla quanto lhe seja possível, na posse de domínios do conhecimento que lhe permitam ter uma utensilagem mental rica e digna de poder ser partilhada. (p.14)
- O infocomunicacional-sociocomunicacional - A pessoa cega, na ausência da visão anatómica, desenvolve e refina naturalmente os quatro sistemas sensoriais que lhe restam, também numa dimensão multissensorial, inclusive alicerçando-a, alargando-a e aprofundando-a na suplência multissensorial, de forma análoga àquela que as pessoas normovisuais desenvolvem a sua multissensorialidade usando o sistema sensorial mais absorvente que possui, que é o da visão, neste mesmo contexto de relacionamento e interação, a comunicação, a palavra, a interlocução, todas as componentes comunicativas que nos socializam e nos tornam seres sociais, conhecendo-nos uns aos outros não só através da linguagem corporal, mas, para as pessoas cegas, sobretudo através da comunicação verbal e paraverbal, mas em que a cinesia, linguagem corporal, também constitui significativo peso informacional principalmente pelos efeitos que provoca e produz na intencional que pode denotar-se facilmente na intonacionalidade. (p.16)

Continuando a citar Guerreiro (2021b):

a nossa paraverbalidade oral, porque a paraverbalidade também se pode representar escrevendo, constitui informação precisa na intensidade, no timbre, na entoação, na altura da voz, mesmo nos débitos, estando provado que a dicção é metade do pensamento e o resto é vocabulário, sustentado pelo escritor francês François Billetdoux (1927-1991). (p. 17)

O pensamento inerente a este tipo de reflexão, coloca-nos numa dimensão pedagógica, educativa, comunicativa e cultural, o que nos remete para a citação do autor em referência, e que analisa o autor indicado sobre a força das palavras e da sua sonoridade (Guerreiro, 2021b):

Trata-se do específico e rigoroso desenvolvimento biopsicossocial e humano da pessoa cega (de etiologia congénita ou adquirida em tenra idade), trabalho que tem de iniciar-se no berço ou imediatamente a seguir ao seu aparecimento, em analogia com a pessoa normovisual. (www.tiflogia.pt)

A pessoa cega de nascimento tem, naturalmente, de ser ensinada e devidamente alertada, contextualizada, de tudo o que a rodeia, desde o berço, para e em tudo aquilo que está acessível

aos olhos, em conformidade com aquilo que se vê, sob o ponto de vista onomasiológico e semasiológico, cientes dos nomes das coisas e da sua significação.

Este conjunto de valências em tiflociência, que estão intrinsecadas umas nas outras, constitui um ponto central de investigação e desenvolvimento, que promove o desenvolvimento biopsicossocial e humano das pessoas cegas em analogia com esse desenvolvimento nas pessoas sem essas limitações, sendo um conjunto de conhecimentos a dominar por quem pensa e concebe os museus em equidade, simultaneamente para pessoas cegas e normovisuais.

A Tiflologia já atingiu e conquistou uma área disciplinar significativamente tiflocientífica, e é indispensável ao conceito de museu para todos, sobretudo no que se refere à inclusão em equidade, dotando os museus de forma a poderem oferecer os seus espaços e exposições museológicas e museográficas, em condições iguais quer para visitantes cegos quer visitantes sem essas limitações sensoriais.

Não obstante parecer subsistir alguma utopia nesta convicção, no entender dos menos esclarecidos nesta matéria, esse sentimento só poderá ser encarado como impulsionador, disciplinado pela cultura e refletido em sensatez, levando-nos a formular hipóteses, a fundamentar e a promover a necessária investigação e desenvolvimento, comprovação e determinação no fazer acontecer realidades inclusivas.

É nesta perspetiva que devemos enquadrar o funcionamento do conceito de museu para todos, de maneira a que os visitantes cegos possam ter as mesmas possibilidades e oportunidades de usufruir intelectualmente dos museus em igualdade com os visitantes normovisuais.

Para que esse objetivo possa ser efetivamente atingido, há que conhecer e saber aplicar as ajustadas valências tiflocientíficas, emergentes da tiflologia propriamente dita, e num plano reciprocidade, adaptando o horizonte social à sua área disciplinar, que atravessa a sociedade ajustando essa área social à diversidade e, nessa medida e num envolvimento interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, promovendo a equidade, sempre procurando eliminar muros invisíveis de que os reais são feitos, em consonância com o pensamento de Eduardo Lourenço (1923-2020), neste seguimento observando-se questões muito importantes na área do direito e segurança sociomuseológica em equidade, onde todos, especialmente as pessoas cegas, possam ter lugar sem reservas.

5.2. A Questão dos Sistemas Sensoriais no Relacionamento e Interação Social das Pessoas Cegas, em Geral e nos Museus

A importância do háptico perceptivo e multissensorial das pessoas cegas nos museus e nos diferentes espaços culturais, a imprescindibilidade do «sentido dos obstáculos» ou «tato» dos sistemas sensoriais na ausência da visão anatómica, são questões em que nos concentramos com particular interesse e obrigatoriedade, óbvia e necessariamente seguindo Deodato Guerreiro (2000 e 2021), Matoso da Fonseca (1935, pp. 2-10), Joaquim Nunes Pinto (1960, pp. 1-7), J. de Albuquerque e Castro (1961, pp. 1-9, 1976a e 1976b), António Pinto (1992, pp. 4-10), Leonor Moniz Pereira (1993 e 2021), Vítor da Fonseca (2021), Maria Romeiras Amado (2008 e 2021), Maria de São José Amaral (2016), Manuel de Azevedo Antunes (2021), José de Moura e Castro (1994), Francisco Carvalho (2007), Jorge Vilela de Carvalho (2021), Ana Maria Fontes (1992, pp. 32-47), E. Foulke (1982, pp. 127-139, e 1984, pp. 68-73), S. Fraiberg (1968, pp. 264-300, e 1977), Frankie e outro (1977, pp. 40-51), Alain Stanke (1988, pp. 38-44), S. M. Casey (1978, pp. 297-301) e Francisco Godinho (2021), questões altamente pertinentes a abordar, com o necessário enquadramento sociocognitivo e tiflossociocomunicacional no conceito de Museu para Todos, em especial no conceito de Museu concebido nesta Tese, numa inovadora dimensão funcional em equidade, onde as pessoas cegas beneficiam, em qualidade e igualdade de possibilidades e oportunidades, numa visita a museus, em analogia com as pessoas normovisuais.

Os obstáculos físicos, e da mais diversa ordem e natureza à nossa volta, podem não ser observados com os olhos anatómicos, mas podem pressentir-se e sentir-se, de uma maneira geral com uma precisão, que entendemos absolutamente extraordinária, através da capacidade e desenvolvida competência háptico perceptiva e multissensorial, ecolocalizacional, ecoacústico e intelectossocial (em que o tato, a audição e os sentidos múltiplos permitem a percepção e intelecção da diversidade de informação localizada/manifestada em redor e a distância), sendo o recurso por excelência ao nível sensorial e mental, ao mesmo tempo referencial, que facilita a intelecção, a orientação e a mobilidade, a independente autonomia e a interação social das pessoas cegas. Essa faculdade sensório intelectual constitui também um indispensável auxiliar sociocomunicativo e sociocognitivo que, igualmente, possibilitam às pessoas cegas “intuir e até aperceberem-se nitidamente de situações, gestos e atitudes, que ocorrem em torno de si próprias” (Guerreiro, 2000, p. 74).

Sendo certo que, muito influenciados por Guerreiro (2000), como na sua obra que tem vindo a ser produzida e nas aprofundadas conversas que temos vindo a estabelecer com este investigador, convém anotar neste contexto que estas constatações estão assentes em dados empíricos e numa implícita investigação experiencial, que só se transformam em ciência quando começamos a ‘construir’ o seu objeto, ou seja, em vez de acolher confusamente todos os fenómenos observáveis num certo campo de investigação, a ciência questiona, sugere pormenores e fomenta a criação de alternativas e conceitos, com a ajuda dos quais interroga a experiência e equaciona hipóteses.

Na verdade, nos problemas que a Tiflogia tem vindo a tentar resolver de forma cientificamente fundamentada, tem vindo a ser estudada a questão de se aferir se as pessoas cegas estão ou não capacitadas com uma sensorialidade especial, a que vulgarmente se atribui a designação de ‘sexto sentido’, onde, sustentamos nós, confluem e convergem todas as sensações e manifestações no conjunto de outros sentidos que exorbitam dos cinco sentidos clássicos), os quais permitem às pessoas cegas saber exatamente o que as rodeia, quaisquer obstáculos ou condições adversas à sua deslocação no espaço, orientação e mobilidade.

É que, como tem vindo a ser suposto e defendido ao longo dos tempos, as pessoas cegas cultivam a posse de “um extraordinário desenvolvimento dos sistemas sensoriais que lhes restam e que as compensam da privação do sentido da visão”, havendo já resultados devidamente fundamentados e comprovados” (Guerreiro, 2000, p. 75), conforme o atestam os diferentes autores que mencionamos e seguimos nesta nossa investigação, com particular relevância Guerreiro (2000).

A falta de um sentido, sobretudo o da visão, suscita e promove o desenvolvimento dos sentidos que restam. No caso das pessoas cegas, a privação da visão anatómica dá-lhes uma hipersensibilidade que jamais adquiririam com o sentido visual em pleno funcionamento. Essa compensação, conforme reflexões e confirmações em investigação já bastante avançada, e de acordo com a vasta bibliografia que indicamos e na qual temos vindo a aumentar conhecimentos e a compreender com mais exatidão estes fenómenos sensitivos, é bem prova do que referimos e já afirmamos com fundamentação.

Na sequência da leitura de estudos efetuados neste domínio, a questão do ‘sexto sentido’, que é uma espécie de cesto para onde se atira tudo aquilo que não temos a certeza sensorial de conhecer comprovadamente, e que em regra se caracteriza como o conjunto de

atividades psíquicas e sensitivas, pouco definidas e ainda mal explicadas, que vão da telepatia e do presságio à clarividência e ao êxtase, parafraseando Castro (1961b, p. 6)³

Trata-se, em conformidade com Guerreiro (2000, p. 75), este habitualmente designado por ‘sexto sentido’, de:

Uma adoção, por nítida comodidade, que se tem vindo a fazer das mais diversas impressões e manifestações do conjunto, devidamente articulado, dos inúmeros sentidos (para além dos clássicos) que o ser humano possui, muitos dos quais ainda por descobrir, mas a cuja investigação a realidade virtual tem vindo a dar substancial contributo.

Não nos parece haver dúvidas de que, quando nos falta um sentido, como que a premente necessidade de suprir essa lacuna promove o desenvolvimento e refinamento dos sentidos que restam. Continuando a citar Guerreiro (1999, e 2000) e também Castro (1961b, p. 7):

Sempre que nos chegam informações fora do nosso horizonte visual, e que não conhecemos em pleno e que, por isso, manifestamos a intuição de fenómenos que não nos são revelados diretamente pelos órgãos dos sentidos ou não decorrem da nossa atividade mental, quer essa intuição provenha de funções especiais que a Psicologia não pôde ainda determinar experimentalmente quer resulte de simples coincidências, imediatamente somos levados a dizer, como em gíria comum, que ele ou ela possui um ‘sexto sentido’, desconhecendo-se certas manifestações derivadas dos chamados ‘sentido ósseo’, ‘sentido visceral’, ‘sentido álgico’ e ‘sentido de orientação magnética’, curiosamente tão peculiares aos pombos-correio, aos morcegos, aos golfinhos, também baleias. (p. 177, e p. 75)

A multiplicidade sensorial cognitiva e sociocognitiva desenvolvida pelas pessoas cegas, como necessidade natural de encontrarem soluções que permitam contrariar a ausência da visão anatómica, confere-lhes capacidades e competências para se aperceberem com facilidade, e até nitidez, de qualquer obstáculo, realidades e estranhezas à sua volta, que possam condicionar a sua segurança física ou de outra ordem e natureza.

A experiência e a ciência têm vindo a demonstrar e a justificar esta constatação e já convicção, sendo um trabalho científico que tem vindo a ser desenvolvido, já possuindo hoje dados provados que nos podem ajudar no encaminhamento para respostas credibilizadas e cientificamente comprovadas, não havendo dúvidas de que é nos planos sensorial, da percepção e cognição ampliada e da consciência, sob a ação do querer e determinação, da atividade intelectual e no desempenho da diversidade de funções , que a capacidade percetiva dos sistemas sensoriais das pessoas cegas deteta obstáculos, atua na representação espacial, na orientação e na mobilidade, o que se encontra aprofundado por Guerreiro, na sua Tese de Doutoramento *As Vantagens da Tecnologização da Tiflografia: Contributos Tiflológicos para*

³Texto disponível em caracteres comuns na Biblioteca Nacional de Portugal, incluído na Coleção «Poliedro» intitulada *Caminho da Recuperação dos Não Videntes*, vol. I.

um Alargamento do Paradigma Comunicacional (1999, p. 178) e no seu livro *Para uma Nova Comunicação dos Sentidos* (2000, p. 76).

Há já bastante tempo que se estuda o fenómeno da percepção nas pessoas cegas, elaborando-se também teorias alusivas para o explicar, principalmente a partir da Idade Moderna, devendo mencionar-se, entre outros, Nicholas Saunderson (Amado, 2018b, p. 569), nascido em 1682 e falecido em 1739, Diderot (1972), nascido em 1713 e falecido em 1784, e José Álvares de Azevedo (Amado, 2018a, p. 57), nascido em 1834 e falecido em 1854, observando-se a realização de trabalhos em vários países no século XX, sobretudo no primeiro quartel deste século XXI. A fundamentação científica tem vindo a consolidar-se, conforme o que pudemos avaliar na realização do primeiro Congresso Internacional em «Ciência e Tiflogia», no qual, pela primeira vez na história da Tiflogia, se concebeu e avaliou a cegueira em contexto científico, evento este realizado em Castelo de Vide, nos dias 15 a 17 de junho de 2021, organizado na parceria conjunta Centro Português de Tiflogia (CPTEI), Fundação Nossa Senhora da Esperança (FNSE), Universidade Lusófona e a ONGD Causa Maior, com o associado contributo institucional ao nível do Governo, da administração central e local, e de outras instituições, entre as quais a LUME – Associação de Cultura e Património.

Em sintonia prática e científica com a investigação e o pensamento aprofundado de Castro (1961b, pp. 1-9) e de Guerreiro (1999, 2000 e 2021b), e parafraseando-os em várias linhas a seguir:

A faculdade tiflopercepcional localiza-se na cabeça, a esse nível e com direta intervenção do sistema sensorial auditivo, o que permite às pessoas cegas percecionarem, numa dimensão pluridirecional, os mais variados sons, agradáveis ou desagradáveis, e ruídos, agrestes ou indecifráveis, mas denunciadores indiscutíveis de objetos, de factos e acontecimentos, de circunstâncias e situações de uma enorme diversidade, bem como de obstáculos, mesmo no seu absoluto silêncio.

Quanto maiores forem esses obstáculos, maior será a distância a que as pessoas cegas os percecionam, sendo esta faculdade que lhes possibilita, ao entrarem pela primeira vez numa sala, terem a exata precisão da sua forma e dimensão, por exemplo, se essa sala é quadrada ou retangular, se é exígua ou ampla, se o teto é baixo ou alto.

A investigação tem vindo a surpreender-nos com a possibilidade de as pessoas cegas detetarem obstáculos de altura muito variável, chegando a percecionar lancis com cerca de 10cm de altura a uma distância aproximada de um metro ou mesmo de metro e meio, aqui

influindo o estado atmosférico no maior ou menor grau de perçetibilidade deste tipo de referências.

Diversos investigadores cegos, como por exemplo Pierre Villey (1917 e 1946), nascido em 1879 e falecido em 1933, partilhando doutrinas de outros investigadores, admite a possibilidade de ser o sentido da audição que adverte a pessoa cega da proximidade ou da presença do obstáculo. As refrações das ondas sonoras, produzindo modificações de timbre e de intensidade, manifestadas pela voz humana, pelo ruído dos passos, etc., constituem elemento que chama a atenção da pessoa cega, através de uma ação acústica.

Prosseguindo, nesta aceção, este raciocínio com base no pensamento e investigação indicados supra.

Outros investigadores, pelo contrário, excluem a intervenção do ouvido e sustentam que a razão do fenómeno está na pressão exercida sobre a pele pela coluna de ar posta em movimento, quando a pessoa cega e obstáculo se estreitam entre si, havendo aqui uma ‘ação mecânica’, sendo o que se denomina ‘tato dos sistemas sensoriais’, que acaba por atuar só na ausência do sentido da visão anatómica.

Outros investigadores observam na diferença de temperatura do ar ambiente a causa da perção da pessoa cega da aproximação de qualquer impedimento à sua marcha, sendo chamada a ‘ação térmica’... Assim, (Guerreiro, 2000, citando Castro, 1961b):

Nesta perspetiva, enquanto, por um lado, se admite que o ‘sentido dos obstáculos’ resulta da ação combinada do ouvido e do tato, fundindo numa só as demais teorias, procura-se encontrar novos caminhos, mas mais centrados na ‘ação acústica’, recorrendo-se a dados fisiológicos e psicológicos. (p. 77 e pp. 4-8)

Não há dúvida de que, em certas situações e circunstâncias, as pessoas cegas terão, em regra, alguns receios, em termos de segurança, nas suas deslocações e identificação de espaços e sinais sonoros e de outra índole à sua volta, o que nos leva a retomar o pensamento de Guerreiro (1999, 2000 e 2021b):

O comportamento temerário das pessoas cegas, por vezes com o receio de riscos que podem correr a cada passo e a necessidade de se movimentarem com autonomia e independência, agindo com segurança e sem ficarem à espera da ajuda de alguém, desenvolve-lhes um tipo de atenção e de sensibilidade aumentadas, que se traduzem num estado de alerta permanente (embora sendo uma faculdade que as pessoas cegas desenvolvem naturalmente e sem esforço), permitindo-lhes aperceberem-se dos mais diversos indícios ou da proximidade de

um obstáculo, que escapam à percepção da generalidade das pessoas normovisuais e, mesmo, das pessoas com baixa visão, que estão habituadas a utilizar o restante resíduo visual.

Como aponta Guerreiro (1999 e 2000), a título de exemplo:

Podemos referir fraquíssimos ruídos, vagos cheiros, pequenas elevações ou abaixamentos bruscos de temperatura, leves correntes de ar, vibrações e emanções de toda a ordem (que são imperceptíveis para uma grande generalidade de normovisuais, que confia aos olhos o encargo de velar pela sua segurança), podem actuar como sinais de alarme nas pessoas cegas que se deslocam em permanente estado de alerta, que, embora difuso e muitas vezes subtraído à consciência, não deixa de se manifestar nelas e de ocupar lugar de primeiro plano quando o perigo surge, denunciado por algum daqueles indícios. (p. 184 e p. 78)

No entanto, compreendendo e confirmando o que temos vindo a ler e a investigar, a teoria que define a audição como sendo o básico órgão sensorial em que se alicerça o habitualmente designado 'sentido dos obstáculos' (a denominada 'percepção a distância'), afigura-se-nos ser a mais exata e promocional neste tipo de desenvolvimento multissensorial, (Castro, 1961b e Guerreiro, 2000) "uma vez que repetidas experiências têm mostrado que a capacidade de 'percepção' se oblitera ou perde total eficácia em ambientes intensamente sonorizados, quando os obstáculos não atingem o nível do rosto ou sempre que o canal auditivo se obtura" (pp. 1-9, p. 78).

Todavia, compreendendo e já cientes do que afirma Guerreiro (1999 e 2000), esta teoria, que na opinião de outros investigadores poderá explicar a génese do fenómeno entre as pessoas cegas ouvintes, dá-nos a ideia e o entendimento de que:

Parece (incompreensivelmente para certos autores) cair por base e ficar, de algum modo, destituída de total significado, quando observada em pessoas surdocegas. Nestas, o 'sentido dos obstáculos' tem-se manifestado (refere-o José de Albuquerque e Castro (1961b, pp. 1-9), tão 'agudo' como em certas pessoas cegas ouvintes, o que nos induziria a afirmar (se porventura não tivéssemos experienciado aprofundadamente a questão e não vestíssemos o problema da cegueira, sendo ouvintes) que haveria de ser também em campo diferente do das sensações auditivas que se localizaria o processo genético dessa faculdade - a capacidade de perceber obstáculos ou uma enorme diversidade de circunstâncias e de situações à nossa volta, sem recurso à modalidade sensorial visual. O que pretendemos clarificar é que, nas pessoas surdocegas, esta capacidade não tem, sem margem de dúvida, qualquer comparação com a das pessoas cegas ouvintes e, naquelas, essa pretensa sensação (preferiríamos escrever nula) varia consoante a etiologia da surdocegueira. (p. 186, p. 78, e p. 8)

Nas pessoas surdocegas, a capacidade de percepção dos obstáculos à sua volta reside, essencialmente, nos sistemas sensoriais do tato e do olfato, conforme o que tem vindo a ser investigado e demonstrado cientificamente.

Segundo Albuquerque e Castro (1961b, pp. 1-9), citado por Guerreiro (1989 e 2000):

os factores de ordem psicológica assumem aqui primordial importância e poderiam certamente oferecer orientação segura para a definitiva solução do problema, se não soubéssemos que muitas pessoas cegas se apercebem não só da parede que está na sua frente - e nós acrescentamos: ou à sua volta, mas também da árvore que margina a espaços regulares o caminho por onde vão ou o muro que de repente se levanta à esquerda ou à direita, das portas abertas ou fechadas ao longo de uma determinada rua que se percorre, de uma rua à direita ou à esquerda. (p. 186, e p. 78)

Vem a propósito referir que José de Albuquerque e Castro, que ainda possuía um apreciável resíduo visual, "foi quem em Portugal abordou esta questão, até hoje com maior sistematização e precisão" (Guerreiro, 2000, p. 78). Reforçando mais esta questão, Albuquerque e Castro (1961b) afirma que:

Não podendo trazer ao debate o testemunho da nossa própria experiência, já que somos dos que aproveitam resíduos de visão de apreciável coeficiente, não nos é fácil em rigor decidir por qualquer das teorias expressas, verificada a incapacidade de todas elas para trazer ao problema solução integral e satisfatória. Além disso, sabemos como o experimentador pode influir poderosamente no resultado da experimentação e como aquilo que parece causa não passa muitas vezes de reflexo. (pp. 8-9)

Esta constatação, apesar de já bem refletida pelos investigadores que temos vindo a seguir, é uma questão que continua a ser, neste século XXI, bastante investigada e com resultados extremamente positivos.

Nesta investigação tão específica e atrativa, como em outras igualmente suscitantes, há uma obrigação que sempre se tem de cumprir, que é (Guerreiro, 2000), “uma inalienável honestidade intelectual e rigor científico” (p. 79), admitindo-se que o ‘sentido dos obstáculos’ não é utopia nem fantasia, visto que, inquestionavelmente, as pessoas cegas têm na sua posse e, por imperiosas necessidades, cultivam essa capacidade e competência percetiva e multissensorial, dela obtendo um

valioso elemento de defesa contra alguns dos perigos que, na sua locomoção em casa ou na rua, tão frequentemente põem em risco a sua integridade física, nalguns casos também por abúlico comportamento ou por negligência intelectual. (p. 79).

Na realidade, trata-se de um processo desenvolvimental que não é fácil entender em pleno pelas pessoas normovisuais, dada a extrema complexidade multissensorial e de inteligência que encerra, mas que, sem dúvida, as pessoas cultivam, exercem, demonstram de forma inequívoca as diferentes capacidades e competências que, de maneira absolutamente natural, conseguem desenvolver e aprofundar, assim conseguindo superar as dificuldades que a ausência da visão anatómica pode provocar ou suscitar.

5.3 Percecionar e Entender com Clareza e Objetividade

Os múltiplos sentidos e a suplência sensorial da pessoa cega, conforme o enquadrado envolvimento, no dizer de Guerreiro (2021a e 2021b), *ecolocalizacional*, *somatossensorial* e *cinestésico*, é uma capacidade e uma competência que, bem treinadas e baseadas em experiência ou experiências acumuladas, alargam-lhe e refinam-lhe o domínio da captação da informação sensorial e cognitiva. Conforme escreve Guerreiro (2000):

O que se traduz num substancial aumento da sensibilidade, da atenção (e até da intuição), da perceptibilidade do meio envolvente e, consequentemente, numa maior e melhor mobilidade para se orientar e interagir nesse mesmo ambiente, incrementando o imprescindível desenvolvimento da sua psicomotricidade. (p. 79)

Podemos afirmar que uma das mais importantes capacidades e competências, desde que exercitadas, para o desenvolvimento de qualquer pessoa (e que contribui de modo decisivo para a sua interação com o ambiente) é a de se poder movimentar autonomamente e com independência, com segurança e confiante nas suas potencialidades, visando um determinado objetivo, aqui desempenhando a informação sensorial uma função peculiar para o desenvolvimento dessa competência, bem como para o estabelecimento de todo o tipo de interações com o ambiente, visto ser por intermédio desta forma de informação, que é captada pelos recetores sensoriais, que o cidadão consegue perceber o mundo, o interpreta e interage com ele.

Concentrando-nos nos recetores sensoriais, estes, de acordo com a modalidade sensorial a que respeitam e com os investigadores, entre outros já mencionados, que mais têm vindo a publicar (Fonseca, 1933, pp. 17-20, 1934, pp. 21-28, e 1935, pp. 2-10), (Pereira, 1993), (Fonseca, 2021b), (Becker, 1973, pp. 52-59). Em especial Guerreiro (1999 e 2000):

são classificados em ‘exterocetores’, ‘proprioacetores’ e ‘interoacetores’, sendo os ‘exterocetores’ recetores à distância (visão, audição, olfato e tacto/termo-recepção) e receptores imediatos (tacto e gosto) e os ‘proprioacetores’ receptores quinesésicos e equilíbrio vestibular. (p. 189 e p. 79)

conforme o já enunciado neste Capítulo 5 e consubstanciado em muita investigação colhida em Pereira (1993) e Fonseca (2021a, 2021b, 2018b, 2018c, 2018d e 1995), indicada em Referências Bibliográficas e Web-Gráficas desta Tese.

Principalmente centrados nos livros de Pereira (1993) e de Guerreiro (2000), e em parte da vasta investigação de Vítor da Fonseca, que mais nos elucida neste domínio, e já atrás

referido, salientamos algumas questões que se prendem com a informação recolhida pelos exteroceptores e propriocetores, por serem, segundo Guerreiro (2000):

os que mais contribuem para uma movimentação eficiente no espaço, estando cientes, no entanto, que a informação originada nas vísceras também desempenha uma função na atuação dos órgãos de equilíbrio e orientação. (p. 79).

Porém, também em sintonia com Leonor Moniz Pereira (1993, citando Valentinuzzi, 1980), a que Guerreiro alude no livro em referência, aquela informação (Guerreiro, 2000) "reduz-se fundamentalmente a situações em que as posições do corpo ou os seus movimentos ultrapassam os limites das condições normais" (p. 79).

Dessa informação visceral temos, como exemplo, o facto da mesma ser (Guerreiro, 2000) "recebida em situações de acelerações elevadas ou posições corporais difíceis, as situações que possam influenciar via sistema nervoso autónomo o desempenho das funções de equilíbrio e orientação" (p. 79).

Conforme a informação que recolhemos na investigação em que nos suportamos, os recetores sensoriais são células nervosas especializadas, destinadas a informar o sistema nervoso central sobre o estado do ambiente (externo ou orgânico) ou sobre as alterações deste estado. No seguimento do exposto por Schmidt (1980), citado por Leonor Moniz Pereira (1993), Deodato Guerreiro (1999 e 2000) refere que os estados ou as modificações desses estados, que atuam sobre os receptores, se denominam estímulos.

Mas não é demais evidenciar que os sentidos da visão, da audição, do tato e a propriocepção não trabalham isoladamente, como modalidades diferenciadas e distintas, mas, secundando Leonor Moniz Pereira (1991, p. 45), "como um sistema unitário, podendo, por isso, existir tarefas que se podem basear em diferentes tipos de informação sensorial".

Parecendo-nos oportuno precisar aqui, um pouco mais, o sistema visual, este sistema é, também segundo o afirmado por Guerreiro (2000):

Constituído por numerosas e complexas estruturas (olho, vias ópticas, córtex occipital), estruturas estas que possibilitam a conversão de uma determinada banda de energia radiante electromagnética em energia bioeléctrica, transmissível a estruturas vivas, com que o córtex cerebral trabalha e integra em conjunto com a informação proveniente de outros órgãos dos sentidos, permitindo construir um modelo do mundo exterior. (p. 80)

Os olhos anatómicos constituem o órgão sensorial mais absorvente de todos os sentidos. Como bem sabemos, deve-se aos olhos anatómicos "a obtenção da mais importante e qualificada informação sobre o mundo exterior, caracterizando-se esta pela rapidez, precisão na localização e avaliação de distâncias no espaço" (Guerreiro, 2000, p. 80), fornecendo-nos a visão a posição relativa entre diferentes objetos, proporcionando-nos uma imagem de conjunto, assinalando com facilidade as propriedades de distintos materiais existentes no ambiente envolvente, bem como as dificuldades, ameaças ou perigos que nele se encontram.

No principal livro que temos vindo a seguir nesta nossa investigação, são indicados autores de grande importância no mundo, sobretudo em relação à análise dos sistemas sensoriais que nos permitem o relacionamento e interação uns com os outros e com o ambiente envolvente, como, por exemplo, Natalie C. Barraga (1977, 1975, e 1974, p. 117-154), que tem chamado a atenção para o facto de ser através da visão que o cérebro recebe informações para a interpretação da cor, dimensão e forma dos objetos, a noção de distância e a capacidade de seguir um movimento enquanto o corpo se mantém imóvel.

Em relação às questões da locomoção e deslocação no espaço, tem sido atribuída à visão anatómica a tarefa de manter a postura corporal, ou com a necessária precisão a posição relativa do corpo, bem como das diversas partes que o compõem, afirmando autores, como Verna Hart (1980, pp. 9-36), Houvand e Templeton, citados por Guerreiro (2000, p. 80), cujo pensamento aqui reproduzimos, e que são os olhos que avaliam a orientação do corpo e o relacionam com algo que veem no ambiente, determinando, de igual modo, a orientação do corpo, no que se refere à gravidade, e desempenhando uma importante função na estimulação das outras modalidades sensoriais. Neste contexto, Leonor Moniz Pereira (1991), citando Cratty e Sams (1968), Hill e Blash (1980) e Warren (1981), refere que os mesmos sustentam que "a visão é um factor muito importante para o desenvolvimento de habilidades perceptivo-motoras, na aquisição de conceitos espaciais e na formação da imagem do corpo".

Segundo Warren (1977), adianta Leonor Moniz Pereira (1991, citado por Guerreiro (2000):

a visão está profundamente envolvida, por via de mecanismos que ainda não se compreendem inteiramente, no processamento das informações tácteis e auditivas. Ela facilita, nas crianças normovisuais, a organização dos acontecimentos auditivos e tácteis que acontecem no espaço. (p. 80)

Ainda de acordo com Leonor Moniz Pereira (1993), para Hill e Blash, o sentido da visão desempenha o papel principal como fonte de estimulação e integração das outras informações sensoriais no processo de desenvolvimento da criança normovisual.

Para Martinez (1991), citado por Pereira (1991), Guerreiro, 2000):

o sentido da visão desempenha, igualmente, um papel de mediador entre as diversas informações recebidas através das outras modalidades sensoriais, atuando como estabilizador entre o indivíduo e o meio envolvente. (p.80)

No que respeita ao sentido da audição, também achamos ser útil referir que este sistema é constituído pelo ouvido externo (meato auditivo e membrana do tímpano), ouvido médio (martelo, bigorna e estribo) e ouvido interno (órgão de equilíbrio e órgão auditivo ou cóclea), sendo sensível aos ruídos e à informação sonora. O sistema sensorial auditivo desempenha, igualmente, uma importante função na orientação espacial (localização de fontes sonoras), sendo, no entanto a perceção da direção afetada pelo tempo de propagação do som e pela intensidade do mesmo. Observamos aqui a vantagem da continuidade na localização de um qualquer alvo, a que a visão anatómica permite chegar, e a descontinuidade nessa localização que pode ocorrer usando apenas a audição.

O espaço auditivo, ao fornecer informações provenientes de qualquer direção do meio circundante, apresenta características muito diversas do espaço visual. Embora a informação auditiva se circunscreva aos ruídos ambientais, desempenha um papel de relevo na deslocação no espaço, fornecendo uma informação fundamental, sobretudo para a pessoa cega, como por exemplo, a localização de objetos e lugares do meio envolvente que produzem som, possibilitando-lhe estabelecer a sua posição relativa face a esses objetos e lugares e de uns em relação aos outros, bem como das suas dimensões, através do eco produzido, aqui tendo papel importante e indispensável o desenvolvimento da ecolocalização.

Portanto, podemos afirmar que a construção da ‘imagem mental’ do meio circundante, por intermédio do sentido da audição, apresenta um maior grau de dificuldade, quando comparada com o sentido da visão, atendendo às características na descontinuidade espacio-temporal da audição e na natural continuidade da visão.

Seguindo Pereira (1991) e Guerreiro (1999 e 2000), no que respeita ao sistema olfativo, outro dos recetores a distância, reagindo às qualidades químicas do meio envolvente, este sentido é um dos modos mais primitivos de comunicação. Porém, e observando as culturas ocidentais, a sua função tem sido negligenciada e deixada para trás ou para segundo plano.

Hall (1971), citado por Leonor Moniz Pereira (2021), no seu texto indicado em Referências Bibliográficas e Web-Gráficas desta Tese, afirma que "a organização dos espaços na cultura ocidental dá muito pouca atenção à possibilidade de utilização, para além da visão, de sentidos como o olfato, o que já não acontece por exemplo nas culturas orientais."⁴

O olfato desempenha, igualmente, um papel importante na deslocação da pessoa cega no espaço, fornecendo informações úteis no que se refere à localização de objetos e/ou lugares que podem ser utilizados como pontos de referência (mercearia, farmácia, restaurante, livraria, bomba de gasolina, etc.). O cheiro a um perfume característico de alguém possibilita a identificação de um familiar ou de um amigo.

No âmbito do sistema tátil-cinestésico, convém ainda considerar, de entre os recetores a distância, os de informação cutânea. A localização de uma fonte de calor como, por exemplo o sol, pode contribuir de forma segura para a deslocação no espaço, servindo como ponto de referência. A deslocação do ar pode também constituir uma informação útil (em determinadas circunstâncias), apontando uma direção ou ajudando na deteção de obstáculos. Este tipo de informação, apesar de não ser geralmente utilizado pelos normovisuais, reveste-se de significativa importância para as pessoas cegas, devendo ser-lhes estimulada a capacidade de utilização deste recurso referencial.

Num plano de atuação imediata, como recetor imediato, o tato trabalha em conjunto com a cinestesia (numa perspetiva háptico perceptiva), permitindo à pessoa cega a recolha de informação do espaço próximo, isto é, o espaço que a rodeia e que tem como limite o comprimento do braço ou do seu prolongamento através da bengala que possa usar, podendo associar a esta perceção, reforçando-a, outras faculdades, essencialmente ligadas à audição.

Natalie C. Barraga, já referida anteriormente, estudada por Leonor Moniz Pereira (1991) e aqui reproduzido, a seguir, o seu pensamento por Guerreiro (1999, p. 191, e 2000, p. 80), aquela autora assevera que este sistema acaba por proporcionar, de modo semelhante, informações sobre os 'atributos' e 'propriedades' do 'meio' e dos 'objetos', a 'textura', o 'peso', a 'temperatura', a 'estabilidade', a 'espessura', a 'rigidez', bem como diferenças e irregularidades, ainda que minúsculas, na 'forma' e 'dimensão' de um determinado objeto ou de uma certa superfície.

⁴ Pereira, Leonor Moniz (2021). *A informação sensorial na orientação e mobilidade: o desenvolvimento da criança cega neste contexto*. Comunicação apresentada no I Congresso Internacional "Ciência e Tiflogia - A Cegueira em Contexto Científico", organizado pela parceria CPTEI-FNSE-ULHT e realizado via Zoom/Streaming, em Castelo de Vide, nos dias 15 a 17 de junho de 2021.

No âmbito do sistema tátil-cinestésico, convém ainda considerar, de entre os recetores a distância, os de informação cutânea. A localização de uma fonte de calor como, por exemplo o sol, pode contribuir de forma segura para a deslocação no espaço, servindo como ponto de referência. A deslocação do ar pode também constituir uma informação útil (em determinadas circunstâncias), apontando uma direção ou ajudando na deteção de obstáculos. Até porque Jacob Rodrigues Pereira (1715-1780) sustentara que toda a inteligência passa pelos sentidos e que todos os sentidos passam pelo tato. Mas a sensorização da construção mental da informação/imagem tátil é mais demorada na sua perceção e compreensão do que aquela que se processa através dos olhos, devido ao distanciamento na inabrangência do tato relativamente à enorme capacidade de absorção da visão anatómica. O reconhecimento do relativo posicionamento de vários pormenores e de objetos entre si num determinado ponto ou local, também passa pelo registo cronológico das mais diversas diferenças tatilmente tocadas e, até, experienciadas, para se obterem as condições precisas para se estabelecer a localização e/ou forma de algo, requerendo este processo de apreensão cognitiva um específico esforço para memorizar o essencial a essa efetiva compreensão. Diderot (1772) já preconizara alguns destes pormenores. Nogueira (1992 e 2020) também sublima o alcance da perçetibilidade na ausência da visão sensorial.

A modalidade sensorial tátil unida à demais natural soma sensorial e cinestesia ainda apresenta, como limitação, a necessidade do sujeito ter de saber agir sobre um qualquer objeto ou pormenor, conscientemente motivado para a recolha da informação, bem executando movimentos precisos na apreensão de pormenores ou do espaço respetivo. Este processo limitativo na obtenção da informação tátil também suscita o facto de se receber a informação mediante a simultaneidade da execução do gesto e do contacto com pormenores ou o objeto, ao contrário da ampla visão que permite prever as sucessivas situações, às vezes até daqui resultando a insegurança na deslocação no espaço, o que motiva a procura de uma mais sólida base de apoio, com o conseqüente alargamento da sustentação que, em geral, se observa na pessoa cega.

Persistindo no pensamento em evidência, citando e parafraseando Guerreiro (2000, p. 82), Natalie C. Barraga, citando Juurma (1967), Hulin e Katz (1934), como já pudemos observar em Leonor Moniz Pereira (1991) e seguindo agora Guerreiro (2000, p. 82), afirma que a «percepção associativa de qualidades», que se percebem de forma «tátilo-quinestésica», parece contribuir menos para a elaboração da imagem no córtex cerebral do que a informação dada pela faculdade da visão, no que se refere ao horizonte abrangido pelo tato.

Acentuando mais ainda a questão do tato, o sentido do tato, Deolinda B. Mourão (1982, pp. 1-9), como podemos observar também corroborada por Deodato Guerreiro (2000), defende que:

Para as pessoas não afetadas por qualquer deficiência sensorial, as sensações tácteis pouco ou nada significam, uma vez que toda a sua existência decorre quase exclusivamente em função de estímulos de natureza visual ou auditiva. Apesar disso, uma grande parte das informações do meio ambiente veiculadas para o cérebro através dos órgãos da visão, pode ser captada por meio de recetores sensitivos desigualmente distribuídos por toda a superfície cutânea. Dadas, no entanto, as diferenças qualitativas e quantitativas dessas mesmas informações, apenas os cegos e cegos-surdos tiram, da utilização do sentido do tacto, todas as vantagens que este pode proporcionar-lhes.⁵ (p. 82)

Em relação à designação ‘cegos’ e ‘cegos-surdos’, ‘cegos-surdos’ foi substituída por ‘surdocegos’ (Rebelo, 1996), dado haver uma dupla disfunção sensorial, sugerindo-nos essas especificações a oportunidade de precisarmos, neste momento, *nuances* de ordem terminológica na problemática da deficiência.

Segundo Guerreiro (2000):

Desde o início da década de 80 que se têm dado significativas inovações na abordagem à problemática da pessoa com deficiência. Podemos referir o desenvolvimento de serviços oficiais, o surgir de organizações dedicadas à reabilitação, os pais que formaram diversas associações, uma nova terminologia. Hoje, ao abordarmos estes temas, não o fazemos referindo-nos ao deficiente, mas à pessoa com deficiência. A importância desta nomenclatura advém do facto de primeiro abordarmos a palavra ‘pessoa’ e depois se fazer referência à sua incapacidade. (p. 83)

Há pessoas que vivem no mundo em que a relação com a realidade, escreve António Rebelo (1996), citado por Guerreiro (2000, p. 82), se faz por intermédio de um só dos cinco sistemas sensoriais: que é o tato. São as pessoas surdocegas que, total ou parcialmente privadas dos sentidos da visão e da audição, procuram comunicar com as outras pessoas e com o mundo em seu redor, principalmente por intermédio do tato, o que é difícil. E, reafirma Guerreiro (2000, p. 82), defende Rebelo (1996) que “essa dupla incapacidade atua nas pessoas surdocegas, não como uma simples soma, mas como uma categoria única e distinta”, colocando as pessoas com essa dupla incapacidade sensorial em complexas situações de socialização, comunicação

⁵ Mourão, Deolinda B. (1982), citada por GUERREIRO, Augusto Deodato (2000, p. 82). *Para uma nova comunicação dos sentidos: Contributos da Tecnologização da Tiflografia para a ampliação dos processos comunicacionais*. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (Galardoado em 2000 com o Prémio de Mérito Científico "Maria Cândida da Cunha" do mesmo Secretariado Nacional, atual Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.)

e cognição, cuja reabilitação depende do adequado recurso a metodologias e a técnicas específicas que exigem rigorosa especialização, quer na educação de crianças quer na reabilitação de jovens e adultos, aproveitando ao máximo, secundando Rebelo (1996) citado por Guerreiro (2000, p. 83), os possíveis restos de visão e audição, realçando e privilegiando o desenvolvimento das capacidades táteis.

Como escreve Guerreiro (2000):

Considerando o facto da "população surdocega" ser muito heterogénea, quer pela própria etiologia quer pela idade em que se fica surdocego, pelo sistema de comunicação anteriormente desenvolvido ou pela ausência de qualquer sistema de comunicação, é exigido aos técnicos uma persistência constante em especialização e atualização em novas técnicas de comunicação e de meios alternativos práticos e eficazes para a transmissão de informação a pessoas, cujo tato é o seu meio mais privilegiado ou, na maioria dos casos, como o único meio para receber conhecimentos do exterior. (p. 83)

Retomando as diferenças qualitativas e quantitativas das informações que apreendemos por intermédio da visão e do tato, diremos que, seguindo Deolinda B. Mourão (1982, p. 7), citada por Guerreiro (2000), no aspeto qualitativo:

As sensações visuais superam as tácteis no número de características que levam ao conhecimento do indivíduo, as quais conferem ao objecto uma realidade que nem sempre é susceptível de captação pelo sentido do tacto. A cor, através das diferentes nuances em que pode apresentar-se, é o exemplo mais flagrante dessas mesmas características, uma vez que o brilho e pequenos pormenores relativos à textura de materiais têm um papel muito menos importante na individualização das coisas. (p. 14)

No que respeita ao aspeto quantitativo, refere ainda Deolinda B. Mourão, no seu artigo indicado em Referências Bibliográficas e Web-Gráficas, e citada por Guerreiro (2000):

As sensações tácteis ficam ainda muito aquém das sensações visuais, em virtude do espaço que é possível alcançar com os órgãos da visão, e ao qual a mão só teria acesso, recorrendo a meios de deslocação capazes de transportar o indivíduo em todas as direcções e a todos os pontos desse mesmo espaço. (p.83)

Assim, as pessoas cegas, impossibilitadas de se socorrerem de uma tal ubiquidade efetiva (as nuvens e os corpos celestes são inalcançáveis pela mão, não obstante tudo o que a visão pode alcançar e que a mão não pode tocar ser suscetível de assumir uma forma real na imaginação da pessoa cega, atendendo ao grande poder de comunicação que as palavras contêm), não é exatamente correto dizer-se que a pessoa cega está impossibilitada de possuir imagens que só a visão pode ter, porque, na realidade, aquilo que a mão pode atingir de forma imediata e num curto espaço de tempo é incomparavelmente inferior àquilo que a visão

consegue abranger, ainda que tomemos apenas como exemplo uma sala ou outro qualquer compartimento de uma casa.

Como diz Guerreiro (1999 e 2000):

De facto, tudo o que se encontra no interior de uma sala pode ser tangível, porém a forma como se processaria uma tal tangibilização leva a que a mesma se verifique em circunstâncias bastante particulares, ficando a pessoa cega, geralmente, numa situação desvantajosa em relação à pessoa normovisual. Neste caso, também a descrição, bem como a reprodução em modelos mais pequenos dos objectos que a mão não consegue facilmente alcançar podem diminuir esta desvantagem. (p. 202 e p. 83)

Para além dos aspetos exteriores à pessoa cega, já referidos, há diferenças bastante acentuadas entre a percepção tátil e a percepção visual, no que respeita à atitude da própria pessoa no momento em que realiza uma ou outra percepção, conforme o já enunciado. Enquanto a percepção visual acontece automaticamente (a pessoa normovisual vê sem necessitar de tomar consciência disso), a percepção tátil só se efetuará se a pessoa cega se dispuser a examinar, com atenção e algum esforço de concentração, algo que deseja conhecer. Nesta aceção, numa e noutra percepção sensorial, a vontade da pessoa atua com finalidades opostas, isto é, a pessoa que não quiser ver tem de agir nesse sentido, fechando os olhos, ao passo que a pessoa que pretende tatear alguma coisa tem de pôr em ação os seus músculos e algumas das suas faculdades mentais.

É neste contexto que Deolinda B. Mourão, citada por Guerreiro, sustenta que, existindo tão nítidas diferenças entre as modalidades sensoriais do tato e da visão, poderíamos supor que a ausência do sentido da visão afetasse de tal modo a vida da pessoa, que esta se sentisse incapaz de qualquer atividade. Se isso não acontece é porque, apesar da enorme vantagem que o sentido da visão tem sobre o sentido do tato, este pode ainda contribuir, de uma forma bastante satisfatória, para a realização das mais variadas tarefas da vida da pessoa. De entre estas particularidades, as mais importantes são as que ligam o cidadão à sociedade de que faz parte, permitindo-lhe uma participação útil e ativa na comunidade de pertença.

A modalidade sensorial tátil cumpre uma função fundamental na realização profissional da pessoa cega, dependendo a sua formação intelectual em grande medida de sensações táteis, quer através do contacto com o ambiente quer através da leitura tátil ou digital. É incontestável a ação da imagem na evolução intelectual, razão por que o meio físico e os órgãos dos sentidos exercem uma preponderante influência nessa mesma evolução. A criança cega, encontrando-se impossibilitada de agir em função de imagens visuais, recorre naturalmente ao sistema sensorial

tátil, levada pela curiosidade e pelo desejo de identificar e conhecer o espaço em que vive. O facto da visão apreender informação, numa abrangência incomparavelmente superior àquela que os recetores sensitivos do tato conseguem captar, não significa que esta modalidade sensorial deixe de transmitir à pessoa cega noções reais de volume, forma e situação relativa dos objetos, que constituirão a base do seu raciocínio lógico.

Porém, em virtude das várias dificuldades levantadas pela exploração tátil, de entre as quais se salienta, o que é defendido por Deolinda Mourão (1982) e citada por Guerreiro (1999 e 2000):

A acção pouco significativa exercida pelos estímulos", o indivíduo tem que ser incitado, de forma adequada e segura, a usar todos os recursos sensoriais e motores de que dispõe, para obter do meio ambiente um nível de informações tão amplo quanto possível. (p. 204 e p. 84)

Sobre a questão do afeto, a seguir à modalidade auditiva, é o tato que se manifesta antes do sentido da visão, sendo a modalidade tátil que constitui o primeiro elo entre o bebé, ainda em gestação, e a mãe, podendo esta modalidade sensorial vir, por vezes e em grande medida, proporcionar um mais significativo número de emoções do que a visão anatómica.

Num relacionamento com a cor e a luz, acrescenta Deolinda B. Mourão (1982), citada por Guerreiro (2000):

existem formas de arte de grande divulgação, completamente vedadas às formas de conhecimento do sentido do tacto. Através deste, porém, é possível experimentar alguns momentos de satisfação ou desagrado pelo contacto com objectos e materiais de uso diário, água ou ar atmosférico, além da literatura e poesia, a maior parte das vezes possível através do sistema braille. (p. 83)

A fim de se poder adquirir uma mais alargada e eficaz percepção de natureza ambiental, por intermédio dos sistemas sensoriais alternativos ao da visão, é imprescindível treinarem-se muito as modalidades sensoriais auditiva, olfativa e tátil-cinestésica, o háptico multissensorial.

Em relação ao sistema auditivo, Fraiberg e outros autores (1966, 1976), citado por Leonor Moniz Pereira (1991) e sublinhados no livro, que temos vindo a seguir, de Deodato Guerreiro (2000), recomendam que a sua estimulação tem de começar o mais cedo possível, para se poder coordenar 'ouvido-mão', estimulando e guiando a movimentação corporal. Neste sentido, o som tem de reunir o desejável significado para que o indivíduo possa alcançar tal objetivo, capacitando-se para a realização de uma discriminação auditiva contributiva para o próprio conhecimento e do mundo, o que leva Fraiberg a pensar e a avançar com o estímulo de

duas fases:

1.ª Fase - Interação verbal, associando nomes, objetos e verbos a gestos motores (agarrar, mexer, correr, por exemplo);

2.ª Fase - A criança deve ser ensinada a ouvir ler, aprendizagem que deve iniciar-se no berço por pequenas frases e pequenos textos.

Colados à reflexão de Guerreiro (2000):

a deslocação da pessoa cega no espaço, o ser capaz de localizar com exatidão uma fonte sonora, sabendo nitidamente a distância a que se encontra dela, tem uma função fundamental nesta fase, podendo a criança, o jovem ou o adulto, saber, posteriormente, deslocar-se em diferentes direções em relação à fonte sonora. (p.45)

No que concerne ao treino olfativo, este sentido deve ser utilizado, de igual modo, como forma de motivação para a deslocação, devendo, numa primeira fase, tentar-se que a criança se desloque na direção de um odor agradável e, numa fase posterior, deve ser ensinada a utilizar os odores como pontos de referência em relação aos quais ela se possa deslocar ou situar no espaço.

Para se poder treinar o sistema sensorial háptico percetivo, multissensorial e cinestésico, no sentido de se obter o desenvolvimento desta modalidade sensorial, Barraga, citado por Pereira (1991) e por Guerreiro (2000), sugere que é necessário levar a criança a:

- a) Discriminar a textura dos objetos e perceber as suas formas;
- b) Construir, a partir de uma informação analítica, qualidades reconhecíveis nos mesmos objetos (rigidez, unidade, estabilidade, peso, forma, espessura e textura, por exemplo);
- c) Tomar conhecimento gradual de pequenos detalhes dos objetos e integrá-los na sua forma total. (p.85)

Para além da utilização da linguagem, como informação adicional, Barraga (1974), continuando a ser citado por Pereira (1991) e por Guerreiro (2000, p. 85), sugere também que a eficácia deste sentido, para recolher e fornecer informação, implica sempre o movimento, necessitando as crianças cegas de envolver todo o corpo na procura e recolha de informação acerca delas próprias e do mundo exterior. No entanto, aquisições deste tipo encontram-se muito condicionadas pela ausência da visão, visto que estas dificultam a aprendizagem de movimentos intencionais.

Pensamos que se articulam, em sintonia com Guerreiro (2000, p. 85), num processo de identificação de certas realidades, não apenas sistemas sensoriais isolados, mas também sistemas conjunturais de modalidades sensoriais como, por exemplo, a atuação, em determinadas circunstâncias, do sistema ‘quino-tátil’, como o aponta Guerreiro (1999 e 2000):

O tato, cuja sensibilidade ao contacto e à pressão varia consoante as regiões do corpo e depende da densidade da repartição dos corpúsculos táteis, permite-nos sentir com o corpo realidades diversas e com graus diferentes de intensidade. A nossa testa, por exemplo, é sensível a pressões de 0,2mg por mm², ao passo que para a polpa dos dedos se requer 1,5mg de pressão. A acuidade tátil corresponde à sensação de duplo contacto e depende também da densidade dos recetores. Deste modo, para que a ponta da língua distinga as duas pontas de um compasso (estesímetro de Weber), basta que estejam afastadas de um milímetro, enquanto, na polpa dos dedos, são necessários três milímetros, nas costas da mão dezasseis milímetros, na coxa setenta milímetros.

A capacidade de discriminação tátil, ou percetibilidade tátil dos objetos, encontra o seu maior desenvolvimento nas extremidades dos órgãos móveis (os órgãos de palpação) dos seres vivos: antenas dos insetos, tentáculos do caracol, tromba do elefante, mão do ser humano, cujo maior poder de discriminação tátil se encontra na polpa dos dedos, especialmente entre o polegar e o indicador, sendo pela capacidade de interpretação tátil da forma, desenvolvida a um grau inverosímil, que as pessoas cegas conseguem ler fluentemente textos em relevo.

Atendendo a que a sensibilidade tátil apresenta o seu grau máximo de desenvolvimento por volta dos oito anos, a sua educação deve coincidir, sempre que possível, com os primeiros anos de escolaridade, pois, só assim se poderá colher da leitura tátil todo o proveito e satisfação que a mesma proporciona. É que, sendo a velocidade de leitura condicionada pelo maior ou menor desenvolvimento da capacidade tátil da pessoa, convém que esta atinja todas as suas possibilidades para que a leitura seja fluente e sem grande esforço físico.

Acresce salientar o cuidado atento que deve ter-se relativamente ao tipo de materiais e temperaturas que se observam com o tato, bem como outras precauções para a sua preservação, de forma que a educação desta modalidade sensorial não seja prejudicada nos seus objetivos. Convém ainda salientar que o sentido quinestésico, ou sentido das atitudes e dos movimentos, é constituído por um conjunto de sensações relativas a:

- a) Posição e deslocações do corpo e dos membros e
- b) Esforço exigido pelos nossos movimentos e atitudes.

O dispositivo recetor é constituído por corpúsculos táteis distribuídos pelos órgãos motores (músculos, tendões, articulações), de onde os nomes sucessivos de tato profundo, sensações musculares, tendinosas, articulares, dados também ao sentido e às sensações

quines-tésicas. Os estímulos quines-tésicos são pressões e trações exercidas sobre o dispositivo recetor (corpúsculos táteis), e articulações onde esses corpúsculos estão situados. Se fecharmos os olhos, sabemos quando estamos sentados ou de pé (atitude), podemos comer (movimento), deslocamos um móvel (esforço), etc. Em qualquer um dos casos, somos instruídos pelo sentido quines-tésico, pelo que se compreende que esta modalidade sensorial, juntamente com a tátil e a auditiva, seja fundamental para as pessoas cegas, sendo-o igualmente para todas as atividades e profissões para que se requeira precisão de movimentos, cálculo de esforço, atitude orgânica conveniente, (isto parafraseando a relevância desta afirmação, encontrada em Guerreiro, (Autor, 2000, pp. 85-86).

No que se refere ao ‘estímulo das sensações cinestésicas’ (a que também chamamos ‘viscerais e orgânicas’) é o natural funcionamento dos órgãos, encontrando-se as células cinestésicas, conforme indica Guerreiro (2000, p. 86), distribuídas pelos vários órgãos, sobretudo pelos aparelhos digestivo, respiratório, circulatório, muscular, parecendo as respetivas impressões transmitir-se ao cérebro através do sistema neurovegetativo, sendo este sistema considerado como o órgão fundamental da cinestesia.

O elemento comum a todas as sensações cinestésicas, precisa Guerreiro (2000, p. 86), é o seu carácter indefinido, difuso, a sua difícil localização. O nome do nervo ‘vago’, dado pneumogástrico (o mais importante do parassimpático) parece filiar-se precisamente neste tipo de sensibilidade difusa, que é o da cinestesia.

Seguindo Guerreiro (2000, p. 86), as sensações cinestésicas têm aspeto predominantemente afetivo e traduzem as impressões agradáveis ou desagradáveis resultantes do funcionamento dos órgãos, sendo as mais conhecidas a fome e a sede, o enfiamento, o cansaço, a falta de ar, a debilidade e a força, o bem e o mal-estar orgânicos. A cinestesia representa para nós uma enorme importância, sendo por seu intermédio que conhecemos as nossas necessidades e as podemos satisfazer, dependendo dela, em primeira instância, o nosso equilíbrio orgânico.

É claro que, sobretudo para as pessoas cegas, o auxílio treinado (para além dos já enunciados) de outros sistemas sensoriais (como o térmico, o álgico, os sentidos de equilíbrio e orientação) ajudam a consubstanciar, numa acuidade extraordinariamente desenvolvida e consolidada, um complexo dispositivo sensorial alternativo à modalidade visual, garantindo a certas pessoas cegas uma ampla, e por vezes inimaginável, perceptibilidade dos seus sentidos organizados em multissensorialidade.

Em relação ao sistema vestibular, Herbert L. Pick, também citado por Leonor Moniz Pereira (1991) e referido por Guerreiro no seu livro em referência (2000, p. 87), sustenta que é este o sistema sensorial (não visual) mais importante para a orientação, em relação à gravidade e para as mudanças de posição no meio circundante.

O aparelho vestibular, que promove o equilíbrio, é uma parte do labirinto membranoso localizada no lobo temporal, no ouvido interno, constituído por canais semicirculares, o utrículo e o sáculo. George Sage (citado por Pereira, 1991), também evocado por Guerreiro (2000, p. 87), afirma que este aparelho é sensível a dois tipos de informação:

- a)** À posição em que a cabeça se encontra (acelerações retilíneas);
- b)** A qualquer espécie de mudanças na direção do corpo e da cabeça (acelerações angulares).

A função principal deste aparelho respeita à manutenção do equilíbrio do corpo e ao preservar, no mesmo plano, a posição da cabeça. Executa-a, fundamentalmente, de duas maneiras:

- a)** Pela modificação da tensão muscular;
- b)** Pela fixação do olhar.

O utrículo (que deteta a aceleração linear e a inclinação da cabeça no plano horizontal) e o sáculo (que é o órgão membranoso situado abaixo do utrículo e que contém otólitos), os quais, em conjunto, fornecem uma informação permanente sobre a posição da cabeça em relação à gravidade. O funcionamento do aparelho otalítico é avaliado pelo número de graus de rotação dos olhos em relação à cabeça, quando esta se inclina lateralmente, tendo os olhos ainda uma função reflexa sobre os centros superiores que condicionam a postura.

Para Stanley Suterko, citado por Leonor Moniz Pereira (1991) e por Deodato Guerreiro (2000, p. 87), a informação obtida através do sistema vestibular refere-se ao retorno à vertical após uma inclinação lateral ou antero-posterior do corpo, quando a pessoa se encontra de pé.

Quando o sistema vestibular atua isoladamente, não é capaz de fornecer uma noção clara relativa à posição do corpo no espaço, necessitando de informações adicionais dos propriocetores do pescoço e da transmissão através das conexões nervosas existentes entre ela e os músculos motores do globo ocular, “pois existe uma interligação dos recetores propriocetivos e visuais no que respeita à manutenção da postura e do equilíbrio, a uma boa

orientação, ajustamento e coordenação de movimentos, mantendo-se assim o organismo informado da posição da cabeça, tronco e membros” (Guerreiro, 2000, p. 87).

Sabemos que (e isso parece ser indiscutível) socialmente o ouvido escorreito representa para a pessoa um fator indispensável para se relacionar com o seu semelhante e não ficar isolado numa comunidade em que, para chegar à compreensão do mundo que o envolve, necessita da "sensibilidade, da audibilidade e da inteligibilidade que só o complexo mecanismo da audição lhe permite adquirir" (Guerreiro, 2000, p.104).

Diz-nos Guerreiro (2000, p. 105), por experiência própria, que a modalidade sensorial auditiva está intimamente ligada à personalidade humana em relação com as funções psíquicas da pessoa e também ligada à percepção das coisas, dos objetos que emitem sons próprios (ou quando caem no chão, ou quando os tocamos), dos ruídos, da palavra que se ouve e se profere e, por vezes, da intuição ou capacidade experienciada para se perceberem as subtilezas ou as intenções do interlocutor ou interlocutores, informação que a matéria da palavra proferida (o som da fala ou a voz) veicula, a substância (ou manifestação da forma na matéria) numa dimensão glossemática, segundo Jamsleve, citado por Guerreiro (2000, p. 88).

Toda a pessoa que "sofre de cegueira congénita ou adquirida conhece por experiência própria o valor que a voz humana tem como meio de interpretação de determinados caracteres psicológicos e até fisiológicos." (Guerreiro, 2000, p. 88).

Sustenta o autor em referência (Guerreiro, 2000, p. 88), que a primeira impressão colhida por uma pessoa cega, conscientemente ou não, no contacto que estabelece pela primeira vez com uma outra pessoa (cega ou com visão normal) tem a mais alta importância na atitude que a pessoa cega toma para com o seu novo interlocutor (a pessoa que passa a conhecer ou que passa a ouvir falar) e influencia, muitas vezes de forma decisiva, quaisquer mudanças que essa mesma atitude (a da pessoa cega) venha a sofrer no decurso de uma convivência mais prolongada.

É sobretudo para aqueles que se dedicam às profissões liberais, em que o conhecimento da personalidade da pessoa com quem se trata entra como fator essencial na determinação do modo como se devem regular palavras e atos, que a interpretação de caracteres psicológicos por meio da voz assume capital valor, conforme o afirmado por J. de Albuquerque e Castro (1961b, pp. 8-9) e citado por Guerreiro (2000, p. 88). E não só esse aspeto, mas, principalmente, intenções ou disposições passageiras que tantas vezes se consubstanciam e se revelam na voz, o que se traduz, na generalidade, para as pessoas de visão anatómica normal, designadamente

nos gestos feitos com a cabeça e as mãos, acentuados pela expressão do olhar; nos movimentos corporais, sorrisos e forma de olhar; nos trejeitos do rosto e alterações do semblante; são gestos que se podem ver e/ou escutar e que denunciam apreciáveis indicadores de carácter, quer para as pessoas com visão normal quer para as pessoas cegas, o que se pode confirmar em Guerreiro (2000, p. 88).

A pessoa cega, mais do que a com visão anatómica normal, pode exercer com proveito esta espécie de atividade psicoanalítica, porque é sobretudo com sensações auditivas que ela informa e forma os seus conhecimentos e porque a necessidade de substituir a visão pelo ouvido (audibilidade alicerçada na multissensorialidade adquirida) e o uso constante e atento que deste sentido faz lhe dão, em determinadas circunstâncias ou contextos situacionais, uma notável hipersensibilidade.

Nesta aceção, em plena confirmação com Guerreiro (2000):

não hesitamos em fazer uma clara apologia do ouvido, visto que, para as pessoas cegas, a cultura da audibilidade, a cultura da escuta, pode proporcionar-lhes um mundo maravilhoso de convivialidade e inexaurível de descobertas, havendo inúmeros exemplos extremamente bem fundamentados e elucidativos disponíveis neste domínio. (p. 88)

Como facilmente se depreende, estritamente usando as palavras de Guerreiro (2000, p. 89), na impossibilidade de observarmos com os olhos anatómicos, as variações de expressão traduzidas pelos gestos, atitudes, contrações faciais, etc., a pessoa cega faz recair todo o seu poder de análise, toda a sua faculdade intuitiva ou com um carácter mais probatório de perceptibilidade, a sua capacidade psicoanalítica, sobre a natureza da voz de quem lhe fala. É que o ouvido facilita a comunicação e, no caso das pessoas cegas, este sentido é um indispensável veículo sociocomunicacional, numa dimensão que se pretende que seja de verdadeira interação, permitindo-lhes integrar-se num determinado contexto social, captando recetividade ou repulsa pela sua tentativa (por hipótese) de inclusão num certo grupo, apercebendo-se inequivocamente de todo um conjunto de características de índole psicossocial e cultural, de uma forma globalizante, por exemplo do meio sociointelectual, pedagógico didático, etc., em que se encontra.

Na verdade, a pessoa cega recebe, por intermédio do sentido da audição, informação de variadas naturezas e proveniências, sabendo bem seleccionar e equacionar as diferentes e correspondentes respostas ou processos de relacionamento e interação.

A sociocomunicabilidade é também a interação, através da capacidade percetiva, necessariamente consubstanciada nas sensações e informações do conjunto das restantes modalidades sensoriais, excetuando a visão, naturalmente, com a emissão e receção dos mais diversificados dados informativos. Sem dúvida que, para haver comunicação, afirma-o Guerreiro (2000, p. 89), é imprescindível haver emissão de qualquer mensagem e receção dessa mensagem de forma decodificada, entendível, perfeitamente compreensível.

O ouvido (associado a outros sistemas sensoriais e a inúmeros ingredientes sensoriais) é o sentido social por excelência das pessoas cegas, assim como a visão o é para as pessoas normovisuais.

No fundo, afirmamo-lo com Guerreiro (2000, p. 90), todas as características da voz humana, intensidade, modulação, timbre, modificações de entoação, mesmo as mais subtis, são outros tantos elementos de apreciação que permitem à pessoa cega determinar alguns dos principais traços psicológicos do seu interlocutor, às vezes com extraordinária precisão.

Mas a capacidade de observação e, sobretudo, a experiência acumulada possibilitam à pessoa cega aperceber-se, quase ao primeiro contacto auditivo com a voz de qualquer pessoa, de um ou outro dos seus principais caracteres psicológicos, visto que a voz humana traduz certas atitudes morais ou determinados estados de espírito transitórios, por vezes melhor ainda do que através do olhar e com menor poder de dissimulação.

Neste sentido, podemos dizer com Guerreiro (2000) que a

lealdade, a franqueza, a astúcia, a volubilidade, a hipocrisia e, em especial, todas as exaltações ou depressões momentâneas do ego, revelam-se, nitidamente, através da voz humana, sendo a interpretação dos traços psicológicos mais exata e mais regular. (p. 90)

Na verdade, todas as vezes que uma pessoa cega, ao ouvir falar uma pessoa desconhecida pela primeira vez, questiona-se imediatamente em relação às suas características fisiológicas, fisionómicas, as que melhor se lhe afiguram ser, pretendendo determiná-las, ficando, nalguns casos, quase sempre muito próxima da realidade, embora às vezes também fique longe dessa realidade, devido a variáveis sobretudo de ordem analítica em função do tempo de privação nesse contacto. Fundamenta Guerreiro (2000, p. 90) que a interpretação dos traços psicológicos por intermédio da voz é mais exata e mais regular, sendo muitas vezes até possível extrair essa interpretação do exame atento dos diversos elementos que constituem a

estrutura da voz, de modo que ela deixa já de ser a resultante da primeira impressão, para se transformar em instrumento consciente e voluntário de apreciação.

A voz humana tem para a pessoa cega, sobretudo para a detentora de cegueira total, o mais alto valor, visto que é através da voz humana que recebe uma grande parte das impressões que a ligam ao mundo exterior, à comunidade envolvente, e é a voz humana que mais diretamente lhe faculta as intenções e as atitudes dos que vivem à sua volta e com quem dialoga.

Não é às palavras em si, mas à sua inflexão, ao timbre, a pequenas subtilezas de expressão, que cada um caracteriza a seu modo, e que seriam difíceis de integrar num tipo comum, que a pessoa cega vai buscar os elementos de interpretação de qualquer intenção ou disposição do seu interlocutor. Por isso, certas palavras de estímulo ou de consolação, que são dirigidas à pessoa cega, produzem nela, com frequência, as mesmas reações hostis que frases de piedade ou de lástima, imprudentemente ditas na sua presença (Guerreiro, 2000, p. 91).

A voz, normalmente, justifica-o Guerreiro (2000, p. 91), trai sempre a pessoa que diz o que não sente. As palavras podem ser outras (criteriosamente selecionadas), evidenciando ou simulando estímulo de vida, mas (desde que o que se diga não confira com o que se sente) a expressão que as envolve, a voz que as materializa, é precisamente a mesma que veicula (noutras circunstâncias ou situações) lástima ou piedade.

Na realidade, esta faculdade interpretativa constitui um interessantíssimo problema ‘tiflossociocomunicacional’, no dizer de Guerreiro (2000, p. 91), raras vezes estudado e que, todavia, guarda o segredo de alguns insucessos por parte de pessoas cegas que, lançadas na luta pela sobrevivência quotidiana, nem sempre procuraram orientar a sua conduta pelos estados psicológicos individuais ou coletivos do meio e da sua comunidade envolventes.

Não tem sido fácil encontrarem-se as soluções exatas, estabelecendo-se princípios e regras adequadas para o estudo sistemático desta questão, a da voz humana, com a credibilidade científica mais desejável, mas tem cabido à Tiflogia (mais exatamente à tiflopedagogia e tiflopsicologia, agora já num caminho tiflocientífico) chamar para este domínio a atenção das crianças cegas, pais e educadores, professores e profissionais na área, para cultivarem tão valioso elemento de penetração num mundo que, à primeira vista, lhes poderá parecer vedado ou inacessível, mas que reúne o cerne da problemática da pessoa cega, no que se refere à sua capacidade para comunicar e relacionar-se socialmente, para ficar autónomo aos mais diversos níveis e intervir e interagir na sociedade.

Nesta aceção, muito justamente, e secundando Guerreiro (2000, p. 91), há que exercitar ou cultivar a apreensão das coisas, dos objetos, dos espaços, dos ruídos diversos (incluindo naturalmente os musicais), das distâncias, da diversidade de comportamentos humanos, das características de determinadas expressões da voz humana, de determinados gestos, de circunstâncias e espaços envolventes... Há que treinar esta faculdade nas crianças cegas desde o berço, rendibilizando-lhes o conjunto dos restantes sistemas sensoriais (com preponderância especial para as modalidades auditiva, gustativa e tátil-cinestésica), nunca perdendo a oportunidade de lhes mostrar na mão o que é possível ser tocado ou tateado. Há coisas que são visualizáveis, mas que não são alcançáveis através da mão. Aqui impõe-se que, da parte da pessoa que vê e que lida com pessoas cegas, uma faculdade expositiva e um ser capaz de traduzir por palavras o que só os olhos podem ver.

Se tudo isto for feito com a máxima precisão, atesta Guerreiro (2000, p. 91), meteticulosamente e sem pinturas, com proficiência e sistematização, o processo tiflossociocomunicacional e tiflointerativo atinge, seguramente, amplitude em determinados domínios igual ao processo sociocomunicacional e interativo das pessoas normovisuais.

A palavra e a percepção do seu todo captadas por um ouvinte treinado constitui a base fundamental de um excelente processo social e comunicacional para qualquer pessoa cega, o que lhe acaba por sugerir e fomentar, cada vez mais, o desenvolvimento da suplência sensorial e interação, da utensilagem mental, da formação intelectual e profissional.

Como sustentava J. Pecegueiro (1957, pp. 1-5), na ausência da formação intelectual e profissional,

não admira que o vulgo imagine o cego como inválido. De um lado, pela constatação do próprio facto quotidiano de que a cegueira traz a invalidez; do outro, porque parece teoricamente evidente que a ausência do sentido da vista dificulta, se não impede, a perfeita formação profissional e intelectual.

A verdade é o contrário: a ausência do sentido da visão, adianta J. Pecegueiro (1957, p. 3), citado por Guerreiro (2000):

Não impede a formação profissional nem muito menos a intelectual; o cego tem possibilidades realísticas de ser, como qualquer outro indivíduo, útil à sociedade. Mais: está plenamente demonstrada a igualdade profissional do não vidente em muitos mesteres e os caminhos que se lhe abrem são cada vez mais latos. Henry Ford empregou-os nas suas fábricas e verificou a eficiência do seu trabalho. O mesmo fizeram as fábricas Peugeot, em França. O facto repetiu-se em alguns países, como a Inglaterra e a América do Norte, onde existem centenas de tarefas que os cegos efectuam nas fábricas mais variadas. (p. 92)

Nesta sequência, acrescenta ainda J. Pecegueiro (1957, pp. 1-5), continuando a ser citado por Guerreiro (2000, p. 92), que, pela escrita braille, a pessoa cega pode, como se sabe, "entrar em contacto com a Literatura, a Arte e a Ciência", sendo esse o veículo material que possibilita a sua educação e formação, permitindo-lhe transmitir o seu pensamento, assimilar os conhecimentos humanos e colaborar no progresso desses conhecimentos ou exprimir-se também como artista.

Na realidade, as pessoas cegas, desde que devidamente ajudadas, com as palavras e as demonstrações certas através de réplicas ou configurações reais, na sua inteligência de tudo o que as rodeia, poderão, principalmente as congénitas, chegar a estar muito daquilo que só pode ser visualizável.

J. Pecegueiro, que era médico no Porto e bastante informado sobre as potencialidades das pessoas cegas, escreveu, a esse propósito, vários artigos, alguns deles publicados em *Poliedro: Revista de Tiflogia e Cultura* nos anos de 1962, 1960, 1959 e 1957, indicados em Referências Bibliográficas e Web-Gráficas desta Tese.

5.4 A Perceptibilidade dos Sistemas Sensoriais como Garante da Sociocomunicabilidade, Orientação e Mobilidade, Autonomia e Independência, Relacionamento e Interação das Pessoas Cegas: Mais Alguns Elementos Adicionais

Nesta área tão importante e transversal à sociedade em geral, continuamos a seguir o livro do investigador Deodato Guerreiro, de modo bastante colados ao seu conteúdo, por o acharmos extremamente elucidativo e inspirador para a satisfação das nossas preocupações, de modo a tornarmo-nos sabedores em adquirir saberes para adaptar a Sociomuseologia às necessidades cognitivas das pessoas cegas, numa perspetiva de equidade em acessibilidade e usabilidade dos museus, simultaneamente por parte dos cidadãos cegos e normovisuais em igualdade de possibilidades e oportunidades.

Neste sentido, a recolha de conhecimentos no livro em referência dá-nos a possibilidade de ficarmos a saber que a rendibilização e uso dos sistemas sensoriais alternativos ao da visão anatómica nos colocam, na generalidade, face ao conceito de visão e, neste contexto, na perspetiva do nativismo e do empirismo.

Derivando de tradições filosóficas estabelecidas, dois temas dominaram a investigação inicial sobre a visão. Havia, por um lado, a ideia originária dos filósofos empiristas britânicos dos séculos XVII e XVIII, sobretudo Locke (1632-1704), Berkeley (1685-1753) e Hume (1711-1775), de que todo o nosso conhecimento se baseia essencialmente nos sentidos, sendo as sensações elementares os blocos construtores do conhecimento, sendo tudo o resto secundário e apenas influenciado, designadamente pelo hábito, pela suposição, pela memória. Estes fatores iriam ajudar a criar a nossa representação do mundo, o "construtivismo", sendo os elementos primários do conhecimento dados através das simples sensações "nuas e cruas".

Em oposição estava o nativismo, ramo do racionalismo do filósofo francês Descartes (1596-1650), que afirmava serem os sentidos falíveis, tornando-se, por isso, necessário que todo o verdadeiro conhecimento se baseasse no pensamento puro, na razão e na capacidade inata de ordenar e interpretar as mensagens dos sentidos.

A opositividade destas teorias ainda se reflete nas atividades teóricas e práticas dos psicólogos atuais, mas já a partir de 1830 dominavam o campo da investigação. Por um lado, Hermann von Helmholtz (1821-1894), o grande físico e psicólogo, sustentava que todo e qualquer estímulo sensorial é basicamente ambíguo e que a verdadeira percepção exigia a participação ativa do observador para se tornar real ('inferência inconsciente'). No outro extremo, encontrava-se o psicólogo Ewald Hering (1834-1918), defendendo que a compreensão

dos fenómenos psicológicos dependia essencialmente da investigação da atividade neuronal que os despoletava, tendo por isso uma base inata.

Na atualidade, seria difícil encontrar um apoiante de qualquer destas posições na sua expressão mais pura, contudo, mesmo assim, ainda subsistem como os pólos, tal como no passado, do espectro de certas posições teóricas que os psicólogos da perceção adotam.

Trata-se de uma fundamentação importante, considerando o objeto da nossa Tese, procurando acessibilizar os museus, nos planos da espacialidade e usabilidade dos mesmos por parte das pessoas cegas.

Observemos alguns fatores percetivos implicados na mobilidade e no conhecimento espacial que, de algum modo, ficaram esbatidos nos pontos anteriores deste capítulo.

Cientes da experiência em exercício e investigação de Guerreiro (2000, p. 94), e seguindo o seu pensamento e demonstrações exemplificadas perante nós, quando uma pessoa se desloca num determinado meio, está a ser recetor de um conjunto múltiplo de informações ambientais, que capta através dos diferentes sistemas sensoriais de que dispõe. São, efetivamente, estes dados percetivos, se forem suficientemente completos e especificados, que permitem a essa mesma pessoa deslocar-se com autonomia e independência. Além disso, essa informação percetiva, ao capacitar a pessoa para o conhecimento de pontos de referência do meio, necessários para não se perder, possibilita a elaboração de uma recordação, de uma representação mais ou menos precisa desse meio. Esta representação ou recordação é o que torna possível, no futuro, a essa pessoa poder percorrer esse lugar ou outro semelhante. Desta forma, é muito importante o papel desempenhado pela informação percetiva na mobilidade e na orientação espacial, pois, quando falta algum canal para recolha de informação (especialmente o visual), por vezes colocam-se grandes dificuldades tanto à movimentação como à recordação do espaço.

Não é nossa intenção sermos redundantes no persistir na enunciação de dados já referidos, mas queremos sublinhar que conhecemos bem as potencialidades, as capacidades e as possibilidades que, sobretudo as pessoas cegas, possuem, a multissensorialidade de que dispõem e a generalidade do ser humano (neste caso mais mitigadas por não ser preciso cultivá-las) para se aperceberem da informação espacial mediante a 'antecipação percetiva', que assume uma relevante função no refinar a perceção ambiental.

Quando falamos de antecipação percetiva (Guerreiro, 2000, p. 94), estamos a referir-nos a uma propriedade que possuem algumas modalidades sensoriais, a qual permite à pessoa conhecer com antecipação (antes de ter contacto direto com os objetos), a disposição, o tamanho e o tipo de objetos que se encontram num determinado espaço. Assim, a antecipação percetiva torna possível, numa deslocação, prever os obstáculos que se encontram no caminho e detetar pontos de referência a uma certa distância, ajudando, simultaneamente, a corrigir e a guiar a marcha.

O sistema sensorial visual é a modalidade percetiva que maior antecipação proporciona e a que, em consequência, permite à pessoa realizar outras atividades enquanto caminha, como por exemplo, conversar com alguém, refletir sobre certos acontecimentos, ouvir música, observar o céu plúmbeo ou o arco-íris, contemplar uma paisagem, etc. Nesta abrangente perspetiva, as pessoas cegas não possuem uma capacidade de antecipação percetiva tão ampla e completa como as normovisuais. No entanto, por experiências observadas e em conversas com outras pessoas cegas (de diferentes nacionalidades, de níveis etários e de conhecimento igualmente diversos), constatamos a existência inequívoca de experiências eficazes de mobilidade em meios que apresentam um grande número de obstáculos naturais, sem recurso a qualquer tipo de ajudas de orientação e mobilidade, o que nos remete, também, para a existência de aspetos que permanecem ainda algo desconhecidos, tanto no que respeita à recolha de informação espacial por parte das modalidades sensoriais alternativas à visão anatómica, como no que concerne às relações que se estabelecem entre a antecipação percetiva e a antecipação cognitiva.

De facto, na ausência do sentido da visão física ou quando este se encontra muito debilitado, a pessoa tem de recorrer a modalidades sensoriais que recolhem a informação de forma mais lenta e fragmentária, o que coloca maiores dificuldades na antecipação da informação. Para além disso, a falta do sistema sensorial visual impõe à pessoa cega a utilização, com maior frequência do que à pessoa normovisual, de recursos de memória, representação espacial, tomada de decisões e outras habilidades de carácter cognitivo e sociocognitivo. Tudo isto, em determinadas ocasiões, pode ocupar a capacidade funcional do sistema cognitivo da pessoa cega, pelo que deve pôr todos os seus recursos atencionais à tarefa de caminhar.

Como sabemos, a capacidade máxima de antecipar percetivamente a informação em deslocação, para uma pessoa normovisual, é de cerca de setenta e seis metros, correspondente

à distância que a mesma percorre, normalmente, em um minuto. Pelo contrário, uma pessoa cega que caminhe com o auxílio de uma bengala, só consegue antecipar um metro ou um metro e meio a sua informação (às vezes muito mais consoante o seu desenvolvimento multissensorial), correspondendo esta distância, fisicamente, a cada varrimento executado com a bengala, podendo estender a sua capacidade percetiva ao nível da ‘tiflopercetibilidade’ (a capacidade de perceção da pessoa cega) que o tato a distância lhe permite.

Assim, para a pessoa cega se aproximar, no plano físico, da média temporal de antecipação percetiva de uma pessoa normovisual, a pessoa cega deverá realizar um varrimento em cada 0,8 segundos, o que, desde logo, é totalmente impossível. Ainda que, por hipótese, a pessoa cega conseguisse executar varrimentos com a bengala a uma tal velocidade, não poderia perceber todo o campo percetivo (à volta dos setenta e seis metros), mas sim de uma forma fragmentária, tendo de relacionar mentalmente, de forma contínua, essa série de varrimentos, se porventura não pudesse socorrer-se da informação fornecida pelos outros sistemas sensoriais, designadamente a audição e da tiflopercetibilidade permitida pela modalidade sensorial (Guerreiro, 2000, p. 103).

No que concerne às possibilidades funcionais de cada sistema sensorial na interação espacial com o meio, é sabido que, ao longo da história, se tem considerado a visão como o sistema percetivo espacial por excelência, conceção que, atualmente, permanece válida, atendendo a que a visão anatómica, em contraposição a outros sistemas sensoriais, permite perceber simultaneamente um amplo sector do meio. Para que exista perceção visual, não é exigido o contacto físico com o objeto, porque a capacidade de antecipação percetiva da visão é muito ampla. Em condições normais, uma pessoa de visão anatómica normal pode perceber um objeto, como por exemplo uma estátua, que se encontra a muitos metros de distância, o que lhe permite ter tempo para não ir contra ela. É que este sistema sensorial permite conhecer facilmente a forma, a distância e a posição de todo o conjunto de pontos e objetos ambientais e, consequentemente, a perceção visual permite à pessoa organizar o espaço de forma rápida, global e estável (Guerreiro, 2000, p. 96).

De facto, durante muito tempo pensou-se que construir a imagem do espaço era um privilégio que cabia exclusivamente ao sentido da visão. Contudo, o avanço do conhecimento permitiu equacionar a interligação sensorial e a perceção háptico percetiva como forma alternativa para a construção dessa imagem.

Nesse sentido, a preocupação das investigações neste domínio não se prende somente com a caracterização das diferenças de desenvolvimento e forma de apreensão do espaço geográfico, mas também com a forma de lhes fornecer mais informação do meio circundante, através da construção de mapas táteis, conforme o atestam Fletcher (1980), Hollyfield e Foulke (1983), citados por Guerreiro (2000, p.254), entre outros.

Logo que o estudo da mobilidade começou a dirigir-se igualmente às crianças, passou a conferir-se importância à necessidade de se estabelecer uma orientação espacial adequada, pelo que os estudos relativos à mobilidade da criança cega começaram a ser influenciados pela linha piagetiana, em que os seus defensores mais representativos - Stephens e Grube (1982), Ochaíta (1984) e Birns (1986), citados por Guerreiro (2000, p.96) - se têm preocupado com os problemas que possam surgir ao nível conceptual, cujo enfoque advém da importância que Piaget confere à íntima relação entre a interação que a criança estabelece com as pessoas e os objetos que a rodeiam e o desenvolvimento conceptual.

Seguindo uma linha funcionalista/reabilitativa, autores como Leonard (1969), Siegel e Murphy (1970), também citados por Guerreiro (2000, p. 96), já vinham defendendo que só a partir da postura e do equilíbrio se deve estudar a mobilidade.

Mas o facto de se conhecer o espaço através de modalidades sensoriais alternativas à da visão anatómica implica que a recolha de informação se efetue de forma sequencial e fragmentária, razão por que Fletcher (1981) ou Slaton (1982), citados por Guerreiro (2000, pp. 96), consideram que, sem a modalidade sensorial visual, é impossível organizar, coordenada e globalmente, o conteúdo das representações espaciais, o que significa (sendo válida a hipótese) que as pessoas cegas veriam limitadas as suas possibilidades na exploração e perceção de espaços desconhecidos, no estabelecimento de novos percursos e no que respeita a inferências espaciais.

Todavia, segundo os resultados obtidos por Ochaíta e Huertas (1988), Huertas (1989), Espinosa, Ochaíta e Huertas (1991), citados por Guerreiro (2000, p. 96), sobre o desenvolvimento e a aprendizagem do conhecimento espacial nas pessoas cegas, permitem-nos manter posturas mais otimistas, podendo afirmar-se, com base nas suas investigações, que alguns adolescentes e adultos cegos, quando possuem experiência suficiente de um determinado espaço, podem chegar a organizar as suas representações de forma configuracional, assim como relacionar, coordenadamente entre si, todos os pontos de um espaço, quer se trate da representação de um meio conhecido e relativamente simples, como o recinto exterior de uma

escola, quer se trate de outro tão vasto e complexo como uma cidade, sempre que se utilizem procedimentos adequados que permitam às pessoas cegas objetivar e comunicar essas representações.

Outro exemplo claro de que os adolescentes cegos, incluindo os que nunca tiveram experiência visual, conseguem organizar o espaço de modo configuracional é o de que, uma vez aprendido um novo percurso num espaço relativamente complexo e formado por elementos ordenados sempre na mesma sequência, esses adolescentes foram capazes de seguir novos percursos, relacionando esses elementos espaciais numa ordem diferente da que tinham aprendido, o que, sustentam os mesmos autores, implica uma organização configuracional.

Isto significa que, ao menos em circunstâncias semelhantes (com um número de elementos não muito elevado, com adequados procedimentos de externalização, na ausência de fatores perigosos ou de stress), as pessoas cegas, em função dos seus próprios interesses, conseguem relacionar, de forma abstrata e coordenada, as relações espaciais que se podem estabelecer entre um conjunto de elementos ambientais e inferir os possíveis traçados e caminhos que os unem (Huertas, 1989, Cit. Guerreiro 2000, (p. 88).

Por outro lado, e propositada e extremamente colados ao texto investigacional de Deodato Guerreiro (2000, p. 97), as representações espaciais contêm informação sobre as distâncias existentes entre os diversos elementos de um meio, assim como sobre a direção ou direções desses elementos, razão por que alguns autores se dedicaram ao estudo dos aspetos localização da representação no espacial nas pessoas cegas, analisando as suas capacidades para aferir distâncias e direções.

O método geralmente adotado para julgar a capacidade das pessoas cegas no estimarem distâncias consiste em pedir-lhes que avaliem ou analisem a distância que separa uns objetos de outros, num meio determinado. As investigações de Hermelin (1975) e O'Connor (1982), citados por Guerreiro (2000, p.97), vieram demonstrar que as pessoas cegas apresentam maior dificuldade na estimação de distâncias do que na localização de objetos no espaço e que eram muito menos precisas e eficazes nessas estimações, quando comparadas com as pessoas de visão normal, facto que não significava, para os mesmos autores, que as pessoas cegas fossem incapazes de estimar distâncias, já que podiam realizá-lo (embora com menor precisão), baseando-se, sobretudo, em informações propriocetivas e temporais, somatossensoriais e cinestésicas.

No que respeita à audição, e sendo de algum modo redundante ao já anteriormente afirmado, afirma-se, pelo contrário, que é um sistema sensorial equipado para a análise de padrões temporais, para conhecer a sequência e o tempo de duração de um estímulo de natureza ambiental. Tal como a visão, o sentido da audição não requer um contacto físico com o objeto ou com o ambiente, pelo que proporciona uma antecipação percetiva suficiente, mas inferior, nalguns casos, à proporcionada pela visão. As possibilidades de antecipação percetiva do sistema auditivo são limitadas pelo facto de serem diminutos os estímulos ambientais úteis para a mobilidade e conhecimento espacial, que podem ser percebidos acusticamente. Com esta modalidade sensorial, é possível identificar todo um conjunto de elementos sonoros, ainda que para isso se necessite de uma certa aprendizagem intencional, conforme temos vindo a defender.

No entanto, a audição apenas permite obter informação sobre a forma e o tamanho dos estímulos ambientais. A capacidade dos seres humanos para estimar distâncias e direções, recorrendo a esta modalidade sensorial, é limitada e depende, em grande medida, da localização da fonte sonora e do contexto em que se insere.

Segundo as investigações de Rieser, Guth e Hill, citados por Guerreiro (2000, p. 97), realizadas em 1982, as pessoas cegas localizam com maior facilidade a direção de onde provenha um som, mais quando a fonte sonora se encontra em frente ao sujeito do que quando ela se situa na sua retaguarda. Defendem que a audição possui escassa capacidade para a perceção ou discriminação seletiva, tendo em conta que, para o ouvido humano não é fácil escutar uns sons excluindo outros que se produzam na mesma amplitude e intensidade acústica. Além disso, em relação à modalidade visual, a modalidade auditiva é mais vulnerável a interferências de estímulos irrelevantes, como, por exemplo, o som da água a escorrer de uma fonte pode ser facilmente mascarado pelo som do tráfego automobilístico de média intensidade ou do vento a frenar nas árvores ao longe.

No contexto defendido por Guerreiro (2000, 2021a e 2021b), embora os sentidos tátil, propriocetivo e cinestésico possuam recetores e vias nervosas diferentes, podemos afirmar que operam, de forma conjunta, na perceção espacial. A modalidade sensorial háptico percetiva depende de recetores que se excitam pela estimulação mecânica da pele e pelas repercussões cinestésicas ou de movimento que se produzem, quando esta entra em contacto com os objetos. Por outro lado, a propriocepção depende, em geral, da transmissão interna de sinais cinestésicos e de equilíbrio. Estas modalidades sensoriais proporcionam informação sobre formas, tamanhos, superfícies, posição relativa dos objetos, assim como do movimento destes. Talvez

a informação mais importante que estes sentidos fornecem à pessoa cega, quando se desloca, seja a relativa à textura, composição e contorno das superfícies, nas quais caminha. Mas, para que exista perceção com estas modalidades sensoriais deve, necessariamente, ocorrer contacto físico entre aquilo que produz o estímulo e o recetor sensorial, o que supõe que o campo percetivo disponível, a antecipação percetiva, seja consideravelmente reduzida. Para além disso, quando os objetos têm grandes dimensões, a perceção e reconhecimento dos mesmos realiza-se de forma fragmentária.

Neste sentido, utilizando o tato e a propriocepção, é necessário realizar perceções seriais e sucessivas dos elementos ambientais que, só posteriormente, podem integrar-se e organizar-se de forma conjunta (Guerreiro, 2000, p. 98).

No entanto, não devemos conferir apenas limitações às capacidades percetivas destes sistemas sensoriais, pois que, tanto o esforço como a lentidão com que a pessoa é obrigada a recolher informação, torna-as úteis para a realização de certas perceções seletivas da realidade, nas quais elas são quase mais necessárias do que a visão.

Muitos detalhes dos objetos que passam quase impercetíveis à visão, conseguem, com o tato, ser identificados e, de algum modo, permanecer durante mais tempo na memória, por exemplo, a forma como normalmente conhecemos a textura dos objetos.

Apesar disso, a maior parte dos investigadores que se debruçaram sobre este tema, entre os quais Hermelin e O'Connor (1982), citados por Guerreiro (2000, p. 98), mantêm a hipótese de que a perceção háptica apenas permite às pessoas organizar o espaço parcialmente, dando origem a representações de carácter subjetivo e egocêntrico.

Talvez em maior número de ocasiões do que supomos, usamos o olfato para distinguir e conhecer certos elementos do espaço, encontrando ou reconhecendo um estabelecimento determinado, uma padaria ou uma perfumaria por exemplo, através do odor que exalam, pelo que, quando associamos a um elemento ambiental um odor determinado, a recordação costuma perdurar. Não obstante, o número de estímulos que se pode perceber pelo olfato é escasso, pois o pequeno alcance da sua perceção, assim como a pouca precisão que, por seu intermédio, se obtém na localização dos objetos e na estimação das distâncias, fazem com que esta modalidade sensorial desempenhe uma função de reduzida importância no respeitante à perceção espacial.

Mas Michel Jacquin (1989), cego e enquanto responsável pela investigação e pelo desenvolvimento da Associação Valentin Haüy em França, quando algumas vezes lhe

perguntavam quais as necessidades das pessoas cegas, uma resposta simplista podiam obter: "Visão". Ou melhor: "Poder fazer o que as pessoas que veem fazem com a visão". Para sermos mais precisos, diria: "Poder fazer o que necessitamos fazer e não podemos fazer sem a visão".

Na verdade, sustenta Jacquin (1989), também citado por Guerreiro (2000):

Grande parte das imagens que as pessoas com visão recebem são absolutamente irrelevantes para tomar decisões na vida quotidiana: Quando caminho sobre uma passarela, não tem qualquer importância saber a cor e o tipo do carro que se aproxima de mim, mas sim a sua posição e velocidade relativamente a mim, para decidir se devo avançar rapidamente ou retroceder, para não ser atropelado. (p. 98)

E adianta Jacquin (1989), citado por Guerreiro (2000) que:

Seria sem dúvida um prazer apreciar o pôr-do-sol ou uma paisagem, gravuras ou fotografias. Mas isso não teria nenhuma aplicação imediata na determinação da nossa conduta perante «os actos essenciais da vida de todos os dias». Deste ponto de vista, provavelmente só uma parte muito pequena das imagens que as pessoas com vista recebem são verdadeiramente úteis. (p. 99).

Retrocedendo no tempo, Pierre Villey (1917 e 1946), cego francês, notável investigador, professor universitário e ao seu tempo Secretário-Geral da Associação Valentin Haüy, entre outros cargos que acumulava, citado por Guerreiro (2000, p. 99), sustenta, numa das suas obras sobre a psicologia dos cegos que,

reflectindo bem, verifica-se que a vista não é necessária à função do pensamento. Se o mal que a destruiu, se limitou aos olhos e às suas imediatas dependências, se não atingiu o cérebro, a integridade da inteligência está salva. No espírito do homem, muito poucas são as noções que o cego (de nascença) não possa atingir, porque raras são as que nos chegam unicamente pela vista. (p. 99)

E, mais adiante, afirma (Guerreiro, 2000):

A faculdade de ouvir representa para o homem a aquisição espontânea, involuntária, da linguagem e, conseqüentemente, de uma parte da experiência humana. É a linguagem, com efeito, que exalta o nosso espírito à concepção das ideias gerais e abstractas. O nosso progresso na ordem das abstracções, não pode fazer-se senão acompanhando os progressos paralelos, na assimilação da linguagem. Graças ao ouvido o espírito da criança é, por assim dizer, batido desde a sua primeira idade, de ideias abstractas, elaboradas pela consciência comum, que procuram invadi-lo e enriquecê-lo. (p. 99)

Reportando-nos de novo a Michel Jacquin (1989), que esteve em Portugal em meados do último quartel do século XX, este já previa a ‘visão artificial’ (Guerreiro, 2000), ao defender que:

(...) ainda não estamos suficientemente avançados no campo da inteligência artificial para obter o que é verdadeiramente útil. Se estivéssemos, podíamos certamente tentar uma espécie de ‘vista artificial’. (p. 82)

Continuando a citar Guerreiro (2000), inclusive parafraseando-o de modo praticamente *ipsis verbis*, mesmo quando essa ‘visão artificial’ ou ‘olho biónico’ puder corresponder à eficácia real padronizada da sua utilização, continuaremos a investir e a acreditar também nas potencialidades das outras modalidades sensoriais, consoante a tipologia dos estímulos que as impressione. O som, como fonte de informação e fenómeno ‘tiflossociocomunicacional’, é uma questão fundamental e integrante da ‘percetibilidade’ dos sistemas sensoriais alternativos ao do sentido da visão (p. 99).

É nesta aceção que, concisamente, refletimos a questão do som enquanto fonte de informação e como elemento ou fenómeno facilitador da ‘sociocomunicabilidade’ da orientação e mobilidade autonómicas e da interação social das pessoas cegas.

Sustenta Deodato Guerreiro (2000) que:

Sabemos, antes de mais, que uma das componentes intrínsecas às relações comunicacionais tem a ver com os quadros que lhes conferem sentido e que são definidos a partir da nossa experiência pessoal acumulada e utilizada. Para a constituição desses quadros, contribui a história vivida por nós e pelos interlocutores, história que está situada no tempo e no espaço da vida e da língua comuns, das coisas a que dão valor, porque lhes dão prazer ou desprazer, que lhes agradam ou lhes desagradam, que desejam ou odeiam. (p. 99).

Ainda, segundo Deodato Guerreiro (2000) que:

Sabemos que, neste domínio, os seres vivos possuem dispositivos instintivos, que lhes permitem sobreviver e perceber os sinais do mundo envolvente, interpretando-os e respondendo-lhes adequadamente, mediante funções biológicas que são imprescindíveis à proteção e reprodução da vida, sendo devido a estes dispositivos instintivos que os seres vivos têm uma específica competência habilitacional para a transação com o mundo físico, que os rodeia, e com outros seres vivos, coabitantes no seu 'nicho ecológico', conforme o atesta Rodrigues. (p. 100)

Defende o mesmo autor que tanto os seres humanos como os demais seres vivos se encontram munidos de dispositivos instintivos para transação com o ambiente à sua volta, principalmente a perceção dos diferentes sinais envolventes, que também geram estímulos

desencadeadores, no homem, das respostas requeridas pelos imperativos da manutenção, da estruturação e da reprodução individual e da espécie humana. No homem, de acordo com o raciocínio do mesmo autor, não é correto conferir-lhe comportamentos instintivos, agradando-nos mais atribuir-se a esses tipos de manifestação uma natureza pulsional, entendendo-se o conceito de pulsão, como sendo, citando Guerreiro (2000):

Uma modalidade específica da maneira como o apetrechamento instintivo se encontra no homem, a sua modalidade virtual que exige a concretização cultural. É por isso que o homem não se relaciona com o mundo à sua volta através de respostas comportamentais imediatas aos sinais que os estímulos do meio ambiente veiculam; possui a capacidade de se relacionar com o mundo à sua volta, com os seus semelhantes e consigo próprio, através de signos culturais que ele próprio concebe e elabora, de acordo com uma lógica própria, diferente por conseguinte das leis que regem o comportamento animal. (p. 99)

Continuando a seguir Deodato Guerreiro (2000):

O som também constitui elemento de informação para os seres vivos, sendo-o para o ser humano de forma naturalmente mais elaborada e exercitável, com vista a «uma maior potenciação do seu rendimento». Como sabemos, o estímulo sonoro é constituído por vibrações mecânicas transmitidas por um meio elástico, geralmente o ar, e para que o estímulo sonoro seja eficaz, tem que obedecer, como o luminoso, a condições de duração, intensidade e frequência. O dispositivo receptor ou estimulável pelo som situa-se no ouvido interno, nas chamadas células auditivas ou de Corti, onde se gera o influxo nervoso que é transmitido ao cérebro pelo nervo auditivo. As vibrações chegam às células auditivas depois de extremamente intensificadas na passagem da membrana do tímpano para a passagem da janela oval, por intermédio dos ossículos do ouvido médio. Os dados imediatos da audição são os ruídos e os sons, sendo os sons sensações distintas (e geralmente agradáveis) produzidas por vibrações de frequências regulares, e os ruídos sensações confusas (geralmente desagradáveis), produzidas por vibrações de frequências irregulares. Um som define-se por três propriedades, como já ficou enunciado: intensidade, altura e timbre. (p. 100)

Precisando alguns conceitos que se prendem com as características da voz humana, atrás referidos, transcrevemos aqui também o expresso por Deodato Guerreiro (2000):

Sabemos que a intensidade do som (sons fortes ou fracos) depende da amplitude das vibrações (sendo a amplitude a distância entre duas posições extremas do corpo vibratório) e da frequência. Depende da amplitude, porque quanto maior esta for, maior será o impulso comunicado ao meio transmissor. Depende (em certos limites) da frequência, porque, quanto maior for o número de vibrações por unidade de tempo, maior será a pressão exercida nas membranas do tímpano. Esta a razão por que as pessoas surdas ouvem melhor os sons agudos do que os graves, bem como a razão por que o funcionamento dos dois ouvidos dá uma audição precisamente dupla do funcionamento de um só.

A altura (sons agudos ou graves) depende da frequência, pois, quanto maior esta for, mais agudo ou elevado será o som. A nota musical lá no chamado diapasão normal (com que se afinam as vozes e instrumentos musicais) corresponde à frequência de 870 vibrações por segundo e a voz humana parece oscilar entre 160 e 3.000 vibrações.

Falando do timbre, o timbre é a propriedade que permite reconhecer sons originados por diferentes agentes, sendo pelo timbre que distinguimos, designadamente, a voz das pessoas (e as individualizamos e reconhecemos pelo timbre da sua voz - temos uma representação auditiva em vez de visual), o som dos instrumentos, o toque dos metais, etc. (p.101)

Para a audibilidade do ser humano, as vibrações por segundo dão-se numa frequência que oscila entre 20 e cerca de 20 000, enquanto que os infrassons (com frequências abaixo de 20) e os ultrassons (com frequências acima de 20 000) não estimulam o ouvido humano. Mas os ultrassons podem ser ouvidos por alguns seres vivos, entre eles o cão e o rato, que captam um número de vibrações por segundo superiores a 20 000, e o morcego, cuja captação ultrapassa as 40 000 por segundo, sendo devido aos ultrassons, que emite e lhe são devolvidos pela reflexão nos diferentes obstáculos à sua volta (numa perceção ecolocalizacional), que o morcego consegue voar e orientar-se no escuro.

Este processo de orientação e mobilidade faz-nos reenquadrar no conceito 'sentido dos obstáculos', que se nos apresenta na forma de reconhecimento e identificação de objetos e de manifestações humanas, as mais diversas, através da faculdade/competência háptico perceptiva e multissensorial, inclusive ao nível cinestésico, que as pessoas cegas, específica e naturalmente, desenvolvem, assim minorando as dificuldades causadas pela ausência da visão anatómica, problemática que tem vindo a merecer aprofundadas análises e de carácter científico, como, entre outros, o atesta Guerreiro (2000, pp. 101-102).

Albuquerque e Castro, o “insigne tiflólogo que, como atrás dissemos, pela primeira vez em Portugal, abordou sistematicamente esta importante questão psicotiflológica”, conforme o sustentado por Guerreiro (2000, p. 100).

Considerando o enfoque da nossa Tese de Doutoramento em Sociomuseologia nas questões, tanto quanto nos tem sido possível aprofundar na relevância operacional e funcional da equidade e acessibilidade das pessoas cegas aos museus, impôs-se-nos a necessidade de investigar e estudar com o igualmente possível rigor valências tiflológicas e tifloinclusivas, essencialmente no domínio somatossensorial e cinestésico, para a elaboração deste Capítulo sobre a imprescindibilidade do peso significacional das diferentes modalidades sensoriais, particularmente aquelas que são mais utilizadas e exercitadas pelas pessoas cegas, de modo a também podermos compreender o melhor possível o tipo de preocupações práticas, teórico-

empíricas e científicas a adotar para a nossa investigação e aplicação, e que impendem sobre um trabalho desta natureza, o que nos faz sentir mais confiantes e reconfortados em relação às reais necessidades multissensoriais a desenvolver pelas pessoas cegas e, nessa medida, poderem ser corretamente refletidas e sensatamente aplicadas nos museus, a serem pensados para todos, mas, com especial adequação para as pessoas cegas em igualdade de oportunidades com as pessoas normovisuais.

Concluindo este Capítulo, reforçamos a nossa posição e os nossos conhecimentos adquiridos, recorrendo ao fundamentadamente sustentado por Deodato Guerreiro (sobretudo em 1999 e 2000), na sua Tese de Doutoramento e no seu posteriormente publicado livro (indicados em Referências Bibliográficas), que temos vindo a seguir (e sequente investigação realizada até aos dias de hoje), colando-nos, mais ainda, ao conteúdo do livro e constatação investigacional, pois, o autor e académico em referência, para além de vestir, sob o ponto de vista biofísico, a problemática da cegueira, tem vindo a analisá-la em contexto científico há mais de quatro dezenas de anos, num contínuo aprofundamento investigacional, tendo já conseguido levar a Tiflogia, como estudo sistemático da problemática da cegueira e como tiflociência, a uma bem definida área disciplinar, em que o háptico percetivo e multissensorial nas pessoas cegas já assume uma incontestável relevância prática, teórico-empírica e científica.

Na realidade, atribui-se a todas as pessoas cegas, ou às que, de algum modo, sofrem de anestesias sensoriais mais ou menos profundas, a posse de um extraordinário desenvolvimento das funções que não foram afetadas e as compensam daquelas que lhes faltam.

Era frequente, e ainda hoje o é, no senso comum, interpretar o desenvolvimento dos sentidos não afetados à luz de um propósito providencial de restabelecimento do equilíbrio ou de reparação da injustiça que parece representar o facto de muitas pessoas se encontrarem privadas de algum dos sentidos mais indispensáveis ou das funções mais úteis.

Sempre que o homem manifesta a intuição de fenómenos que lhe não são revelados diretamente pelos órgãos dos sentidos ou não decorrem da sua atividade mental, quer isso provenha realmente de funções especiais que a psicologia não pôde ainda determinar experimentalmente com precisão, quer resulte de simples coincidências (ou quando se trata de ser possível ‘ver’ o mundo, recorrendo a sistemas sensoriais alternativos ao da visão anatómica), diz-se logo, e irrefletidamente (porque nunca houve a oportunidade de se experienciarem outras potencialidades e capacidades humanas), que ele possui um ‘sexto sentido’.

Segundo Guerreiro (2000), "A observação e a experiência podem e devem restringir drasticamente a extensão das crenças admissíveis, porque de outro modo não haveria ciência." (p. 102).

Nos dias de hoje, quando aludimos à percetibilidade sensorial, estamos-nos a referir à faculdade, cuja capacitação e competência podemos desenvolver de forma exponencial no âmbito da nossa multissensorialidade e da utensilagem mental adquirida, acumulada e exercitada, mas sobretudo cabendo às pessoas cegas esse específico e natural desenvolvimento, e que se reflete particularmente nos seus níveis de atenção, de intuição e capacidade de observação, refinando-lhes a competência háptico percetiva, ecolocalizacional e a sensibilidade multissensorial aumentada, sendo indiscutível que certas pessoas completamente cegas têm a faculdade de se aperceberem com total nitidez de obstáculos à sua volta e da aproximação desses mesmos obstáculos, realidade comprovada por vários investigadores (até já por nós próprios), sendo, para uns, uma capacidade resultante de ações consubstanciadas em alguns dos sistemas sensoriais principais; para outros, uma especificidade orgânica detetável num qualquer ponto corporal; para outros ainda, é na acuidade auditiva, envolvendo a 'ação acústica'; ao contrário destes, para outros, retirando ao ouvido essa intervenção, colocam, uns, a sua razão do fenómeno numa ação de natureza mecânica e, outros, numa ação de índole térmica.

Mas não restam dúvidas de que o som, de todos os tipos, naturezas e níveis, mesmo num plano atmosférico, representa para as pessoas cegas uma imprescindível função aos níveis social, cognitivo, infocomunicacional, sociocomunicacional, educativo e cultural, podendo ser condicionante ou relevante, em termos de equidade, em lugares ruidosos, ventosos ou silenciosos.

Nestes contextos, para as pessoas cegas ouvintes, o som tem uma fulcral e imprescindível importância, associado a uma boa capacidade auditiva e a uma igualmente bem desenvolvida competência háptico multissensorial e percetibilidade ecolocalizacional

O som tem uma indiscutível função na concretização desta importante e impressionante faculdade de toda a gente, mas em especial das pessoas cegas. Basta observarmos os resultados na deteção dos obstáculos, por parte das pessoas cegas, quando batem com mais intensidade com o pé ou com a bengala no chão, ou quando não tocam com ela no chão. Basta procedermos a análise idêntica, quando usam calçado de borracha ou de sola, em lugares intensamente sonorizados (ruidosos pelo tráfego automóvel ou por outros ruídos que obrigam a falar alto para se fazerem ouvir), soprados por ventos fortes, ou em lugares absolutamente em silêncio... lugares silenciosos... do estilo anecoico, ou quando sentem necessidade de emitir estalidos com

o bordo superior da língua no céu da boca, não na perspetiva dos bosquímanes (é a sua forma de expressão), mas para se certificarem da proximidade de uma qualquer referência.

O som é nestes termos fundamental e imprescindível às pessoas cegas ouvintes, mas indissociável, obviamente, de um bom sentido de audição e da global perçetibilidade dos sentidos (Guerreiro, 2000, p. 100).

No plano social, o bom ouvido representa para a pessoa cega um meio indispensável para se poder relacionar com os seus interlocutores e não ficar isolada na sua comunidade, tendo necessidade, para tal, da sensibilidade auditiva e da inteligibilidade que só o ‘complexo mecanismo da audição’ lhe dá essa possibilidade de aquisição.

Circunstanciando-nos a esta aceção, já Aristóteles defendia, segundo Guerreiro (2000)

que é pelo ouvido que melhor se aprende de um mestre. Sócrates, como sabemos, ensinava através do diálogo e Aristóteles comunicava o seu saber, conversando com os seus alunos, enquanto passeava com eles, perfilhando o ‘ensino peripatético’. (p. 99)

A fenomenologia da comunicação, na aceção de Husserl (1959 e 1986), e a fenomenologia da percepção, de Merleau-Ponty (1996), também têm forte preponderância, atestado por Guerreiro (1999, p. 172), na explicitação e constatação das questões aprofundadas da somatossensorialidade e cinestesia, do háptico multissensorial das pessoas cegas, o que se encontra bem fundamentado e definido no seu livro *Para uma Nova Comunicação dos Sentidos* e noutros seus livros e artigos posteriores.

Mas a investigação no domínio do áudio-virtual, defende-o Deodato Guerreiro (2000, p. 103), tem ajudado os próprios investigadores a adquirem e a sedimentarem conhecimentos na questão da representatividade dos sons (como se estivessemos a tocar com as mãos ou a visualizar o que os produz), ao experienciarmos com êxito, no mundo real, esta indiscutível possibilidade e a consciencializarmo-nos de que o conceito clássico dos cinco sentidos já não parece ter sentido, fundamentando-o e justificando-o Christopher Currell, verificado por Sirius e Drew (1994, p.103), “...a propósito, que temos, pelo menos, cinquenta e cinco sentidos”.

Este investigador, conforme o refere Guerreiro (2000, p. 103), demonstrou a sintetização da realidade, como um conceito de peso, e asseverou que a realidade não é um simples jogo de vídeo:

La gente cree que sólo tenemos cinco sentidos, vaya tontería. Por lo menos tenemos cincuenta y cinco. Si no sabemos cuántos tenemos, cómo vamos a entender sus interrelaciones para poder sintetizarlos luego?

Entendiéndolos, podremos intercalarlos de forma creativa, y si disponemos de los elementos clave podremos engañar a los demás sentidos. (p. 103)

Na verdade, defende Currell, com a tecnologia do áudio-virtual, a possibilidade de escutar seletivamente mantém-se, o que se traduz numa importância fundamental para a meditação e relaxe, segundo o investigador Currell (Guerreiro, 2000, 103).

Prosseguindo a recolha de elementos nesta análise, em estreita sintonia com os autores em referência (Christopher Currell e Deodato Guerreiro, e a muita investigação que tem vindo a ser realizada na área), um astronauta, muito tempo encerrado, vê-se sujeito ao stress mental e à claustrofobia. Recorrendo à utilização do 'áudio-virtual', é possível que a adversidade de algumas destas questões de ordem mental se possa eliminar, nesse sentido, e em alternância, se criando para o astronauta outro espaço, o que lhe diminuirá esse sentimento de claustrofobia. Criando Sentidos, conforme Currell numa entrevista a Sirius e Drew (1994), citados por Guerreiro (2000, p. 103):

No centro de uma sala de espera do Heyday Records, Sarah Drew e Sirius sentam-se e vendam os olhos, para experienciarem o som tridimensional preparado por Christopher Currell, começando, de imediato, a surgirem os sons espalhados por variados lugares da sala.

"Alguém passa ao meu lado abrindo um rebuçado enquanto anda", admite Sirius, afigurando-se-lhe ser real a sua constatação. Sendo assim, ocorre questionar: será o característico ou inconfundível ruído do invólucro de papel produzido pelo desembrulhar do rebuçado? E esse ruído será igual ao de outro que, nas mesmas circunstâncias, é provocado pelo ruído de papel igual, num igual processo de desembrulhar qualquer outro objeto com tamanho e forma iguais ao do rebuçado? O ruído, neste contexto e caracterização, parece não haver dúvidas de que será igual, o que nos fará concluir que será, na realidade, um rebuçado que estará a ser desembrulhado por alguém, mas aqui intervindo a inteligência de um determinado conjunto de fatores, como o aroma do rebuçado e o característico som que o desembrulhar do rebuçado produz, o som emergente do ato de abrir e fechar a boca de quem está a preparar-se para saborear o rebuçado. Toca o telefone, toca a campainha, torna a tocar, entram mais pessoas na sala, alguém liga e põe a funcionar um aspirador. "Levante as pernas, por favor!", pede uma voz clara tão próxima de Sirius, que o deixa inquieto e a interrogar-se: "Será possível que estejam a passar o aspirador junto às minhas pernas enquanto me submetem a uma experiência sonora?!" (Guerreiro, 2000, p.104).

Na verdade, nada disto acontecera, mas não havendo dúvidas para as modalidades sensoriais intervenientes neste processo de que, sustenta Sirius (2000):

A campainha da porta soou exatamente onde está a porta real, os passos ouviram--se pela sala e pude seguir o seu movimento e o rumor da sua roupa. Todos os movimentos no espaço foram fluidos, exatamente como deviam ser na realidade. (p.104)

Currell assegura que uma pessoa, com o 'áudio-virtual', é capaz de sentir fenómenos absolutamente extraordinários, como alguém a respirar junto da nossa cara ou a puxar-nos o cabelo, sendo sensações que nos podem arrepiar.

Todavia, neste caso, a descoberta científica está na similitude encontrada entre o 'áudio-real' e o 'áudio-virtual', permitindo a transferência, numa extrema e admirável precisão, o que se observa com a modalidade sensorial auditiva no espaço real, em articulação com outros sentidos ou sistemas sensoriais, para o espaço virtual. Trata-se de um contributo científico que veio ajudar a comprovar e a desmistificar, no domínio empírico, certezas individuais dispersas e conceções, cuja defensabilidade se restringia, quase exclusivamente, às pessoas cegas. Mas para que uma pessoa cega atinja este desiderato com rigor, torna-se absolutamente indispensável a essa pessoa possuir uma utensilagem mental tão desenvolvida quanto possível, alicerçada, naturalmente, num sentimento humano fundamental: a vontade.

Da mesma forma que podemos identificar coisas, circunstâncias e comportamentos anteriormente vistos, também podemos reconhecer essas coisas, circunstâncias e comportamentos anteriormente ouvidos, tasteados, saboreados, cheirados e memorizados pela audição ou pela articulação sincronizada do conjunto dos sentidos alternativos ao da visão (Guerreiro, 2000, p. 105). E quantas vezes vemos também com o coração?! Na convicção de Saint-Exupéry (1943).

Vem ao caso referir que Saint-Exupéry afirma que "só se vê bem com o coração. O essencial é invisível para os olhos" (Guerreiro, 2000, p. 105).

No que respeita à audição, já referimos que este sentido está intimamente ligado à personalidade humana em relação com as funções psíquicas da pessoa e, fundamentalmente, ligada à percetibilidade dos objetos ou situações do meio envolvente. Mas, é claro, sustenta Guerreiro, para nós, que não tomamos consciência seja daquilo que for, sem que, para atingirmos esse estado de consciência, o nosso organismo acione naturalmente, para o efeito, vários sistemas sensoriais, e não apenas um isolado de outros.

Citando Guerreiro (2000):

A consciência dá-nos simultaneamente testemunho da nossa multiplicidade - sob a forma de um fluxo constante de factos psíquicos (designadamente perceções, volições, sentimentos, lembranças) - e da nossa unidade - sob a

forma de um ‘eu’, o ‘eu-sujeito’, ao qual todos esses factos se reportam ou se referem. (p. 105)

Isto porque Guerreiro 2000):

Quando escrevemos, coordenamos o melhor que podemos as nossas ideias, de forma a torná-las inteligíveis não só a nós mesmos como aos outros, atuando neste contexto as funções inibidora e coordenadora da nossa consciência, representando a atenção, deste modo, a atividade da consciência no seu mais alto nível de seleção e de síntese. (p. 105)

Cabe aqui referir curiosidades interessantes, expressas por Guerreiro (2000):

Quando nos sentamos em frente a uma máquina (integrada por hardware e software), munida de teclado e de ecrã eletrónicos, com a qual podemos escrever, percecionamos nela um computador, não apenas porque o identificamos através do tato, mas também porque nos damos conta, pelo ouvido, de determinados rumores característicos da energia elétrica que o põe em movimento, dos cliques eletrónicos que o mesmo emite, por vezes até do odor que exala resultante da sua atividade ou mesmo dos seus componentes. Identificando-o como um computador, sabemos para que serve, percebemo-lo imediatamente, como um só objeto, na unidade da sua estrutura que integra uma variedade de aspetos.

Quando cheiramos um perfume, não é necessário vê-lo ou tocá-lo para nos certificarmos de que se trata de um perfume, não obstante associarmos ao seu aroma outros ingredientes ou elementos que outras modalidades sensoriais nos trazem espontaneamente à nossa consciência - reminiscências, lembranças de natureza diversíssima, experiências refletidas ou não, aspetos configuracionais, ambientais, espacio-temporais. Quando sentados à mesa num determinado jantar ou almoço de uma qualquer cerimónia, percecionamos o prato com os talheres e o guardanapo, os copos da água, dos vinhos branco e tinto, a toalha, bem como todos os convidados em torno da mesa, atuando na perçetibilidade de um tal ambiente designadamente os sistemas sensoriais tátil-cinestésico, quines-tésico, gustativo, olfativo, auditivo, dando-nos a percepção nítida (sem vermos) do ambiente de bem-estar, de indiferença ou de mal-estar em que nos inserimos. (pp. 105)

Com extremo entusiasmo, continuando a citar Guerreiro (2000, p. 105), Ami Tan (1996) fala-nos de cem sentidos secretos que são o resultado da mistura da visão, do ouvido, da memória, entre outros, que levam alguém a sentir a verdade no seu coração.

Mas sustenta Merleau-Ponty (1996), que "não é nem contraditório nem impossível que cada sentido constitua um pequeno mundo no interior do grande, e é até mesmo em razão de sua particularidade que ele é necessário ao todo e se abre a este.". E adianta que "a experiência sensorial é instável e é estranha à percepção natural que se faz com todo o nosso corpo ao mesmo tempo e abre-se a um mundo intersensorial". E refere ainda Guerreiro (2000):

Assim como a experiência da qualidade sensível, a experiência dos «sentidos» separados só ocorre em uma atitude muito particular e não pode servir para a análise da consciência direta.". E refere também que: "Em relação ao tacto, encontra um eco em mim, se ele concorda com uma certa natureza de minha consciência, se o órgão que vem ao seu encontro está sincronizado com ele. (p. 106)

É que, conclui, como afirma Guerreiro (2000):

a unidade e a identidade do fenómeno tátil não se realizam por si só, as quais só podem ser tocadas eficazmente se o fenómeno, por uma síntese de reconhecimento do conceito, estiver fundado na unidade e na identidade do corpo enquanto conjunto sinérgico. (p. 106)

Chegaríamos muito longe, exorbitando, até, do objeto desta Tese, se continuássemos neste tipo de análise fenomenológica, incluindo outros autores, como Austin (1993), abordando o sentido e a percepção, e Michel Serres (1985), revisitando os cinco sentidos. Contudo (pelas leituras feitas e pelo interesse que as mesmas nos suscitaram), encaramos a hipótese de, noutras circunstâncias e oportunamente, podermos vir a ocupar-nos de tal matéria.

Mas, sem nos perdermos em exaustividades e seguindo Deodato Guerreiro na sua abordagem e sentimento refletido, estamos bem conscientes de que a capacitação em percutibilidade dos nossos sentidos, especialmente o da audição, acaba por constituir um desenvolvido e complexo sistema abrangencial de áreas e domínios plenamente acessíveis às pessoas cegas, numa naturalidade dimensional que, em muitas situações e circunstâncias, chega a equiparar-se e a substituir a visão anatómica, desde que, e no caso de serem congénitas, devidamente informadas, ensinadas e exercitadas a partir do berço ou do momento em que a cegueira aconteça.

As pessoas cegas que começam a ser preparadas em pequenas o mais cedo possível e privilegiadas com a possibilidade de treinarem a sua multissensorialidade, ganham um nível de competência háptico percetiva e percetional a distância, de relacionamento e interação de longe superior ao das pessoas que cegam mais tarde ou na adultez.

Conforme o sustenta Guerreiro (2000):

Adquirimos conhecimentos sob a forma de sensações e percepções que têm origem na atividade sensorial, sendo as sensações e as percepções a base do nosso conhecimento do real.

Pela percepção, conhecemos objetos e situações, pela sensação conhecemos pormenores, ou aspetos dos objetos e das situações.

Segundo a psicologia clássica, a realidade primeira é a sensação e a percepção é uma síntese de sensações. Porém, as psicologias da estrutura vieram mostrar que os processos elementares, que são as sensações, nunca

aparecem isolados, mas sempre integrados em complexos psíquicos ou percepções. Posteriormente, a psicologia genética piagetiana veio dar o indispensável relevo aos fatores subjetivos da percepção, ou seja, os que respeitam à personalidade do sujeito, considerada em função da sua experiência.

A percepção não depende só do objeto ou só do sujeito, mas é uma relação do sujeito ao objeto. O objeto existe, mas é o sujeito que o apreende. E nesta apreensão projetam-se a sua maneira de ser, os seus interesses e, enfim, toda a sua experiência, pessoal e social. O nosso conhecimento percetivo transita continuamente de uma percepção sincrética (ou indiscriminada) para uma percepção sintética, ou percepção em que os elementos, ao mesmo tempo distintos e articulados, são apreendidos, na sua unidade orgânica, pelo sujeito. (p. 106)

Nesta prossecução do nosso entendimento sobre esta matéria sensorial, colados ao pensamento de Guerreiro (2000, p. 106), porque dificilmente encontramos formas mais simplificadas de aludir a tudo isto, continuamos a citar o autor em referência:

Cientes, nesta perspetiva, da interdependência do sujeito e do objeto na percepção, podemos entender a percepção como o ato pelo qual uma pessoa toma consciência do real, sob a forma de estruturas ou totalidades, que, para ela, se revestem de significação.

Continuando a citar Guerreiro (2000):

A percepção, entendida como percetibilidade dos sistemas sensoriais, como intelecção de dados e de circunstâncias do meio envolvente, como recurso referencial e sociocomunicacional, de orientação e mobilidade autonómicas e de interação social, constitui, pois, uma faculdade humana imprescindível e determinante da capacidade tiflossociocomunicacional. (p. 107)

Este neologismo, criado por Deodato Guerreiro, traduz-se no desenvolvimento e aprofundamento das capacidades, sociabilidade e comunicabilidade, autonomia e independência das próprias pessoas cegas.

Diz-nos Deodato Guerreiro (2000, p. 107), no que respeita ao uso e fruto dos espectros audíveis, as pessoas de visão normal ouvintes estão, naturalmente, em desvantagem em relação às pessoas cegas ouvintes. Mas, por exemplo, se se tratar de dois melómanos (um normovisual e um cego), há uma certa similitude na fruição, na intimidade do quarto de um, quando ouvem (um e outro) um disco compacto concebido e gravado em estúdio (com a perfeição de sofisticados sintetizadores eletrónicos), um e outro conseguem ter uma percepção mais perfeita e mais real da execução musical e do ambiente de uma sala de concerto do que se estivessem a assistir ao vivo, numa das melhores salas de concerto.

Claro que, e continuando a citar Guerreiro (2000):

Numa dessas salas maiores de concerto, há, por vezes, a vantagem para a pessoa normovisual de desfrutar com a visão todo o movimento da orquestra. Mas também há quem feche os olhos para interiorizar mais profundamente os sentimentos e as impressões por meio dos sons da diversidade instrumental. (p. 107)

Mas é curioso que a Beethoven, no final da sua vida e numa completa surdez, não lhe era necessário ouvir para, sublimemente, continuar a sua brilhante composição musical. Também Bach, não obstante haver perdido a visão anatómica total no final da vida, não desistiu de continuar a compor, assim como Arturo Toscanini, mesmo com a sua deficiência visual, se distinguiu como sendo um dos mais admirados maestros do século XX.

Em suma, para se entender a importância da fonte e fenómeno infocomunicacional que o som representa para a socialização e comunicação, educação e cultura através da audibilidade, para interiorizar e refletir as questões supra, podendo-as conferir e partilhar com os vários interlocutores.

Nesta nossa visita bibliográfica e consequente reflexão sobre a importância do desenvolvimento multissensorial das pessoas cegas no sentido de se encontrarem as melhores estratégias metodológicas para pensarmos os museus numa reciprocidade adaptativa e em equidade entre as pessoas cegas e as normovisuais nos museus, citamos ainda, e a propósito, Guerreiro (2000), que nos tem vindo a alertar:

Temos de ver, vendo com a inteligência, com o coração e com todos os recursos sensoriais e motores, com saber aprofundado, e não com uma simples olhadela ou suposição, sem outros adicionais ou integrantes de observação que nos permitem a inteligência real de tudo aquilo que nos rodeia, das pessoas, das estruturas sociais, do espaço e do contexto em que nos inserimos. E os sons de tudo têm um valor informativo indiscutível para as pessoas cegas. Os sons dos corpos (biológicos e inanimados), os sons de nós mesmos - a voz humana - que traduzem certas atitudes morais ou determinados estados de espírito transitórios, melhor ainda do que o olhar e com menor poder de dissimulação, especialmente todas as exaltações ou depressões momentâneas do ego. Os sons dos atos de fala, das palavras, dos diálogos, os sons de atos muito diversificados, de circunstâncias e do meio ambiente, os sons da natureza, os sons da música, os sons da vida. Nesta perspectiva, o som constitui, indiscutivelmente, um universo de comunicabilidade e sociabilidade de todo o ser humano, sobretudo das pessoas cegas, funcionando para estas (em substituição do sentido da visão) como recurso referencial aos mais diversos níveis, proporcionando-lhes e refinando-lhes o desenvolvimento da percepção (que deve consubstanciar-se na informação dos sentidos tátil, auditivo, olfativo, gustativo, térmico, álgico, cinestésico e nos sentidos de equilíbrio e de orientação, bem como no sentido quinestésico, o qual, em conjunto com o do tato e o da audição é fundamental para as pessoas cegas). (p. 108)

Nesta sequenciação, e conforme o observado, e até experienciado com o investigador em referência (2000), estamos bem cientes de que:

A pessoa cega que for capaz de cultivar esta forma de percepção, procurando obter o maior rendimento possível dos restantes sentidos, estamos em crer que não terá dificuldade na justa conquista da sua independência intelectual, socio intelectual e socioprofissional, autonomia e intercompreensão no relacionamento e interação na sociedade de todos.

Já Aristóteles “tinha compreendido perfeitamente esta natureza cultural da interação específica do homem com o mundo, ao defini-lo como «o animal dotado de razão». E é efetivamente a razão que tem que fazer triunfar em pleno esta verdade, a capacidade que as pessoas cegas têm para comunicar e apreender conhecimentos, numa natural interação social, através dos sistemas sensoriais alternativos à modalidade sensorial visual. (p. 108)

Refere ainda Deodato Guerreiro (2000), que a implantação das novas tecnologias da informação (que coincide com o termo dos processos de descolonização e com o fim da ‘guerra fria’) veio informar e formar

mais ainda esta questão, permitindo manter hoje a humanidade inteira em contacto quotidiano permanente e vertiginoso (em especial através do som), ocupando os dispositivos mediáticos da informação um lugar central, não só na delimitação e no desempenho da nossa experiência individual e coletiva, mas também na encenação das visões do mundo e das razões que pretendem fundamentar legitimamente o discurso e a ação do ser humano. (p. 108)

Temos vindo a estudar as questões relacionadas com a acessibilidade das pessoas cegas à informação e à cultura, no sentido mais alargado e aprofundado que o nosso interesse e conhecimentos nos têm permitido, recorrendo às potencialidades das pessoas cegas ligadas à capacidade percetiva dos sentidos, incluindo a leitura e escrita do Sistema Braille e do braille informatizado, bem como investigando aspetos fundamentais na área das ‘vantagens da tecnologização’ da literacia braille ao nível intelectual e social, também partilhando os avanços verificados na investigação desta realidade tiflográfica, assim também procurando contribuir para ajudarmos a acordar consciências com potencialidades e capacidades inequívocas das pessoas cegas, encontrando os mais amplos processos de equidade, de modo a que estes cidadãos possam desfrutar da sociedade em geral dos mesmos benefícios que as pessoas dotadas de visão anatómica normal.

Concluindo, diz-nos ainda Deodato Guerreiro (2000):

Procuramos, desta forma, estimular e dinamizar um novo olhar sobre a inequivocidade de potencialidades e modalidades sensoriais do ser humano

que, compelidas ao cumprimento das suas funções adormecidas mercê da hipervalorização da visão, tornam as pessoas cegas mais interativas e naturalmente profícuas e integrantes de toda a sociedade humana, mediante uma reflexão sobre a emergência de uma nova interpretação do homem privado da visão, como ser igualmente humano (com defeitos e virtudes) como o dotado daquele sistema sensorial. Uma abordagem, que a prudência aconselha modesta, mas que, não obstante (e de uma forma também modesta), põe em causa toda uma estrutura teórica anterior baseada no paradigma mecanicista geral, de origem cartesiana - um convite à reflexão e à construção de uma nova realidade na área da perceptibilidade dos sistemas sensoriais do ser humano «em busca do mais ser». (p. 108)

Neste final de Capítulo, cabe um reforço das nossas convicções, citando, a propósito, Anna Maria Feitosa (2018, pp. 333-334), seguindo plenamente, em citação e terminologia, o pensamento de Deodato Guerreiro (2000, p. 109), nesta busca infatigável de luz e de uma linguagem inteligível, que nos permita a comunicação inequívoca e minimamente tranquilizante, temos «ânsias de voos», mas reconhecemos «a insegurança do tempo» e então aconselhamo-nos «prudência», tendo presente a definição de Boaventura de Sousa Santos (2000, p. 109) de que "a prudência é a insegurança assumida e controlada".

Foi-nos extremamente útil e elucidativo, fomentador e enriquecedor de conhecimentos a adquirir na área do relacionamento e interação, da somatossensorialidade e cinestesia das pessoas cegas, visitando e revisitando bibliografia específica, em especial do autor e académico em referência, Augusto Deodato Guerreiro.

Isto porque este autor, e já o afirmámos atrás, para além de vestir, sob o ponto de vista biofísico, a problemática da cegueira, tem vindo a analisá-la em contexto científico há mais de quarenta anos, num contínuo aprofundamento em pesquisa e investigação, desenvolvimento de condições e mecanismos intelecto profissionais no contexto da problemática da cegueira, já num contexto tiflocientífico e tifloinclusivo, já tendo conseguido levar a tiflogia ao mais alto nível académico, com fundamentação e comprovada inovação científica, sobretudo no que respeita ao desenvolvimento háptico percetivo e multissensorial, somatossensorial e cinestésico, num relevante trabalho e estudo interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, como se pode observar na sua vasta obra publicada, designadamente em 2021a, 2021b e 2021c, 2020a e 2020b, 2018a e 2018b, 2000.

Para que a nossa Tese de Doutoramento em Sociomuseologia, subordinado ao tema “Equidade nos Museus para Pessoas Cegas e Normovisuais”, na forma de contributos equitativos em acessibilidade e usabilidade, equiparando, nesta medida, os visitantes cegos e

de visão anatómica normal aos museus, tínhamos de aprender a saber refletir (com a necessária sensibilidade e vocação, investigando, estudando, compreendendo, desenvolvendo e validando em aplicação) para, sensatamente, podermos definir as mais adequadas e ajustadas metodologias estratégicas específicas que nos permitam ser capazes de conciliar as competências das pessoas cegas e as dos museus, numa reciprocidade de mútua adaptação, em que a igualdade entre cidadãos cegos e normovisuais possa vir a verificar-se, comprovadamente, em qualidade e oportunidades efetivamente equitativas.

**CAPÍTULO 6 - DISCUSSÃO DE RESULTADOS E HIPOTISAÇÃO DE MELHORIAS
PESQUISACIONAIS E INVESTIGACIONAIS PARA UM DESENVOLVIMENTO
UNIVERSAL DO MUSEU PARA TODOS**

Face ao exposto, impõe-se apresentar e discutir alguns resultados e hipotisar futuros trabalhos de pesquisa e investigação, sobretudo com base na evolução e aplicação das mais adequadas metodologias estratégicas para o mais correto funcionamento e operacionalidade do Centro de Experiência Viva - Museu de Tiflogia da Fundação Nossa Senhora da Esperança, na perspetiva inclusiva e de plena equidade que, em articulação com as empenhadas e fundamentadas propostas do Centro de Investigação em Tiflogia, temos vindo a investigar e a estudar, a conceber e a implementar.

O material museológico e museográfico que, desde a inauguração e abertura ao público do Centro de Experiência Viva – Museu de Tiflogia, tem estado exposto no mesmo, é extremamente elucidativo de essencialidades indispensáveis ao desenvolvimento educativo, intelectossocial, lúdico intelectual, psicomotor, háptico-percetivo e multissensorial, somatossensorial e cinestésico, ergoeducacional e ecolocalizacional, educacional e cultural, ao nível das capacidades e competências das pessoas cegas, nos diversos domínios de conhecimento, incluindo o da música.

Parte do material exposto, como pode observar-se nas imagens aqui indicadas, vai sendo substituído periodicamente, inclusive intercalando exposições temáticas, assim mantendo a dinâmica e cientificidade inovadoras do Museu.

Aliás, nos primeiros anos de funcionamento do Museu, mesmo sem a necessária e profusa divulgação, a estatística de visitantes já representa uma amostra significativa e inspiradora de mais e progressiva coevolução na morfologia dos materiais e temáticas em exposição.

O museu foi visitado neste período por 1700 pessoas. Será de realçar, um número significativo de estrangeiros, designadamente população de nacionalidade Espanhola, o que não será alheio a proximidade geográfica com Espanha.

Por outro lado, será também mensurável que diversos professores do ensino secundário fizeram-se acompanhar pelos seus alunos, e existiu mesmo um grupo organizado da Associação de Professores do Distrito de Portalegre. Tal facto pode pronunciar o carácter educativo que pode provir daquele espaço.

Será absolutamente decisivo sensibilizar as novas gerações para as questões de acessibilidade *lato sensu*, e também falar de equidade num plano cultural e museal.

Contrariamente ao esperado, o museu ainda justificou uma presença significativa de pessoas com dificuldades de acessibilidade. Tal falta deve-se a uma ainda incipiente forma de divulgação do museu a que não é alheia a falta de meios com que a gestão se debate.

Os destinatários do museu é uma área que deve ser especialmente trabalhada. Provavelmente só o decorrer do tempo permitirá ampliar o número de visitantes, contudo está a ser feito um tratamento de dados estatísticos, e também opinativos, que permitirão no futuro ir ao encontro de um dos pilares essenciais da filosofia do museu, no sentido de permitir que o visitante possa também ele ser um agente ativo no projeto expositivo, e na escolha do acervo a visitar.

Garantidamente esta é uma área que vai criar novas dinâmicas, e que por isso sempre suscetível de ser melhorada, aliás, é objetivo que este museu possa ser inovador, no sentido de permitir uma dialética constante entre todos por forma a assegurar a democraticidade do seu conteúdo.



figura 19: Fotografia de crianças em idade escolar numa visita ao Museu de Tiflogia.

João Soares Palmeiro Novo
EQUIDADE NOS MUSEUS PARA PESSOAS CEGAS E NORMOVISUAIS: Novas Etapas Infoinclusivas ao
Nível Tiflocientífico /Iº Museu Tifológico em Portugal – Castelo de Vide



figura 20: Fotografia de uma turma de crianças a visitar o Centro de Arte e Cultura.



figura 21: Fotografia de crianças a observar uma peça no Museu de Tiflogia.



figura 22: Fotografia de uma turma de crianças em visita ao Centro de Arte e Cultura.



figura 23: Fotografia de crianças a interagir com peças do Museu de Tiflologia.



figura 24:Reportagem da RTP, dia 17 de Junho de 2021, sobre o projeto das «Oliveiras Dialogantes».

Ao longo desta Tese, já deixámos transparecer, em sintonia com leituras feitas na obra de Augusto Deodato Guerreiro, a importância da percepção dos sistemas sensoriais numa dimensão tiflossociocomunicacional, passando por algumas reflexões em torno do conceito fenomenológico de percepção (conquanto de forma muito preliminar, visto que uma abordagem fenomenológica numa aceção mais profunda transcenderia o nosso objeto de investigação), para, em seguida, nos concentrarmos na questão do "sentido dos obstáculos" ou tato dos sistemas sensoriais alternativos ao da visão, incidindo em aspetos do sentir e do perceber, bem como na perceptibilidade destes sistemas sensoriais como garante de uma interação sócio-intelectual das pessoas cegas, tendo naturalmente presente que a perceptibilidade sensorial não é apenas, a nosso ver, um conjunto de elementos primários e independentes da inteligência, mas sobretudo o resultado da atividade psico-sensório-intelectual.

Também deixámos transparecer a importância da questão da tiflografia, num contexto comunicacional e histórico-cultural, numa sucessão de passos histórico-culturais para a constituição de um sistema de leitura e de escrita ajustado ao sentido do tato, como veículo de cultura em analogia com os sistemas de leitura e de escrita para as pessoas normovisuais, desde a génese tiflográfica e na evolução signográfica da tiflografia num contexto comunicacional e histórico-cultural, não menosprezando outras iniciativas tiflográficas (ainda que goradas) como alternativa ao Sistema Braille, critérios de produção e de publicação em braille, materiais braillográficos e serviços de produção e de utilização em Portugal, referindo também as publicações em série portuguesas (em braille, em áudio e em suporte eletrónico), umas que pereceram à nascença, outras menos efémeras e outras que ainda sobrevivem, sendo este um domínio que mereceria um tratamento aprofundado noutro processo de investigação, que não este em que estamos envolvidos.

Também a área das vantagens da tecnologização da tiflografia e da acessibilidade da informação às pessoas cegas constituem significativa importância nas evoluções do braille à braillografia, à brailloinformática, da informação analógica à digital, necessidades a implementar, sempre que necessário, nos museus, de modo indispensável naqueles que englobam especificidades em literacia, como o próprio braille, usando-se equipamento informático específico de leitura e de escrita cada vez mais ajustado às necessidades especiais, dando relevo às perspetivas atuais da acessibilidade da informação, no plano informático tecnológico, o que faculta às pessoas privadas da sensibilidade visual, um futuro de maior e independente acessibilidade à informação e à cultura, de uma maior e eficiente autonomia e

interação, de uma mais ampla comunicabilidade e sociabilidade, de uma mais profícua atividade sociointelectual e socioprofissional, satisfazendo naturais exigências pessoais e sociais.

Cabe aqui anotar, a propósito, e no seguimento da leitura do livro *Para uma Nova Comunicação dos Sentidos*, (2000), a questão da originalidade da obra em referência, como refere o seu autor:

o seu conteúdo não é apenas resultante da singularidade do sujeito que somos - a consequência e o resultado imediatos de uma (às vezes) dolorosa experiência humana que aqui procura encontrar a sua formulação -, mas também da confluência de inúmeras leituras e de aulas que nos estimularam e que têm sido sempre decisivas no avanço da nossa formação na matéria em referência. Lográmos, no entanto, escrever este livro, sempre animados pelas permanentes preocupação e honestidade intelectual em conferir-lhe qualidade e idoneidade, profundidade, rigor e (perdoe-se-nos alguma imodéstia) ineditismo, convicção esta reforçada pelo facto de termos conseguido fazer, pela primeira vez na história da tiflogia portuguesa, um levantamento bibliográfico exaustivo sobre o assunto (o qual estudámos a fundo), muito disperso designadamente por publicações em braille, em formato áudio e em caracteres comuns, como se pode observar ao longo deste livro e na bibliografia geral. (p.18)

Continuando a citar o autor em referência, também o autor recorreu a fontes de referência orais na Bélgica, no Brasil, em Espanha, nos Estados Unidos, em França, em Portugal Continental e Região Autónoma da Madeira. Utilizando e aqui colocando as expressões do autor, anotando que, em sua opinião (Guerreiro, 2000):

é um erro solipsista e sem fundamento deontológico ou ético-intelectual supor que a influência e a originalidade constituem uma dicotomia. As influências são, já por si, resultantes de uma receptividade pessoal em relação a tal ou tal obra e não indiscriminadamente a qualquer autor. (p. 18)

Sustenta ainda o autor, no mesmo livro, que:

Não temos receio das influências, nem sequer de sofrê-las, visto que estamos cientes de que esse tipo de apreensão intelectual se deve a uma falsa noção de originalidade que não tem em conta a sua relação com a confluência de todas as leituras que fizemos, em relação às quais não podemos deixar de ser sensíveis e sempre devedores. Nesta acepção, na profunda investigação efectuada (não obstante ainda longe da sua conclusão), podemos-nos permitir cometer uma ou outra incorporação, como o faziam os Clássicos (...). (p. 18)

Em analogia com o pensamento do autor em referência, também nós pretendemos deixar aqui bem expresso, de alma e coração, que o grande interesse que sempre temos nutrido por esta relevante área da Tiflogia aplicada à Sociomuseologia, os Professores que tivemos e as

leituras que nos aconselharam, bem como outras que por nossa iniciativa viemos a efetuar, exerceram em nós uma atração tão irresistível como o desejo de ‘imitar’ aqueles professores e os demais autores e de integrar o que de novo trouxeram à nossa reflexão.

No entanto, verificamos que este fascínio em nós colocado por certos autores e o decorrente desejo de os ‘imitar’ não se traduzem objetivamente numa Tese com falta de cunho pessoal e originalidade. Entre as contribuições intelectuais que tentámos seguir (identificadamente) e a presente tese subsiste uma diferença essencial, sendo essa diferença que precisamente nos leva a admitir que o nosso contributo na investigação e formulação desta problemática sociocomunicacional tem a autonomia e a originalidade que consideramos imprescindíveis numa investigação desta natureza e que, sem dúvida, poderá ser prejudicada pela influência que sobre a mesma exerceram aulas, seminários, congressos e inúmeras leituras de artigos (dispersos por publicações em série) e monografias, inclusive nos formatos braille (com a ajuda na sua leitura, pois, ainda não dominamos suficientemente este Sistema), áudio e em suporte digital, bem como os já bastantes eventos (nacionais e internacionais) que temos vindo a realizar e a participar.

No que respeita ao conceito de Tiflogia, achamos cientificamente oportuno citar Guerreiro, expresso de forma simples e mais ampliada no Site www.tiflogia.pt, bem como na sua Conferência indicada em 2021b, mas, simplesmente, sendo a Tiflogia:

Estudo sistemático, interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, sobre a problemática da cegueira, em contexto teórico-empírico e científico, remontando o vocábulo à etimologia grega (Tiphlos = cego + Logos = razão/discurso/conhecimento), cujo primeiro termo, entendido como génese da terminologia e conceptualidade, surgido no século XIX, foi Tiflofilia (apego/dedicação à causa /problemática da pessoa cega).

Tiflogia é um vasto campo epistémico entrosado em afinidades científicas diversas, que se ocupa da investigação e desenvolvimento háptico perceptivo, somatossensorial e cinestésico, ecolocalizacional e locomocional (orientação e mobilidade), multissensorial e ergoeducacional, cognitivo e sociocognitivo, infocomunicacional e sociocomunicacional, biopsicossocial e humano das pessoas cegas, assim procurando valorizar ao máximo a diversidade, na esfera da ecologia do saber e bem-estar, e, nessa diversidade, promovendo a equidade em qualidade e oportunidades para todos, comprovadamente as potencialidades e competências das pessoas cegas, em analogia com as das pessoas normovisuais, no mundo social, ético e cívico, em que todos estamos obrigados, por dever e cidadania, a contribuir para o seu desenvolvimento e progresso.

Como acima indicado, vocábulo tiflogia corresponde à aglutinação dos vocábulos gregos *typhlos* (cego) e *logos* (razão, conhecimento), mas, ampliando esta informação, referindo Dicionários que o registam, apresenta-se, naturalmente, com um conteúdo em evolução, como poderemos observar, partindo de uma aceção estritamente confinada à instrução, como acontece, por exemplo, no *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, de H. de Lima e G. Barroso, que o descreve como "tratado sobre a instrução dos cegos", regista, mais tarde, um aditamento através do qual passa a incorporar também a formação profissional, como nos mais recentes dicionários académicos da Porto Editora, e aparece-nos hoje muito mais abrangente, envolvendo inúmeras vertentes, como pode verificar-se em *Electronic Dictionary and Thesaurus*⁶, que nos dá a seguinte definição: "*typhology - the branch of science concerned with blindness and the care of the blind.*" A tiflogia (conforme o também expresso na introdução ao quarto capítulo do livro do autor que temos vindo a seguir) ainda não se apresentava propriamente como uma ciência, mas como uma posição plurifacetada, traduzida numa atividade multidisciplinar, em que convergem disciplinas do âmbito de diversas ciências (designadamente "oftalmologia e outras especialidades da ciência médica, psicologia, pedagogia, sociologia, engenharia, arquitetura, ação social, direito" (Guerreiro, 2000, p.19), com o objetivo de se compreender integralmente "o déficit funcional motivado pela deficiência visual em todas as suas implicações intrínsecas e extrínsecas ao deficiente e procurar, na medida do possível, reduzir ou eliminar essas implicações" (Guerreiro, 2000, p.19) , preocupação que já tornou possíveis um razoável leque de conquistas nos mais diversos domínios.

Na realidade, é através da educação, formação, comunicação, socialização, em síntese, da pedagogia educacional cultural e científica que o ser humano se realiza plenamente como pessoa e contribui para o bem da comunidade e de toda a sociedade humana, sendo consequentemente pela socialização da comunicação e da cultura (no seu sentido mais amplo) que a família, a escola, a sociedade humana encontram a sua significação e legitimam o seu sentido como pessoas na sociedade.

Impõe-se um modelo alargado a partir de conceitos redimensionantes que, excetuando o sentido da visão anatómica, englobe o da perceptibilidade dos sentidos (no que se integram a atenção e sensibilidade aumentadas) e o da tecnologização da tiflografia -, radicados nos restantes sentidos para suplementarem a visão, dando-nos hoje as novas tecnologias não só um

⁶ Collins, in *Para uma nova comunicação dos sentidos* de Guerreiro, A. (2000).

suplemento da visão, como uma visão mais completa das coisas, criando, sobretudo para as pessoas cegas, uma ‘visão’ em alternativa e desinibida de metaforicidades. Thomas Khun (Feitosa, 1993), citado por Guerreiro (2000, 1996, p.20) sustenta, no que se refere a mudanças de paradigma, que, embora o mundo "não mude com uma mudança de paradigma", contudo, depois dela, o cientista passará a trabalhar num "mundo diferente". Desde a mais remota antiguidade que se entende que cada pessoa é um universo inexaurível de descoberta, cujo paradigma mais recente e problematizante foi (em nossa opinião) Michel Foucault (1926-1984) que muito investiu na arqueologia do pensamento.

Mas existem fontes orais e documentais de variadíssima ordem e natureza que difundem e desenvolvem o conhecimento através dos tempos, em conformidade com o sustentado por Guerreiro (2022):

Livros e filmes, bibliotecas e cinematecas, mediatecas e fonotecas, videotecas e hemerotecas, arquivos históricos e museus, são infindáveis viagens à infinita arqueologia do conhecimento, neles lendo, ouvindo, vendo e interpretando factos e acontecimentos, realidades temporais e intemporais em todas as áreas e domínios desse conhecimento, incluindo as Artes do Tempo, associadas à audibilidade e ligadas ao som na sua múltipla diversidade, e as Artes do Espaço, associadas aos sentidos da visão e da multissensorialidade e ligadas à imagem visual e áudio tátil. Nesta contextura, não obstante a plasticidade cognitiva enunciada, convém destacar que também a monumentalidade arquitetónica e urbanística, a escultura e a pintura, a fotografia e o *design*, a música e a poesia, o teatro e a ópera, os diferentes eventos presenciais e a distância online, mesmo virtuais, no âmbito da sociedade do espetáculo, ainda que em certa medida aquém da duração daqueles arautos infocognitivos (dos livros físicos/electrónicos aos museus igualmente configurados), são inerências pedagógico educacionais e culturais igualmente relevantes e impregnadas no alargamento e prolongada ecologia do saber, nesta aceção se devendo sempre procurar privilegiar o exercício infocominclusivo, ao nível teórico-empírico e prático, no relacionamento e interação pessoal e social. (p.62)

Dizia Fernando Pessoa (1888-1935) que «a memória é a consciência inserida no tempo»...

Sim, mas é o livro que a immortaliza na frutífera inteligência e constância intergeracional, e é o cinema que, nessa sequência, a desperta e reflete na deslumbrante dinâmica visual de cor e movimento em cuja imagem e som, na «máquina de memórias», no dizer de Manuel de Oliveira (1908-2015), integrando os acima mencionados equipamentos culturais, processos de manifestação e eventos de cariz artístico e científico, que, em simultâneo, nos transportam nas vicissitudes e perfumes dos tempos, aumentando e exponenciando o conhecimento, preferencialmente numa dimensão holista de equidade.

Como o primeiro Congresso Internacional «Ciência e Tiflogia: A Cegueira em Contexto Científico», promovido e realizado nesta inovadora e criativa Fundação Nossa Senhora da Esperança, já com 158 anos, que também hoje abre ao público insígnias extensões suas (sem precedentes em Portugal), nas áreas da ciência, das artes e da cultura (incluindo o Centro de Experiência Viva - Museu de Tiflogia, que aqui assume inquestionável relevância histórica nos domínios da tiflociência e da tifloinclusão), também a inequívoca proficuidade dos museus não pode deixar de ser muito justamente aludida.

É nesta aceção que entendemos os museus, em conceituação e prática, como dinâmicos e elucidativos espaços cognitivos, através de exposição e demonstrações artísticas, patrimoniais e históricas (patenteando exposições temáticas temporárias ou permanentes e procurado privilegiar todas as áreas do conhecimento num plano de inclusão), que atravessam os tempos, neles disseminando e fomentando o estudo das ciências e das artes, singulares exemplares e curiosidades da mais variada ordem e natureza, os quais, para poderem contemplar todos os cidadãos visitantes e utilizadores, só deverão adotar as mais adequadas políticas de inclusão e seguirem sempre as mais eficazes e pertinentes normas de dinamização multissensorial em acessibilidade e usabilidade equitativas em direitos, qualidade de vida e oportunidades sociocognitivas, universalizando o mundo de todos para todos. Parafraseando Guerreiro (2000), em suma, **ver** (na aceção psíquica intelecto espiritual), **ouvir, tocar, háptico perceptibilizar, ecolalizar, e multisensorizar**, num plano somato sensorial e cinestésico, são potenciais faculdades essencialmente sensorocognitivas e de inteção que os cidadãos tem de explorar, cultivar e exercitar em abrangência e profundidade, em analogia com desafios similares que se devem colocar aos cidadãos normovisuais em relação ao desejável idêntico usufruto cognitivo e deleitante do que uns e outros cidadãos devem poder beneficiar em igualdade na qualidade de direitos e oportunidades absorvida em todos equipamentos e eventos culturais com prazer intelectual. (Pensamento 100)

REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer uma síntese integradora das linhas de força que nortearam a elaboração desta investigação não nos é fácil, dada a complexidade caracterizadora da mesma, o que nos leva a ser menos sucintos (sentindo nós, por isso, necessidade de sermos mais recapitulativos em extensão) face ao que, em geral, é habitual considerar como Conclusão.

Pensar em Sociomuseologia para todos, mais exatamente nos Museus em que a equidade na acessibilidade e usabilidade contemple todos os visitantes, em especial as pessoas cegas e as normovisuais em igualdade de circunstâncias e oportunidades no usufruto da visita, a lei também tem de, obrigatoriamente, ser olhada, interpretada e adequada às diversas exigências/valências museográficas e museológicas que a Sociomuseologia equitativa sugere e impõe em termos funcionais e operacionais inclusivos, em que a equidade assuma o seu papel preponderante no plano da eficiência e da eficácia para todos os cidadãos que visitam ou consultam Museus.

Quando se analisa cronologicamente o processo normativo dos Direitos Humanos, somos levados a concluir que irá surgir uma quarta ou quinta geração desse tipo de direitos fundamentais. Ainda que este tipo de direitos influencie na totalidade o quadro normativo Português, continua a mudança de valores da sociedade, vai exigir o aparecimento de normas, como as que agora se inserem no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais, que visam dar resposta aos novos desafios, que uma sociedade massificada pelas redes sociais constitui. Claro que será possível fazer uma abordagem dos Direitos Humanos, que não seja exclusivamente normativa, e que tenha em conta, na gestão da sociedade, aspetos de dimensão exclusivamente sociológica. Apesar da deformação do nosso conhecimento jurídico, entendemos que nem tudo é normativizado, aliás, o direito positivo invadiu as regras de Portugal. Há uma verborreia legislativa com regulamentos, decretos-lei, leis, textos constitucionais e regulamentos comunitários, que se atropelam desmedidamente. A conversa é séria, pois, nem mesmo o jurista tem a noção da teia legislativa que o rodeia. As normas fazem-se porque alguém as vai desrespeitar, e, portanto, o seu carácter preventivo e dissuasor só faz sentido, se a sociedade se aperceber da violação da norma e das suas consequências.

Ora, o que não faltam são exemplos de violações de princípios e normas no campo dos Direitos Humanos, sem que isso signifique qualquer sanção objetiva da sociedade. Reconhecidamente, existem alguns direitos tipificados como direitos humanos, que se

encontram enraizados na sociedade, e independente da sua normatização e da sua fiscalização pelos órgãos de soberania, a sociedade reage ao seu incumprimento. Defendemos por isso uma maior consciencialização das novas gerações, para as regras que conduzam a uma sociedade mais justa, igualitária e mais equilibrada. Para tal, torna-se indispensável sensibilizar a família, as comunidades à volta e as escolas para a necessidade de referir que a consequência do incumprimento de uma norma fundamental não será somente a possível sanção que um tribunal possa decidir, mas, especialmente, a censura social que tal comportamento pode produzir.

Estamos certos de que o texto da Constituição da República Portuguesa ajuda muito no princípio de modificação de uma sociedade. Provavelmente, nem sequer seriam necessárias mais normas, apenas seria desejável que o texto essencial da nossa legislação fosse um dos textos base das escolas em Portugal. Porém, simultaneamente neste contexto, impor-se-á sempre a sensibilidade, a curiosidade prática, teórico-empírica e científica, pesquisa e investigação, sistematização e teoria, ciência (para provar) e filosofia (para explicitar a ajuda na compreensão e constatação da comprovação científica, convencendo). A ciência, no sentido factual e empírico, objeto e metodologia, é a razão do mundo, sendo a sua alma a arte de a explicitar, numa dimensão probatória e assente na confirmação por verificação experimental ou comparativa.

O acervo do museu será no futuro, para além do que está fisicamente disponível, o poder de contemplar virtualmente TUDO. Cognitivamente vivemos de representações, mas temos de ter consciência, que a fonte original será sempre melhor, que a representação. Claro que a representação se traduz cada vez mais, numa ferramenta indispensável a melhor compreender o passado. Especialmente se a memória, não consegue acompanhar o tempo real. A inteligência consegue trabalhar conceitos abstratos, mas será que a máquina e a informação virtual poderão no futuro acompanhar esse desafio. A inteligência artificial ao serviço do cidadão, começa a ser uma realidade, mas só atinge verdadeiramente esse desiderato, se for a artificialidade da máquina a construir uma base de raciocínio sem a intervenção humana. Percebe-se que a tecnologia tem servido a humanidade para melhorar o mundo, mas seria preocupante, se algum dia se viesse a perceber, que a representação abstrata da realidade comandasse a própria realidade.

Esta sociedade positivamente invadida pela tecnologia está a perder cada dia, a fronteira entre abstração e realidade. Não se culpe a sociedade, se queremos que a computação resolva os problemas da humanidade. O risco é mesmo gostar mais da representação do que a realidade.

Não nos parece que essa ideia possa subsistir, num mundo em que a diversidade se afirma também cada vez mais. Imagine se por absurdo, o estereótipo de homem ou mulher, ser o máximo denominador comum e a representação sociológica ser uma, numa sociedade com todos altos louros e espadaúdos. Certamente seria terrível e desapaixonante. Esse risco não está em cima da mesa, porque dificilmente a máquina pode gerar emoções, como a paixão ou a saudade. A IoT pode criar smart devices de relacionamento, mas será impossível conceber mecanismos de inteligência artificial, no domínio dos sentimentos, que nem o ser humano consegue explicar e muito menos perceber.

Num plano avançado e futurista de analisar a computação, somos levados a concluir, que nunca a abstração se confundirá na plenitude com o real.

Questões da Cultura, Linguagem, Escrita e Comunicação no Plano Tiflológico, constituíram o fulcro das nossas atenções à cegueira no contexto da oralidade e da escrita, a cegueira enquanto reveladora das equívocas da comunicação, bem como conceitos e preconceitos a propósito de "ver" e "não-ver" (atendendo, por vezes também, à coexistência de "problemas" e de questões oriundos de outros horizontes históricos que sobrevivem no "arquivo cultural" da humanidade - oral e/ou artificialmente), enunciando já um alargamento da comunicação e da cultura acessíveis às pessoas cegas, consubstanciado no fenómeno da cultura em geral, como móbil inexpugnável da tão almejada (e já observável nalguns casos) transformação das mentalidades no que se refere à compreensão e intercompreensão despreconceituada (em termos experienciais e culturais) das inequívocas e demonstradas potencialidades e capacidades das pessoas cegas, em muito equiparadas (por vezes em perfeita analogia) com as das pessoas normovisuais.

O tato dos nossos sentidos (Nogueira, 1992), a maravilhosa faculdade, que é a perceptibilidade sensorial, que todos possuímos, tem sido injustamente subjugada pela hipervalorização do sentido da visão, sobretudo no pensamento ocidental. É preciso conferir a esta faculdade (a da tatologia) a indiscutível relevância e imprescindibilidade que tem, acordando-a (em alguns casos), libertando-a, reabilitando-a e atribuindo-lhe o poder a que ela tem direito, e que sempre teve, mas que não lhe tem sido nada fácil merecer esse reconhecimento. Temos agora, no âmbito da Sociomuseologia, a excelente e inovadora oportunidade de o demonstrar quão importante e indispensável ela é para todos os seres humanos (e não só), principalmente como fenómeno tiflo-sócio comunicacional, tiflointerativo e tifloinclusivo.

Karl Popper (1902-1994) diz-nos que "toda a solução dada a um problema levanta novos problemas; principalmente quando o problema original é profundo e a solução apresentada é corajosa" (Popper, 1992, p.51). É nesta aceção que nos sentimos e nos posicionamos, impulsionados pela extraordinária complexidade da investigação que abraçamos, nela nos envolvendo uma grande paixão e coragem para aprofundar a questão da multissensorialidade e cinestesia das pessoas cegas na acessibilidade e usabilidade dos museus, apesar de, igualmente, também estarmos cientes de que enveredámos por esta problemática animados pela sensata prudência e consciencialização da sua enorme complexidade tiflológica na área da Sociomuseologia, em que propomos a equidade e sistematização de uma vertente sociocomunicacional e sociocognitiva nova e a descoberto neste domínio. Ficaríamos profundamente felizes se este nosso contributo teórico-empírico e experiencial, viesse a impressionar positivamente as sensibilidades de investigadores responsáveis nesta matéria e, por consequência, a ampliar o horizonte académico científico e investigacional, granjeando a necessária e desejável generosidade intelectual e apoio do Ex.mo Júri que irá analisar e classificar esta Tese de Doutoramento.

Em suma e em conclusão, em Portugal estava a faltar um Museu interativo de experiência viva no plano da equidade em acessibilidade e usabilidade nos museus para visitantes cegos e normovisuais. O Centro de Experiência Viva - Museu de Tiflogia (CEV/MT) vem suprir esta ausência e incentivar outros museus a seguirem a sua estratégia metodológica no encontrar e/ou no investigar e estudar as soluções sociomuseológicas mais adequadas e equitativas. Alicerça a sua génese, no nosso País, na década de 60 do século XIX, sobretudo em questões fomentadoras da emancipação humana e social dos cidadãos cegos e com baixa visão em Portugal, tendo aí, na Fundação Nossa Senhora da Esperança (fecundo berço de aprofundamento destas questões), vindo a encontrarem-se sucessivas soluções nos planos sociolaboral (no desempenho de atividades musicais, de alto nível no campo da aprendizagem e execução instrumental em orquestra, e de outras atividades mais de natureza fabril), prosseguindo um caminho, tão difícil quanto delicado no domínio da equidade, até aos dias de hoje.

No Centro de Experiência Viva - Museu de Tiflogia há um espólio permanente, no qual irão sendo intercaladas temáticas expográficas infocominclusivas, num sistema intermitente e evolutivo de substituição alternada dessas temáticas, consoante a circunstancialidade epocal e/ou inovacional desde o passado até à atualidade.

Suportado e no seguimento da filosofia científica e investigacional do CPTEI (o Centro

de Investigação em Tiflogia), este dinâmico equipamento sociomuseográfico e de experiência viva ao nível teórico-empírico integra nas suas funções (articuladamente com o CPTEI e o Jardim Sensorial, bem como com as possíveis parcerias científicas a estabelecer nesta área interdisciplinar e transdisciplinar), designadamente:

- Investigação circunstancial e pontualizada nas questões da equidade na acessibilidade e usabilidade dos museus, em especial por parte dos cidadãos cegos e com baixa visão.
- Consultoria neste domínio e realização de estudos equitativos no âmbito da sociomuseografia e Sociomuseologia.
- Formação profissional por áreas temáticas e realização de Atividades de extensão sociomuseológica, presenciais e/ou *online*, em articulação protocolada com parceiros científicos na área, sobretudo com a ULHT, no âmbito da excelência e já bem comprovada associação do seu Departamento de Museologia ao CPTEI, CEM/MT, Jardim Sensorial e a Projetos análogos ou decorrentes do Protocolo de Cooperação já outorgado entre a FNSE e a ULHT.

Porque temos vindo a observar e a experienciar isso mesmo, cabe aqui anotar alguns tópicos básicos que uma pessoa cega (naturalmente que também as pessoas normovisuais) gosta de encontrar neste Museu específico (promotor, promissor e inovador de ideias positivamente equitativas), para além de outros que venham a considerar-se relevantes:

O CEV/MT integra e conta a História da Tiflogia em Portugal e conecta-a, de forma ciberespacial (hiperlinks nacionais e estrangeiros), com a História Geral da Tiflogia nos diferentes países do mundo, estando devidamente equipado, nos planos da acessibilidade e da usabilidade, com os adequados dispositivos tiflotecnológicos.

O CEV/MT projeta, dinamiza e organiza Exposições temáticas da mais diversa natureza sensorial, as quais possam contribuir, de modo adequado e evolutivo, para o desenvolvimento somatossensorial e cinestésico das pessoas cegas e normovisuais, em cuja dinâmica multissensorial (e suplência multissensorial) se observe e exercite um trabalho vivo e sério na inclusão em equidade.

A amplitude funcional do CEV/MT operacionaliza, equaciona, na sua atividade, o recurso a outros espaços associados e/ou alternativos ao espaço físico/arquitetónico onde o mesmo se encontra instalado.

O CEV/MT, em articulação com o CPTEI e o Jardim Sensorial, desenvolve investigação, fomenta e dá Formação e Consultoria na área da acessibilidade e usabilidade em Sociomuseologia, com particular incidência nas necessidades visuais.

Aliás, convém precisar que, quando se concebe de raiz ou se adapta qualquer

equipamento cultural, bibliotecas, arquivos históricos, espaço museológico, espaço multiusos, seja o que for, no plano da equidade em acessibilidade e usabilidade também das pessoas cegas, as sete valências tiflocientíficas, já explicitadas justificadamente nesta Tese, têm de estar bem ativas e refletidas num absoluto espírito de conceção, funcionalidade, testagem e comprovada utilização equitativa desses espaços.

Temos de possuir bem presentes esses criteriosos princípios básicos e indispensáveis de ordem tiflológica e científica, dado que a Tiflologia já se enuncia, conforme o fundamentado e comprovado por Guerreiro (2020, 2021a e 2021b), como Ciência Humana e Social, na forma de senda iniciática nas Ciências Sociais e Humanas, encerrando em si a Tiflologia, como Tiflociência, as referidas sete variáveis ou competências entrosadas umas nas outras, como:

1.^a - A Háptico Perceptivo-Multissensorial, que é a competência e precisão tatológica e de identificação que todos temos, mas que a pessoa cega pode cultivar e refinar ao mais elevado nível, pelas razões óbvias que bem conhecemos, nessa capacidade e competência tendo corpo e intervindo a interocepção, a exterocepção e a propriocepção, como funcionalidades biológicas e psicomotricionais que possuímos.

2.^a - A Somatossensorial-Cinestésica.

3.^a - A Ecolocalizacional-Locomocional (Orientação e Mobilidade).

4.^a - A Ergoeducacional em Suplência Multissensorial.

5.^a - A Cognitivo-Sociocognitiva.

6.^a - A Infocomunicacional-Sociocomunicacional.

7.^a - A Pedagógico Educomunicacional e Cultural.

Este conjunto de sete valências/capacidades/competências em tiflociência, como já afirmámos, constitui um enfoque de investigação e desenvolvimento, promocional do desenvolvimento biopsicossocial e humano da pessoa cega em analogia com essa evolução na pessoa normovisual, havendo a necessidade de se fazer uma viagem desde a mais remota ancestralidade, com particular enfoque (deixando para trás Homero, entre outros), em autores como Nicholas Saunderson (cego desde um ano de idade, nascido em 1682 e falecido em 1739, que veio a ser professor em Cambridge, onde fora encarregue da cadeira Lucasiana, nela sucedendo a Newton e William Whiston, ensinando as matérias de filosofia newtoniana, hidrostática, mecânica, ótica, som e astronomia, inventor de instrumentos de cálculo, geometria e ótica para sua utilização e demonstrações aos alunos, a quem é atribuído o teorema de Bayes, entre tantos outros relevantes acontecimentos), Diderot (1972), Louis Braille (1829), Castro

(1976a, 1976b, 1961a, 1961b, 1938 e 1936), AMADO (2021, 2013 e 2008), Amaral (2016), Fonseca (2021b), Godinho (2021), Guerreiro (2021a, 2021b e 2000), Hampshire (1981), Monteiro (1974), Oliva (2003), Pecegueiro (1962, 1960, 1959 e 1957), Pereira, Carlos (2021, 2018 e 2013), Pereira, Leonor (2021 e 1993), Queirós (2021), Rasteiro (2021 e 2017), Reino (1992), Silva (2015a, 2015b e 2007), Villey (1946 e 1937).

Este primeiro quartel do século XXI será extremamente criativo, inovador e promissor na área da tiflologia em Portugal, com o CPTEI, CEV/MT, JSMCL (num alargado e aprofundado trabalho de investigação e desenvolvimento implicitado nos fundamentados propósitos históricos emancipadores dos cidadãos cegos abraçados e prosseguidos pela Fundação Nossa Senhora da Esperança) e Departamento de Museologia da ULHT, já com a envolvimento de alguns órgãos governamentais, mas tudo isto que está em acontecimento, e esperamos que em efetiva concretização, com base em valências inexplicavelmente ainda ignoradas, esquecidas, menosprezadas por alguma inconveniência... A história, às vezes, tem destas coisas!

Na filosofia científica e prática de atuação das sinergias supra também se integra o conceito de “Gestor de Inclusão”, criado e arquitetado sob inspiração do então Magnífico Reitor da ULHT, cabendo aqui salientar que há muita sensibilidade e criatividade, saber científico e académico, um elevado e digno espírito coletivo e com inquestionável determinação para a realização de boas práticas inclusivas assentes na confirmação por verificação experimental e experiencial (por vezes também comparativa), constituindo-se este Grupo num conjunto de sinergias humanas e científicas muito singular e único nas circunstâncias em que nos juntamos, nada fácil de encontrar assim.

Há realização de investigação e desenvolvimento em “Estudos Ergonómico-Espaciais e Multissensoriais na Diversidade e Equidade em Sociomuseologia”, sendo uma preocupação nova e com todas as pernas para andar.

Estes trabalhos de investigação poderão desenvolver-se de mãos dadas entre o CPTEI, o CEV/MT, o Jardim Sensorial/Dialogante, o Departamento de Museologia da ULHT, outros Centros de Investigação e estabelecimentos de Ensino Superior que já têm Protocolos de Cooperação assinados com a FNSE, sob os olhos dos órgãos governamentais que começam a manifestar-se, envolvendo nestes trabalhos mais empenho e desempenho pessoais e institucionais internos e externos a este compromisso essencialmente polidimensional (CPTEI-CEV/MT-JSMCL-ULHT), em termos institucionais, mas unidos num projeto científico comum.

Há realização de formação específica e centrada nas valências sociomuseológicas a desenvolver em equidade para pessoas cegas e normovisuais.

Há realização de estudos ergonómico-espaciais/cósmico sensoriais (inclusive praticando jogos lúdico científicos no plano de radicalidades sensoriocognitivas na acessibilidade e compreensão espacial/flutuações no ar em diferentes altitudes, mesmo a saltar de aviões) sobre o desenvolvimento e exercício da motricidade física e multissensorialidade, valorizando a diversidade na promoção da equidade numa aceção pedagógico educacional e cultural.

O objetivo também é investir fortemente em variáveis como, o relacionamento e interação com o meio, mobilidade no meio, autonomia e independência nos espaços morfológicos e geográficos da Vila de Castelo de Vide e imediações histórico culturais, mas associando tudo isto, de forma muito prática, às alternativas tecnológicas específicas.

Assumir funções de consultoria sobre acessibilidade e usabilidade nos museus, essencialmente correspondendo às necessidades das pessoas cegas.

Na verdade, e citando uma reflexão de Guerreiro (2002):

Todos podemos ser (e só devemos querer sê-lo) positivos empreendedores sociocomunicólogos e educadores, como operários fazedores de ética e deontologia, filósofos e psicólogos, arquitetos e urbanistas, na cúmplice organização dos pensamentos e ações, das palavras e atuações para a harmonia humana e social de todos, num mesmo idioma e identidade de ações e intenções, desde que, devotamente agindo nessa medida e equidade, jamais nos cansando de fomentar e desenvolver, inovar e exponenciar, partilhar e acessibilizar o conhecimento e o bem-estar a todos. (Pensamento 128)

A doura orientação, num plano de indiscutível excelência em cientificidade e sensibilidade do Professor Catedrático Doutor Mário Moutinho, deste pioneiro projeto de investigação, agora tornado Tese de Doutoramento em Sociomuseologia, com particular incidência em prementes contributos para a equidade em acessibilidade e usabilidade dos museus, simultaneamente em igualdade de circunstâncias e oportunidades para pessoas cegas e normovisuais, constitui um Marco Histórico singular na reciprocidade intercompreensiva no entendimento, na cooperação e no estabelecimento de normas e específicos princípios tiflocientíficos aplicados à Sociomuseologia para todos, privilegiando, no caso concreto, especialmente a equidade nos museus para cidadãos cegos e normovisuais.

É que a hegemonia da normalidade e a intermitente pressão da inferioridade do anómalo andam por aí a degladiarem-se e a vitimarem-se mutuamente num absurdo clima de paradoxos e controvérsias que só inviabilizam ou condicionam a prossecução e possível implementação

das indispensáveis políticas equitativas, abrangendo todos os cidadãos, sendo uma premente questão que, a nosso ver, só poderá resolver-se numa árdua e longa viagem em permanente empenho e desempenho de trabalhos na cultura da equidade, semeando e colhendo, como é o caso e o propósito da nossa investigação na forma de Contributos para a Equidade em Acessibilidade e Usabilidade das Pessoas Cegas e Normovisuais nos Museus.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, WEB-GRÁFICAS E ESPAÇOS
BIOBIBLIOGRÁFICOS (ACESSÍVEIS ON-LINE) DE PERSONALIDADES NA
ÁREA DA TIFLOLOGIA EM PORTUGAL**

- Alcântara, A. J. (1990). *Como educar as atitudes*. Lisboa: Plátano.
- Alves, C. A. (2000). *E se experimentássemos mais?: Contribuições não técnicas de acessibilidade em espaços culturais*. Curitiba: Appris.
- Amado, M. C. T. M. R. C. (2021). *Da ubiquidade do virtual na investigação: Relevância da acessibilidade na disponibilização de recursos históricos, sociológicos e culturais online*. Comunicação apresentada no 1.º Congresso Internacional Ciência e Tiflogia - A Cegueira em Contexto Científico / CPTEI-FNSE-ULHT. Castelo de Vide: Fundação Nossa Senhora da Esperança, 15-17 junho. Acedido em www.tiflogia.pt
- Amado, M. C. T. M. R. C. (2018a). José Álvares de Azevedo. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (p. 57). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.
- Amado, M. C. T. M. R. C. (2018b). Nicholas Saunderson. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (p. 569). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.
- Amado, M. C. T. M. R. C. (2013). *Hide and seek: normality issues and global discourses on blind school modern projects (late 18th-19th centuries)* (Tese de Doutoramento não publicada, em Ciências da Educação, Especialidade História da Educação). Universidade Clássica / Instituto de Educação, Lisboa.
- Amado, M. C.T.M. R. C. (2008). *Escritos em branco: Rupturas da ciência e da pedagogia no Portugal oitocentista: O ensino para cegos no Asilo-Escola António Feliciano de Castilho (1888-1930)* (Dissertação de Mestrado, não publicada, em Ciências da Educação). Universidade Clássica / Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Lisboa.
- Amaral, M. S. J. M.L. S. (2018a). Deficiência. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (p. 57). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.

- Amaral, M. S. J. M.L. S., & Guerreiro, A. D. (2018). Tecnologia de apoio. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (pp. 645-646). Almada/Portugal: EDLARS - Educomunicação e Vida.
- Amaral, M. S. J. M. L. S. (2016). *Contexto científico tecnológico e eliminação das barreiras sociocomunicacionais para as pessoas com défice visual: Relevância das tecnologias de apoio* (Tese de Doutoramento, não publicada, em Ciências da Informação). Departamento de Periodismo III da Faculdade de Ciências da Informação da Universidade Complutense, Madrid.
- Andrich, R. (1999). *Educação em tecnologias de apoio para utilizadores finais*. Milão: European Commission DG XIII.
- Antunes, M. A. (2021). *Do índice de desenvolvimento humano aos objetivos de desenvolvimento sustentável, com incidência nas desigualdades*. Comunicação apresentada no 1.º Congresso Internacional Ciência e Tiflologia - A Cegueira em Contexto Científico / CPTEI-FNSE-ULHT. Castelo de Vide: Fundação Nossa Senhora da Esperança, 15-17 junho. Acedido em www.tiflologia.pt
- Antunes, M. A. (2018). Museologia e acessibilidade: O Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna - Um museu para todos. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (pp. 437-456). Almada: EDLARS - Educomunicação e Vida.
- Antunes, M. A. (2015, outubro). Pelos caminhos da Museologia em Portugal. *RITUR - Revista Iberoamericana de Turismo*, 5, 142-156. Acedido em <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/2013>
- Antunes, M. A. (2006). *Para uma utilização do SPSS - statistical package for the social sciences: Guia do utilizador, parte I. Estatísticas descritivas* (4.ª reimpressão). Lisboa: CEPAD/ULHT.
- Antunes, M. A. (1994). *Requiem por Vilarinho da Furna: Uma aldeia afundada*. Lisboa: Biblioteca da Universidade Lusófona.
- Assembleia da República (2021). *Estratégia Nacional de Promoção da Acessibilidade e Inclusão dos Museus, Monumentos e Palácios 2021-2025*.

- Austin, J. L. (1993). *Sentido e percepção*. São Paulo: Martins Fontes.
- Barbier, R. (2003). A escuta sensível na abordagem transversal 1998. onde? pp. 168-199.
- Bértolo, H. (2021). *Processamento visual em cegos congénitos: Um modelo para a imagética visual na ausência de percepção visual*. Comunicação apresentada no 1.º Congresso Internacional Ciência e Tiflogia - A Cegueira em Contexto Científico / CPTEI-FNSE-ULHT. Castelo de Vide: Fundação Nossa Senhora da Esperança, 15-17 junho. Acedido em www.tiflogia.pt
- Bhabha, H. (1996). *Negociando arrebatamento: O poder da arte para transformar vidas*. Lisboa: Museu de Arte Contemporânea.
- Axel, E. S., & Levent, N. S. (2003). *Art beyond sight: A resource guide to art, creativity and visual impairment*. New York: American Foundation for the Blind.
- Bhabha, H. (1994). *The location of culture*. GoogleBooks.
- Barnes, C. & Mercer, G. (2010). *Exploring Disability. A Sociological Introduction*. Cambridge: Polity Press.
- Barraga, N. C. (1977). *Increased visual behavior in low vision children*. New York : AFB.
- Barraga, N. C. (1975). *Visual handicaps and learning: A developmental approach*. Belmont : Wadsworth.
- Barraga, N. C. (1974). Utilization of sensory perceptual abilities. *The Visually Handicapped Child in School, Berthold Lowenfeld*, 117-154. London : Constable.
- Bastardo, C. (1996, novembro). Importância do ensino do Braille no processo de reabilitação. *Poliedro: Revista de Tiflogia e Cultura*, 423, 1-23.
- Becker, K. P. (1973, agosto, setembro, outubro). Principais aspectos da investigação no campo da pedagogia dos deficientes visuais na República Democrática Alemã. *Poliedro: Revista de Tiflogia e Cultura*, 170-171, 52-59, 13-18.
- Bento, J. (1994, outubro). Reabilitação: que caminhos, que escolhos. *Poliedro: Revista de Tiflogia e Cultura*, 400, 5-19.
- Bento, J. (1993, janeiro). A leitura e as novas tecnologias. *Poliedro : Revista de Tiflogia e Cultura*, 381, 1-13..

- Bigelow, A. E. (1990). Relationship between the development of language and thought in young blind children. *Journal of Visual Impairment & Blindness*, 84, 414-419.
- Bigelow, A. E. (1986). The development of reaching in blind children. *British Journal of Developmental of Developmental Psychology*, 4, 355-366.
- Birns, S. (1986, fevereiro). Age at onset of blindness and development of space concepts: from topological to projective space. *Journal of Visual Impairment and Blindness*, 80(2), 577-582.
- Blake, M. (1945, dezembro). Mapas eléctricos para os cegos [Edição em braille]. *Revista dos Cegos*, 30, 9-12.
- Braille, L. (1829). *Procédé pour écrire les paroles, la musique et le plain-chant au moyen de points, à l'usage des aveugles et disposés pour eux*. Paris: Institution Royal des Jeunes Aveugles.
- Brownell, L. P. (1942, julho). O sentido do tacto. *Revista dos Cegos*, 27, 26-28.
- Bruno, C. (2006). *Cadernos de Sociomuseologia*, p. 25.
- Bruno, M. M. G. (1997). *Deficiência visual: Reflexão sobre a prática pedagógica!* São Paulo: Laramara.
- Chagas, M. (2014). Museologia social: reflexões e prática (à guisa de apresentação). *Cadernos do CEOM (Ano 27)*, 41, 9-22.
- Canotilho, J. J. G. (2008). *Estudos sobre direitos fundamentais*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Cardoso, M. M. V. P. (2009). *O bebé cego no primeiro ano de vida: Intervenção precoce no desenvolvimento sensorial e cognitivo e na sociocomunicabilidade* (Dissertação de Mestrado não publicada, em Comunicação Alternativa e Tecnologias de Apoio). Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação / Universidade Lusófona, Lisboa.
- Carvalho, F. (2007). *Escola para todos?: A educação de crianças com deficiência na perspectiva da ecologia humana*. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.
- Carvalho, J. V. (2021). *Psicomotricidade e dinâmica desportiva para pessoas cegas em contexto inclusivo*. Comunicação apresentada no 1.º Congresso Internacional Ciência e

Tiflologia - A Cegueira em Contexto Científico / CPTEI-FNSE-ULHT. Castelo de Vide:
Fundação Nossa Senhora da Esperança, 15-17 junho [Site www.tiflologia.pt].

- Carvalho, J. V. (2018a). Desporto adaptado. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (pp. 204-205). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.
- Carvalho, J. V. (2018b). Desporto para cegos e com baixa visão. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (p. 205). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.
- Casey, S. M. (1978). Cognitive mapping by the blind. *Journal of Visual Impairment and Blindness*, 71(4), 297-301.
- Castro, J. A. B. M. (1994). *Estudo da influência da capacidade de resistência aeróbia na orientação e mobilidade do cego*. Lisboa: Secretariado Nacional de Reabilitação.
- Castro, J. A. (1976a). *Os cegos como cidadãos e como homens*. Porto: Centro Prof. Albuquerque e Castro - Edições Braille. (Conferência realizada no Clube Fenianos Portuenses, em 21 de Outubro de 1948, e impressa em caracteres comuns pela Imprensa Social, Secção da Coop. do Povo Portuense, em 1951).
- Castro, J. A. (1976b). *A educação dos cegos e a sua recuperação para a vida: Aspectos fundamentais da assistência tiflológica*. Porto: Centro Prof. Albuquerque e Castro - Edições Braille. (Conferência realizada no Clube Fenianos Portuenses, em 29 de Janeiro de 1951, e impressa em caracteres comuns pela Imprensa Social, Secção da Coop. do Povo Portuense, em 1951).
- Castro, J. A. (1963, junho). Bivalência do esquema integrador dos cegos na vida social. *Poliedro: Revista de Tiflologia e Cultura*, 68, 1-10.
- Castro, J. A. (1961a, janeiro, abril, junho). O alfabeto braille: Sua génese, seu significado. *Poliedro: Revista de Tiflologia e Cultura*, 44, 1-9; 46, 1-8; 48, 1-8. [Disponível em caracteres comuns na Biblioteca Nacional de Portugal, incluído na Colecção ‘Poliedro’ intitulada ‘Caminho da Recuperação dos Não Videntes’, Vol. I].
- Castro, J. A. (1961b, agosto-setembro). Subsídios para o estudo do sentido dos obstáculos. *Poliedro: Revista de Tiflologia e Cultura*, 50, 1-9. [Disponível em caracteres comuns na

Biblioteca Nacional de Portugal, incluído na Colecção ‘Poliedro’ intitulada ‘Caminho da Recuperação dos Não Videntes’, Vol. I].

- Castro, J. A. (1960a, novembro). Os cegos e o seu direito. *Poliedro: Revista de Tiflogia e Cultura*, 42, 1-7.
- Castro, J. A. (1960b, dezembro). Considerações sobre a relação cego-vidente. *Poliedro: Revista de Tiflogia e Cultura*, 43, 1-9.
- Castro, J. A. (1959, janeiro). Luís Braille. *Poliedro: Revista de Tiflogia e Cultura*, 24, 42.
- Castro, J. A. (1958, janeiro, abril, junho, agosto-setembro). Alguns apontamentos sobre o problema tifológico português. *Poliedro: Revista de Tiflogia e Cultura*, 14, 1-5; 16, 1-5; 18, 1-5; 20, 1-8.
- Castro, J. A. (1938a, abril). A voz humana como expressão de carácter [Edição em braille e em caracteres comuns]. *Revista dos Cegos*, 20, 14-24.
- Castro, J. A. (1938b, outubro). Considerações tiflo-pedagógicas [Edição em braille]. *Revista dos Cegos*, 22, 12-18.
- Castro, J. A. (1937, janeiro). Considerações sobre tiflo-pedagogia [Edição em braille]. *Revista dos Cegos*, 15, 9-16.
- Castro, J. A. (1936a, abril). A escrita em relevo antes e depois de Luiz Braille. *Revista dos Cegos*, 12, 2-11.
- Castro, J. A. (1936b, julho). A independência de movimentos como condição essencial à actividade dos cegos [Edição em braille]. *Revista dos Cegos*, 23, 2-10.
- Castro, J. A. (1935a, janeiro). O esperanto e os cegos [Edição em braille]. *Revista dos Cegos*, 7, 13-18.
- Castro, J. A. (1935b, julho). Os jogos e os desportos entre os cegos [Edição em braille]. *Revista dos Cegos*, 9, 19-26.
- Castro, J. A. (1935c, outubro). Notas sobre um aspecto da escrita Braille [Edição em braille]. *Revista dos Cegos*, 10, 10-16.
- Castro, J. A. (1934a, abril). Um aspecto do preconceito da cegueira [Edição em braille]. *Revista dos Cegos*, 4, 11-15.

- Castro, J. A. (1934b, outubro). Leitura mecânica [Edição em braille]. *Revista dos Cegos*, 6, 5-10.
- Castro, J. A. (1933, outubro). Vantagens do poliglottismo entre os cegos [Edição em braille]. *Revista dos Cegos*, 2, 14-18.
- Castro, P. R. A. (1969, junho-julho). Tentativas de integração e de ensino integrado. *Poliedro: Revista de Tiflogia e Cultura*, 128-129, 33-39, 29-35.
- Castro, P. R. A. (1966, maio-junho). A educação sensorial ao serviço dos cegos. *Poliedro: Revista de Tiflogia e Cultura*, 97-98, 1-8, 1-10.
- Castro, P. R. A. (1958, julho). Pugnando pela emancipação social dos não videntes. *Poliedro: Revista de Tiflogia e Cultura*. 19, 1-9.
- Cavaco, G. (2006). Artigo?. *Cadernos de Sociomuseologia*, 25, páginas?.
- Costa, S. A. J. (2016). *Todos à procura de um caminho: Acessibilidades e usabilidade da cidade para deficientes visuais*. (Dissertação de Mestrado não publicada em Comunicação Alternativa e Tecnologias de Apoio). Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação da Universidade Lusófona.
- Cunha, A. C. B., & Enumo, S. R. F. (2003). Desenvolvimento da criança com deficiência visual e interação mãe-criança: Algumas considerações. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 4(1).
Acedido em <http://www.sp-ps.com/pdf/PSD-IV-1/quatro-1-3.pdf>
- Cyrułnik, B. (1995). *O nascimento do sentido*. Lisboa: Piaget.
- Devost, J. (2021). *Voir autrement: Cours de peinture pour malvoyants*. Comunicação apresentada no 1.º Congresso Internacional Ciência e Tiflogia - A Cegueira em Contexto Científico / CPTEI-FNSE-ULHT. Castelo de Vide: Fundação Nossa Senhora da Esperança, 15-17 junho. Acedido em www.tiflogia.pt
- Decreto n.º 18373/1930, de 22 de maio, Ministério da Instrução Pública, Secretaria Geral, *Diário do Governo*, I Série, n.º 117; p. 923.
- Decreto n.º 292/1894, de 22 de dezembro, *Diário do Governo*.
- Decreto-Lei n.º 126/2017, de 4 de outubro, *Diário da República*, I Série, p. 5594.
- Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, *Diário da República*.
- Decreto-Lei n.º 319/1991, de agosto, *Diário da República*.

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, *Diário da República*.

Diderot, D. (1972). *Pensées philosophiques: Addition aux pensées philosophiques. Lettre sur les aveugles: Additions à la lettre sur les aveugles. Supplément au voyage de bougainville*. Paris: Flammarion.

Direction des Musées de France. (1997). *Des musées pour tous: Manuel d'accessibilité physique et sensorielle des musées*. Paris: Resource, The Council for Museums, Archives and Libraries, através das publicações disponibilizadas no Sítio www.resource.gov.uk. Ou ainda o trabalho publicado por The National Museums of Scotland (Designing Exhibitions to Include People with Disabilities Practical Guide, de Gail Nolan, Edimburgo, 1997).

Duarte, P. T., & Cruz, M. M. (1994). *João dos Santos: O prazer de existir, a vida e a obra, percurso humano e profissional*. Lisboa: Liga Portuguesa de Deficientes Motores e Colégio Eduardo Claparède.

Estrela, R. (2018a). Ética na comunicação empresarial e em cidadania inclusiva. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (pp. 245-252). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.

Estrela, R. (2018b) Publicidade e inclusão. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (pp. 539-543). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.

Feitosa, A. M. (2018). Inclusão e bem-estar. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (pp. 333-334). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.

Feitosa, A. M. (1993). *Contribuições de Thomas Kuhn para uma epistemologia da motricidade humana*. Lisboa: Instituto Piaget.

Fernandes, A. M. (1936, janeiro). Homenagem a Valentin Haüy e Luís Braille: poema [Edição em braille]. *Revista dos Cegos*, 11, 18-19.

Ferreira, L. M. S. (2012). *A atitude dos professores em relação à inclusão de alunos com deficiência visual na escola e na sala de aula* (Dissertação de Mestrado não publicada em

Educação Especial). Faculdade de Motricidade Humana/UL, Lisboa. Acedido em <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/5020/1/Tese%20definitiva.pdf>

- Figurelli, G. R. (2014). A relevância das práticas avaliativas na rotina dos museus. *Revista Musas*, 6, 146-163.
- Fonseca, M. (1936, janeiro). Charles Barbier: inventor da escrita em pontos [Edição em braille]. *Revista dos Cegos*, 11, 2-8.
- Fonseca, M. (1935, outubro). Sobre o sentido dos obstáculos. *Revista dos Cegos*, 10, 2-10.
- Fonseca, M. (1934, abril). Tiflologia luso-brasileira [Edição em braille e em caracteres comuns]. *Revista dos Cegos*, 4, 21-28.
- Fonseca, M. (1934-1937, abril, janeiro). Trabalho para os cegos. *Revista dos Cegos*, 4, 2-6; 15, 2-9.
- Fonseca, V. (2021a). Experiência de aprendizagem mediatizada no contexto familiar. In A. D. Guerreiro (Dir. científica), *Educomunicação Parento-Filial Inclusiva: Ciência, Cultura e Cidadania* (pp. 163-184). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. (Com apoio do CICANT).
- Fonseca, V. (2021b). *O papel da exploração háptica na aprendizagem da pessoa cega*. Comunicação apresentada no 1.º Congresso Internacional Ciência e Tiflologia - A Cegueira em Contexto Científico / CPTEI-FNSE-ULHT. Castelo de Vide: Fundação Nossa Senhora da Esperança, 15-17 junho. Acedido em www.tiflologia.pt
- Fonseca, V. (2018a). Dificuldades de aprendizagem específicas. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (pp. 206-213). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.
- Fonseca, V. (2018b). Exterocepção. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (p. 253). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.
- Fonseca, V. (2018c). Interocepção. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (p. 354). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.

- Fonseca, V. (2018d). Propriocepção. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (p. 538). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.
- Fonseca, V. (2018e). Psicomotricidade. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (pp. 538-539). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.
- Fonseca, V. (1999). *Perturbações do desenvolvimento e da aprendizagem: Tendências filogenéticas e ontogenéticas*. Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana da UTL.
- Fonseca, V. (1995). *Aprender a aprender a educação cognitiva*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Fontes, F. (2016). *Pessoas com Deficiência em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Fragoso, M. (2012). *Design gráfico em Portugal: Formas e expressões da cultura visual do século XX*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Freire, P. (2000). *Pedagogia da indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP.
- Garcia, A. M. C., & Neves, J. (2017). *Guia de boas práticas de acessibilidade: Comunicação inclusiva em monumentos, palácios e museus*. Lisboa: Turismo de Portugal, I.P.
- Godinho, A. (2022). *Cadernos do Almanaque da Mó: Cartas, recolha de salmos e poéticas por A. Alves Godinho*. Lisboa: Edições Colibri.
- Godinho, F. (2021). *A investigação em engenharia de reabilitação para a autonomia das pessoas com deficiência visual ao longo dos tempos*. Comunicação apresentada no 1.º Congresso Internacional Ciência e Tiflogia - A Cegueira em Contexto Científico / CPTEI-FNSE-ULHT. Castelo de Vide: Fundação Nossa Senhora da Esperança, 15-17 junho. Acedido em www.tiflogia.pt
- Gomes, A. (2021). *Lição de coisas: uma história do Lar Branco Rodrigues*. Lisboa: anta Casa da Misericórdia
- Guerreiro, A. D. (2022). Tifloinclusão. Reflexões n.º 202 e 206. *Pensamentos: Cronologia II*. Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida. Acedido em Blog deodatoguerreiro.blogspot.pt

- Guerreiro, A. D. (2021a). *Ciência, cultura e tiflogia: Educomunicação parento-filial nclusiva: - Ciência, Cultura e Cidadania* (pp. 185-201). (Dir. científica) A. D. Guerreiro. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. (Com apoio do CICANT).
- Guerreiro, A. D. (2021b). *Ciência e tiflogia: Variáveis tiflocientíficas para a inclusão em qualidade e oportunidades equitativas*. Conferência de abertura do 1.º Congresso Internacional Ciência e Tiflogia - A Cegueira em Contexto Científico / CPTEI-FNSE-ULHT. Castelo de Vide: Fundação Nossa Senhora da Esperança, 15-17 junho. Acedido em www.tiflogia.pt
- Guerreiro, A. D. (2021c, janeiro 8). Uma metodologia para a formação de professores de educação inclusiva na didática do braille. *Atas do Seminário A Didática do Braille comemorativo do Dia Mundial do Braille*, pp. 45-55. Organizado pelo Núcleo para o Braille e Meios Complementares de Leitura e coordenado pelo Instituto Nacional para a Reabilitação. Lisboa: ULHT.
- Guerreiro, A. D. (2020a). *Ciência e Tiflogia*. Acedido em BLOG deodatoguerreiro.blogspot.pt
- Guerreiro, A. D. (2020b). *Pensamentos: Cronologia I* (2ª Edição revista e aumentada). Almada: EDLARS - Educomunicação e Vida.
- Guerreiro, A. D. (2020c). *Vida, teoria e equidade: Elementos para uma teoria pedagógico educacional e cultural em cidadania*. Almada: EDLARS - Educomunicação e Vida.
- Guerreiro, A. D., (2019a). *Musicografia Braille e equidade na CPLP*. Coautor e diretor científico. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas/ULHT.
- Guerreiro, A. D. (2019b). A música e a vida em equidade. *Musicografia Braille e Equidade na CPLP* (pp. 153-194). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas/ULHT.
- Guerreiro, A. D. (2018a). Deficiência e consciência inclusiva. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (pp. 197-199). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.

- Guerreiro, A. D. (2018b). *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida em cidadania e no prazer solidário de existir*. (Coautor e Diretor científico). Almada: EDLARS - Educomunicação e Vida.
- Guerreiro, A. D. (2018c). Inclusão. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (pp. 332-333). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.
- Guerreiro, A. D. (2018d). Inclusão educacional. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (p. 335). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.
- Guerreiro, A. D. (2018e). Educomunicação. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (pp. 228-230). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.
- Guerreiro, A. D. (2018f). Educomunicação especial. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (p. 231). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.
- Guerreiro, A. D. (2018g). Educomunicação inclusiva. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (pp. 231-232). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.
- Guerreiro, A. D. (2018h). *Guia de intervenção precoce na disfunção visual: Teoria e prática em educação e cultura na família e na sociedade*. Almada: EDLARS - Educomunicação e Vida.
- Guerreiro, A. D. (2018i). *História breve dos meios de comunicação: Da imanenência pensante à sociedade em rede* (2.^a Ed.). Almada: EDLARS - Educomunicação e Vida.
- Guerreiro, A. D. (2018j). *Humanizar a vida em cidadania e no prazer solidário de existir*. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (pp. 313-326). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.
- Guerreiro, A. D. (2018k). Humanizar a vida: no prazer solidário de existir [Versão eletrónica]. *Revista Louis Braille*, 24, 16-19.

- Guerreiro, A. D. (2018l). Museologia e acessibilidade: A arte dos museus e centros de ciência - ao alcance das mãos. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (pp. 426-435). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.
- Guerreiro, A. D. (2018m). Museologia e inclusão. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (pp. 456-457). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.
- Guerreiro, A. D. (2018n). Museu tiflológico português. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (pp. 458-465). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.
- Guerreiro, A. D. (2018o). Turismo para todos. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (pp. 657-658). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.
- Guerreiro, A. D. (2018p). Humor e inclusão. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (pp. 326-329). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.
- Guerreiro, A. D. (2017). *Comunicação inclusiva em intervenção precoce na infância: Desafios e propostas*. (Coautor e diretor científico). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas/ULHT.
- Guerreiro, A. D. (2016). À luz da acessibilidade e da usabilidade em cidades/espços urbanos: ecologia comunicacional inclusiva. In M. Oliveira & S. Pinto (Eds.), *Atas do Congresso Internacional Comunicação e Luz* (pp. 215-227). Braga: CECS da Universidade do Minho.
- Guerreiro, A. D. (2015, outubro). European intellectual platform for professionals in the field of typhlology: A challenge/proposal. *R-LEGO - Revista Lusófona de Economia e Gestão das Organizações*, pp. ?? ISSN 2183-5845.
- Guerreiro, A. D. (2014). *Num polinómio educacional e cultural, uma perspetiva inclusiva para uma teoria do desenvolvimento humano na sociedade de todos* (Vídeo/45 minutos, com legendas e tradução em LIBRAS). Comunicação apresentada no 1.º Congresso de Acessibilidade Online, Rio de Janeiro, 21-27 setembro.

- Guerreiro, A. D. (2012). *Comunicação e cultura inclusivas*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas/ULHT (Com o apoio do CICANT/ECATI/ULHT).
- Guerreiro, A. D., (2011a). *Comunicar e interagir: Um novo paradigma para o direito à participação social das pessoas com deficiência*. (Coautor e Diretor científico). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas/ULHT (Com apoio da FCT).
- Guerreiro, A. D. (2011b). *Literacia braille e inclusão: Para um estudo histórico-cultural e científico da tiflografia, tiflogia, infotecnologia e equipamentos culturais em Portugal*. Lisboa: Câmara Municipal - DMC/GRC.
- Guerreiro, A. D. (2011c). Tifloperceptibilidade avançada vs sociocomunicabilidade, inclusão e qualidade de vida. In *Comunicar e Interagir: Um Novo Paradigma para o Direito à Participação Social das Pessoas com Deficiência* (pp.16-49). Lisboa: Edições Universitárias Lusófona/ULHT.
- Guerreiro, A. D. (2008). *A arte nos museus e centros de ciência viva: ao alcance das mãos: utopia e realidade*. Comunicação apresentada no Seminário Internacional ao Alcance das Mãos: Informação Tátil dos Museus / Centro de Ciência Viva, Parque das Nações, em parceria com a Universidade Lusófona, no âmbito do Mestrado em Comunicação Alternativa e Tecnologias de Apoio, da Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação, Associação Promotora de Emprego de Deficientes Visuais e Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito do Gabinete de Referência Cultural - Polo Interactivo de Recursos Especiais. Lisboa: Pavilhão do Conhecimento, 29 setembro.
- Guerreiro, A. D. (2000). *Para uma nova comunicação dos sentidos: Contributos da tecnologização da tiflografia para a ampliação dos processos comunicacionais*. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (Galardoado em 2000 com o Prémio de Mérito Científico "Maria Cândida da Cunha" do mesmo Secretariado Nacional, atual Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.).
- Guerreiro, A. D. (1999). *As vantagens da tecnologização da tiflografia: Contributos tiflológicos para um alargamento do paradigma comunicacional* (Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Especialidade Comunicação e Cultura). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, Lisboa.

- Guerreiro, M. L. R. F. (2020). *A biblioteca pública e o conhecimento universal: Elementos para um estudo e implementação de competências biblioinclusivas*. Almada: EDLARS - Educomunicação e Vida.
- Guerrinha, D. J. (2019). *Uma força da natureza: Aida Bruno Coelho, 1937-2016*. Palmela: Edição de Autor.
- Guerrinha, D. J. (2004). *Uma luz na história: Joaquim Guerrinha, 1913-1976: Um verdadeiro impulsionador da causa dos cegos em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.
- Habermas, J. (1986). *Morale et communication: Conscience morale et activité communicationnelle*. Paris: CERF.
- Hall, E. T. (1993). *Linguagem silenciosa*. Lisboa: Relógio de Água.
- Hall, E. T. (1986). *Dimensão oculta*. Lisboa: Relógio de Água.
- Hampshire, B. (1981). *La pratique du braille: Le braille comme moyen de communication*. Paris: UNESCO.
- Hampshire, B. (1980). *Establishing braille production facilities in developing countries*. Estocolmo: Swedish Federation of the Visually Handicapped.
- Hanson, R. E. (2014). *Mass communication: Living in a media world*. Los Angeles; London; New Delhi: SAGE.
- Hapemans, L. (1967). Development concepts of blind children between the ages of three and six as they relate to orientation and mobility. *The International Journal for the Education of the Blind*, 17(2), 41-48.
- Harrison, F., & Crow, M. (1996). *Living and learning with blind children*. Toronto: University of Toronto Press.
- Heidegger, M. (1987). *Being and time*. Oxford: Basil Blackwell.
- Hart, V. (1980). Environmental orientation and human mobility. *Foundations of Orientation and Mobility*, 9-36.
- Henri, P. (1966, agosto-setembro, dezembro). Algumas reflexões sobre as condições da comunicação na ausência da vista. *Poliedro: Revista de Tiflogia e Cultura*, 100, 15-21, 103, 1-9.
- Henri, P. (1952). *La vie et l'oeuvre de Louis Braille*. Paris: Presses Universitaires de France.

- Herskovits, M. J. (1952). *Les bases de l'anthropologie culturelle*. Paris: Paayot.
- Husserl, E. (1986). *A ideia da fenomenologia*. Lisboa: Edições 70.
- Husserl, E. (1959). *Lições para uma fenomenologia da consciência interna do tempo*. Lisboa: Casa da Moeda.
- Jacquin, M. (1989, outubro). De que ajudas necessitam as pessoas cegas no futuro próximo ou o acesso aos computadores ainda não é o que podia ser [Edição em braille e em suporte digital]. *Ponto e Som*. 63, 82-104.
- Khun, T. S. (1996). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Kugelmass, J. A. (1975). *Luís Braille: Janelas para os Cegos*. São Paulo: Fundação para o Livro do Cego no Brasil – Imprensa Braille.
- Leite, M. C. (2021). *Castelo de Vide/sensory garden*. Comunicação apresentada no 1.º Congresso Internacional Ciência e Tiflogia - A Cegueira em Contexto Científico / CPTEI-FNSE-ULHT. Castelo de Vide: Fundação Nossa Senhora da Esperança, 15-17 junho. Acedido em www.tiflogia.pt
- Leite, M. C. (2018a). *Cidades inteligentes*. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (pp. 102-103). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.
- Leite, M. C. (2018b). *Inteligência artificial*. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (pp. 348-349). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.
- Leite, M. C. (2020). [aka Manuel di Maria]. *Jardim da Esperança*. KDP es. ISBN 9798552828067.
- Leite, M. C. (2022). O Museu i Sensorial de Castelo de Vide. *Museologia e Património*. 8, 71-101.
- Leite, M. C. (2022). *Museums, my Heart, coletânea de notas de apoio às Aulas de Museologia e Computação, do programa doutoral de Museologia, ULHT 2021-2022*. Lisboa: ULHT.
- Leite, P. P. (2011). *Museologia, desenvolvimento e direitos humanos: campos emergentes da investigação-ação na globalização. Atas do VI Encontro de Museus Países e Comunidades de Língua Portuguesa*. Lisboa: ICOM.

- Leite, P. P. (2017). *Museologia Social e Dignidade Humana: Estudos sobre a diversidade cultural e desenvolvimento sustentável*. Amazon :eBook.
- Lobato, A. F. (2021). *Enjoying art beyond vision: Awareness of accessibility in art and education of the blind and visually impaired*. Comunicação apresentada no 1.º Congresso Internacional Ciência e Tiflologia - A Cegueira em Contexto Científico / CPTEI-FNSE-ULHT. Castelo de Vide: Fundação Nossa Senhora da Esperança, 15-17 junho. Acedido em www.tiflogia.pt
- Maria, M. (2021). *Jardim da esperança*. Castelo de Vide: Edição António Castilho e Manuel da Costa Leite.
- Martins, B. S. (2006). *E se eu fosse cego ? : Narrativas silenciadas da deficiência*. Porto : Edições Afrontamento.
- Martins, P. R. (2017). *Museus (In)Capacitantes: Deficiência, Acessibilidades e Inclusão em Museus de Arte*. Lisboa : Caleidoscópio e Direção-Geral do Património Cultural.
- Mayrand, P. (2010). *Parcours d'un muséologue engagé*. Quebeque: La Decouverte.
- Merleau-Ponty, M. (1996). *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes.
- Miranda, J. (2017). *Direitos fundamentais*. Coimbra: Almedina.
- Miranda, J. (1999). A Constituição e a dignidade da pessoa humana. *Didaskalia*, 473-485. Lisboa: ISSN 0253-1674.
- Monteiro, O. (1974, julho-outubro). A cultura: Base da integração social dos cegos [Acedido em suporte digital]. *Ponto e Som*. 2, 23-39, 3, 55-79.
- Montoro, M. J. (1991). *Los ciegos en la historia*. Madrid: ONCE. (Publicação, cujo número de volumes em caracteres comuns se prevê ser 7 e, em braille, mais de 100, tendo sido publicados, apenas em tinta, o 1.º em 1991, o 2.º em 1992, o 3.º em 1993 e o 4.º em 1995).
- Moore, G. T., & Golledge, R. G. (1976). Environmental knowing: Concepts and theories. *Environmental: Research and Methods*, 168-180. Stroudsburg: P. A., Dowden, Hutchinson & Ross.
- Moore, G. T. (1975). Spatial relations hability and developmental levels of urban cognitive mapping: a research note. *Man-Environment Systems*, 5, 247-248.

- Moore, G. T. (1974). The development of environmental knowing: An overview of an interactionalconstructivist theory and some data within-individual development variations. *Psychology and the Built Environment*, 14-15. New York: Eds. D. Canter & T. Lee, Halstead Press.
- Moore, G. T. (1973). *Developmental variations between and within individuals in the cognitive representation of large scale spatial environments*. New York: Halstead Press.
- Moreira, V. (2005). *Constituição da República Portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Mourão, D. B. (1982, novembro-dezembro). Necessidade de um bom sentido do tacto. *Poliedro: Revista de Tiflogia e Cultura*, 269. 1-9, 270, 1-13. (Comunicação apresentada nas ‘Jornadas Braille’, realizadas pela Área de Deficientes Visuais da Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, de 6 a 10 de abril de 1981).
- Moutinho, A. (2015). *Realidade aumentada aplicada à Museologia* (Tese de Doutoramento em Museologia). Lisboa: FCSEA, ULHT.
- Moutinho, M., & Figurelli G. (2016). Os Cadernos de Sociomuseologia 1993-2012: da nova Museologia à Sociomuseologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, 7, 19-29.
- Moutinho, M., & Guedes, S. (2015). Representações do Brasil em museus de Portugal. *Cadernos de Sociomuseologia*, 5, 31-54.
- Moutinho, M. (2014). Definição evolutiva de Sociomuseologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, 28, 5-38.
- Moutinho, M. (2012). Nueva Museologia de ayer, Sociomuseologia hoy: de los procesos históricos a las tendencias actuales. *Revista de Museologia*, 54, 30-34.
- Moutinho, M., & Mateus, D. (2010). The New Charter of Athens: A commentary. *Focus. Journal of the City and Regional Planning Department*, 7, 14-17.
- Moutinho, M. (1944, outubro). Sobre a Liga Portuguesa da Profilaxia da Cegueira [Edição em braille]. *Revista dos Cegos*, 29, 2-10.
- Moutinho, M. (1936, outubro). A educação dos cegos [Edição em braille]. *Revista dos Cegos*, 14, 18-20.
- Moutinho, M. (1934, outubro). A cegueira em Portugal [Edição em braille]. *Revista dos Cegos*, 6, 17-20.

- Nino, J. (1994). *A impregnação dos sentidos*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Nogueira, J. (2020). *Os Apocalypses de Jomo Scura Lacrima*. Lisboa: Edições Colibri.
- Nogueira, J. (1992). *O tacto dos sentidos: Contornos tiflológicos de um filosofema* [Edição em braille]. Lisboa: Centro de Produção de Material.
- Ochaíta, E., & Huertas, J. A. (1988). Conocimiento del espacio: Representación y movilidad en las personas ciegas. *Infancia y Aprendizaje*, 43, 45-58.
- Ochaíta, E. (1984). Una aplicación de la teoria piagetiana al estudio del conocimiento espacial en los niños ciegos. *Infancia y Aprendizaje*, 25, 81-104.
- Ochaíta, E. (1982). *El conocimiento del espacio en los niños ciegos*. Madrid: Universidad Autónoma.
- Oliva, F. P. (2009a, janeiro). 200 anos do nascimento de Louis Braille: Louis Braille (1809-1852): de um humilde berço ao Panteão Nacional [Acedido em suporte digital]. *Ponto e Som: Cultura e Informação*, 140, 12-35.
- Oliva, F. P. (2009b). *A Vida e Obra de Louis Braille por Pierre Henri*. Acedido www.tiflologia.pt
- Oliva, F. P. (2007, julho). Varanda do leitor: José Cândido Branco Rodrigues: filantropo, tiflófilo, pedagogo e tiflólogo [Em suporte digital]. *Ponto e Som: Cultura e Informação*, 134, 51-76.
- Oliva, F. P. (2003). *Do braille à braillogia*. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência - Comissão de Braille.
- Oliva, F. P. (1990, abril). Braille'n Speack [Edição em braille e em suporte digital]. *Ponto e Som*, 65, 44-45.
- Oliva, F. P. (1985a, outubro). Os cegos e a cooperação internacional [Edição em braille e em suporte digital]. *Ponto e Som*, 47, 95-107. [Tradução do texto, a que foi dado o presente título, escrito por John Colligan e publicado originalmente em *New Beacon*, março 1985, pp. 33-49].
- Oliva, F. P. (1985b, outubro). Os cegos e a leitura na Suécia [Edição em braille e em suporte digital]. *Ponto e Som*, 47, 107-122. [Condensado de um folheto distribuído pela IFLA – Secção de Bibliotecas para Cegos].

- Oliva, F. P. (1984a, abril). Moon [Edição em braille e em suporte digital]. *Ponto e Som*, 41, 27-35.
- Oliva, F. P. (1984b). Quem foi Valentin Haüy? [Edição em braille e em suporte digital]. *Ponto e Som*, 43, 85-103.
- Oliva, F. P. (1982a, janeiro). O alfabeto mascaró: Processo de leitura e escrita para cegos e videntes [Edição em braille e em suporte digital]. *Ponto e Som*, 32, 3-16.
- Oliva, F. P., trad. (1982b, janeiro). O braille e a tecnologia moderna: França [Edição em braille e em suporte digital]. *Ponto e Som*, 32, 20-22. [Notícias extraídas de *News*, julho-agosto 1981].
- Oliva, F. P. (1977, agosto-setembro). Associação de Cegos Luís Braille: 50 anos de existência e necessidade dum novo perfil voltado para o futuro. *Poliedro: Revista de Tiflogia e Cultura*, 212, 50-74.
- OMS (2004). *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. Lisboa: Direção Geral da Saúde.
- Palmeiro, J. (2019). Viagem no tempo com paragem na musicologia social: O Centro Português de Tiflogia e a evocação da génese da musicografia/música/orquestra de cegos no país. *Musicografia Braille e Equidade na CPLP*, (pp. 83-91). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. (Dir. científica A. D. Guerreiro, com apoio do CICANT/ECATI/ULHT).
- Palmeiro, J. (2018). Fundação Nossa Senhora da Esperança. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (pp. 267-270). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.
- Parlamento Europeu (2021). *Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030*.
- Passarelli, B., Silva, A. M., & Ramos, F., Org's (2014). *E-Infocomunicação: Estratégias e aplicações*. São Paulo: Editora Senac.
- Pecegheiro, J. (1962, dezembro). Tiflogia da linguagem. *Poliedro: Revista de Tiflogia e Cultura*, 63, 1-12.

- Pecegueiro, J. (1960, fevereiro-março). Os cegos devem organizar-se e dignificar-se a si próprios: A propósito do 2.º aniversário da Associação de Cegos do Norte de Portugal. *Poliedro: Revista de Tiflologia e Cultura*, 35, 1-9.
- Pecegueiro, J. (1959, maio). Os cegos não são invisuais. *Poliedro: Revista de Tiflologia e Cultura*, 27, 1-7.
- Pecegueiro, J. (1957, fevereiro). A formação intelectual dos cegos. *Poliedro: Revista de Tiflologia e Cultura*, 4, 1-5.
- Pereira, C. M. (2021). *O potencial multissensorial da inclusão da condição de cegueira no ensino da arquitetura*. Comunicação apresentada no 1.º Congresso Internacional Ciência e Tiflologia - A Cegueira em Contexto Científico / CPTEI-FNSE-ULHT. Castelo de Vide: Fundação Nossa Senhora da Esperança, dias 15-17 junho. Acedido em www.tiflologia.pt
- Pereira, C. M. (2018). Arquitetura inclusiva. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (pp. 20-21-334). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.
- Pereira, C. M. (1913). *A dimensão multi-sensorial da arquitetura: Uma abordagem qualitativa ao espaço balnear marítimo centrada na invisibilidade* (Tese de Doutoramento em Arquitetura, Instituto Superior Técnico, Lisboa).
- Pereira, L. M. (2021). *A informação sensorial na orientação e mobilidade: o desenvolvimento da criança cega neste contexto*. Comunicação apresentada no 1.º Congresso Internacional Ciência e Tiflologia - A Cegueira em Contexto Científico / CPTEI-FNSE-ULHT. Castelo de Vide: Fundação Nossa Senhora da Esperança, dias 15-17 junho. Acedido em www.tiflologia.pt
- Pereira, L. M. (1993). *Estruturação espacial e equilíbrio: Estudo com crianças de visão nula ou residual*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Pinto, A. (1992, junho). O papel da mobilidade na integração social do cidadão cego [Edição em braille]. *A Espiga*, 7, 4-10.
- Pinto, A. (1991a, dezembro). Quando os pais são cegos. *A Espiga*, 5, 24-28.
- Pinto, A. 1991b, julho). Será que a cegueira serve de base a quadros clínicos específicos? *A Espiga*, 3, 4-9.

- Pinto, A. (1990, outubro). A actividade onírica nos indivíduos cegos. *A Espiga*, 2, 14-20.
- Pinto, C. A. (1994, dezembro -1995, janeiro). A arte musical: linguagem transcendental para a pessoa deficiente visual. *Dinamização Cultural: Revista Áudio da Câmara Municipal de Lisboa*, 49-50. (Comunicação proferida na Conferência Europeia Linguagens Universais: o Gesto, a Pintura, a Escultura, a Dança, a Música..., organizada pela Câmara Municipal de Lisboa / Gabinete de Referência Cultural e realizada no dia 28 de outubro de 1994).
- Pinto, J. N. (1977, janeiro). José Cândido Branco Rodrigues. *Ponto e Som*, 12, 175-196.
- Pinto, J. N. (1962, maio). Branco Rodrigues e a sua obra. *Poliedro: Revista de Tiflogia e Cultura*, 57, 1-8.
- Pinto, J. N. (1960, maio). A recuperação dos cegos e o ambiente público. *Poliedro: Revista de Tiflogia e Cultura*, 37, 1-7.
- Popper, K. (1992). *Em busca de um mundo melhor: Ensaio*. Lisboa: Fragmentos.
- Primo, J. (2014). O social como objeto de Museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, 47, 5-28.
- Primo, J. (2012). Documentos básicos de Museologia: Principais conceitos. *Cadernos de Sociomuseologia*, p. 41.
- Queirós, S. (2021). *Síntese dos estudos das neurociências, psicologia e fisiologia da percepção háptica circunscrita à função percetivocognitiva da mão*. Comunicação apresentada no 1.º Congresso Internacional Ciência e Tiflogia - A Cegueira em Contexto Científico / CPTEI-FNSE-ULHT. Castelo de Vide: Fundação Nossa Senhora da Esperança, dias 15-17 junho. Acedido em www.tiflogia.pt
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ramos, M. N. (2001). *A pedagogia das competências: Autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez Editora.
- Rasteiro, D. (2021). *As pessoas cegas e as cidades inclusivas: uma necessidade emergente*. Comunicação apresentada no 1.º Congresso Internacional Ciência e Tiflogia - A Cegueira em Contexto Científico / CPTEI-FNSE-ULHT. Castelo de Vide: Fundação Nossa Senhora da Esperança, dias 15-17 junho. Acedido em www.tiflogia.pt

- Rasteiro, D. (2018). Inclusão social. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (p. 336). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.
- Rasteiro, D. (2017). *Percursos de inclusão social em Portugal: Dois estudos de caso centrados nas políticas locais para pessoas com necessidades especiais* (Tese de Doutoramento em Ciências da Educação).
- Universidad de Extremadura, Badajoz. (Também disponível no Repositório Nacional).
- Rebelo, A. .(1996). *Comunicar com a pessoa surdocega*. Lisboa: Casa Pia.
- Reino, V. R. (1992, janeiro). A palavra cegueira: Um pequeno estudo sobre as reacções de três grupos diferentes. *Dinamização Cultural: Revista Áudio da Câmara Municipal de Lisboa*, 14, páginas.
- Robalo, H. S. (1977, abril). Sabe quem foi Luís Braille? [Edição em braille e em suporte digital]. *Ponto e Som*, 13, 10-20.
- Rodrigues, A. D. (1995, abril-maio). Comunicação Verbal e Comunicação Não Verbal. *Dinamização Cultural: Revista Áudio da Câmara Municipal de Lisboa*, p. 53-54.
- Rodrigues, A. D. (1994). *Comunicação e cultura: A experiência cultural na era da informação*. Lisboa: Presença.
- Rodrigues, B. D. (1895-1920). *Jornal dos Cegos*. Castelo de Vide: Fundação Nossa Senhora da Esperança. Acedido em www.tiflologia.pt
- Saint-Exupéry, A. (1943). *O principzinho*. Lisboa: Dom Quixote.
- Santos, J. (1983). *Ensaio sobre educação - II: Falar das letras*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Santos, J. (1982). *Ensaio sobre educação - I: A criança quem é?* Lisboa: Livros Horizonte.
- Santos, M. (2001). *Por uma outra globalização, do pensamento único à consciencialização* (6ª Ed.). Rio de Janeiro: Record
- Santa Casa da Misericórdia do Porto. (1956-1978). *Coleção Poliedro: No caminho da recuperação social dos não videntes*. Porto: Centro de Produção do Livro para o Cego.
- Sarraf, V. P. (2015). *Acessibilidade em espaços culturais: Mediação e comunicação sensorial*. São Paulo: Editora da PUC-SP.

- Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. (1999). *Acessibilidade: Exemplos em Portugal*. Lisboa: SNRIPD/Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.
- [S.A.]. (1988, julho). O mundo em socorro do Museu Luís Braille. *Poliedro: Revista Tiflogia e Cultura*, 332, 61-64.
- [S.A.]. (1959, janeiro). Luís Braille. *Poliedro: Revista de Tiflogia e Cultura*, 24, 42.
- [S.A.]. (1939, janeiro). Valentin Haüy [Edição em braille]. *Revista dos Cegos*, 23, 11-12.
- [S.A.]. (1933, maio). Luís Braille. *Revista dos Cegos*, 1, 5-7.
- Serrano, J. M. (2018a). Educação Especial. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (pp. 226-227). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.
- Serrano, J. M. (2018b). Educação inclusiva. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (pp. 227-228). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.
- Serrano, J. M. (2018c). Escola inclusiva, diversidade e equidade. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (pp. 236-240). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.
- Serres, M. (1985). *Les cinq sens*. Paris: Grasset.
- Silva, A. N. (2018). *Museologia e acessibilidade: A casa do brinquedo e da brincadeira - um museu para todos*. In A. D. Guerreiro (Dir. Científica), *Dicionário de conceitos, nomes e fontes para a inclusão: Humanizar a vida no prazer solidário de existir* (pp. 436-437). Almada: EDLARS – Educomunicação e Vida.
- Silva, A. M. (2021). *Infocomunicação e educomunicação com a pessoa cega*. Comunicação apresentada no 1.º Congresso Internacional Ciência e Tiflogia: A Cegueira em Contexto Científico / CPTEI-FNSE-ULHT. Castelo de Vide: Fundação Nossa Senhora da Esperança, dias 15-17 de junho. Acedido em www.tiflogia.pt
- Silva, A. O. F. G. (2015a). *Ensino da matemática a alunos com necessidades visuais: Estratégias e metodologias dinamizadoras da aprendizagem* (Tese de Doctorado Europeu en Innovación Didáctica en la Sociedad del Conocimiento). Departamento de

Didáctica y Organización Escolar de la Facultad de Educación de la Universidad Complutense, Madrid.

Silva, A. O. F. G. (2015b, outubro). O Sistema Braille - um meio fundamental para a inclusão socioprofissional das pessoas cegas. *R-LEGO - Revista Lusófona de Economia e Gestão das Organizações*, 1, 127-146, ISSN 2183-5845.

Silva, A. O. F. G. (2007). *As pessoas deficientes visuais e o acesso à informação nas bibliotecas municipais de Portugal* (Tese de Doctorado en Ciencias de la Información, Documentación, Fundamentos, Tecnología y Aplicaciones). Departamento de Biblioteconomía Y Documentación de la Facultad de Ciencias de la Información de la Universidad Complutense, Madrid.

Simão, M. (2017). *Caminhos de memória: Para fazer uma exposição*. Brasília: Ibram.

Sirius, R. U., & Drew, S. (1994, fevereiro). *Audio virtual: Christopher Currell: el mago del sonido tridimensional*. *Revista de Occidente*, 153, pp. 141-146 [Entrevista concedida por Christopher Currell a R. U. Sirius e Sarah Drew, de *Mundo 2000*].

Stanke, A. (1988, janeiro). Pilotos cegos: Desafiar o horizonte dos sentidos. *Poliedro: Revista de Tiflogia e Cultura*, 326, 38-44.

Tan, A. (1996). *Os cem sentidos secretos*. Lisboa: Editorial Presença.

Teixeira, M. G. (2021). *Teoria e prática da Sociomuseologia*. Lisboa: ULHT.

Teixeira, M. G. (2019). Desafios na preservação do patrimônio afrobrasileiro no MAFRO/UFBA. *Cadernos de Sociomuseologia*, 58, 19-38.

UNESCO (2009). *Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência*.

Varine, H. (2013). *Museologia e património* [Entrevista realizada a 19 de abril na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa]

Villey, P. (1946). *El mundo de los ciegos*. Buenos Aires: Editorial Claridad.

Villey, P. (1937, abril). Gestos e atitudes. *Revista dos Cegos*, 16, pp. 10-19. Acedido em 07-05-2022, em www.inr.pt e em 05.05.2022 em www.tiflogia.pt

Espaços Biobibliográficos (Acessíveis On-Line) de Personalidades na Área da Tiflogia em Portugal:

Falecidos, por ordem cronológica:

Espaço Biobibliográfico 1 - Baltazar Dias (Cego, dramaturgo e poeta, da Ilha da Madeira, Séc. XVI).

Espaço Biobibliográfico 2 - José de Sousa (Cego, erudito e poeta português, Sécs. XVII-XVIII).

Espaço Biobibliográfico 3 - António Feliciano de Castilho (Cego português, poeta, prosador, historiador, crítico, polígrafo, eminente vulto das letras portuguesas).

Espaço Biobibliográfico 4 - José Cândido Branco Rodrigues (Normovisual português, tiflófilo, tiflólogo, Tiflopedagogo, fundador das primeiras Oficinas para Cegos em Castelo de Vide).

Espaço Biobibliográfico 5 - José de Albuquerque e Castro (Cego português, professor, investigador e tiflólogo).

Espaço Biobibliográfico 6 - Joaquim Guerrinha (Cego português, músico e tiflólogo).

Espaço Biobibliográfico 7 - Fernando da Silva (Cego português, tiflólogo).

Espaço Biobibliográfico 8 - Assis Milton (Cego português, tiflólogo e fundador da Associação Promotora de Emprego de Deficientes Visuais).

Espaço Biobibliográfico 9 - Filipe Pereira Oliva (Cego português, investigador e tiflólogo).

Espaço Biobibliográfico 10 - Orlando de Jesus Monteiro (Cego português, tiflólogo e político de reabilitação).

Espaço Biobibliográfico 11 - Aida Bruno Coelho (cega portuguesa, tiflóloga e investigadora, tendo desenvolvido material didático específico tátil para pessoas cegas e normovisuais, sobretudo para docentes cegos).

Espaço Biobibliográfico 12 - José Joaquim da Silva Baptista (cego português, matemático e cientista).

Espaço Biobibliográfico 13 - Vítor Rapoula Reino (cego português, tiflólogo, etnomusicólogo e intérprete).

Espaço Biobibliográfico 14 - Diogo Salema Cordeiro (cego português, erudito nas áreas da cultura e da tiflogia).

Vivos, por ordem alfabética:

Espaço Biobibliográfico - Carlos Tomás Mourão Soares da Costa Pereira (cego português, arquiteto, doutorado em Arquitetura, na área disciplinar da arquitetura e exploração de métodos qualitativos de avaliação do uso do espaço construído, métodos alicerçados na perceção sensorial do utilizador cego, 1º Galardoadado com o “Prémio Fundação Nossa Senhora da Esperança”).

Espaço Biobibliográfico - Fernando Bivar Weinholtz (normovisual português, médico Oftalmologista, investigador na área da visão/tiflologia, fundador do Gabinete de Subvisão do Instituto Oftalmológico Dr. Gama Pinto).

Espaço Biobibliográfico - Isidro da Eira Rodrigues (cego português, tiflólogo e investigador na área).

Espaço Biobibliográfico - José António Lage Salgado Baptista (cego português, tiflólogo e investigador na área).

Espaço Biobibliográfico - Vítor Manuel Rodrigues Perfeito Bordalo Coelho (cego português, Tiflólogo e investigador na área, musicólogo, tenor, cantor de música erudita, intérprete como solista e como coralista).

BREVE GLOSSÁRIO TIFLOCIENTÍFICO

Braille - Processo de leitura e escrita baseado no Sistema Braille (Oliva, F. In Guerreiro, 2018b, p. 65).

Braillística - Parte da Braillogia que se ocupa dos conhecimentos sobre a génese do Sistema Braille, os seus princípios estruturais e as condições mais adequadas de taticidade (Oliva, F. In Guerreiro, 2018b, p. 68).

Braillografia - Parte da Braillogia que se ocupa do material signográfico e correspondentes normas de aplicação utilizados nas diversas escritas em braille. A sua aplicação (Oliva, F. In Guerreiro, 2018b, p. 70).

Braillogia - Conjunto dos conhecimentos que consubstanciam e enquadram as matérias das várias vertentes da problemática do braille (Oliva, F. In Guerreiro, 2018b, p. 70).

Cego ou Invisual (Conceitos) - Pessoa privada do sentido da visão e que, habitualmente, assim é designada. Em relação ao uso dos dois conceitos, podemos inferir as seguintes deduções:

1. De acordo com o investigado e sustentado por linguistas/dicionaristas de relevante e inquestionável poder de análise e saber, os vocábulos "invisual" e "cego" consideram-se sinónimos, mas com peso idiossincrático e semântico, psíquico e emocional diferente para as pessoas normovisuais (sobretudo quando se referem ou se dirigem às pessoas cegas, mas em presença destas, persistindo ainda o vocábulo "ceguinho" nas circunstâncias acima aludidas) e para as pessoas cegas (muito em minoria entre elas), que admitem disfarçar e diluir no conceito o impacto da sua deficiência.
2. Ponderando os efeitos de recepção pública de um e de outro vocábulo, "invisual" tem um sentido eufemístico (por isso mais suave e, aparentemente, mais aceitável) e utiliza-se, nessa medida, principalmente por pessoas normovisuais, pressupondo-se que o seu efeito fonético/sensoriocognitivo seja menos agreste e mais inclusivo para as pessoas cegas, mas havendo também uma minoria de pessoas cegas que prefere o termo, por se lhes afigurar mais adequado a uma suposta evolução tiflocultural.
3. "Cego" é o termo tecnicamente correto, tendo em conta o curso e impacto paraverbal do vocábulo, apresenta-se-nos, paradoxalmente, como um termo mais duro, também mais marginalizante do que "invisual", mercê da força da essencialidade negativista histórico-cultural vivida e registada ao longo dos séculos.

4. Como pessoa cega, prefiro o vocábulo "cego" a "invisual", cujo valorativo efeito fonológico e sónico já incorporei na minha filosofia de linguagem e convicção, no hábito e cultura lexical específica, simultaneamente num propósito pedagógico perspetivado na suavidade formal e na fortaleza de princípios teórico/empíricos para a natural intercompreensão do conceito entre pessoas cegas e normovisuais. (Guerreiro, 2018b, p. 82-83).

Dactiflografia - Neologismo de Augusto Deodato Guerreiro para designar Dactilografia Braille. Ver Dactilografia Braille (Guerreiro, 2018b, p. 192).

Dactilografia Braille - Processo de escrita em máquinas adequadas, nas quais se primem simultaneamente as teclas correspondentes aos pontos necessários à formação de cada sinal.

O mesmo que Dactiflografia (neologismo nosso) (Guerreiro, 2018b, p. 192).

Exterocepção - Conjunto de sentidos sensoriais aferentes e distais, ditos exteroceptivos, como a visão, a audição, o olfacto, o gosto, o tacto e o cinestésico (sentido do movimento), para além da pele e seus derivados, que são por definição: extrassomáticos, conscientes, observáveis e auto-controláveis.

A exterocepção envolve igualmente as sensações do tocar (sentido háptico), da pressão, da vibração, da temperatura, das dores, etc., que são transmitidas somatotopicamente e centripetamente, cujas aferências nociceptivas se propagam até ao córtex parietal (sentido táctilo-cinestésico), ao córtex occipital (sentido visual) e ao córtex parietal (sentido auditivo), passando previamente pelos núcleos da ponte e do tálamo.

No seu conjunto neurofuncional, tais sentidos captam e recebem estímulos fora do corpo e dão a informação ao cérebro que os seres humanos necessitam para atuar e interagir com o mundo exterior ou envolvente (Fonseca, V. In Guerreiro, 2018b, p. 253).

Infocominclusão - Ato ou efeito de comunicar e informar de modo equitativo. Infocomunicação inclusiva (Guerreiro, 2021b, www.tiflologia.pt).

Interocepção - Conjunto de sentidos sensoriais proximais, ditos interoceptivos, como os órgãos internos que regulam as funções vitais da circulação, da digestão, do sono, da vigilância e da respiração, que são por definição intrassomáticos, viscerais, inconscientes, automáticos, inobserváveis e não controláveis. No seu conjunto neurofuncional, tais sentidos captam e recebem estímulos dentro do corpo e dão a informação dos órgãos internos ao tronco cerebral que os seres humanos necessitam para integrar e processar atividades sensório-motoras básicas para se adaptarem ao mundo exterior ou envolvente (Fonseca, V. In Guerreiro, 2018b, p. 354).

Propriocepção - Conjunto de sensações emanadas (inputs) dos músculos, dos tendões, das articulações e dos receptores cutâneos do próprio indivíduo que comunicam ao cérebro, particularmente ao tronco cerebral, ao cerebelo e ao lobo parietal, como se deve ativar, inibir e ajustar a motricidade adaptativa ao envolvimento gravitacional permanente. A propriocepção opera nos processos de contractibilidade e de extensibilidade tônico-muscular, nos processos de encurtamento e de alongamento tendinoso e na rotação e compressão das articulações que no seu conjunto harmonioso produzem e sustentam a resposta motora adaptativa, integrando necessariamente o controlo postural em que participa a regulação vestibular.

O conjunto das informações de interface com o mundo provocadas pela pele, pelo corpo e pela sua motricidade, permite ao córtex pré-frontal conhecer onde cada componente do corpo se encontra no espaço e permite planificar e executar a ação de acordo com as exigências da situação onde o indivíduo se encontra, ou de acordo com as exigências de manipulação do objeto que o indivíduo controla (Fonseca, V. In Guerreiro, 2018b, p. 538).

Psicomotricidade - Campo inter e transdisciplinar que estuda, investiga, identifica e intervém nas relações e influências recíprocas e sistémicas entre o psiquismo e a motricidade, enfocando-a nas estruturas, nas funções e disfunções neurodesenvolvimentais do cérebro e na sua organização íntima, assim como nos instrumentos cognitivos e no conjunto do funcionamento mental que a integram, planificam e executam, entendendo-a como resposta adaptativa e como interface com que o ser humano interage com o envolvimento. Dentro deste contexto, a motricidade humana é entendida como o conjunto de expressões corporais, gestuais, posturais, somatognósicas e práxicas que sustentam e suportam as funções mentais, assegurando a sua regulação e produtividade criativa.

Nos domínios da educação, a psicomotricidade visa otimizar a ontogénese em todas as suas dimensões, sejam: emocionais, relacionais, mentais, corporais e expressivas, enquanto no domínio da clínica e das terapias visa identificar sinais de distúrbio ou de dificuldades, nomeadamente quanto às competências básicas de desenvolvimento e de aprendizagem e procura elaborar e criar novas práticas que possam ser combinadas com práticas já comprovadas, ampliando o potencial relacional e neurofuncional do indivíduo em todas as suas idades (Fonseca, V. In Guerreiro, 2018b, p. 538-539).

Sistema Braille - Sucintamente, é o conjunto de 64 sinais, agrupados em sete séries, estruturados a partir das combinações dos seis pontos (1,2,3,4,5,6).

No sentido lato, é o sistema signográfico composto de grafemas tácteis (com as dimensões preferíveis de cada um de 0,43mm de altura e entre 1mm e 1,52mm de diâmetro na base) dispostos e ordenados numa sequência lógica de 64 sinais simples, designado por Sistema Braille, que constitui o universalmente adoptado instrumento literário e intelectossocial polivalente para a representação graficofonética de todos os domínios do conhecimento, como o flume fecundo e imensurável de sonhos e do desenvolvimento sensoriocognitivo, autonómico e de independência, da sociocomunicabilidade e interação, da legitimação do sentido e qualidade de vida das pessoas cegas no mundo (Guerreiro, 2018b, p. 636-637).

Tiflociência - Neologismo que visa alargar e aprofundar cientificamente o conceito de Tiflogia, numa mais precisa confirmação por verificação experimental ou comparativa, enquadrando e fundindo a sua especificidade disciplinar na interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade (investigando-a e testando-a mais, validando-a e aplicando-a mais), nesta coevolução envolvendo, designadamente, contributos da biologia, antropologia, psicologia, psicomotricidade, psicofisiologia, física, engenharia de reabilitação, neurociências e inteligência artificial, bem como de outros domínios científicos que vierem a justificar-se integrar nesta senda científica, humana e social (Guerreiro, 2021b, p. 15).

Tiflofilia - Apego e dedicação à causa e problemática das pessoas cegas. (Oliva e Comissão de Braille. In Guerreiro, 2018b, p. 654).

Tiflografia - Sucintamente, é o estudo ou tratado da escrita em relevo para uso das pessoas cegas.

Num sentido mais amplo, a tiflografia é um processo tátil graficofonético e intelectossocial específico para uso literário das pessoas cegas, cuja viagem tem a sua génese em engenhosas tentativas muito recuadas no tempo, que prossegue o seu caminho de aperfeiçoamento e justificação até aos nossos dias, vindo a materializar-se e a implementar-se através de sucessivas etapas de progresso, desde a representação manual de caracteres - em relevo linear (Hauy) e por meio de pontos salientes dispostos sistematicamente (Serre e Braille) -, passando pela sua representação mecânica (a dactiflografia em máquinas especialmente concebidas para tal), até às atuais formas de representação em suporte digital, cada vez mais sofisticadas e precisas em acessibilidade e usabilidade, estado de graça este sustentado e disponibilizado pelos ilimitados recursos tiflotecnológicos (Guerreiro, 2018b, p. 654-655).

Tifloinclusão – Conceito societal concebido e perspectivado numa dimensão holista de igualdade dos cidadãos cegos e com os demais cidadãos não privados da visão anatómica, na sociedade de todos.

Forma transdisciplinar específica de estudar e encontrar todas as soluções possíveis para legitimamente conferir às pessoas cegas os mesmos direitos e oportunidades, igualdade em verdade e liberdade nos desafios e qualidade de vida que as pessoas normovisuais têm, assim se intentando viabilizar a normal intersocialização, no relacionar-se e interagir, no evocar intenções e concretizar ações, na naturalidade convivencial na sociedade constituída por todos, no mundo para todos.

Método epistemológico equitativo de tornar tudo o que é visível em tangível e /ou audível, tudo o que se vê, ouve, lê e se faz, acessível em compreensão e inteligibilidade às pessoas cegas e, nessa efetiva aceção, colocá-las e contextualizá-las em relacionamento e interação com os particularismos e universalidades do mundo global e pluriláctico, sempre procurando, imaginando, descobrindo, testando e utilizando os mais adequados, sofisticados e elucidativos processos ‘*infocominclusivos*’ e pedagógico educacionais e culturais para, coevolutivamente, se irem colmatando ao máximo lacunas cognitivas na sua consciente e precisa apreensão háptico-percetiva, multissensorial e ecolocalizacional e na sua fundamentada e sensata inteligência (Guerreiro, 2022, Blog deodatoguerreiro. Blospot.pt, e Silva, 2021, www.tiflogia.pt).

Tiflogia - Estudo sistemático ou abordagem especificamente aprofundada relativa à problemática da cegueira (Guerreiro e Comissão de Braille, 2018b, p. 655).

Já se equaciona a Tiflogia como o início de uma Ciência Humana e Social, na forma de uma senda específica no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, e que encerra em si sete valências tiflocientíficas, as quais já em aprofundado estudo, emergindo neste processo dados e resultados absolutamente inovadores e promissores em progressiva proficiência tifológica e tifloinclusiva, num contexto holista de equidade.

O termo Tiflogia é um neologismo que resulta da aglutinação dos vocábulos gregos “*tiphlos*” (cego) mais “*logos*” (fundamento lógico de um argumento/raciocínio) e é entendido como o estudo sistemático e interdisciplinar sobre a problemática da cegueira, sendo uma área disciplinar em contexto teórico-empírico e científico em alargamento e aprofundamento. O primeiro termo que veio a surgir, como génese terminológica do conceito de Tiflogia, foi Tiflofilia (apego/dedicação à causa/problemática da pessoa

cega), conceito este que remonta ao século XIX, e tendo o conceito de Tiflogia começado a aparecer no segundo quartel do século XX.

A Tiflogia é um vasto campo disciplinar, intelectossocial e prático, interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, cujos trabalhos de pesquisa, investigação e desenvolvimento, se prendem com a Ciência, para a consecução de provas no domínio das sete valências acima mencionadas (Informação também colhida em Guerreiro, 2021b e no site www.tiflogia.pt).

Tifloperceptibilidade - Neologismo ainda pouco conhecido. A tifloperceptibilidade é a capacidade/competência sensorial e cognitiva, sensório-intelectual e neuromotora/perceptivomotora da pessoa cega, consubstanciada na funcionalidade e operacionalidade do conjunto das suas modalidades sensoriais e competências sociais, alicerçado em experiência acumulada, devidamente estimulado e desenvolvido, ao mesmo tempo integrante de um amplo e experienciado desenvolvimento sociocognitivo e interativo/relacional. Isto traduz-se no desenvolvimento biopsicossocial e humano e da suplência multissensorial, perceptibilidade avançada de todos os sistemas sensoriais que restam, com excepcional vantagem para a mobilidade e orientação, independência e autonomia, sociocomunicabilidade e interação, emprego, autoconceito e autoconfiança, auto-imagem e auto-estima, inclusão e qualidade de vida da pessoa cega (Guerreiro, 2018b, p. 655-656).

Tiflossociocomunicação - Neologismo em que se traduz o ato ou efeito da pessoa cega se auto-envolver em todas as situações e contextos de relacionamento e interação sociocomunicacional das pessoas normovisuais e de merecer e usufruir, da parte destas, essa natural e equitativa envolvimento (Guerreiro, 2021b, p. 27 e 28).

Tiflotecnologia - Neologismo ainda pouco conhecido. Criado para designar as tecnologias e produtos de apoio (tecnologia assistiva) a pessoas cegas e com baixa visão.

Ver também Tecnologia de Apoio e Tecnologia Assistiva (Guerreiro, 2018b, p. 656).

Usabilidade (No plano da Engenharia de Reabilitação) - A ISO 9241-171 sobre Orientações para a Acessibilidade do Software define Acessibilidade como "Usabilidade de um produto, serviço, ambiente ou equipamento por pessoas com o espectro mais alargado de capacidades". [...]. Considerando a Usabilidade como a "eficiência, eficácia e satisfação com a qual um grupo de utilizadores do produto alcança objectivos específicos num determinado contexto" [ISO 9241-11], poderemos entender a Acessibilidade como a Usabilidade para todos e para diferentes contextos. Neste sentido, a Acessibilidade não

significa apenas a ausência de barreiras, mas também facilidade de uso. A facilidade de uso é particularmente relevante para pessoas com limitações ao nível cognitivo, da aprendizagem e da linguagem. A oferta de um leque variado de produtos e serviços que cubram as necessidades de diferentes públicos-alvo, a adaptação, os meios alternativos de informação, comunicação, mobilidade e manipulação, os produtos e serviços de apoio são outras formas de garantir a Acessibilidade a pessoas com deficiência.

[Recortado da Tese de Doutoramento "Uma Nova Abordagem para a Formação em Engenharia de Reabilitação em Portugal", defendida por Francisco Alexandre Ferreira Biscaia Godinho em 2010, na UTAD.] (Godinho, F. In Guerreiro, 2018b, p. 664).

Valência Cognitivo-sociocognitiva - Trata-se da capacidade e da competência da pessoa cega para adquirir, cultivar e exercitar uma utensilagem mental tão ampla e aprofundada quanto lhe seja possível, essencialmente ao nível das três grandes vertentes do conhecimento em geral, que são a História, a Geografia e a Literatura, de cujo domínio é vulgar sermos epitetados de mais ou menos cultos, podendo, também na posse conjunta desse conhecimento, relacionar-se e interagir numa dimensão mais consertada e precisa, sob o ponto de vista da identificação somatossensorial de tudo o que compõe o seu ambiente envolvente e interagir em pleno contexto sociocognitivo e sociocomunicacional (Guerreiro, 2021b, p. 14).

Valência Ecolocalizacional-locomocional (Orientação e Mobilidade) - Competência inata que todos temos, a pessoa cega em especial (também derivada dos chamados sentidos "ósseo", "visceral", "álgico" e "sentido de orientação magnética", também tão peculiares a certos seres vivos, como morcegos, pombos-correio, golfinhos, baleias), e que a pessoa cega pode desenvolver e elevar a níveis de extraordinária precisão, para se orientar e movimentar nos mais variados espaços e contextos (com ruídos de decibéis elevados, médios ou baixos, silêncios, aqui influenciando também condições meteorológicas/atmosféricas), identificar e detetar obstáculos ou qualquer sinal infocomunicacional, dirigir-se-lhes e localizá-los, até mesmo podendo e sabendo provocar a necessária informação para os identificar e localizar a distâncias muito variáveis, consoante situações e circunstâncias igualmente muito diversas, por exemplo emitindo sinais acústicos, sons vocálicos, estalidos com a língua no céu da boca, batendo com a bengala no chão, com maior ou menor intensidade à medida que se desloca, usando calçado duro ou de couro para que, na sua marcha, os passos produzam som no seu embate no pavimento, em lugares que lhe são ergonomicamente estranhos ou familiares, assim

lhe facilitando (num "sonar" inteligente) a independência locomocional, a identificação de espaços e contextos, de situações e sinais informativos da máxima diversidade, principalmente sons, os mais variados que possam ocorrer ou que a nossa imaginação possa descobrir ou conceber.

Por exemplo, o nosso maravilhoso instrumento psicobiológico, a voz, veicula, sem equívocos, as nossas sensações, os nossos sentimentos, as nossas manifestações de prazer ou desprazer, desgosto, repulsa... O gemido de quem está a dar à luz e o gemido de quem está em pleno climax, numa determinada consumação (nomeadamente sexual), são, aparentemente, idênticos... São questões de extrema e curiosa importância, os diferentes sons humanos/gemidos, que, no plano laboratorial, estão a merecer aprofundados estudos. Temos aqui também a Teoria da Variabilidade Tiflopercepcional, que é um projeto teórico-empírico e prático para se exercitar e aprofundar, com a pessoa cega, a sua autonomia e independência locomocional, no relacionamento e interação ecolocalizacional, espacial e distal.

Os principais sistemas sensoriais do ser humano deverão merecer todos, e não apenas, em regra, o mais absorvente (a visão), a necessária educação e, nessa medida, o implícito desenvolvimento somatossensorial e cinestésico, no caso, com enfoque na sensorialidade de bebés/pessoas cegas e bebés/pessoas normovisuais, desenvolvendo-se um processo conjunto e equitativo, o aprofundamento, validação, comprovação e aplicação da Teoria da Variabilidade Tiflopercepcional (avaliando-se a percepção em continuidade e descontinuidade na ausência da visão anatômica e com a modalidade sensorial visual em pleno funcionamento), utilizando, explorando e rentabilizando ao máximo os sistemas sensoriais, incluindo as modalidades vestibular e proprioceptiva, no seio do sistema somatossensorial e da cinestesia, multissensorial e sociocognitivo, ao nível dos quatro sistemas sensoriais, exponenciando-lhes a capacitação, em analogia, tanto quanto possível, com os detentores dos cinco sentidos, tendo em conta a tifloperceptibilidade (a competência da pessoa cega para detetar e localizar um determinado objeto ou obstáculo, essencialmente através do som) e da percepção/visualização desse mesmo objeto ou obstáculo, pela pessoa normovisual, em que, para a pessoa normovisual, é dela que depende a continuidade ou descontinuidade da visão dirigida a esse tipo de alvo, enquanto, para a pessoa cega, porque está privada dessa visão, a deteção ou localização desse alvo depende de vários fatores, de ordem acústica, térmica, mecânica, ou de outra natureza sensorial, mas em que tem de haver um sinal ecolocalizacional, que pode ser

sonoro, propositadamente permanente ou intermitente (Guerreiro, 2021b, pp. 11-12-13-25-26, e 2018d).

Valência Háptico perceptivo/multissensorial - Competência e precisão tatológica e de identificação que a pessoa cega tem, e que pode cultivar até ao mais alto nível, nessa competência tendo corpo e intervindo a interocepção, a exterocepção e a propriocepção (funcionalidades biológicas e psicomotricionais que possuímos, e que o grande e de renome psicomotricista Vítor da Fonseca, inexcelável investigador e ensaísta também neste domínio, cabendo aqui assinalar ainda, entre outros, os investigadores Leonor Moniz Pereira e o psicólogo Serafim Queirós).

Reforçando esta afirmação, há que estudar e aprofundar a conciliação da riqueza da diversidade com a promoção da igualmente magnificência da equidade, devolvendo à tatologia a sua tão significativa importância sensorio-perceptiva, apesar de sempre colocada em último lugar na ordenação dos sistemas sensoriais principais, no horizonte da centralidade da visão (cultura nascida na Grécia Antiga e que influenciou, nessa aceção, todo o Ocidente), cabendo aqui referir Aristóteles (c^a 383/384-322 a.C.), parafraseando-o, que afirma, no Tratado da Alma, ser-nos o sentido do tato o mais indispensável, sem o qual nenhum animal poderia existir, e Jacob Rodrigues Pereira (1715-1780), defendendo que toda a inteligência passa pelos sentidos e que todos os sentidos passam pelo tato, o que nos leva ainda, mesmo com alguma redundância propositada, a precisar e a justificar prioridades investigacionais a levar a cabo, como o imperativo inadiável de se aprofundarem mais conhecimentos sobre a fisiologia do tato, pesquisando e investigando a exata medida da amplitude da banda de transmissão de informação através desta modalidade sensorial (Guerreiro, 2021b, p. 10-21).

Valência Infocomunicacional-sociocomunicacional - Faculdades capacitantes que a pessoa cega possui, na ausência da visão anatómica, para desenvolver e refinar naturalmente os quatro sistemas sensoriais que lhe restam, também numa dimensão multissensorial, inclusive alicerçando-a, alargando-a e aprofundando-a na suplência multissensorial, de forma análoga àquela que as pessoas normovisuais desenvolvem a sua multissensorialidade, usando o sistema sensorial mais absorvente do ser humano, que é o da visão.

Neste mesmo contexto de relacionamento e interação, a comunicação, a palavra, a interlocução, todas as componentes comunicativas é que nos socializam e nos tornam seres sociais, conhecendo-nos uns aos outros não só através da linguagem corporal, mas,

para as pessoas cegas, sobretudo por intermédio da comunicação verbal e paraverbal, mas em que a cinesia, linguagem corporal, também constitui significativo peso informacional, principalmente pelos efeitos que provoca e produz na intencionalidade que pode denotar-se facilmente na intonacionalidade.

A paraverbalidade oral (porque a paraverbalidade também se pode representar escrevendo, com pontuações e sinais acessórios) constitui informação precisa na intensidade, no timbre, na altura, na entoação da voz, mesmo no débito. A dicção é informação, pois, No dizer de François Billetdoux (1927-1991), "a dicção é metade do pensamento, tudo o resto é vocabulário" (Guerreiro, 2021b, p. 14).

Valência Multissensorial-Ergoeducacional - Capacidades e competências que a pessoa cega tem, ganha e exercita por prementes necessidades, para organizar o por vezes caos infocomunicacional, situacional e contextual em que porventura se possa encontrar, adquirindo e cultivando habilidades sociocognitivas e de identificação de materialidades, qualquer que seja a natureza da materialidade, tendo em conta que a significação é a relação associativa entre a materialidade significativa (palavra, gesto, imagem, objeto cultural...) e o conceito para que remete, e sinergias que lhe permitam lidar com esses contextos e cotextos, passando à descoberta e familiarização com esse lugar, no qual ganha natural autonomia e independência locomocional e de socialização, relacionando-se e interagindo num espaço, ergonomicamente adequado ou ajustável e convivencial, em que impera a naturalidade sociocognitiva e sociocomunicacional.

Nesta aceção ergoeducacional em suplência multissensorial, para que essa competência ou valência tiflocientífica se confirme, também se recorre ao exercício da comunicação educacional e da educação comunicacional ajustadas e certas, por vezes até se recorrendo à meta-educação para sermos capazes de nos certificarmos da razão por que às vezes o método de relacionamento e interação educacional não é igualmente elucidativo para a pessoa cega e para a pessoa normovisual.

É que a pessoa cega só pode ter uma "visão" certa das coisas e da imensurabilidade universal, das questões da objetividade e subjetividade, da abstração e conceptualidade, desde que nelas devida e inteligentemente contextualizada, sob o ponto de vista sensoriocognitivo e sociocognitivo, entendendo essas questões, experienciando-as e integrando-as numa bem treinada, desenvolvida e aprofundada suplência multissensorial, constituindo esta capacidade e competência os seus olhos tiflopercepcionais (alternativos aos anatómicos) e da inteligência, que lhe permitem ter e dominar, com precisão, o

absorvente olhar analítico e abrangencial na máxima analogia com as pessoas normovisuais, assim intervindo, de modo preventivo e positivo, na transformação de mentalidades na humanização social e do desenvolvimento e progresso do mundo global. (Guerreiro, 2021b, p. 13).

Valência Pedagógico educacional e cultural - Trata-se do específico e rigoroso desenvolvimento biopsicossocial e humano da pessoa cega (de etiologia congénita ou adquirida em tenra idade), trabalho que tem de iniciar-se no berço ou imediatamente a seguir ao seu aparecimento, em analogia com a pessoa normovisual. A pessoa cega congénita tem de ser alertada e ensinada e devidamente contextualizada, desde o berço e para, e em tudo aquilo que está acessível aos olhos, em conformidade com o expresso em Guerreiro (2018b).

É uma competência que envolve prevenção e intervenção pedagógica, numa dimensão infocominclusiva (comunicando e informando de modo equitativo, infocomunicação inclusiva), no exercício e promoção da educação comunicacional e da comunicação educacional intrínsecas uma na outra, nivelando conceptualidade e léxico entre os interlocutores, assim se podendo encontrar a necessária intercompreensão (Guerreiro, 2021b, pp. 15-18-25).

Valência Somatossensorial-cinestésica - Competência que a pessoa cega tem, e que pode desenvolver em alargamento e profundidade, para se relacionar e inteligir no e com o ambiente à sua volta, nele se movimentando com recurso aos mais diversos adicionais de orientação e mobilidade, de informação e identificação, como aromas, temperaturas, sons, silêncios, manifestações audíveis e de diferentes naturezas, mesmo referenciais de índole psicobiológica, os quais até lhe permitem aperceber-se, nitidamente, do agrado, indiferença ou desagrado de alguém face à sua presença (Guerreiro, 2021b, p. 11-12-14-20).

ÍNDICE REMISSIVO

- Aida Bruno Coelho, p. 229.
A EQUIDADE, UM DIREITO UNIVERSAL, 10, 16, 19
Albuquerque e Castro, 75, 130, 136, 137, 155, 174, 218, 240
Alfabeto tiflográfico Mascaró, 10, 16, 87
Alfabeto tiflográfico Moon, 10, 16, 84
Alfredo Tinoco, 65
Ana Maria Fontes, p. 130
Aniceto Mascaró, 87, 99
Aniceto Xavier, 96
António José Repenicado, 96
António Repenicado, 96
Asilo de Cegos de Castelo de Vide, 93, 96, 99
Assunção Mimoso, 96
Augusto Deodato Guerreiro, 0, 6, 12, 44, 46, 70, 72, 100, 107, 187, 197, 243
A. Pinto, p. 236.
Baltazar Dias, p. 241.
Barbier de la Serre, 70, 72, 73, 77, 79, 89, 94, 95
Barry Hampshire, p. 212 e p. 229
Branco Rodrigues, 93, 96, 97, 99, 224, 233, 235, 236, 240
Carlos Barbier, 78
Carlos Bastardo, p. 217.
Carlos Mourão Pereira, p. 212, p. 235 e p. 236.
Castelo de Vide, 12, 39, 93, 96, 97, 99, 100, 103, 105, 111, 133, 143, 212, 214, 215, 216, 218, 221, 222, 224, 229, 230, 235, 236, 237, 238, 240
CÁTEDRA da UNESCO, 48
Cegos oriundos da Alemanha, 12, 108
Cláudio Torres, 65
Código de Hamurabi, 28
Conceitos de Equidade e Inclusão, 10, 20
Constituição da República Portuguesa, 31, 33, 206, 231
Constituição dos Estados Unidos da América, 28
Cristina Bruno, 50, 51, 52
Declaração de Caracas, 47
Declaração de Friburgo, 33
Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 28
Declaração Universal dos Direitos do Homem, 31
Declaração Universal dos Direitos Humanos, 32
Deodato Guerreiro, 12, 15, 20, 21, 23, 24, 25, 80, 107, 121, 123, 124, 125, 130, 140, 145, 149, 154, 161, 166, 171, 172, 174, 177, 181, 183, 185, 186
Deolinda B. Mourão, p. 121, p. 146 e p. 232.
Direitos das Pessoas com Deficiência., 37, 239
Direitos Humanos, 10, 16, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 205, 206
Direitos humanos e inclusão, 10, 16, 28
EQUIDADE NOS MUSEUS, 2
Estado de Bem-Estar Social, 29
Ewald Hering, 162
Exposição Industrial do Palácio de Cristal no Porto, 99
Fernando Pessoa, 202
Filipe Pereira Oliva, p. 90 e p. 241.
Fundação Nossa Senhora da Esperança, 9, 13, 14, 39, 111, 121, 124, 133, 189, 202, 208, 211, 214, 215, 216, 218, 221, 222, 224, 229, 230, 234, 235, 236, 237, 238, 241
Gabriela Figurelli, 56
Graça Teixeira, 49, 61
Guerreiro, 22, 24, 27, 69, 70, 72, 73, 75, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 120, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 198, 199, 200, 201, 203, 210, 211, 212, 214, 215, 218, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 234, 235, 236, 238, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 250, 251, 252, 253
Hermínia Silveiras Robalo, p. 238
Homem Semióforo, 64
Husserl, 17, 177, 229
Inclusão em Equidade das Pessoas Cegas e Normovisuais nos Museus, 14
Instituto Politécnico de Portalegre, 111
Isidro da Eira Rodrigues, p. 242
Jerónimo Nogueira, p. 121, p. 145, p. 208 e p. 233.
João Diogo Juzarte Sequeira e Sameiro, 93
João Palmeiro, 4, 12, 105, 257
JOÃO SOARES PALMEIRO NOVO, 2
Joaquim Nunes Pinto, p. 131, p. 236 e p. 237.
Joaquim Guerrinha, p. 229.
Jornal de Cegos, 93, 94
Jornal dos Cegos, 91, 94, 96, 97, 99, 237
José Bento, p. 217 e p. 218.
José de Albuquerque e Castro.
José de Sousa, p. 241.
José Álvares de Azevedo, p. 134 e p. 215.

- José António Salgado Baptista, p. 242.
 José Joaquim da Silva Baptista, p. 241.
 Kant, 21
 Karl Popper, 208
 Leonor Moniz Pereira, 130, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 149, 153, 154, 250
 Louis Braille, 46, 69, 70, 72, 74, 78, 79, 80, 89, 90, 91, 94, 95, 211, 226, 229, 233
 Luís Braille, 46, 78, 219, 222, 229, 234, 237, 238
 Magna Carta, 28
 Manuel Diogo Coelho, 96
 Marcel Proust, 22
 Mário Caneva de Magalhães Moutinho, 6
 Mário Caneva Moutinho, 3
 Mário Moutinho, 6, 44, 46, 50, 57, 61, 64, 65, 102, 213
 Merleau-Ponty, 177, 181, 231
 Michel Jacquin, p. 170 e p. 230
 M. J. Montoro, p. 232
 Museologia, 2, 3, 9, 13, 14, 39, 41, 42, 44, 47, 50, 51, 52, 53, 57, 60, 63, 64, 123, 124, 209, 211, 212, 215, 217, 226, 230, 231, 232, 236, 238, 239
 Museu de Tiflogia, 14, 202
 Museu de Tiflogia de Castelo de Vide, 14
 MUSEUS E SOCIOMUSEOLOGIA, 10, 16, 38
 Nações Unidas, 29, 30
 Nicholas Saunderson, p. 134, p. 212 e p. 215
 ONGD Causa Maior, 111, 133
 Organização das Nações Unidas (ONU), 29
 Orlando de Jesus Monteiro, p. 232
 Pascal, 23
 Paulo Freire, 42, 53, 61
 Pessoa Recurso, 64
PESSOAS CEGAS E NORMOVISUAIS, 2
 Pierre Henri, p. 47 e p. 230.
 Pierre Mayrand, 47
 Pierre Villey, 81, 134, 169
 PIONEIROS E ARTÍFICES DA TIFLOGRAFIA, 10, 16, 68
 Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide António Pita, 12, 105
 Primeira Guerra Mundial, 29
 Prof. Doutor Augusto Deodato Guerreiro, 2
 Professor Manuel Antunes, 6
 Professor Manuel da Costa Leite, 6, 103
 Professora Cristina Bruno, 52
 Professora Gabriela Cavaco, 56
 Professora Judite Primo, 6
 Professora Maristela Simão, 6
 Revolução Francesa de 1789, 28
 Revolução Russa de 1917, 29
 Santiago do Chile, 43, 44, 47
 Secretária de Estado Ana Sofia Antunes, 12, 105, 107
 Segunda Grande Guerra, 29
 Serafim Queirós, p. 251 e p. 237
 Severino Diniz Porto, 93, 97
 Sistema Braille, 79, 80, 81, 87, 89, 90, 91, 94, 95, 186, 197, 239, 242, 245
 Sistema de Barbier, 75
 Sistema Mascaró, 89, 90
 Sociomuseologia, 6, 7, 13, 15, 16, 35, 36, 39, 41, 44, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 57, 122, 124, 161, 174, 187, 199, 205, 208, 209, 210, 212, 213, 217, 220, 232, 236, 239
 Stephen Hawking, 23
 tiflociência, 5, 128, 174, 203, 210
 Tiflografia de Barbier de la Serre, 10, 16, 72
 Tiflografia de Louis Braille, 10, 16, 79
 Tiflografia de Valentin Haüy, 10, 16, 69
 Tiflogia, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 39, 46, 71, 100, 107, 109, 110, 112, 124, 126, 128, 131, 133, 143, 158, 160, 174, 189, 191, 193, 195, 199, 200, 202, 208, 209, 210, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 224, 229, 230, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 245, 246, 247
 tiflólogos, 5, 102
UNESCO, 10, 16, 28, 34, 37, 41, 43, 44, 48, 64, 228, 239
 Universidade de Cabo Verde, 111
 Universidade de Évora, 111
 Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 9, 13, 17, 39, 44, 111, 133, 217, 220, 227
 Valentin Haüy, 69, 70, 71, 72, 79, 94, 95, 169, 233
 Varine, 48, 64, 239
 Vigário Trindade, 96
 Vítor Manuel Rodrigues Perfeito Bordalo Coelho, p. 242.
 Vítor Rapoula Reino, p. 211 e p. 238
 William Moon, 84

Que cores tão profanas, saem do imaginário desse estranho ser,
que envolve em cada esquina, um filósofo pintado apenas pela ternura da cor branca.
Sem a lógica, que o método acinzentado concebeu na arte certa do ler e fazer,
sem a música que o determinismo da Iris moldava e contemplava na esperança
de um devir, influenciado pela magia epistemológica do sonho que não desperta no amanhecer,
resta o diluvio do livre arbítrio que a maré transporta em cada dança.

João Palmeiro